



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

O SÉCULO XXI COLETADO:

Um estudo sobre a política de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional, seu uso, seus critérios e sua aplicação.

Vivian Greco Cavalcanti de Araujo

UNIRIO / MAST - RJ, Fevereiro de 2014.

O SÉCULO XXI COLETADO:

UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, SEU USO, SEUS CRITÉRIOS E SUA APLICAÇÃO.

por

Vivian Greco Cavalcanti de Araujo,
*Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Ferreira Rangel

UNIRIO/MAST - RJ, Fevereiro de 2014

FOLHA DE APROVAÇÃO DE MESTRADO

O SÉCULO XXI COLETADO:

UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, SEU USO, SEUS CRITÉRIOS E
SUA APLICAÇÃO.

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por:

Prof. Dr. _____
Márcio Ferreira Rangel

Prof.^a Dr.^a _____
Aline Montenegro Magalhães

Prof.^a Dr.^a _____
Diana Farjalla Correia Lima

Rio de Janeiro, 2014

A663 Araujo, Vivian Greco Cavalcanti de.
O século XXI coletado: um estudo sobre apolítica de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional, seu uso, seus critérios e sua aplicação / Vivian Greco Cavalcanti de Araujo, 2014.
259 f. ; 30 cm

Orientador: Márcio Ferreira Rangel.
Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ; MAST,
Rio de Janeiro, 2014.

1. Museu Histórico Nacional (Brasil). 2. Museus. 3. Museologia.
4. Coleções - Aquisição. 5. Memória coletiva. I. Rangel, Márcio
Ferreira. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado em Museologia e
Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDD – 069.1

Dedico este trabalho a três pessoas que sempre souberam que eu conseguiria realizá-lo, aos meus pais – Jorge e Ivanise – e ao meu padrinho Marco Aurélio.

AGRADECIMENTOS

Mas você - eu não posso e nem quero explicar, eu agradeço. Clarice Lispector

Foram tantos os “vocês” que passaram pela minha caminhada neste trabalho, que seria complicado em uma só página agradecer a todos. Mas não posso deixar de fazer um agradecimento especial a algumas pessoas que, por vezes mesmo não sabendo nada do campo da museologia e patrimônio, me ajudaram a escrever essa dissertação.

Agradeço a Deus que me deu força e apoio em todos os momentos. E agradeço aos meus pais e a minha irmã, que são os responsáveis por eu ter chegado aqui e dos seus modos, me motivaram a fazer e terminar a pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Márcio Ferreira Rangel, por ter me orientado, apoiado, defendido e por ter me passado toda a calma e paciência, principalmente nos momentos em que eu batia na porta da sua sala e falava que estava perdida e embolada.

Agradeço a Aline Montenegro pela amizade, humildade e por todo o carinho, incentivo, acolhida, conselhos que me deu.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Diana Farjalla por toda sua generosidade, incentivo e tempo.

Agradeço a minha madrinha Mara Bertrand, que sempre me estimulou e me ajudou a não queimar a ABNT.

Agradeço a Vera Rodrigues que foi mais do que uma amiga, foi (e sempre é) o meu anjo da guarda nos estudos.

Agradeço ao Rodrigo por todo o amor, carinho, dedicação, compreensão, companheirismo e força nos momentos em que pensei em desistir.

Agradeço ao meu tio Iderval pelo incentivo e exemplo no campo científico.

Agradeço a toda equipe do Museu Histórico Nacional, pela ajuda, principalmente na disponibilidade das fontes, dos materiais e das informações. Agradeço em especial cinco amigos da equipe do museu por quem eu tenho um carinho muito grande: Cristiane João, Luiz Antonelli, Liane Maia e Lia Silvia Peres.

E por fim agradeço aos meus amigos do PPGPMUS – Marcos Uchoa, Juliana Ângelo e Thamires Bastos, pelos risos, conversas, apoios, viagens e desesperos compartilhados. E principalmente ao meu anjo da guarda museológico, Henrique Vasconcellos, sem ele eu não conseguiria chegar até o fim.

Eu vejo o futuro repetir o passado.
Eu vejo um museu de grandes novidades.
Cazuza - O tempo não pára.

RESUMO

ARAUJO, Vivian Greco Cavalcanti de. **O Século XXI coletado**: Um estudo sobre a política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional, seu uso, seus critérios e sua aplicação. Orientador: Prof. Dr. Márcio Ferreira Rangel. UNIRIO/MAST. 2014. Dissertação.

A presente dissertação examina o papel da Política de aquisição de Acervos do Museu Histórico Nacional - MHN na construção e formação de suas coleções nos dez primeiros anos do século XXI. No mundo contemporâneo os estudos relacionados à formação e a construção de coleções museológicas crescem de forma acentuada. Várias teses e dissertações têm abordado esta questão. Por serem espaços de coleta, preservação e exposição de objetos das mais variadas tipologias, torna-se necessário analisar o papel dos museus modernos neste processo. Ao compreendermos que hoje, tudo pode ser musealizado, mas nem tudo será musealizado, torna-se crucial discutir a busca, a identificação e a decisão de incorporação de determinados objetos nas coleções. Tínhamos consciência das dificuldades que se apresentariam no recorte cronológico, pois ainda não possuímos o distanciamento do tempo histórico, mas simultaneamente reconhecemos a potência de verificarmos no tempo presente, os critérios de aquisição utilizados por uma instituição paradigmática para o campo museológico brasileiro.

Palavras-chave:

Musealização, Política de Aquisição de Acervo, Museu Histórico Nacional, Memória e Identidade.

ABSTRACT

ARAUJO, Vivian Greco Cavalcanti de. **The XXI Century collected:** A study on the Selection Policy of the National Historical Museum, their use, their criteria and their application. Advisor: Heloísa Helena F. G. da Costa. UNIRIO/MAST. 2012. Dissertation.

This dissertation examines the role of the Collection Policy use by National History Museum - MHN in the construction and selection of their collections in the first ten years of the century XXI. In the contemporary world studies related to selection and construction of museum collections grow sharply. Several theses and dissertations have addressed this issue. Because they are spaces for selection, preservation and exhibition of objects of various types, it is necessary to understand the role of modern museums in this process. By understanding that today, everything can be musealized, but not everything will be musealized, it is crucial to discuss the search, identification and the decision to incorporate certain objects in the collections. We were aware of the difficulties that are presented in chronological cut, they still do not have the distance of the historical time, however, at the same time we recognize the power to verify it at the present period, the acquisition criteria used by an paradigm institution for the museum area in Brazil.

Keywords:

Musealization, Acquisition Policy Collection, National Museum of History, Memory and Identity.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Grupo Escultórico Alegórico Tailandês. (Fonte: Catálogo Sedução do Oriente: A arte asiática na coleção do Museu Histórico Nacional. Museu Histórico Nacional, 2010.p.106)
- Figura 2 Foto do final do circuito de exposições de longa duração do MHN. – No espelho escrito: “A história é você quem faz”. (Fonte: Foto da autora, 2012).
- Figura 3 Charge Publicada no Jornal D. Quixote em 1922 (Fonte: Catálogo 90 anos de histórias – 1922-2012. Museu Histórico Nacional, 2013, p.19).
- Figura 4 Foto da solicitação feita por Profa. Octávia Correa em 1970
- Figura 5 Arquivos do DICOP
- Figura 6 Identificação das gavetas do arquivo
- Figura 7 Identificação da pasta do Processo de Aquisição.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 Total de objetos fabricado no século XXI dividido pelos anos – 2001 a 2010
- Tabela 2 Formas de entrada do acervo do século XXI
- Tabela 3 Quantitativo de doações de técnicos do museu
- Tabela 4 Percentagem de acervo datado do séc. XXI no total de acervo que deu entrada nos anos de 2001 a 2010.

SIGLAS UTILIZADAS:

ABL – Academia Brasileira de Letras

AAM – American Alliance of Museums

DICOP – Divisão de Controle do Patrimônio

FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LBW - Light Base For Windows

MHN – Museu Histórico Nacional

MR – Museu da República

PAA – Política de Aquisição de Acervo

SIGA – Sistema Integrado de Gerenciamento de Acervo

SUMÁRIO

fl.

INTRODUÇÃO

1 OS PILARES CONCEITUAIS: QUESTÕES E REFLEXÕES NO CAMPO DOS MUSEUS

1.1 - IDENTIDADE E MEMÓRIA

1.2 – PATRIMONIALIZAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO

1.2.1 – O conceito de Patrimonialização

1.2.2 – O conceito de Musealização

1.3 - O COLECIONISMO – POR QUE COLETAMOS OBJETOS?

1.4 – COLETA MUSEOLÓGICA

1.4.1 - O ato de seleção e aquisição de um objeto

1.4.2 - A política de aquisição de acervo

1.4.3 - O papel do coletor dentro de um museu – a comissão de aquisição de acervo

1.5 - A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA COMO UM DOS PILARES DO MUSEU

1.6 - O MUSEU AINDA PRECISA DE OBJETOS?

2 ESTUDO DE CASO: A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

2.1 - HISTÓRICO DO MUSEU: SOB O OLHAR DE SEUS REGULAMENTOS E REGIMENTOS E OS CRITÉRIOS DE AQUISIÇÃO CONTIDOS NELES.

2.2 - AS PORTAS DE ENTRADA DO ACERVO: A TRAJETÓRIA DA AQUISIÇÃO ATÉ A ELBORAÇÃO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO DE 1996.

2.3 - A POLÍTICA VIGENTE (1996)

2.3.1. Termos e Conceito

2.3.2. Processo de Aquisição e Critérios

2.3.3. Política de Descarte

2.3.4. Comissão de Aquisição de Acervo

3 A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO: LEVANTAMENTO DE DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 - ANÁLISE QUANTITATIVA DO ACERVO DO SÉC. XXI COLETADO PELO MHN.

3.2 - ANÁLISE QUALITATIVA DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO E DAS ENTREVISTAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

APÊNDICE

Apêndice A – Modelo de tabela de dados – Ano 2009

Apêndice B – Tabela quantitativa de acervo do séc. XXI, separados por classificação do Thesaurus.

Apêndice C – Roteiro 1 Entrevista

Apêndice D – Roteiro 2 Entrevista

Apêndice E – Roteiro 3 Entrevista

Apêndice F – Relação de processos de aquisição de objetos do séc. XXI

Apêndice G – Resumo dos processos de aquisição analisados

Apêndice H - Entrevistas

Apêndice I – Lista de objetos do Proc. nº 92/2007

ANEXOS

ANEXO A – Relatório Final da Comissão Interna de 1992 e a Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional

ANEXO B – Portaria Nº 2/2008 de Julho de 2008 – Comissão Interna de Política de Aquisição de Acervo.

ANEXO C – Documento da DICOP anexado a PAA e as rotinas para inclusão de objetos recebidos como “presentes ou prêmio” pelo Museu Histórico Nacional.

ANEXO D – E-mail solicitando acervo – Processo de aquisição 12/2002.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST (PPG-PMUS), insere-se no campo do conhecimento da Museologia e envolve assuntos ligados ao processo de musealização de patrimônios materiais.

O que a porta de Minerva parece então demarcar é a separação entre uma “casa de memória” e o resto do mundo, frisando a distância entre aqueles que, superando a condição mortal, imortalizam-se, chegando mais perto dos deuses, e aqueles comuns mortais destinados inexoravelmente ao esquecimento. (ABREU, 1992. p. 13)

Toda pesquisa científica começa com uma inquietação, algo que você observa e vê a necessidade de estudar e compreender melhor. Foi dentro de uma instituição museológica que esta pesquisa nasceu, no entanto não foi de um momento para o outro que a questão inquietante - Como a política de aquisição do MHN, ou seja, os critérios e normas que orientam a busca, identificação e aquisição de acervos, atua no processo de musealização dos objetos produzidos no século XXI? - que derivou este trabalho, surgiu. Foram vários os fatores que contribuíram e levaram uma pesquisadora do campo da história da arte e se aventurar no campo da museologia.

No início de fevereiro de 2004, tudo começou dentro de uma sala do setor de Dinâmica Cultural do museu Histórico Nacional. Foi nesse setor que esta pesquisa ganhou forma, saiu do mundo das ideias, questionamentos e dúvidas e partiu para o trabalho de campo. Entender a museologia não é uma tarefa simples. Ao começar a trabalhar no MHN você demora a se dar conta que depois de ter atravessado o portão de acesso ao pátio de Minerva¹ você mergulha num território diferente do cotidiano comum. O MHN é ainda hoje uma casa de memória que te possibilita refletir sobre questões que lhe são estranhas, ou que você nunca parou para refletir. Porque temos a mania de fazer coleções é um desses questionamentos.

São poucas as pessoas que nunca fizeram nenhum tipo de coleção, e são menos ainda as que refletem sobre o que motiva a prática do colecionismo. Desde pequenos, a grande maioria das pessoas desenvolve algum tipo de coleção, seja de borracha, figurinhas, disco, papel de carta, latinhas de alumínio², entre outras. Mas o que não refletimos³ é por que temos esse impulso de coletar, agrupar objetos e estabelecer

¹ Pátio de entrada do Museu Histórico Nacional.

² De refrigeram ou cerveja, ou ambas.

³ Me coloco também nesse grupo pois antes de trabalhar no museu eu não refletia sobre questões que envolvem, memória, conversação e patrimônio, eram todos assuntos estranhos a mim.

critérios para essa coleta. Trabalhando no setor de museografia, montando e desmontando exposições com o acervo do museu, se tem um bom contato com os objetos tridimensionais que compõem as coleções do MHN. Por ser o objeto museológico um tema muito interessante e fértil de estudo, esse envolvimento com o acervo pode levar a diversos questionamentos. Para a presente pesquisa foram três fatos decisivos que levaram a elaboração da questão⁴ central.

O primeiro foi a digitação de um documento que até então só existia em cópia impressa. Esse documento era o Relatório Final da Comissão Interna de Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional, datado de 1996 e que formalizava pela primeira vez uma política de aquisição de objetos. Quem lê essa política e trabalha com o acervo, se encanta por ela, pois este documento, a cada critério, conceitos, objetivos, sugestões e considerações, faz o leitor ao mesmo tempo compreender melhor os caminhos que levam a musealização de um objeto e também o leva a questionar e tentar compreender melhor os processos de aquisição e musealização.

O segundo fato ocorreu durante a montagem da exposição *Sedução do Oriente* em 2009. Uma das etapas da montagem de uma exposição é a pesquisa para elaboração das legendas. Grande parte das vezes ela acontece nos processos de aquisição do acervo, que se encontram na divisão de controle do patrimônio (DICOP), além dos dossiês das peças, que ficam arquivados na reserva técnica, nesses documentos se pesquisa o histórico e outras informações importantes (data, tamanho, material e origem). Mas nessa exposição aconteceu algo inédito, não existia o dossiê de um objeto que havia sido selecionado e que estava acondicionado na reserva técnica do MHN. A peça era um grupo escultórico alegórico⁵ da Tailândia.

Após muita pesquisa dentro do museu, se descobriu que ele não fazia parte do acervo do museu, estava catalogado como patrimônio (não cultural), mesma categoria dada a uma mesa, uma cadeira ou um computador de uso dos funcionários do museu.

⁴ Como a política de aquisição do MHN, ou seja, os critérios e normas que orientam a busca, identificação e aquisição de acervos atua no processo de musealização?

⁵ Segundo definição dada pelo museu.



Figura 1 – Grupo Escultórico Alegórico Tailandês. (Fonte: Catálogo Sedução do Oriente: A arte asiática na coleção do Museu Histórico Nacional. Museu Histórico Nacional, 2010.p.106)

No setor de patrimônio existia a informação que ele foi doado pelo Príncipe da Tailândia em visita ao Museu Histórico Nacional em 1997, e na peça tinha duas informações uma, um adesivo com o símbolo da casa imperial e outra uma indicação que ela foi fabricada na Bangkokdolls. Após algumas pesquisas e depois de entrar em contato com o diretor da Bangkokdolls o sr. Arbhas Chandavimol, é que as informações sobre a peça ficaram mais completas. Em resumo, o grupo escultórico ilustra uma parte do épico tailandês The Ramakien⁶, que teve uma influência importante na literatura, arte e drama do país. A exposição foi inaugurada em 2009 e em 2010 foi publicado um catálogo, onde o grupo tailandês aparece. A história dessa peça é inquietante para quem já tem conhecimento da Política de Aquisição de Acervo - PAA do MHN, pois é difícil entender o porque ela não era objeto museológico, se já estava numa exposição e num catálogo e além de ter uma importância histórica, artística e fazer parte da história do MHN.

E assim aumentaram os questionamentos sobre o funcionamento do processo de musealização de um objeto. Era preciso desenvolver um trabalho científico sobre a política de aquisição de acervo do MHN, principalmente voltada para a aquisição de objetos tridimensionais, que ficariam sob a guarda do setor de Reserva Técnica⁷. Na formulação do projeto um problema surgiu, o acervo do museu atualmente é composto por mais de 258 mil itens, sendo assim um corte temporal precisava ser dado, e foi com o terceiro fato marcante que a proposta do que seria pesquisado se fechou.

⁶ Embora a Tailândia seja considerada uma sociedade budista Theravada, a mitologia Hindu latente no Ramakien serve para fornecer lendas tailandesas com um mito de criação, bem como representações de vários espíritos que complementam as crenças derivadas do animismo tailandês.

⁷ No museu também existem as coleções de numismática (Setor de Numismática) e de documentos em suporte de papel (Arquivo Institucional) e bibliográficas (Biblioteca).

Em 2008, o museu iniciou mais uma das etapas⁸ da reformulação de todas as suas exposições de longa duração, neste momento o contato com todo o acervo foi muito mais intenso. O Novo Circuito de Exposições de Longa Duração teria como objetivo do seu último núcleo - *A Cidadania em Construção* - a reflexão sobre o processo de construção da cidadania, a partir dos direitos individuais, políticos e sociais.

Para compor este núcleo aconteceu pela primeira vez a seleção de peças do século XXI. Foi muito interessante e surpreendente a seleção dessas peças para os técnicos do museu que ficaram responsáveis por esta tarefa, pois muitos dos objetos ainda estão presentes, e com suas funções originais, no cotidiano da sociedade. São brinquedo e tantos outros objetos que ainda usamos e que ainda não temos um distanciamento suficiente para pensar que eles podem se tornar acervo do MHN.

E foi com esse “se surpreender” com o acervo datado do século XXI que o corte temporal da pesquisa foi definido - os 10 primeiros anos do século XXI (2001 a 2010). O segmento de acervo escolhido possui diversos fatores que contribuiriam para o desenvolvimento do trabalho, dentre eles podemos destacar os seguintes: os objetos foram coletados depois da formalização da política de aquisição de acervo (1996); por funcionários que ainda poderiam ser entrevistados; um acervo que possui cópias ainda com as funções originais em uso pela sociedade; e por fim essa datação poderia proporcionar um estudo de como a memória de uma sociedade pode ser construída por pessoas que estão a vivenciando. O que essas pessoas acham que deve ser lembrando e o que deve ser esquecido de uma história que também é delas.

No mundo contemporâneo, os estudos relacionados à formação e a construção de coleções museológicas crescem de forma acentuada e várias teses e dissertações têm abordado esta questão. Por serem espaços de coleta, preservação e exposição de objetos das mais variadas tipologias, torna-se necessário compreender o papel dos museus modernos neste processo. Deve-se destacar que nesta perspectiva consideramos os aspectos sociais, políticos e culturais que podem estar refletidos nesta ação, ou seja, olhar para esta instituição como uma arena de disputas e negociações que apresentam uma estreita relação com as coleções. Ao compreendermos que hoje, tudo pode ser musealizado, mas nem tudo será musealizado, torna-se crucial discutir a busca, a identificação e a decisão de incorporação de determinados objetos nas coleções.

Por conta disso, a questão central que norteou a elaboração e o desenvolvimento da pesquisa é: Como a política de aquisição do Museu Histórico Nacional, ou seja, os critérios e normas que orientam a busca, seleção e aquisição de acervos atuam no

⁸ O processo de reformulação das exposições de longa duração teve início em 2003, e se dividiu em diversas etapas.

processo de musealização? Tivemos por objetivo analisar com se dá a aplicação da Política de Aquisição de Acervos (PAA)⁹ do Museu Histórico Nacional – MHN, quais são os seus critérios, e como ela se insere no processo de musealização de objetos tridimensionais relativos à sociedade brasileira dos dez primeiros anos do século XXI (2001 a 2010).

Nesta análise consideramos estratégico o enfrentamento de duas questões específicas: Qual a função da Política de Aquisição de Acervo dentro de uma instituição museológica? Como ela é empregada?

Por que escolhemos o século XXI? Temos consciência das dificuldades que se apresentam no recorte cronológico, pois ainda não possuímos o distanciamento do tempo histórico, mas simultaneamente reconhecemos a potência de verificarmos no tempo presente, os critérios de aquisição utilizados por uma instituição paradigmática para o campo museológico brasileiro.

Nas últimas duas décadas, pesquisas acadêmicas têm sido elaboradas a partir de fontes sob a guarda do Museu Histórico Nacional. São pesquisas históricas, museológicas, sociológicas, antropológicas, entre outras, que se caracterizam tanto pela diversidade das abordagens teóricas, quanto pelas diferenças temáticas escolhidas¹⁰. Entretanto, ainda são poucos os estudos sobre o segmento do acervo da instituição, relativo ao século XXI. Estudos das ciências sociais apontam o século XXI como o século da sociedade de consumo, que é apontado por Canclini (1994, p. 77) como o conjunto de processos socioculturais nos quais se realizam a apropriação e os usos dos produtos. Como os museus estão trabalhando com o aspecto da rápida apropriação e desapropriação de objetos? Por tanto, pensar como é o processo de seleção do acervo de uma sociedade que ainda está construindo e reconstruindo suas identidades tanto pessoais quanto coletivas, transforma-se em um desafio, pois discutirá os processos de aquisição de acervo, desenvolvidos pelos museus, no sentido de identificar e incorporar novos objetos museológicos as suas coleções no século vigente.

Hall (2002, p. 71) afirma que a identidade está profundamente envolvida no processo de representação social. Assim, a moldagem e a remoldagem de relações

⁹ Por considerarmos a PAA um instrumento norteador no processo de aquisição de objetos das instituições museológicas, procuramos, dentro do contexto do MHN, identificar, no período proposto, o impacto desta regulamentação na construção do acervo datado do século XXI.

¹⁰ ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. Sangue, nobreza e política no tempo dos imortais: um estudo antropológico da Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional. (Dissertação de Mestrado) Programa de pós-graduação em antropologia social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 1990. FERNANDES, Lia Sílvia Peres. Museu Histórico Nacional: Permanência e Mudanças. (Dissertação de Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003. SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. História, tempo e memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional. (Dissertação de Mestrado) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1989.

espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas. Como mencionado anteriormente, o período de análise proposto é desafiante, mas também nos dá a possibilidade de trabalhar com a relação das identidades com o passado e a memória no tempo presente, ou seja, no momento em que os indivíduos que constroem e reconstróem essas identidades tanto pessoais quanto coletivas ainda estão vivos e em ação.

Como instituições cuja origem está ligada a demandas políticas e ou sociais, os museus estão situados num lugar bem determinado nas sociedades: ser “uma instituição permanente, aberta ao público, sem fins lucrativos, a serviço do desenvolvimento da sociedade, que adquire, conserva, pesquisa, expõe e divulga as evidências materiais e os bens representativos do homem e da natureza, com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer” (ICOM, 2006, p. 6). Compreendemos que as sociedades não são imensos museus e nem todos os objetos produzidos por ela, serão objetos museológicos. No entanto, qualquer objeto pode ser musealizado. Para que isso aconteça é necessária uma busca, uma identificação e uma decisão de incorporação, tomada pelos diretores dos museus, por um corpo de especialistas, ou pelos curadores da área ou coleção. Os museus deverão não somente expor objetos, função em geral associada a tais instituições, mas criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais estes são suportes. Segundo o Código de Deontología para Museos do ICOM (2006, p.1), os museus têm o dever de adquirir, preservar e valorizar seus acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico. Seus acervos constituem patrimônio público significativo, ocupam posição legal e especial, sendo protegidos pelo direito internacional.

O ato de coletar artefatos pode ser visto como uma necessidade básica ou um instinto do homem, tido como um direito humano fundamental, uma atividade universal. Isso, no entanto, não explica muito e, por vezes, ignora as diferenças importantes em cada ato de coleta, os diferentes tipos de reunião ou acúmulo de coisas materiais. Os museus precisam ser interrogados sobre suas formas de práticas de coleta. Precisamos levantar questões sobre a especificidade dos contextos culturais e históricos, motivações e implicações, bem como sobre possíveis semelhanças ou diferenças com outras práticas de coleta.

Os objetos museológicos contribuem para o fortalecimento da identidade das formações nacionais, sociais, comunitárias, etc. a que pertencem, e para o desenvolvimento científico e cultural da humanidade como um todo. Podemos dizer que a aquisição, sendo uma busca ordenada e com critérios, de objetos com potencial para

serem musealizados, é um dos principais pilares dos museus. Essas instituições usam o processo de aquisição com o objetivo de preservarem para futuras gerações, os marcos que documentam o modo de pensar e viver das sociedades presentes e passadas. Mas como afirmamos acima, esse processo precisa ser ordenado e com critérios, além de precisar ser revisado de tempos em tempos.

Segundo a museóloga Fernanda Camargo-Moro:

Um museu que possui uma boa política de aquisição dignifica não apenas seu acervo, mas também seu doador, seu legatário, seu coletor, enfim todos aqueles envolvidos na transação. (CAMARGO-MORO, 1996, p. 19-20)

Todo museu possui algum critério que lhe permite identificar e selecionar objetos para fazer parte de suas coleções. No entanto, são poucos os que possuem uma PAA formalizada, fato que deve passar por uma transformação com a publicação do decreto que institui o Estatuto dos Museus¹¹. No art. 24 deste documento é posto que os museus vinculados ao IBRAM devem formular e aprovar uma Política de Aquisição e de descarte. De um ponto de vista formal, cada museu pode criar tantas categorias de aquisição quantas forem necessárias para o bom funcionamento de seu processo de seleção de acervo, ou melhor, dizendo, para o processo de musealização do objeto, mas é essencial que esses critérios sejam reunidos num documento oficial – numa política de aquisição de acervo.

Para desenvolver nosso estudo sobre o funcionamento da PAA do MHN, estabelecemos um corte cronológico e optamos por estudar o acervo datado dos dez primeiros anos do século XXI, no entanto o Museu Histórico Nacional possui quatro diferentes segmentos de acervo – bibliográfico, arquivístico, de numismática e museológico - que são tratados por setores e departamentos diferentes¹². Existem os departamentos de Numismática e de Acervo, dentro deste último estão os seguintes setores: Arquivo Histórico, Biblioteca e Reserva Técnica. Unidos o quantitativo desses quatro segmentos de acervo do museu era muito grande, e outro corte precisava ser feito. Optamos por estudar o acervo que está sob a guarda da Reserva Técnica, pois, estes objetos estão diretamente relacionados aos procedimentos específicos da museologia.

¹¹ Decreto Nº 8.124, de 17 de Outubro de 2013.

¹² No final do ano de 2013 começou um processo para que o departamento de Numismática deixasse de ser um departamento e passasse a ser um setor do departamento de Acervo. No entanto, até o final desta pesquisa não havia a existência de nenhum documento formalizando essa mudança.

Para o desenvolvimento desta pesquisa partimos do ponto de que uma política de aquisição, em tese, está diretamente ligada à conjuntura do museu. Isto quer dizer, fatores como o momento histórico, o caráter da produção científica da época em que o museu foi criado, reformulação/ revitalizações conceituais pelos quais os museus possam passar, ou mesmo a visão dos diretores ou especialistas irão influenciar fortemente o conjunto de critérios que constitui essa prática de composição de acervos. Vale dizer que podem existir casos onde, na prática isso não aconteça, além de variar de instituição para instituição, cada política requer um estudo específico de sua criação.

No caso do Museu Histórico Nacional, a comissão que elaborou a política de aquisição estabelece a seguinte definição sobre o assunto:

Entende-se por “Política de Aquisição” o conjunto de princípios que orientam a busca, identificação e seleção de objetos materiais de potencial interesse para incorporação ao acervo do Museu Histórico Nacional. Também será considerada como parte integrante da Política de Aquisição a baixa de objetos já incorporados ao acervo, muito embora esta deva ser tema de documento específico. A Política de Aquisição está estreitamente ligada aos objetivos institucionais. No caso do Museu Histórico Nacional, tais objetivos são articulados com aqueles estabelecidos pelo ICOM-Unesco (Conselho Internacional de Museus), bem como a característica específica de instituição cultural voltada para a preservação e divulgação da história da formação social brasileira. Trata-se, em resumo, de um museu de história brasileira. (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1985, p. 01)

Segundo Gonçalves (1996, p. 3), objetos de vários tipos são apropriados e visualmente dispostos em museus com a função de representar determinadas categorias culturais, são os chamados patrimônios culturais que podem ser interpretados como coleções de objetos móveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades. Mas como esse processo de incorporação de um objeto se dá? Qual a importância de uma política de aquisição nesse processo? Como funciona a relação entre, a instituição, os especialistas, a política e a escolha do acervo? Para responder estas questões e outras tantas é preciso, examinar o processo de musealização de um, ou mais objetos. O exame deste poderá contribuir para uma discussão teórica sobre o papel das políticas de aquisição, proporcionando, talvez, novos parâmetros para a reflexão sobre o assunto.

Por todas essas razões, reafirmamos a necessidade de se responder a questão central desta pesquisa: Como a política de aquisição do MHN, ou seja, os critérios e normas que orientam a busca, identificação e aquisição de acervos atuam no processo de musealização dos objetos produzidos no século XXI?

Com o desenvolvimento da pesquisa outros questionamentos surgiram e um esforço foi feito para tentar responde-los, mas uma coisa é certa, para esclarecer as questões acima como também outras tantas foi preciso partir de uma análise ampla para depois realizar uma mais específica. Portanto estruturamos a dissertação da seguinte forma:

No primeiro capítulo: examinamos os conceitos que dão sustentação a um museu. Partimos do princípio que Identidade e Memória são conceitos chaves dentro de uma instituição que tem como característica fundamental o recolhimento de artefatos. A partir do entendimento destes conceitos na contemporaneidade é que poderíamos pesquisar o acervo relativo ao século XXI presente no MHN. Depois da reflexão sobre estes dois conceitos, partimos para uma análise dos processos de patrimonialização e musealização, que são as práticas que vão transformar objetos, manifestações culturais, lugares, etc., em bens tangíveis e intangíveis, ou em objetos museológicos. Como nosso objeto de estudo se encontra no campo dos museus, deixamos de lado o segmento do processo de patrimonialização, para seguirmos com a análise de alguns conceitos de práticas que compõe o processo de musealização: o colecionismo, a coleta museológica e documentação museológica. Por fim, como estamos tratando sobre processos de musealização, principalmente sobre política de aquisição de acervo, e como elegemos esse capítulo para ser teórico, optamos por concluí-lo com a seguinte discussão: os museus ainda precisam de objeto?

No segundo capítulo: concentramos nossa análise no estudo da questão central desta pesquisa - Como a política de aquisição do MHN, ou seja, os critérios e normas que orientam a busca, identificação e aquisição de acervos atua no processo de musealização? Para começar esta reflexão, elaboramos um histórico do MHN através dos seus diretores e dos seus regimentos internos. Logo após traçamos a trajetória da política de aquisição de acervo do museu e finalizamos com uma espécie de dessecamento da PAA vigente no museu, além de uma análise comparativa entre ela e outra política de aquisição.

O terceiro capítulo é dividido em dois momentos: no primeiro realizamos uma análise quantitativa dos dados levantados na pesquisa - quantos objetos datados do século XXI estão presentes nas coleções do museu; quais coleções¹³ têm mais objetos com essa datação; as formas de aquisição de objetos do séc. XXI que mais se destacaram; no segundo momento realizamos uma análise qualitativa de onze processos de aquisição, como também das entrevistas dadas por ex-funcionários e funcionários do museu ligados a PAA. O nosso objetivo com a análise desses dados era esclarecer algumas questões que foram levantadas, durante a pesquisa, relativas à função prática da política de

aquisição do MHN durante o processo de musealização dos objetos. Para compreendermos como fundamentou a representação do século XXI no Museu Histórico Nacional. E que século XXI foi esse?

E assim se estruturou nosso trabalho.

¹³ Separamos as coleções nos baseando classificação dos termos do thesaurus.

CÁPITULO 1

PILARES CONCEITUAIS: QUESTÕES E REFLEXÕES NO CAMPO DOS MUSEUS

1. PILARES CONCEITUAIS: QUESTÕES E REFLEXÕES NO CAMPO DOS MUSEUS

Nas últimas duas décadas, pesquisas acadêmicas têm sido elaboradas a partir de fontes sob a guarda do Museu Histórico Nacional. São pesquisas históricas, museológicas, sociológicas, antropológicas, entre outras, que se caracterizam tanto pela diversidade das abordagens teóricas, quanto pelas diferentes temáticas escolhidas. Entretanto, ainda são poucos os estudos sobre o segmento do acervo da instituição, relativo ao século XXI.

À vista disso, percebemos que para pensar como é o processo de musealização do acervo de uma sociedade que ainda está construindo e reconstruindo suas identidades tanto pessoais quanto coletivas, precisamos antes analisar os conceitos que norteariam a pesquisa, que são eles: identidade, memória, patrimonialização, musealização, colecionismo, aquisição de acervo e documentação museológica. Sem a presença desse quadro conceitual, não seria possível o desenvolvimento deste trabalho.

Para concluir este capítulo por conta da rápida evolução tecnológica, que também está dentro dos museus, e por estarmos tratando de aquisição de acervos, sentimos a necessidade de abrir um espaço para discutir se os museus ainda precisam de objetos.

1.1. IDENTIDADE E MEMÓRIA

Os objetos constituem a matéria prima do trabalho teórico e prático do museu que detém acervos da modalidade tridimensional. E em sendo as culturas de procedência a razão das investigações que cercam os objetos, a relevância das pesquisas, por conseguinte, concentram-se nos atores sociais, nos grupos produtores. (LIMA)

Entendemos que a ideia de passado ou de memória que os museus trazem é relevante para os atores sociais¹⁴, na construção das identidades pessoais e coletivas. A partir do momento que as instituições museológicas se tornam um espaço público onde a nação também é proprietária das coleções, sentimos a necessidade de ter este tópico para analisar questões relacionadas à memória e identidade, principalmente as que possivelmente iríamos nos deparar durante a pesquisa no MHN.

¹⁴ O conceito de ator social não se limita somente a pessoas ou grupos sociais, instituições também podem ser: museus, sindicatos, meios de comunicação, igrejas etc.

MEMÓRIA

Ao falar de memória, o historiador francês, Henry Rousso (1998, pp. 94-95), diz que:

(...) seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda', as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

O conceito de memória, principalmente nos museus de história, pode parecer ser de entendimento óbvio - memória como guarda do passado. No entanto, ele vai muito além dessa definição simplória. A relação que existe entre, memória, história e museus vai além do sentido de guarda do passado, principalmente na atualidade ela se mostra cada vez mais complexa. Optamos por não focar na questão de passado e analisar o papel da memória como fonte da história e como esta a interpreta e constrói. Temos a noção que não conseguiremos esgotar o assunto, e nem era nosso propósito fazer isso nesta pesquisa.

A relação entre a história e a memória é muito antiga, podemos buscar na mitologia grega e encontraremos a história como uma das nove filhas da memória. Em seu livro História e Memória, Jacques Le Goff (2003, p. 433) aponta que foram os gregos quem fizeram da memória uma deusa, a Mnemosine, que por sua vez era mãe das nove musas (Clio (história), Euterpe (música), Talia (comédia), Melpômene (tragédia), Terpsícore (dança), Erato (elegia), Polínia (poesia lírica), Urânia (astronomia) e Calíope (eloquência)). Seu papel era o de lembrar os homens das recordações dos grandes heróis e dos seus grandes feitos.

Se a memória é a mãe da história, segundo os gregos, porque esta relação entre memória e história é complexa? Le Goff (2003, p. 471) vai falar que:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens.

Só nessas duas frases de Le Goff, já são levantadas algumas questões desta relação entre as duas. É na construção da memória que a história vai se expandir (crescer), sendo assim a memória é fonte da história.

A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às comunidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9)

A história pode ser entendida como a academia / a ciência, enquanto a memória é o cotidiano, é construída no dia a dia, a história seria uma interpretação crítica da memória. Na vivência do cotidiano estamos produzindo memórias a cada instante. Diversas coisas acontecem durante um dia (24hs), situações importantes ou não, no momento em que passam esses acontecimentos já são memória.

Cabe a história poder relatar os acontecimentos de instantes que já passaram, no presente e também no futuro, seria ela a responsável por recolher, interpretar e registrar o que aconteceu no instante que passou (o que já é memória). Expondo desta forma parece simples todo esse movimento da história, no entanto, deve-se ter muito cuidado com esse ato de usar a memória como fonte e a interpretá-la, principalmente dentro de um museu¹⁵. Deve-se ter muito cuidado com esse momento de interpretação, ou corre-se o risco de usar a memória para a servidão. Para não correr este risco, não se pode¹⁶ falar em uma única história ou memória, não pode existir um único discurso.

O Museu Histórico Nacional no ano de 2010, quando inaugurou mais uma fase do seu novo circuito de exposições, utilizou um recurso museográfico muito simples, interessante e inteligente para levar o visitante a refletir sobre essa questão de escrita da história. Ao final do módulo, Cidadania em Construção, depois de sair de uma sala escura, onde se pode ver um vídeo com imagens do Brasil e ouvir ao fundo o Hino Nacional Brasileiro, o visitante se depara com um enorme espelho, e a seguinte frase gravada nele: *A história é você quem faz!* Com essa frase e o reflexo do observador, o museu está mostrando ao visitante que ele também é um agente que constrói e faz parte da história do Brasil, ele não é mais um mero espectador ou testemunha dos grandes vultos / personagens históricos. Acreditamos que esse recurso museográfico demonstra uma preocupação da instituição em apresentar que existem diferentes discursos históricos, dando assim à chance ao visitante de: se ver representado num museu da sua nação, isso quer dizer ele faz parte da história da nação brasileira; e também de ter suas memórias resgatadas através de artefatos que fazem ou fizeram parte de sua vida.

¹⁵ Pois, entendemos que além de ser responsável por preservar e estudar objetos de valor cultural, o museu é responsável por expô-los ao grande público. Por conta, dessa exposição ao grande público se deve ter muito cuidado ao interpretar memórias dentro de um museu, para não correr o risco que Nora pontou de se usar da memória como escravidão.

¹⁶ Sobretudo dentro de um museu história nacional, como o MHN.



Figura 2 – Foto do final do circuito de exposições de longa duração do MHN. – No espelho escrito: “A história é você quem faz”. (Fonte: Acervo pessoal da autora, 2012)

Na década de 1920 o sociólogo francês Maurice Halbwachs se deteve na pesquisa do que denominou como “estrutura social da memória”. Segundo ele, as memórias são construções dos grupos sociais, cabendo a eles determinar o que é que pode se tornar memorável/memória e as formas pelas quais será lembrado. E o autor vai além ao afirmar que um grupo social pode a partir da sua vivência, reconstruir lembranças ou simulá-las. Isso quer dizer que um grupo social pode construir uma memória social, como também pode reconstruí-la ou simulá-la. Podendo assim produzir representações do passado, inspiradas numa percepção de outras pessoas, no que se imagina que possa ter acontecido ou pela interiorização de representações de uma memória histórica.

Halbwachs (2004, p. 75-76) diz que:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.

Esses movimentos construção e reconstrução podem gerar conflitos que fazem parte da constituição de memórias e da história e os mesmos podem se repetir ao longo

do tempo, dependendo da forma como os agentes sociais vão trabalhar com elas (LARA, 1991, p. 106).

Por conta destes conflitos, o final do século XX foi marcado por diversas discussões e transformações ocorridas no campo da história, e dentre elas está à problemática da memória e o esforço para se estabelecer fronteiras entre as duas (MENESES, 1999, p. 11). Como o corte temporal desta pesquisa é o século XXI, buscamos dentre os autores que problematizaram a questão da memória, um cujo trabalho pudesse nos ajudar a entender melhor, o lugar da memória no século XXI. O trabalho de Pierre Nora foi o que mais nos deu base para o entendimento. Ele identificou dentro do contexto da memória a problemática da mundialização¹⁷ (NORA, 1993, p. 8). O autor aponta a existência de um movimento de alteração do tempo, onde a história é mais dinâmica e rápida, fazendo com que o passado ceda lugar a uma ideia de eterno presente. E para retardar um possível efeito devastador dessa aceleração, os historiadores buscam segurar traços e vestígios, uma busca mais intensa pelo registro, pela representação. Produzindo um desejo cada vez maior de memória, que por sua vez é sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Para Sevcenko, os historiadores estão em vantagem nesse cenário, que :

consiste justamente na possibilidade que o estudo de história propicia, de uma compreensão mais articulada das circunstâncias por meio das quais chegamos ao ponto em que estamos e, partir daí, na possibilidade de uma melhor avaliação das alternativas que se apresentam e podemos vislumbrar graças à ampliação da perspectiva temporal. Essa estratégia nos permite sair dos limites estreitos tanto do presentismo como do conformismo do pensamento único apresenta algumas alternativas. (2001. p. 55)

No seu livro (SEVCENKO, 2001), o historiador brasileiro apresenta a impossibilidade de se retornar, ou de se modificar o passado, pois a partir do momento que as mudanças históricas ou tecnológicas são desencadeadas, exige dos historiadores uma reformulação dos pensamentos em adequação aos novos termos para assim poder interagir com eficácia no novo contexto. Não existe mais uma única memória, uma única história, de um único grupo social, a multiplicidade, as várias identidades e a aceleração da contemporaneidade vieram para mexer com tudo isso, foi um verdadeiro loop da montanha russa, como bem diz Sevcenko (2001, p. 14). E os museu, o que acontece com eles no meio desse loop?

¹⁷ Os limites entre os lugares não existe mais, o mundo está se tornando um só.

Lara em seu texto História, Memória e Museu, afirma que já tem um bom tempo que os historiadores vêm salientando a diversidade e multiplicidades da memória, e levanta a seguinte questão:

Como então pensar os museus a partir da pluralidade e da diversidade da memória e da história? (1991, p. 106)

No caso dos museus de história, Magalhães (2007, p. 417) afirma que:

Um dos principais pressupostos da formação de coleções em museus de História é expor ao olhar objetos úteis em repouso¹⁸, marcados pela passagem do tempo e pela ação de quem os produziu, utilizou e legou. Vestígios materiais são reunidos por serem considerados dotados de valores e, assim, tornam-se capazes de ligar o visível ao invisível, o presente ao pretérito, os vivos aos mortos.

Completando a afirmativa de Magalhães, podemos citar Rangel (2011, p. 308) que diz que:

Coletar, pelo menos no ocidente, onde geralmente se pensa no tempo como linear e irreversível, pressupõe resgatar fenômenos da decadência ou perda histórica inevitáveis. A coleção teoricamente contém o que merece ser guardado, lembrado e entesourado.

Partindo das afirmativas de Magalhães e Rangel, entendemos que um dos principais pressupostos da formação de coleções em museus de história é o de preservar, construir e evocar memórias através do acervo.

Segundo Lima:

Qualquer que seja modalidade conceitual, tipologia técnica ou denominação sob a qual se apresenta o museu, sua relação com os elementos constitutivos da Memória Social se faz indissociável. (2008a. p. 37)

O museu seria o campo onde a formulação de problemas relativos à relação entre memória e história pode acontecer e onde também se pode encontrar e confrontar diferentes soluções e respostas para esses problemas. Podemos assim dizer que neste processo de preservar, construir e evocar memórias através do acervo, o museu deixa de ser um local onde existe apenas a memória constituída e passa a ser também o lugar da memória que nos constitui. Fazendo com que os museólogos e historiadores deixem de lado uma posição de neutralidade, por conta da multiplicidade da memória e da história, e

18

Grifo nosso.

se coloquem numa posição de confronto, analisando o embate entre visões de mundo diversas (LARA, 1991. p. 107).

Além da memória e da história outro conceito também entra no campo dos museus – a questão da identidade.

IDENTIDADE

Sola (1989, p. 26) em sua análise vai afirmar que a identidade pode ser facilmente um nome verdadeiro para o objeto museológico. Pois, é através dos museus que a comunidade e indivíduos se reconhecem e enquanto tais se diferenciam, através do espelho de suas vidas, culturas e de suas práticas pessoais, coletivas, passadas e presentes. Como estamos trabalhando com objetos datados do século XXI, demos preferências para a discussão contemporânea sobre identidade. Com o advento da globalização, as identidades se tornaram cada vez mais instáveis (HALL, 2002). Segundo Hall:

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado. (2002, p. 7)

Para ele as mudanças estruturais que se iniciaram nas sociedades modernas do final do século XX estão em plena transformação e com elas as ideais que temos de sujeito, e nossas formas de praticar uma identidade. Por conta disso é bastante recente a centralidade que a questão da identidade passou a ter nas ciências sociais. Seguindo a argumentação de Hall (2002) pode-se dizer que a identidade torna-se um problema ainda mais relevante num contexto em que as identidades não mais se referem a grupos fechados, ou apenas identidades étnicas. As identidades tornam-se híbridas e deslocadas de um vínculo local. E isso significa também que são transformadas em uma tarefa individual, em um processo de construção incessante, e não mais de atribuição coletiva que implicava apenas certa conformação às normas sociais.

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais 'lá fora' e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as 'necessidades' objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O

próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2002, p. 12)

Nas três últimas décadas do século XX até a primeira década do século XXI a sociedade passou por mudanças radicais, e suas consequências estão refletindo nas formas como as identidades emergem atualmente. A globalização veio para incluir um processo duplo de hibridização e homogeneização. Com a negação do local, o global trouxe uma padronização radical.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. (HALL, 2002, p. 75)

Nesse contexto do global, a identidade individual (auto-identidade) entra em conflito ao se deparar com a busca de novas identidades. Sobre isso, o sociólogo britânico, Anthony Giddens afirma que é impossível entender o desdobramento das sociedades modernas, em sua complexidade atual, sem analisar as consequências que a globalização ou os riscos sociais imprimem tanto ao indivíduo (o “eu”) quanto à coletividade, contribuindo de forma decisiva para afetar “*os aspectos mais pessoais de nossa existência*” (2002, p. 9). O autor (2002, p. 81) menciona que na atualidade é apresentada para a sociedade uma enorme gama escolhas em relação ao estilo de vida a ser adotado pelas pessoas. No entanto, isso não quer dizer que todas as essas possibilidades de escolhas estão abertas para todos, nem que as pessoas façam suas escolhas sabendo de todas alternativas disponíveis. É a pressão imposta por grupos e estilos ou a limitação socioeconômica que vai influenciar a seleção de estilos de vida.

Segundo Bauman (1999), na modernidade uma identidade que não fosse clara era considerada um problema. Toda via, para o autor, hoje isso não acontece mais, a sociedade está passando por um momento de ausência do medo da ambivalência de identidades. Essa ambivalência passa a ser um valor, a característica que mais impera é a da transitoriedade, ter algo que seja fixo passou a ser pouco atrativo.

O mundo construído de objetos duráveis foi substituído pelo de produtos disponíveis projetados para imediata obsolescência. Num mundo como esse, as identidades podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa. O horror da nova situação é que todo diligente trabalho de construção pode mostrar-se inútil; e o fascínio da nova situação, por outro lado, se acha no fato de não estar comprometida por experiências

passadas, de nunca ser irrevogavelmente anulada, sempre 'mantendo as opções abertas'. (BAUMAN, 1998, p. 112-113)

Bauman não quer dizer com isso que a estratégia da vida pós-moderna é deter a identidade, ele quer dizer que a estratégia é não deixar ela se fixar. Sempre deixar em aberto possíveis opções, ter o desprendimento de não se apegar a nada.

E desse modo a dificuldade já não é descobrir, inventar, construir, convocar (ou mesmo comprar) uma identidade, mas como impedi-la de ser demasiadamente firme e aderir depressa demais ao corpo. (BAUMAN, 1998, p. 114)

A sociedade está vivendo um momento onde a durabilidade deixou de ser um valor, como era em tempos anteriores. As coisas devem ser consumidas de forma rápida, depois descartadas, para coisas novas poderem ser consumidas. A pós-modernidade trouxe a tona uma sociedade que se organiza e se importa mais com o consumo do que com o trabalho, e nessa organização as identidades também estão incluídas, também se tornaram algo a ser consumido. Sobre esse "líquido mundo moderno" Bauman diz que:

Para a grande maioria dos habitantes do líquido mundo moderno, atitudes como cuidar da coesão, apegar-se às regras, agir de acordo com precedentes e manter-se fiel à lógica da continuidade, em vez de flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração, não constituem opções promissoras. (BAUMAN, 2005, p. 60)

E continua:

Em vista da volatilidade e instabilidade intrínsecas de todas ou quase todas as identidades, é a capacidade de 'ir às compras' no supermercado das identidades, o grau de liberdade genuína ou supostamente genuína de selecionar a própria identidade e de mantê-la enquanto desejado, que se torna o verdadeiro caminho para a realização das fantasias da identidade. Com essa capacidade somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade. Ou assim parece. (BAUMAN, 2001, p. 98)

Dentro do Museu Histórico Nacional o conceito de identidade, possui outros desdobramentos e problemáticas, pois além de um museu histórico ele também é nacional. Se para Bauman (2005), na atualidade, as identidades estão mais ambivalentes e líquidas, onde uma identidade, única, coesa, fixa, bem estruturada é vista, como um fardo que ninguém deve ter, é visto também como uma limitação da liberdade do indivíduo. Neste contexto, como fica a identidade nacional?

Para Hall (2002, p. 59):

(...) não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural?

Segundo o autor as culturas nacionais são fontes de identidade cultural, uma vez que as nações são produtoras de repertórios culturais que proporcionam identificação com os grupos. Dessa forma, pode-se dizer que as culturas nacionais é um discurso que constrói identidades, por serem compostas de símbolos e representações. São um modo de construir sentidos (identidades) que influenciam e organizam tanto as ações quanto a concepção que os homens tem de si mesmos.

As coleções dos grandes museus europeus sempre estiveram ligadas de alguma forma à ostentação de poder e de orgulho nacional. Esta ligação inicia-se a partir da Revolução Francesa, quando ocorre uma mudança no conceito de patrimônio. A preservação dos bens culturais nacionais, inserida num projeto de construção de uma nova nação, trouxe a sociedade francesa um sentimento de pertencimento que influenciou na ideia de uma identidade única. Neste contexto, (CARVALHO; FUNARI, 2011, p. 1), os museus foram inseridos numa proposta nacionalista.

No Brasil muitos museus também foram permeados pelas questões da preservação de uma identidade oficial, de heróis e de memórias idealizadas. O acervo que era preservado por estas instituições era revestido de um caráter oficial que resultava no estabelecimento de um discurso único considerado o verdadeiro/oficial, fundamental para a definição de uma ideia de identidade nacional. Contudo a sociedade e suas estruturas se transformaram. Segundo a declaração de Caracas (2010, p. 70), velhos dogmas que pareciam imutáveis caíram e com eles os muros que marcavam fronteiras ideológicas e políticas.

Desde 1972, com a declaração de Santiago do Chile, quando a sociedade passa a ser objeto de estudo do museu e depois com a declaração de Caracas em 1992, o papel dos museus nacionais na contemporaneidade foi questionado. As formas de museu tradicionais que ainda dominavam na América Latina, não respondiam mais as mudanças ocorridas no mundo contemporâneo. E segundo Tostes (2011, p. 7) a resposta dos museus nacionais veio através de ações que receberam os nomes de: reformulação, modernização, revitalização.

No momento, em que essas ações começaram a ser colocadas em prática e que se passou a pensar em se construir museus fora do contexto político de formação de nação é que a ideia de considerar a existência de diferentes processos ligados a uma cultura/identidade passou a existir. Para Hall, atualmente, não se pode falar em uma identidade nacional única, mas sim, em várias experiências de identidade que ajudam a formar o processo permanente de construção da cultura/identidade. Sendo assim a identidade nacional passa a ser formada por várias peças, que formam um todo, e não fatos pontuais e muitas vezes idealizados.

Por tanto, pensar como é o processo de seleção do acervo, ou melhor, a ação desenvolvida pelos museus no sentido de identificar e incorporar novos objetos museológicos as suas coleções de uma sociedade que ainda está construindo e reconstruindo suas identidades tanto pessoais quanto coletivas, é desafiador.

Como comentamos no início deste tópico, por ser uma instituição que tem por finalidade preservar, estudar, potencializar por diversos meios, e divulgar, por intermédio de exposições e outros veículos, em benefício do público, objetos de valor cultural, não poderíamos estudar os mecanismos de um museu (como por exemplo o tema deste trabalho – Política de Aquisição de acervo) sem antes analisar e discutir brevemente os conceitos “desafiadores” de memória e identidade. Já no próximo tópico desta dissertação, veremos o que são os processos de patrimonialização e musealização.

1.2. PATRIMONIALIZAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO

Os processos de patrimonialização e musealização ainda causam dúvidas sobre suas diferenciações, no início da nossa pesquisa não tínhamos a intenção de analisar os dois, queríamos só discutir sobre o de musealização, no entanto nos deparamos durante as leituras sobre o museu, com um fato que nos fez rever nosso estudo. O Museu Histórico Nacional, criado no ano de 1922, foi o pioneiro, em 1934, na institucionalização da preservação do patrimônio nacional, com a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais. No entanto, somente 79 anos depois de sua criação o seu conjunto arquitetônico e as suas coleções foram inscritos no Livro Histórico do IPHAN. A descoberta deste dado da história do museu e de suas coleções nos intrigou e nos levou a questionar o porquê esses bens culturais não foram tombados antes. Pois, no nosso entendimento, no momento em que um bem cultural é retirado do seu contexto de origem e é destacado por ter um valor, ele já é um patrimônio. E depois de passar por um processo de musealização (que envolve questões técnicas como: preservação,

investigação e comunicação), este artefato passa a ser um patrimônio museológico. Então, porque demorou tanto tempo para institucionalizar aquilo que já era legitimado como sendo um patrimônio museológico?

Encontramos a resposta a esse questionamento no artigo Resgate de uma dívida¹⁹ - O tombamento do MHN, seu prédio e acervo, escrito por Adler Homero Fonseca e Castro em 2002²⁰. Ao nos depararmos com esse material que esclarece bem a questão, optamos por indica-lo ao invés de nos alongarmos em um assunto que merece ser tema de outra dissertação de mestrado. Porém, toda essa situação de dúvidas e questionamentos com relação ao acervo do museu e a institucionalização dele como patrimônio, atrelada à afirmativa de Mairesse (2011, p. 254) de que tudo que é musealizado é patrimonializado, mas nem tudo que é patrimonializado é musealizado, nos levou a buscar compreender o que seriam os processos de patrimonialização e musealização.

Entendemos que a museologia está inserida nas formas culturais, que Bourdieu (2000) vai nomear de sistemas simbólicos. Entendido como documento, que torna visíveis as práticas sociais que determinaram sua confecção e uso, um objeto, seja qual for sua natureza, pode sofrer um processo de patrimonialização e de musealização e dependendo do processo, pode passar a ter o status patrimônio ou de objeto museológico.

1.2.1. O CONCEITO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

O PATRIMÔNIO

O conceito de patrimônio possui uma complexa trama de sentidos, significados e práticas, que podem ser aplicadas a ele, além de apresentar diversas tipologias. Hoje é comum se ouvir falar em: patrimônios históricos, artísticos, arqueológicos, científicos, museológicos, geológicos, naturais, etnográficos, paleontológicos, bibliográficos, arquivísticos, ecológicos, industriais, etc. A diversidade de tipologias e sentidos foram vinculadas ao termo patrimônio de várias formas por atores sociais em diferentes momentos da história.

¹⁹ Grifo nosso.

²⁰ (CASTRO, 2002)

Lima (2012, p. 33) remonta a origem do termo ao mundo Romano:

O *pater familias* detinha o *status* social de 'senhor do patrimônio' e exercia na vida romana, como chefe de família, dono da casa (*dodomus*), o papel de mantenedor das tradições, entre as quais o culto aos mortos e às divindades protetoras que se realizava no próprio lar, em cômodo destinado para tal fim e no qual se depositavam oferendas.

Patrimônio, na acepção da palavra, em sua origem, designa bem transmitido por herança dos pais aos filhos, encontrando-se ligado aqui às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Já a definição de patrimônio geralmente utilizada constituiu-se a partir da Revolução Francesa (1789), com a instauração de mecanismo para proteção, das antiguidades nacionais contra saques e vandalismos, mecanismos esses que eram legitimados pelo governo, o conceito se ampliou e passou a designar um bem destinado ao usufruto de uma sociedade, um patrimônio nacionalizado. Esse tipo de política patrimonial estendeu-se após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conforme aponta François Choay (2006, p. 240):

O patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem.

Essa extensão do conceito se deu de maneira significativa, tomando dimensões globais, devido à contínua acumulação de uma diversidade de objetos unificados por seu passado comum (CHOAY, 2006, p. 11) tendo por função a busca do homem em resguardar a memória da vida contra a ruína do tempo.

No final do século XX a ideia de patrimônio ampliou ainda mais o seu campo ao incluir os bens imateriais. Ter matéria (ser um objeto) não é mais uma condição primordial para ser patrimônio. Agora não só os bens tangíveis poderiam ser entendidos como patrimônio, os bens intangíveis, como o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, também o poderiam. A Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 216, já citava em seu texto o termo imaterial:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No mundo contemporâneo o termo patrimônio é usado das mais diferentes formas. Deve-se ainda destacar o número expressivo de pesquisadores que discutem este tema e propõem múltiplas definições para o referido termo. Com a intenção de estabelecer uma relação direta entre patrimônio e museologia, optamos por utilizar como referência para discussão que iremos desenvolver os seguintes autores: Choay (2006), Lima (2012) e Desvallées e Mairesse (2010/2011).

Segundo Lima, se estamos falando a partir do campo da Museologia, podemos dizer que o Patrimônio é um conjunto de bens simbólicos, relacionado à ambiência cultural e integrado ao complexo natural, espaço-mundo coletivo dos mais diferentes grupos e coisas (2012, p. 32). Vale dizer que a motivação que leva alguns objetos ao status de bens simbólicos, não está ligada a nenhuma diferença física que eles tenham. Uma panela de barro das Panelleiras de Goiabeira não tem diferenças químicas e estruturais de outras panelas de barro, no entanto o ofício das panelleiras de Goiabeiras²¹ possui uma carga simbólica. Os materiais estruturais das panelas não justificam que sejam bens, que sejam vistos como patrimônio cultural, mas sim o valor atribuído ao ofício, ao processo de confecção do artefato.

PATRIMONIALIZAÇÃO

Conforme os conceitos definidos por Desvallées e Mairesse (2010, p. 68), a patrimonialização pode ser definida como uma seleção valorizada que envolve um processo de ativação simbólica do valor patrimonial de uma determinada manifestação cultural, em função do seu caráter representativo em relação à identidade cultural, a memória coletiva e os valores sociais e culturais da humanidade.

A patrimonialização pode ser definida como o processo de reconhecimento do valor/valores que justifica, para a comunidade do bem (material ou imaterial) em questão,

²¹ “O saber envolvido na fabricação artesanal de panelas de barro foi o primeiro bem cultural registrado, pelo IPHAN, como Patrimônio Imaterial no Livro de Registro dos Saberes, em 2002. O processo de produção no bairro de Goiabeiras Velha, em Vitória, no Espírito Santo, emprega técnicas tradicionais e matérias-primas provenientes do meio natural. A atividade, eminentemente feminina, é tradicionalmente repassada pelas artesãs panelleiras, às suas filhas, netas, sobrinhas e vizinhas, no convívio doméstico e comunitário”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=17745&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional> Acesso em: 15. Dez. 2013

a sua conservação para transmissão para as gerações futuras. É de fato um processo de reconhecimento desse conjunto de bens como bem coletivo. Sendo assim, podemos dizer que a patrimonialização se constitui um ato de reconhecimento e valorização, de preservação²², e de difusão, de um bem simbólico (seja ele material ou imaterial), que pode ou não ser institucionalizado pelo Estado. O reconhecimento e a valorização já foram tratados acima, quanto à preservação podemos dizer que é o ato de conservar o bem visando mantê-lo seguro de qualquer efeito danoso para poder mantê-lo no presente, como também permitir sua existência no futuro (Lima, 2012, p. 34). A difusão do patrimônio é o ato de dar a sociedade acesso a informação e ao bem.

1.2.2. O CONCEITO DE MUSEALIZAÇÃO

Partindo da ideia de que os museus se constituem a partir da coleta de acervos²³, pretendemos aqui entender o que é o processo de musealização, ou seja, o processo que faz um objeto ter um novo arranjo e passar a ser um objeto museológico.

Conforme o verbete – Musealização - do *Dictionnaire encyclopédique de muséologie* (DESVALLÉES; MAIRESSE. 2011, p. 251), o processo de musealização não consiste apenas no ato de se tomar um objeto e colocá-lo dentro de um museu, mas sim em todo o processo de mudança de status, onde ele deixa de ter sua função primária (sua função de origem - objeto de culto, utensílio ou de deleite), e passa a ser entendido como um testemunho material e imaterial do homem e de seu ambiente. Tornando-se também fonte de estudo e de exposição, adquirindo assim uma realidade cultural específica (DESVALLÉES; MAIRESSE. 2011, p. 251).

Desde a antiguidade, o homem tem criado objetos com a função de estender seu poder/domínio sobre o ambiente natural e para dar significação a sua relação com outros homens. São registros da ação humana em diferentes momentos da história e que podem ser entendidos como fontes para o conhecimento de modos de vida, produtos e matérias da dinâmica da sociedade. Esses objetos têm a capacidade de estabelecer uma ligação entre o passado, presente e futuro. Scheiner (1995, p. 11) nos lembra que todo

²² Por conta da preocupação em buscar protege-lo de qualquer dano.

²³ Mesmo sabendo que existem museus sem objetos físicos, como museus virtuais, acreditamos que todo museu possui acervo. Os relatos encontrados no Museu da Pessoa constituem aquilo que entendemos como acervo deste modelo institucional. Fundado em São Paulo, em 1991, o Museu da Pessoa desde sua criação é uma organização da sociedade civil que atua para registrar, preservar e transformar em informação histórias de vida de toda e qualquer pessoa da sociedade. Atualmente seu acervo é constituído de 15 mil histórias de vida e 72 mil documentos e fotos digitalizados. Atualmente se discute a abertura de uma nova sede que concentrará tudo, além de ter um espaço expositivo, auditório, biblioteca e acervo.

objeto é, em si mesmo, memória e documento da história da humanidade. Sua própria existência (prévia ou simultânea) reflete os processos específicos de cultura, de relações intersociais e dos vários graus possíveis de relação do homem, consigo mesmo e com o meio natural. O colecionismo desses objetos é um hábito humano que, podemos dizer, nasceu junto com a própria humanidade. Pomian (1994, p. 54) diz que a natureza essencial da coleção, deve revelar-se a partir do momento que saímos de nosso próprio território e que persigamos o sentido humano de reunir objetos desta forma, ou seja, a coleção como constante antropológica.

Segundo a museóloga Waldisa Rússio (1984, p. 61):

Quando nós musealizamos objetos, ou seja, quando recolhemos objetos como testemunhos, nós os muzealizamos porque eles são testemunhos, são documentos e têm fidelidade. São critérios que nos orientam, portanto, no recolhimento de determinados vestígios, de determinados resíduos, de dados concretos ou de registros de fatos menos materiais, que simplesmente vamos pôr em evidência.

O ato de musealizar não se resume em colocar um objeto num museu, existe toda uma rede de procedimentos técnicos, que fazendo desse objeto um testemunho de uma cultura ou sociedade, o transforma em suporte de informação.

A musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa. (LOUREIRO, 2012, p. 156)

Os objetos criados pelos homens são registros da sua ação ao longo da história e podem ser entendidos como fontes para o conhecimento de modos de vida, produtos e matérias da dinâmica da sociedade – isso quer dizer, são veículos de informação. Tendo a capacidade de estabelecer uma ligação entre o passado, presente e futuro. A musealização começa com a separação dos objetos de seu contexto de origem, esse objeto será salvaguardado, pesquisado e exposto, essas ações vão permitir que se tenha um entendimento maior da realidade que constituiu este objeto, compreendendo ele como um gerador de informação.

Em todo este processo estamos permeando a questão da seleção. Um objeto é selecionado em detrimento a outro, seja por questões estéticas, raridade, antiguidade e/ou conservação.

[...] o trabalho de musealização só leva a dar uma imagem que não é mais do que um substituição da realidade a partir da qual os objetos são selecionados. (DESVALLÉES; MAIRESSE. 2010, p. 51).

Devemos então, deixar claro que mesmo sendo uma fonte geradora de informação de uma realidade, mesmo tendo um valor que documenta a realidade, a musealização de um objeto não constitui em nenhum caso a própria realidade.

Em vista do exposto neste tópico, podemos concluir que a patrimonialização e a musealização são práticas que possuem suas peculiaridades, mas que estão articuladas entre si. Em ambos os processos, existe uma valoração, uma preocupação com a preservação, uma documentação e uma difusão. O que difere as duas práticas é o fato da musealização ser composta de atos relacionados a práticas do campo museológico e por acontecerem nem espaço museológico específico. Já a patrimonialização é um processo amplo, que participa do processo de musealização sem o englobar totalmente, como bem diz Mairesse (2011, p. 254) ao afirmar que tudo que é musealizado é patrimonializado, mas nem tudo que é patrimonializado é musealizado. Por fim, queremos deixar claro que esses dois conceitos estão em construção, podendo ainda ter novos aspectos incorporados.

Partindo do entendimento de que a Política de Aquisição de Acervo é um dos instrumentos utilizados durante o processo de musealização de um objeto, iremos analisar adiante, alguns conceitos que tem relação direta com este instrumento, que é o tema deste presente trabalho. Ao adquirir um objeto, por motivações variadas, o museu está praticando colecionismo, mas o que na verdade é essa prática?

1.3 – O COLECIONISMO – POR QUE COLETAMOS OBJETOS?

Não é por estar no museu que as obras são boas. Interesses múltiplos e diversos levam as obras aos museus, desde a aliança com o mercador até o gosto do diretor. É imperioso analisar estes interesses. (BARBOSA, 2010, p. 21)

Durante a pesquisa, percebemos que as coleções do Museu Histórico Nacional foram formadas por motivações diferentes. Desde a fundação até o ano de 1996, com criação da Política de Aquisição de Acervo, a instituição não teve nenhum documento ou regulamento com orientações de como se daria a coleta dos objetos para compor as coleções.



Figura 3 - Charge Publicada no Jornal D. Quixote em 1922 (Fonte: Catálogo 90 anos de histórias – 1922-2012. Museu Histórico Nacional, 2013, p. 19).

Ao analisarmos a imagem acima, podemos verificar as críticas que eram feitas a Gustavo Barroso no momento em que formava o acervo do MHN. A charge traz a seguinte frase: *“o que se pode arranjar por aí não é rigorosamente histórico, mas não há dúvida, eu escrevo lendas a propósito e elas ficam sendo...”*. Segundo Magalhães (2004, p. 51) a imagem seria uma sátira a prática de colecionismo de Barroso, que parecia não ter critérios. No entanto, ao pesquisarmos nos anais, em textos referentes às coleções do museu, de outras publicações, como também nos decretos que regulamentavam os regimentos internos do museu, encontramos diversos indícios dos procedimentos técnicos que eram utilizados na seleção de objetos. Estes traziam na introdução qual seria a finalidade do museu. Para corroborar nossos argumentos mencionamos o texto do decreto que criou o MHN²⁴:

Art. 1º O Museu Historico Nacional, dependente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, terá por fim recôlher, classificar e expor ao publico objectos de importancia historica, principalmente os que forem relativos ao Brasil, e concorrer por meio de cursos, conferencias, commemorações e publicações para o conhecimento da historia patria e o culto das nossas tradições.

Notamos neste trecho, que a finalidade do museu era a coleta de objetos que tinham importância para a história da pátria e para o culto das tradições. Barroso buscava

²⁴ BRASIL. Decreto nº 15.569, de 22 de julho de 1922. Disponível em: <www6.senado.gov.br/legislação/USIBPublicacoes.action?id=46709&tipoDocumento=DEC&tipolexlo> Acesso em 30. Mar. 2012.

através da ressignificação de fragmentos (objetos históricos) evocar os acontecimentos do passado, construindo assim memórias e histórias. Portanto, mesmo não existindo uma Política de Aquisição de acervo formalizada, os documentos e publicações sobre o museu já davam uma orientação de como direcionar a busca e aquisição dos objetos.

Já a PAA de 1996²⁵ traz em seu conteúdo os parâmetros que nortearam a busca de objetos para suas coleções.

- 1.1. De acordo com os objetivos do Museu Histórico Nacional (ver Parte I itens 1 e seguintes deste "Manual"), deverão ser buscados objetos materiais de interesse histórico-informativo para o estudo e divulgação da história da formação social brasileira.

Ao analisarmos os dois documentos, percebemos a mudança entre a motivação (a direção de busca de objetos) presente no decreto de criação do museu (1922) e a política de acervo (1996). Entendemos como natural a variação das motivações, pois partimos do princípio que os museus não estão dissociados dos processos sociais, sendo assim, acompanham as mudanças pelas quais a sociedade onde eles estão inseridos passa.

Sem a noção de que museu é o registro da trajetória humana sobre a terra, sem esta compreensão inicial a alicerçar ideias e reflexões, será impossível uma visão mais clara do conspecto museológico e, mesmo, uma análise profunda de cada aspecto em particular. A organização do museu não pode alienar-se do processo social, como um todo; é esta atitude esquiva de alheamento que o vem condenando, sistematicamente, ao esquecimento (RUSSIO, 1977, p. 133)

Desta forma, podemos dizer que no decorrer dos anos as motivações foram sendo modificadas e transformadas atendendo as demandas sociais de suas respectivas épocas.

Se analisarmos a história da formação das coleções do MHN, como também de algumas outras coleções, particulares ou públicas, perceberemos que não existe uma única razão que as gerou. Por conta destas diferenciações de motivações encontradas durante a pesquisa de campo no museu optamos por, antes de falarmos sobre o que e como coletar um objeto, que são questões pertinentes a Política de Aquisição de Acervo, analisar a prática do colecionismo. Precisamos entender o porquê coletamos. Será que existe uma única razão que motiva a formação de coleções? Será que o medo do esquecimento é o que leva os museus a formarem suas coleções?

²⁵ ANEXO A

Em busca de um melhor entendimento sobre a prática do colecionismo, no ano de 2011 o Museu Histórico Nacional realizou um Seminário Internacional com o tema: Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas²⁶. Neste seminário, os estudiosos discutiram a prática do colecionismo como sendo uma atitude polissêmica.

Nesse sentido, as discussões que aconteceram durante os três dias do seminário internacional mostraram como refletir sobre o tema “coleções” implica em pensar em práticas polissêmicas. Há diversas razões que levam pessoas a formar coleções, assim como diversas tipologias e vários desdobramentos dessa prática.
(MAGALHÃES; BEZERRA, 2012. p. 10)

A palavra polissemia vem do termo grego *polysemos*, que significa "algo que tem muitos significados". A prática do colecionismo pode ser entendida como polissêmica, pois, mesmo que encontremos atitudes semelhantes, elas poderão ter diferentes sentido e significados (BEZERRA; MAGALHÃES, 2012. p. 10). Podemos pensar em uma criança que junta numa caixa diferentes tipos de pedras que encontra, pois gosta das cores, brilhos, tamanhos e formatos. Sem estar preocupada com questões de preservação ou nostalgia, ou outros motivos, essa criança montou sua coleção motivada pela fruição estética que as pedras a proporcionam. Já um geólogo poderia reunir as mesmas pedras que a criança reuniu, mas com um propósito científico - formar uma coleção para estudo e difusão da geologia. E o contrário também pode acontecer.

Outro exemplo hipotético seria o de um Marchand de obras de arte que ao formar coleções está preocupado com o valor financeiro delas. Em contra ponto a ele, podemos citar Norman Rosenthal que é o secretário de exposições na Royal Academy, em Londres, e que descreveu o seu fascínio de colecionar obras de arte como uma relação visceral, “é como uma droga. É ao mesmo tempo intensamente prazeroso e altamente viciante”. (Ruiz, 2003).²⁷

Se entendermos que o colecionismo não possui uma categoria única de análise, estaremos abrindo o campo de reflexão do tema, podendo assim, entender as coleções através das diversas tipologias. Uma só coleção, mesmo dentro de um museu, pode ter diferentes sentidos e significados. Como também, a forma como ela foi coletada pode ser polissêmica, quer dizer, no seu início de formação, a coleção pode ter tido uma motivação que foi variando com o tempo. Até uma coleção formada fora de um museu, ao ser doada ou adquirida pela instituição, pode mudar de significação.

²⁶ Em 2012 o MHN lançou o livro do seminário, com o mesmo título, contendo textos tratados durante o evento.

²⁷ Citação original em inglês: “*Collecting art is like a drug. It is both intensely pleasurable and highly addictive.*”

Partindo do princípio que a prática do colecionismo não é motivada tão somente pela preocupação com o esquecimento e mesmo correndo o risco de cair numa repetição de discursos já trabalhados por outros autores do campo, optamos por apresentar exemplos de motivações, que em diferentes momentos da história levaram ao colecionismo.

Pomian (1994 p. 55) afirma que já a partir do Neolítico existia a presença de mobiliário funerário, como se pode confirmar através dos relatórios de escavações. A própria arte egípcia, que encontramos em coleções de grandes museus tais como, o Metropolitan Museum de Nova Iorque, não buscava o deleite do observador, mas sim manter vivo tudo que tinha relação com monarca. O que mais importava não era a beleza, mas a plenitude (Gombrich, 1999. p. 60). A preocupação dos egípcios em se manterem vivos após morte era tamanha que não só o corpo preservado bastava, era preciso também fazer uma cópia fiel da cabeça do faraó em granito, fazendo com que a tradução do nome egípcio para representar os escultores fosse “Aquele que mantém vivo” (Idem, p. 58). As próprias pirâmides foram construídas não com a função de monumentos, mas sim para abrigar o corpo do faraó e tudo o que pudesse fazê-lo viver para sempre. Com isso podemos acreditar que o esforço do homem de se manter vivo através dos objetos, o seu desejo de permanência após a morte, como afirma Lopes (2010. p. 378) é onde talvez se tenha a primeira noção de coleção.

O hábito de agrupar objetos também esteve presente nos templos Gregos e nas oferendas aos deuses²⁸. “Era nos templos que se acumulavam e que eram expostas as oferendas” (POMIAN, 1994. p. 56). A função dos objetos depositados nos templos era contemplativa, ou seja, apenas para serem expostos ao olhar. Dentro dos templos “não se pode nem extrair pedras, nem tirar terra, nem cortar lenha, nem construir, nem cultivar, nem habitar” (POMIAN, 1994, p. 57). Edificações foram erguidas para receber as oferendas de locais de culto onde não havia mais espaço para colocá-las (POMIAN, 1994. p. 57). As oferendas eram objetos consagrados, registrados em inventários e protegidos contra ladrões, e mesmo se houvesse algum tipo de deterioração eles não eram descartados.

Para Baudrillard (1973. p. 94) numa coleção predomina mais a posse do que a utilidade. No caso do gregos a utilidade do objeto já tinha se perdido, mas a questão da posse é retomada pelos romanos e seus despojos. De acordo com Pomian (1994. p. 58) os generais quando voltavam vitoriosos das campanhas mostravam além dos homens que tinham derrotado, as riquezas conquistadas. As conquistas (objetos) que não iam

²⁸ É importante frisar que no caso dos templos Gregos, os objetos perderam seu valor de uso que tinham nos templos funerários, para um valor de oferenda.

para os templos eram guardadas com o general vitorioso. No entanto, sempre que se fizesse necessária sua apresentação em uma cerimônia ou festa, as riquezas eram apresentadas ao olhar do grande público.

Tanto na Grécia como em Roma existia um fator importante relacionado aos artefatos, tanto dos templos como das coleções dos generais - a função de relíquia. O objeto ganha importância pelo seu valor histórico, por ser um testemunho e ter estado em contato ou pertencido a um vulto importante (um deus ou um herói), ou por ter relação com algum fato histórico²⁹. Foi com o cristianismo que as relíquias atingem seu apogeu (POMIAN, 1994. p. 59).

A autora Cynthia Hans (2010, p. 290) conceitua as relíquias religiosas como sendo:

(...)um objeto físico que é entendido como transportador dos virtus de um santo ou de Cristo, literalmente, a virtude, mas de forma mais precisa o poder da pessoa santa. Ele poderia ser um osso ou ossos, alguma outra parte do corpo, ou meramente algum objeto que tenha sido santificado por ter entrado em contato com uma pessoa sagrada. Muitas vezes, é necessário que seja identificado por uma marcação ou autenticação.

A relíquia para a Igreja era o próprio santo. Estas eram levadas para santificar lugares, curar pessoas, proteger reinos e cidades. Também funcionavam como “presentes” entre bispos e nobres para manutenção dos laços de amizade e sociabilidade (BEZERRA, 2012. p. 239). Além disto, eram expostas ao olhar dos fiéis, pela Igreja, junto com outros objetos - candelabros, tapeçarias, quadros, e etc. - formando verdadeiras coleções (POMIAN, 1994. p. 60).

Das relíquias sacras para os gabinetes de curiosidade. Até agora ter objetos com valor histórico, estético ou objetos precisos era um privilégio do clero e dos príncipes, ou de grandes governantes. A partir do advento das navegações e da descoberta de novos continentes, a formação de coleções de objetos artísticos ou curiosidades naturais foi bastante estimulada, servindo de base para os famosos gabinetes de curiosidades. Segundo Blom (2003, p. 34), era a primeira vez que o colecionismo não se restringia apenas a um punhado de pessoas desde os tempos de Roma. Isto porque com a expansão do conhecimento no século XVI, novas respostas aos fenômenos eram exigidas. Com o tempo esses gabinetes foram se especializando e passaram a acompanhar as concepções científicas (BITTENCOURT, 1996, p. 12). Começaram a ser organizados e obedecer critérios de ordem, até que deixaram de abrigar coleções para

²⁹ Como veremos no estudo de caso dessa pesquisa essa função de relíquia continua existindo mesmo no século XX.

saciar meras curiosidades e voltaram-se para a pesquisa científica. No século XVI a Europa viveu seu primeiro surto de atividade colecionadora.

As origens do acúmulo de objetos valiosos, seja por sua beleza ou raridade, sempre estiveram no colecionismo, o que perdurou até a revolução francesa, em fins do século XVIII. Vale lembrar que até esse momento o contato com as grandes coleções era privilégio de pessoas que pertenciam ao mesmo meio social dos proprietários. Somente as Igrejas tinham suas coleções abertas ao público. Essa situação só vai mudar quando os objetos pertencentes a coleções particulares, considerados mais interessantes foram transferidos para museus de artes e de história natural que começaram a ser difundidos por toda a Europa. Podemos citar como exemplo o Museu Britânico (1753) em Londres³⁰ e o Museu do Prado³¹ (1819) em Madri. No Brasil encontramos o Museu Real (atual Museu Nacional – RJ) que foi criado em 1818, por d. João VI, que por sua vez, doou a primeira coleção de história natural.

Segundo Choay (2001, p. 97), o museu como conhecemos hoje surgiu da evolução do pensamento trazido pela Revolução Francesa. Preservar, inventariar e catalogar o patrimônio francês com a intenção de instruir a nação, foram os fatores que motivaram a criação em 1793 do Museu do Louvre. Esse movimento de abertura de museus ao público no século XVIII foi seguido no século XIX com a criação de outras importantes instituições museológicas na Europa, que conferiam um sentido de antiguidade/passado a nação, legitimando de forma simbólica os Estados Nacionais e trazendo à nação o sentido de proprietários dessas coleções, ou seja, agora a posse é coletiva.

Além desses exemplos, existem outras práticas de colecionismo que não foram citadas, pois, não era nossa intenção fazer um relato completo, mas sim, mostrar as diversas motivações e sentidos para coletar objetos em diferentes lugares e momentos da história. Para o estudo da Política de Aquisição de Acervo é importante o entendimento do colecionismo como uma prática polissêmica, o entendimento da

³⁰ O Museu Britânico nasceu da vontade do médico, naturalista e colecionador, Sir Hans Sloane (1660-1753), que ao longo da vida, coletou mais de 71.000 objetos. Por ter o desejo que após a sua morte esses objetos fossem preservados, ele doou toda sua coleção para a nação. Em 7 de junho 1753, uma lei do Parlamento criou o Museu Britânico. As coleções iniciais eram constituídas de: livros, manuscritos e espécimes naturais com algumas antiguidades e material etnográfico. O Museu Britânico abriu ao público em 15 de janeiro 1759. Entrada era gratuita e dada a todas as pessoas estudiosas e curiosas.

³¹ Em 1785 o arquiteto Juan de Villanueva, por ordem de Carlos III, projetou um edifício que teria por função ser um Gabinete de Ciências Naturais. No entanto, a função deste edifício não ficou clara até que Fernando VII, incentivado por sua esposa, tomou a decisão de dedicá-lo para a criação de um Museu Real de Pintura e Escultura. O Museu Real, posteriormente foi renomeado, Museo del Prado, e abriu pela primeira vez ao público em 1819. As valiosas coleções reais começaram a tomar forma no séc. XVI através do empenho de Carlos V e foram sucessivamente enriquecidas por todos os monarcas que sucederam o turno espanhol.

variação de razões que levam a formação de uma coleção, como também o entendimento que a própria coleção pode possuir variados sentidos e significados.

1.4. COLETA MUSEOLÓGICA

1.4.1. O ATO DE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO DE UM OBJETO

Como vimos acima, ao se institucionalizar a importância do patrimônio nacional, esses bens precisavam de um lugar para reuni-los, um espaço para estudá-los, potencializá-los por diversos meios, e divulgá-los. O museu se tornou o local, o “guardião”³² desses objetos e de seus registros. Desde o seu surgimento, o museu passa por transformações significativas que reorientam, em distintos momentos históricos, suas atribuições fundamentais: pesquisar, conservar e comunicar. Hoje, podemos definir este local conforme propôs Georges Henri-Rivière (1993), como “uma instituição a serviço da sociedade que adquire, conserva, comunica e expõe, com a finalidade de aumentar o saber, salvaguardar e desenvolver o patrimônio, a educação e a cultura, bens representativos da natureza e do homem”.

Segundo Ferrez (1994, p. 67), a função básica dos museus que é preservar, vai englobar outras funções como, selecionar, adquirir, armazenar, conservar e restaurar aquelas evidências, bem como a de documentá-las. Da prática do colecionismo que verificamos acima, devemos seguir para o ato de seleção e aquisição de acervo, o momento em que um colecionador (seja uma pessoa ou uma instituição) elege e adquire um objeto.

O ato de aquisição se constitui no método que permite aos museus criarem suas coleções. No caso do Museu Histórico Nacional ele pode ocorrer por meio de: doações, compra, empréstimo, incorporação, legado, permuta, depósito e transferência. A aquisição é o processo técnico, e por vezes jurídico também, de obtenção de um objeto para compor as coleções de um museu, ou inaugurar uma nova coleção.

O ato de selecionar um objeto pode também ser entendido como ato de construir memórias através dos objetos, pois em nosso entendimento a museologia está inserida nas formas culturais, que Bourdieu (1974) vai nomear de sistemas simbólicos. Toda vez que um ator social seleciona um objeto ele está fazendo uma seleção física (análise do estado de conservação do objeto, se é ou não viável sua musealização) e uma seleção

³² Grifo do autor.

de discurso (relevância e qual fragmento da realidade que será escolhido para “justificar” a escolha do acervo), pois um objeto pode ser entendido como documento, que torna visível as práticas sociais que determinaram sua confecção e uso, seja qual for sua natureza.

No entanto, essa seleção se constitui num ato complexo, pois além de demandar ações de preservação, documentação e organização dos objetos, existe também a necessidade de que os atores sociais estejam sempre atualizados com as pesquisas do campo científico relativo ao tipo de objeto que será selecionado. O afastamento do conhecimento gerado pelo campo científico pode ocasionar descarte indevido. Ademais, estamos falando de uma ação que irá determinar o que será lembrado e o que será esquecido. No caso do período em análise (o século XXI) nesta pesquisa a complexidade do ato se potencializa. Pois:

(...) nossa modernidade é voraz produtora de artefatos, muitos deles pensados para serem meramente efêmeros, com duração efetiva mínima. Por outro lado, mesmo bens chamados de “duráveis” são planejados visando à obsolescência. Por exemplo, os gadgets produzidos pela indústria “de tecnologia”, dos quais novas gerações surgem em intervalos de dois anos. (BITTENCOURT, 2013, p. 58)

Desde a década de 1920, graças a fabricas de lâmpadas da Europa e dos Estados Unidos, o conceito de obsolescência programada entrou na vida da sociedade do século XX e se propagou para o século XXI. O objetivo dos fabricantes era criar produtos que tivessem a duração curta, para assim poderem incentivar o aumento das compras e, por conseguinte aumentar o lucro (THE LIGHT, 2010, 00:06:02). Então como selecionar objetos que são produzidos para terem uma duração curta, com materiais que se deterioram facilmente? Não selecioná-los estaria totalmente fora de questão, pois mesmo tendo sido criados para terem uma vida curta, estes objetos são fragmentos da memória e da identidade de uma sociedade.

1.4.2. A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO

Segundo o Código de Deontologia para Museus do ICOM (2006), estes têm o dever de adquirir, preservar e valorizar seus acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico. Seus acervos constituem patrimônio público significativo, ocupam posição legal e especial, sendo protegidos pelo direito internacional.

Podemos dizer que coletar objetos, como documentos, é uma das missões dos museus. Estas instituições estão a serviço da sociedade, por conta disso os objetos museológicos reunidos em coleções, são guardados em confiança e são disponibilizados para o benefício da sociedade. E esta espera que os museus mantenham os mais altos padrões legais, éticos e profissionais. Para demonstrar esses padrões, os museus estabelecem políticas de aquisição de acervo, para apoiar a sua missão e orientar sua tomada de decisões.

Por serem espaço de memória, ou seja, locais de preservação e difusão de determinados artefatos de diferentes grupos sociais, a aquisição de acervo deve ser compreendida como um ato sistemático de grande responsabilidade social, pois é esta ação que garantirá a guarda dos bens culturais de uma sociedade. Como já mencionamos anteriormente, quando um objeto é incorporado a um museu, ele se torna um objeto museológico, ou seja, perde sua função primeira, utilitária, adquirindo outras funções. Passa a ser referência de uma época e de um estilo, revelando, com suas formas e materiais utilizados, as possíveis influências do meio no qual se originou.

A aquisição, sendo uma busca ordenada e com critérios, de objetos com potencial para serem musealizados, é um dos principais pilares dos museus. Essas instituições usam o processo de aquisição com o objetivo de preservarem para futuras gerações, os marcos que documentam o modo de pensar e viver das sociedades presentes e passadas.

Todo museu deveria possuir algum critério que lhe permitisse identificar e selecionar objetos para compor suas coleções. De um ponto de vista formal, cada museu pode criar tantas categorias de aquisição quantas forem necessárias para o bom funcionamento de seu processo de seleção de acervo, ou melhor dizendo, para o processo de musealização do objeto.

Sendo assim, a política de aquisição de acervo pode ser definida como um documento detalhado que é gerado pela instituição, onde é definida a finalidade, as metas e as formas de coleta e ainda descreve as formas de documentação (para que não aja perda de informações e possa auxiliar em pesquisas futuras), acesso e uso do objeto

(guarda exposição, e/ou consulta pública na internet). A PAA define o âmbito da coleta de objetos de um museu e como este vai cuidar das coleções e fazê-las disponíveis para o público.

No verbete Preservação do *Dictionnaire encyclopédique de muséologie* (DESVALLÉES, 2011), é destacada a importância da política de aquisição de acervo dentro de um museu, considerando esta um elemento essencial para o funcionamento de qualquer instituição museológica. A política de aquisição, em tese, está diretamente ligada à conjuntura do museu. Isto quer dizer, fatores como o momento histórico, o caráter da produção científica da época em que o museu foi criado, reformulação/revitalizações conceituais pelos quais os museus possam passar, ou mesmo a visão dos diretores ou especialistas irão influenciar fortemente o conjunto de critérios que constitui essa prática de composição de acervos. Por conta disso é preciso que na política de aquisição de acervo de uma instituição esteja bem claro o contexto em que ela foi gerada.

1.4.3. O PAPEL DO COLETOR DENTRO DE UM MUSEU – A COMISSÃO DE AQUISIÇÃO

No tópico anterior compreendemos que a PAA é, dentro de uma instituição museológica, o instrumento que traz dentre outras coisas, os critérios para a aquisição de um objeto. No entanto, somente entender este instrumento não é suficiente para se avaliar todo o funcionamento do processo, pois por si só a instituição não é capaz de coletar nada. Para essa tarefa existe uma comissão de aquisição que é o grupo de membros do museu que têm a responsabilidade de adquirir objetos para as coleções, seja por compra ou por aceitação de doações. São essas pessoas que tomam as decisões para eleger o que deve ser lembrado (musealizado) e porque deve. Por conta disso, se fez necessário analisar qual a importância da comissão de aquisição de acervo. Após levantar algumas fontes bibliográficas³³ e ler algumas políticas³⁴, sobre o tema - comissão de aquisição - percebemos três características recorrentes: a necessidade da formação de uma comissão para analisar os processos; pessoas de áreas diversas nas comissões; e a preocupação de ter pesquisadores na comissão.

³³ Stránský (1989), Fernanda de Camargo-Moro (1996) e Burcaw (1987).

³⁴ Política de Aquisição de Acervo da Fundação Joaquim Nabuco; Política de Aquisição de Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); Política de Aquisição de Acervo do Museum of Modern Art (MoMA); Política de Aquisição de Acervo do Metropolitan Museum (MET); Guia da American Alliance of Museums, para desenvolvimento de uma Política de Aquisição de Acervo e a Política de Aquisição de Acervo do Smithsonian.

A partir desta constatação, levantamos dois questionamentos: 1- Por que precisa ser uma comissão? 2- Por que a comissão precisa ser composta de membros de áreas diversas e principalmente por pesquisadores?

Partindo do entendimento que uma comissão é um conjunto de pessoas designadas por uma autoridade para dar um parecer, consideramos importante que no processo de aquisição de acervo exista uma comissão, uma vez que, o museu é, ou pelo menos deveria ser um lugar de diversidade, de múltiplos discursos e memórias. Deixar sob a responsabilidade de uma pessoa a decisão da aquisição ou não de um objeto é limitar as possibilidades de uma análise que contemple mais profundamente diferentes aspectos culturais, políticos e sociais do objeto em questão. Ao constituirmos uma comissão é possível estabelecer parâmetros conceituais e metodológicos que viabilizem uma seleção mais consistente do objeto candidato com diversas questões e pontos de vistas. Neste sentido deve-se destacar a importância do perfil dos membros que irão compor esta comissão. Devem ser profissionais de diferentes áreas com sólidos conhecimentos em seus respectivos campos de conhecimento. Consideramos relevante mencionar que apesar de todo cuidado na criação e formação de uma comissão para minimizar arbitrariedades, todo este processo ainda é restritivo, ou seja, sempre será um recorte a partir de uma determinada perspectiva. De acordo com Burcaw (1987, p. 55) todos os funcionários do museu devem conhecer bem a política de aquisição. Todo esse entendimento e habilitação da comissão auxiliam a instituição contra possíveis imposições de acervo, pois a comissão tem, assim, a autoridade e o embasamento teórico para negar a possível incorporação de um objeto em duas coleções.

Ao reconhecermos a dificuldade de encontramos em um único museu todos os perfis necessários para a formação de uma comissão de aquisição, deve-se destacar a importância e o papel que determinados especialistas externos podem desenvolver neste processo. Só assim a aquisição de acervo não terá, o que Stránsky (1989, p. 96) pontua como sendo uma grande problemática para a coleta museológica, um atraso na evolução da aquisição de acervos relativos à fase contemporânea da sociedade, podendo esse atraso ou lacunas de coleta causar a diminuição da importância social do período.

Acreditamos que uma instituição museológica precisa ter uma equipe de pesquisa em constante funcionamento, para conseguir desenvolver um olhar apurado no momento da coleta. Segundo Stránský (1989, p. 96) os procedimentos tradicionais, tais como a coleta no local, compras ou doações, não têm, na maioria das vezes, o nível metodológico necessário. Com o desenvolvimento de atividades de pesquisa, os profissionais estarão atualizados com a sistemática dos campos científicos aos quais o

museu está ligado, assim, podendo buscar e coletar um objeto com embasamento teórico mais legítimo.

1.5. A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA COMO UM DOS PILARES DO MUSEU

Dentro do processo de musealização a documentação tem uma importância impar. Como veremos nos próximos dois capítulos, sem ela seria impossível realizar esta pesquisa.

Entendemos que um objeto é recolhido pelo museu enquanto valor. Estando fora de seu contexto original o objeto museológico passa a ser índice de si mesmo, ou de sua categoria (BITTENCOURT, 1990, p. 31). Dentro dos museus, eles são traços do desaparecido, do invisível. Um objeto museológico é o testemunho restante de um processo. Mas enquanto tal, sua potência estará associada a uma série de meios que conservam e disseminam a informação. Mesmo sendo um produto intencional de um dado recorte de uma sociedade, todo acervo museológico pode ser um documento para o pesquisador apto a submetê-lo a uma análise crítica. Se assim não o fosse, os museus serviriam apenas para guarda e contemplação.

Pomian (1994, p. 54) afirma que a natureza essencial da coleção, deve revelar-se a partir do momento que saímos de nosso próprio território e que persigamos o sentido humano de reunir objetos desta forma, ou seja, a coleção como constante antropológica. O homem coleciona objetos e a eles atribui valor, seja afetivo, cultural ou simplesmente material, o que justifica a necessidade de sua preservação ao longo do tempo.

Ao ser incorporado a um acervo museológico, esse objeto precisa ser documentado, precisa passar por um tratamento informacional. É a partir da documentação que os objetos coletados e adquiridos são identificados para posterior acondicionamento, o que permite que as informações relacionadas a tais objetos possam ser disseminadas e/ou servirem de fontes de pesquisa.

Para Torres (2011, p. 388) os museus não são instituições que trabalham exclusivamente com documentação, no entanto eles são potencialmente organismos informativos da e para a sociedade. É a gestão da documentação museológica que vai trabalhar com o tratamento da informação, desde o registro do acervo até a disseminação. Mas antes de compreendermos melhor essa questão precisamos nos aprofundar na questão da informação. Em termos etimológicos, a palavra informação – que vem do latim '*informare*' – significa “dar forma”, “colocar em forma”, o que remete aos

sentidos de criação, apresentação e representação. Em seu texto Pinheiro (2004) reflete sobre esse conceito dentro dos horizontes epistemológicos da Ciência da Informação.

Partindo do princípio que a informação é objeto de estudo da Ciência da Informação, e que este é um campo interdisciplinar que trabalha com a análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação, neste trabalho vamos recorrer a este campo para refletir sobre a documentação museológica. Em sua tese de doutorado, Lima (2003) analisa as relações interdisciplinares que existem entre a Ciência da Informação e a Museologia, falar de documentação / informação, sem mergulhar no campo da Ciência da informação é correr um risco grave de não abordar o assunto de forma madura e consistente. Em outro artigo Lima (2008b) reforça essa questão ao afirmar que no cenário da disseminação da informação dos bens, a Museologia se entrelaça à Ciência da Informação.

Ferrez e Bianchini (1987), com suas reflexões vão tornar possível afirmar a existência de um paralelo entre a perspectiva museológica quanto aos sistemas de documentação e a questão dos sistemas de recuperação da informação no âmbito da Ciência da Informação. Se não existir numa instituição museológica uma estrutura conceitual mínima para que desenvolva sua linguagem documental básica, essa instituição não será capaz de organizar um sistema de recuperação de informação, ela será inútil para sociedade a qual serve e representa. Tal desestruturação informacional no museu constitui uma barreira para a percepção e análise do objeto/informação em sua dimensão de semióforo, além de representar ao mesmo tempo, obstáculo à produção de conhecimento de forma relevante e participativa.

O Museu como disseminador de informação, tem por responsabilidade disponibilizá-las ao público, seja por meio de exposições, atividades educativas, publicações, base de dados ou por outro meio de disseminação de informações, contribuindo, no entanto, para a preservação do patrimônio e principalmente para a transmissão de conhecimento. A informação inserida no âmbito do museu pode ser concebida e manifestada a partir de uma série de aspectos que caracterizam o pensamento museológico que busca a construção de um conhecimento. Entretanto, é bom ressaltar que essa disposição deve ser feita de modo restrito, resguardando informações catalogadas que são consideradas confidenciais para que não seja comprometida a segurança do acervo, o que requer o trabalho de uma equipe especializada em técnicas de armazenamento e recuperação de informação e que se utilize de padrões profissionais.

Entendemos que a documentação de acervos museológicos é um conjunto de informações capazes de identificar e descrever cada item de uma coleção; deve conter

dados completos e detalhados (procedência, estado de conservação, tratamento e localização). Visto isso, pressupõe-se a necessidade de atualizar frequentemente tais informações como fator indispensável à preservação/ conservação das coleções.

A documentação como parte indissociável ao processo de preservação do patrimônio deve ser desenvolvida seguindo padrões estabelecidos por uma “equipe familiarizada com técnicas de armazenamento e recuperação da informação” (FERREZ, 1994, p. 70). O objeto deve ser submetido a uma documentação completa e detalhada de todo processo, esses dados deverão integrar permanentemente os registros sobre este acervo. Estas devem obedecer às normas legais, éticas e acadêmicas e devem estar relacionadas aos propósitos do museu.

Os objetos carregam complexas informações que precisam ser identificadas quando se pretende dar a eles uma abordagem museológica. Segundo Ferrez (1994, p. 66), estas informações tanto são intrínsecas - “deduzidas do próprio objeto, através da análise das suas propriedades físicas” quanto extrínsecas - “informações documental e contextual (...) obtidas de outras fontes que não o objeto”. O processo de documentação assegura que a riqueza de informações contidas nestes objetos/ testemunhos sejam preservadas, organizadas e acessadas. Para tal, faz-se necessário que tais informações sejam descritas e analisadas sobre três aspectos: propriedades físicas (descrição física dos objetos), função e significado (interpretação) e história (origem, uso, marcas do tempo, restaurações, etc). Tais aspectos são indispensáveis ao reconhecimento da documentação como suporte para a pesquisa científica geradora de conhecimento.

Muito frequentemente existe uma compreensão ingênua de que a documentação museológica está restrita a descrição da parte física do objeto. Pelo contrário ela possui três importantes campos de abrangência: administrativo (controle), físico (descrição dos objetos) e de produção de conhecimento. É possível afirmar que a documentação museológica tem como finalidade tornar acessível as informações do acervo, através de ações como classificar, ordenar recuperar e difundir, sendo assim, a documentação dará suporte a todas as outras atividades desenvolvidas no museu. Um sistema de documentação eficaz com os dados bem organizados, propicia o acesso imediato á informação do objeto, assim como garante a otimização do uso desta na comunicação com o público.

Sendo os museus agentes sociais, a documentação não pode ficar restrita só à ficha de catalogação institucional. Uma peça que passou por um processo museológico, teve uma motivação para isso. Porém, essa motivação pode não estar explícita na peça, você pode não identificá-la somente olhando o objeto. Numa exposição um objeto sem dados não informa nada ao público visitante. Por conta disso é essencial uma

preocupação na elaboração museográfica de uma exposição, com a parte informacional do objeto a ser exposto. Porém, a exposição não é o único meio de comunicação de um museu, existem outros mecanismos de informação cultural – sites dos museus, cursos e seminários (nacionais e internacionais), publicações (anais, catálogos, livros). O acervo museológico é um vetor de comunicação. Consideramos relevante destacar que a documentação influi diretamente na política de aquisição do museu, pois a mesma alimenta com subsídios estratégicos a lógica organizacional do acervo e impacta no estabelecimento das diretrizes de aquisição.

1.6. O MUSEU AINDA PRECISA DE OBJETOS?

Não há como negar que os objetos são uma parte inseparável da sociedade, precisamos e vivemos cercados deles, com eles e neles. Essa relação existente é tão forte, que além das funções a que se pretendem, os objetos podem também constituir e afirmar a nossa identidade, evocar uma memória e ser fonte de informação. Assim, os objetos materiais passam continuamente do enfoque funcional para o enfoque simbólico, ao mesmo tempo que ocupam seus lugares físicos e exercem suas funções, também são portadores de informações e signos (BAUDRILLARD, 2008, p.11). Segundo Pearce (2005, p. 13) os objetos incorporam informações únicas sobre a natureza do homem na sociedade.

Por outro lado, o mundo contemporâneo tem vivido um momento de significativas mudanças, que também se refletiram nas identidades. É dentre as transformações que as sociedades têm passado, está incluída a relação com os objetos e sua obsolescência programada, que abrange a rápida inovação tecnológica e a curta duração de vida útil. O que nos leva a questionar se essa transformação está provocando um distanciamento na relação dos homens com os objetos, ou está cada vez mais unindo os dois? Por conta disso, achamos necessário abrir um espaço para discutir se os museus, principalmente o MHN, ainda precisam coletar objetos, ou chegamos num momento onde a era do descartável e a rápida inovação tecnológica diminuíram a importância que estes bens têm dentro da sociedade e que se refletem nos museus.

Bauman (1998, p. 112) menciona que vivemos em uma época onde os objetos duráveis foram substituídos por objetos produzidos com uma imediata obsolescência. Visando um aquecimento comercial, os objetos na contemporaneidade são fabricados com materiais pouco duráveis, quase descartáveis, e, associado a este fato, podemos acrescentar o movimento de rápida evolução tecnológica. Como exemplo, podemos citar

a empresa de produtos tecnológicos norte americana Apple, que todo ano lança uma nova versão de seus produtos, fazendo com que um Ipad comprado em 2013 já esteja ultrapassado em 2014. Porém, essa rápida troca dos aparelhos não significa que eles perderam a sua importância dentro da sociedade. Acreditamos que o que mudou foi o tipo de ligação afetiva que a sociedade tem com os objetos. Não existe mais a paixão por um objeto específico, como existia antigamente onde se comprava uma televisão de uma marca específica e um modelo e permanecia com esse aparelho durante anos. Podemos dizer que atualmente a ligação do homem com os objetos está muito parecida com as líquidas ligações interpessoais descritas por Bauman (2004), elas são mantidas enquanto trazem satisfação e rapidamente substituídas por outra que prometa mais satisfação.

Mas, ainda que cumpram o que delas se espera, não se imagina que permaneçam em uso por muito tempo. Afinal, automóveis, computadores ou telefones celulares perfeitamente usáveis, em bom estado e em condições de funcionamento satisfatórias são considerados, sem remorso, como um monte de lixo no instante em que "novas e aperfeiçoadas versões" aparecem nas lojas e se tornam o assunto do momento. Alguma razão para que as parcerias sejam consideradas uma exceção à regra? (BAUMAN, 2004. p. 14)

As pessoas ainda querem objetos, ainda se importam com a marca e o modelo, no entanto, por conta da diminuição cada vez maior da durabilidade deles e da rápida evolução tecnológica, estamos ficando menos tempo com os objetos materiais, antes de serem substituídos de forma fácil por modelos novos e mais modernos. Segundo Baudrillard, o homem contemporâneo, ao invés de manipular objetos, está sendo manipulado por eles:

(...) objetos já não estão cercados por um teatro de gestos em que as funções eram, a sua finalidade, mas hoje são atores de um processo global em que o homem é apenas o personagem ou o telespectador. (2008, p. 62).

Estamos nos distanciando do apego duradouro com um objeto material em especial (por causa da sua marca ou modelo) e estamos ficando mais dependentes dos objetos por conta do valor que atribuímos ao conceito que aquele objeto representa, o que torna mais fácil a sua troca por um mais novo ou mais moderno. Dentro do campo da museologia a questão sobre os objetos não deve girar em torno da necessidade ou não de coletá-los. Por serem documentos produzidos pela sociedade eles ainda desempenham o papel de testemunhos/indícios do homem. Em nossa opinião, a questão central é como os museus devem se portar perante essa rápida inovação tecnológica, o alto volume quantitativo de objetos que estão sendo fabricados e a relação líquida que os

homens estão estabelecendo com estes artefatos. Cada vez mais, a sociedade está produzindo objetos e mesmo um museu do porte do MHN não conseguirá atender esta demanda. Diante deste fato, apontamos para a necessidade urgente de sistematização dos procedimentos de coleta existentes nos museus.

Os museus estão de forma implícita ou explícita, preocupados em representar a sociedade, como é o caso do MHN, e por conta disso, deve prestar atenção em nunca deixar de pensar no objeto material como um documento, um portador de informações e signos diversos.

Objetos nos museus e coleções podem evocar lembranças subjetivas, por serem familiares, por eventualmente, nos remeterem a experiências prévias. Todavia, a fruição de emoções comuns ou o compartilhamento de experiências, informações ou conhecimento exige um quadro mínimo de valores, estruturas, linguagem já conhecida, funcionando como mediadores da criação de sentido. (KÓPTCKE, 2005, p. 79)

O objeto material corresponde ao campo documental do museu, onde os estudos e pesquisas o colocam como fonte de construção do conhecimento histórico.

Percebe-se, então, que não só as coleções, mas também o processo de formação dessas coleções, possibilitam uma vasta pesquisa. Os museus através de suas coleções confrontam o indivíduo com percepções estruturadas de informações sobre eles mesmos, seu passado, suas afiliações e seu mundo. (RANGEL, 2005, p. 82)

Ao entrar numa instituição museológica o objeto perde seu valor de uso e passa a ter valor de documento. Um copo de geléia deixa de ser um recipiente de produto alimentício e passa a ser um artefato que simboliza uma prática cultural, ou representa determinada realidade de uma sociedade.

A obsolescência material e tecnológica dos objetos é preocupante em diversos pontos para os museus. A coleta deles se tornou muito mais complexa, além da enorme variedade de opções que podem ser musealizadas, os profissionais de museu devem se preocupar e analisar se o objeto pretendido tem viabilidade de ser conservado. Para facilitar a resolução dessa problemática, alguns modelos conceituais de museus estão utilizando recursos tecnológicos, e deixando de ter objetos tridimensionais, para coletar somente o registro digital deles. O museu virtual - *Valentino Garavani Museum*, reuniu num aplicativo 300 vestidos criados pelo estilista, além de 95 vídeos e mais de 5.000 fotos, desenhos, documentos e campanhas publicitárias, tudo acompanhado por explicações e o histórico dos modelos. Com a intenção de manter a sensação de uma visita ao interior de um museu, os seus criadores fizeram uso da tecnologia. Essa

utilização da tecnologia substituindo os objetos não é exclusiva dos museus virtuais³⁵, alguns museus, como o Museu da Língua Portuguesa em São Paulo, estão utilizando recursos multimídias para compor as exposições. Toda via, devemos lembrar que o registro em mídias digitais dos objetos utilizará um objeto material, somente conseguiremos acessar o Valentino Garavani Museum se tivermos um aparelho tecnológico (computador ou tablete). Mesmo não tendo mais objetos materiais como acervo, os museus que recorrem às mídias digitais precisam dos suportes para a execução das mídias. Será que um dia esses suportes não serão musealizados?

Vale dizer que o uso das mídias digitais não está sendo a única solução para resolver a problemática da obsolescência dos objetos. Segundo o historiador Steven Conn (2010, p. 23), no contexto de sua pesquisa com os museus norte americanos, os visitantes estão vendo menos objetos em exposição pública, e mais textos. Para o autor, os museus de história (norte americanos) estão cada vez mais preocupados com a narrativa do que com a importância documental dos objetos, e assim, pouca atenção está sendo dada à geração de novos tipos de coleção e a presença de novos tipos de objetos em museus. Os suportes museográficos estão sendo cada vez mais utilizados em substituição aos objetos. E tal como os suportes para as mídias digitais, não temos como prever e afirmar que com o passar do tempo estes também não serão acervo museológico.

Por fim, apesar da existência desses modelos conceituais de museus, em nossa opinião o Museu Histórico Nacional é um museu que ainda está fortemente relacionado aos objetos e esta relação também se estabelece com a política de aquisição de acervo. O museu é hoje um o espaço privilegiado de estudo e comunicação do patrimônio cultural sob sua guarda.

O MHN sempre abrigou acervos/coleções³⁶, e nestes termos guardam equivalência com o conceito documento/monumento (LE GOFF, 1990, p. 537). Neste sentido, quanto mais significado é atribuído a um objeto, firmando seu laço com o invisível, menos valor de utilidade lhe é conferido. Logo, os museus, como lugar onde se opera o intercâmbio, socialmente aceito, entre passado, presente e futuro, possibilitam caminhos à pesquisa que, ao lado dos estudos da cultura material, constitui um dos pilares da produção de conhecimento nas instituições museológicas. Os objetos, neste espaço de intercâmbio, apresentam-se como “documentos/monumentos”, que podem nos informar estratégias possíveis utilizadas pela sociedade para perpetuar certas memórias,

³⁵ Mais informações sobre museus virtuais vide os seguintes autores: Lima (2009), Magaldi (2010) e Meneses (2007).

³⁶ Usados de maneira comum, como sinônimo.

independentemente do seu caráter transitório. Em nossa perspectiva, os objetos ainda são necessários para os museus do mundo contemporâneo.

CAPÍTULO 2

ESTUDO DE CASO: A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

2. ESTUDO DE CASO: A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Para a elaboração deste capítulo, percebemos que para estudar a atual Política de Aquisição do MHN seria necessário compreender o seu processo de construção que esta associado a própria história do Museu. No entanto, essa historia já foi descrita/relatada por autores como Regina Abreu (1992), Adolpho Dumans (1942) e Myriam Sepúlveda Santos (2006). Optamos então, por traçar uma trajetória do MHN a partir dos aspectos que vão nos ajudar a entender melhor os caminhos que levaram a elaboração da PAA: os regimentos e regulamentos internos³⁷.

Por não existir nenhuma PAA publicada até o ano de 1996, é dentro dos regimentos e regulamentos oficiais do MHN, nos espaços dedicados a especificar a função ou a finalidade do museu, que encontramos indicadores do tipo de acervo que era coletado para montar ou complementar as coleções. Na sua pesquisa sobre a trajetória do conceito de museu presente nas cartas de agradecimento enviadas pelos diretores do MHN, aos doadores de acervo, arquivadas nos processos de aquisição, Oliveira (1996, p. 71) diz que são os diretores que determinam o modelo conceitual do MHN, bem como suas características nesses documentos. De 1922 a 1989, o conceito foi se modificando, já a partir de 1990 à 1994, quando termina a pesquisa de Oliveira, ele desaparece das cartas. Por conta disso, citaremos também os diretores que já atuaram no museu, relacionando suas gestões com os regulamentos e regimentos. Acreditamos que por serem os gestores eles estariam numa posição que poderia de alguma forma influenciar direta ou indiretamente na forma e no ato de aquisição de objetos ou de coleções completas. Após traçar essa narrativa, partimos para a análise dos caminhos que levaram a criação da atual PAA.

Por fim, realizamos um estudo do documento de 1996 analisando: os termos e conceitos, os critérios, a política de descarte e a comissão de aquisição de acervo. Para compreender melhor a estruturação deste documento, consideramos estratégico compará-lo com outra política de aquisição, ou com alguma regulamentação para estruturação de PAA. No entanto, no Brasil, além do art. 24³⁸ do decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013, que regulamentou o estatuto de museus e o Ibram, não existe nenhum outro documento oficial, específico para museus que apresente critérios para a

³⁷ São os documentos que trazem as normas de funcionamento do museu e principalmente qual a sua função.

³⁸ Art. 24. Os museus deverão formular aprovar ou, quando for o caso, propor, para aprovação da entidade a que se vinculem, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, que será atualizada periodicamente.

elaboração de uma política de aquisição de acervo. Em outros países, como é o caso dos Estados Unidos, existe guias que auxiliam e orientam os museus na elaboração da PAA³⁹. O código de ética do Icom (2013), que é um documento internacional, utilizado por profissionais de museu no Brasil também traz orientações sobre como deve se dar a aquisição de acervo, mas não sobre a elaboração de uma política. Na ausência de um documento oficial iniciamos o levantamento de diversas políticas de aquisição, como também guias para elaboração de políticas de aquisição, e dentre as opções, que tinham documentos nacionais e internacionais, optamos por utilizar o atual guia – *Concern at the Core: Managing Smithsonian Collections* - do Smithsonian Institute⁴⁰ (2005).

Nossa escolha recaiu sobre este documento, pois, durante as entrevistas⁴¹ realizadas para esta pesquisa, descobrimos que a ideia para a elaboração de uma PAA do Museu Histórico Nacional surgiu, ou melhor, tomou forma, depois de uma visita técnica ao Smithsonian Institution, em 1990, de um profissional do MHN.

A idéia de estabelecer uma política de aquisição decorreu de uma visita técnica a Smithsonian Institution, em 1990, na qual um técnico explorou o National Museum of American History durante duas semanas. A indicação do NMAH foi de uma técnica chamada Maria Helena Saide Bianchini, que lá tinha permanecido por um ano. A forma de trabalho do NMAH resultou na sugestão, encaminhada a então chefe do acervo, Helena Ferrez, que fosse criado um grupo de discussão para tentar elaborar uma norma para orientar a formação do acervo. A ideia de “política de aquisição” que orientou a discussão era baseada fortemente no documento Policy on Museum Acquisitions, então vigente no NMAH, e em um documento chamado Museums for a New Century, resultante de um congresso realizado em 1986 pela AAM. (Entrevista 4)

Com este dado em mãos percebemos que comparar esses dois documentos seria nossa melhor opção. Pois poderíamos ao mesmo tempo verificar se a PAA do MHN de 1996 foi mesmo inspirada no documento do Smithsonian, e como este guia foi revisado e publicado em 2005 (ano que fica no meio do nosso corte cronológico), poderíamos

³⁹ Nos EUA existe o Developing a Collections Management Policy (2012), que é um guia para auxiliar as instituições na elaboração de uma PAA, produzido pela American Alliance of Museums. No Brasil não existe nenhum documento parecido com esse. A AAM é a organização que dá suporte a 21.000 museus dos EUA. Além de auxiliar no desenvolvimento de padrões, de melhores práticas museológicas e fornecer recursos e desenvolvimento de carreira. O guia é disponível online <<http://www.aam-us.org/docs/continuum/developing-a-cmp-final.pdf?sfvrsn=2>> Acessado em: 04 jan 2014.

⁴⁰ Por ser composto por 19 museus, o Smithsonian, que tem sede em Washington D.C. - EUA, criou um guia para orientar os museus na construção de suas políticas, o que deve conter, quais os conceitos que o museu utilizada e o entendimento deles e outras orientações, por conta disso optamos por utiliza-lo em detrimento a utilização de uma política específica de um museu do instituto. O guia é disponível online <<http://www.si.edu/content/opanda/docs/Rpts2005/05.04.ConcernAtTheCore.Executive.pdf>> Acessado em: 04 jan 2014.

⁴¹ Tanto na entrevista realizada com Solange Godoy, e na entrevista com José Neves Bittencourt este fato é citado.

também verificar se a PAA do museu histórico nacional ainda está atual ou precisa ser renovada.

Prendemos com esses estudos e análises esclarecer um pouco mais a questão central desta pesquisa - Como a política de aquisição do MHN, ou seja, os critérios e normas que orientam a busca, identificação e aquisição de acervos atuam no processo de musealização? E como possibilitaram a produção de uma memória do século XXI.

2.1. HISTÓRICO DO MUSEU: SOB O OLHAR DE SEUS REGULAMENTOS E REGIMENTOS E OS CRITÉRIOS DE AQUISIÇÃO CONTIDOS NELES.

O museu histórico nacional foi inaugurado em outubro de 1922, no final do governo de Epitácio Pessoa, por ocasião dos festejos do centenário da Independência do Brasil, dentre os quais se destaca a Exposição Internacional do Rio de Janeiro. Gustavo Barroso, que desde 1911, pelo menos, vinha lutando para que fosse criado um museu histórico no país, conseguiu, enfim, satisfazer seu intento, sendo nomeado primeiro diretor da instituição. (SANTOS)

Idealizado por Barroso, inicialmente para ser um Museu Militar (DUMANS, 1947, p. 384), o MHN ao longo dos anos foi ganhando forma, se modificando e transformando. Mas sobre o seu gênese podemos dizer que, antes mesmo de sua criação, já na década de 1910, Gustavo Barroso escrevia à imprensa defendendo a ideia de criação de um museu histórico⁴² que teria por finalidade guardar e expor as relíquias do passado do Brasil, cultivando a lembrança dos grandes feitos e dos grandes homens. Isso demonstra que Barroso, antes da existência do museu, já tinha bem claro para si alguns critérios para aquisição de acervo. Em seus artigos⁴³ verificamos que por já ter determinado o perfil da instituição que pretendia criar, Barroso sabia o que coletar e como coletar, dando a ele assim uma estrutura sólida para realizar o que denominamos de aquisição ativa e aquisição passiva,⁴⁴ após a criação do museu.

Foram dois os diretores que durante suas gestões utilizaram o regulamento do decreto de 1922:

⁴² Vale ressaltar que Barroso não foi o único, outros intelectuais da época também defendiam a criação de um museu histórico.

⁴³ *Museu Militar e Culto da saudade* – ambos artigos escritos por Gustavo Barroso, sob o pseudônimo de João do Norte, publicado no Jornal do Comércio, o primeiro datado de 25 de setembro de 1911 e o segundo de 22 de dezembro de 1912.

⁴⁴ O termo passivo não significa que não existe nenhuma atitude do museu, a análise do objeto para avaliar se ele é passível para incorporação ao acervo é uma atitude ativa do museu. No entanto, estamos usando esse dois termos – ativo e passivo – para diferenciar tipos de busca de acervo. Ativa é quando você busca o objeto de seu interesse, você vai até o objeto, para compra-lo ou até para solicitar sua doação. E uma coleta passiva é quando você não vai até o objeto, ele quem chega a você, por exemplo, por doação voluntária. O doador quem busca o museu para propor uma doação.

Gustavo Barroso, (Fortaleza, 1888 – Rio de Janeiro, 1957), bacharel em direito e jornalista por formação, além de escritor. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras ⁴⁵. Ficou à frente da direção do MHN em dois períodos distintos, o primeiro foi de 1922 – 1930; Rodolfo Garcia, (Ceará-Mirin, 1873 — Rio de Janeiro, 1949) bacharel em direito e historiador por formação. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. Ficou à frente da direção do MHN no período de 1930 – 1932

Podemos perceber que os dois primeiros diretores do MHN foram estudiosos que tinham pontos em comum no que diz respeito à formação e aos órgãos a que se vinculavam, entre eles destacamos a associação com o IHGB e a ABL. Oliveira (1996, p. 74) menciona que a vinculação com essas instituições, principalmente o IHGB, foi determinante na postura de Barroso no que se refere ao acervo a ser preservado, sendo o Instituto vinculado a ideologia e ao pensamento vigente da época: o ideal de construção de identidade da nação. Barroso organizou o museu com uma narrativa nacionalista. Tendo uma atitude romântica em relação a nação (MAGALHÃES, 2004 p. 106), buscava realizar um culto a saudade através das relíquias (objetos) do passado, privilegiando os seguintes aspectos: história política; grandes heróis e gloriosas batalhas.

No ano de 1930, durante o governo Vargas, Barroso que segundo Magalhães (2004, p. 95), sempre soube se valer de seu capital de relações para manter-se a frente do MHN durante mais de trinta anos, passou por algumas questões políticas e foi afastado da direção do museu. Rodolfo Garcia assumiu o museu em seu lugar no ano de 1930 e ficou até o ano de 1932, quando deixou o cargo e foi indicado para assumir a direção da Biblioteca Nacional. Mesmo não tendo experiência em gestão de museus, Garcia tinha uma larga experiência em pesquisas historiográficas sobre o Brasil e isso fez com que ele levasse para o museu a concepção de história do século XIX para escrever narrativas com objetos (MAGALHÃES, 2003, p. 104). Um ponto de destaque na gestão de Garcia foi a criação do Curso de Museus que funcionou no MHN até o ano de 1977 quando foi transferido para Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO⁴⁶. Pode parecer que esse dado não tem relação com esta pesquisa, no entanto, o Curso de Museus foi

⁴⁵ Para saber mais sobre Gustavo Barroso vide: MAGALHÃES, Aline Montenegro. Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959). Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. 142p. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006, 144p. ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco. 1996a. 225 pp.

⁴⁶ Na época da transferência a UNIRIO se chamava Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro – FEFIERJ.

criado para que se formassem técnicos de museu, e dentre os ensinamentos estavam as práticas de aquisição.

A criação do curso de museus, também por inspiração sua, voltado para a formação de pessoal para museus e que deu origem à atual Escola de museologia da Universidade do Rio de Janeiro, além de refletir suas preocupações com o preparo de pessoal qualificado para as atividades museológicas, provocou o aperfeiçoamento de muitas das atividades praticas no MHN, que passou a ser procurado como centro de referência. (OLIVEIRA, 1996, p. 75)

O MHN e os profissionais formados no curso eram, e podemos dizer que ainda são hoje, referência na parte técnica de museus, e dentro destas técnicas estão os ensinamentos sobre as formas de aquisição que podem ser aplicadas num museu. Temos assim uma escola de profissionais que aprenderam como coletar objetos tendo como referência as metodologias que o museu utilizava. Este dado pode ser reforçado se analisarmos o livro *Introdução à técnica de museus* (1951, p. 7), escrito por Barroso, e que foi utilizado na escola de museologia até o início da década de 1970. Segundo Barroso a técnica de museus compreende em substância as seguintes partes: Organização; Arrumação; Catalogação; Restauração e Classificação de objetos. A parte de Organização é a preliminar, bem teórica, onde se formulariam os conteúdos dos regulamentos do museu, constando sua finalidade e sua forma de funcionar, e segundo o autor (1951, p. 8) deveria constar neste documento as Formas de permuta e aquisições⁴⁷. Além do livro, o próprio decreto de 1922 – Regulamento do Museu Histórico Nacional era um documento referência, pois ele era a concretização da parte de Organização ensinada no Curso de Museus.

A - Decreto Nº. 15.596, de 2 de Agosto de 1922 – REGULAMENTO DO MUSEU HISTORICO NACIONAL.

Considerando que será da maior conveniencia para o estudo da Historia Patria reunir os objetos a ella relativos que se encontram nos estabelecimentos officiaes e central-os em um museu (...) (BRASIL, 1922, p. 3)

Essa citação é de autoria de Epitácio Pessoa e está na introdução do regulamento de 1922. Podemos dizer que já nas primeiras linhas do decreto identificamos um critério de aquisição de acervo, os objetos que formariam o acervo do museu, deveriam ser relativos à história da pátria (do Brasil). Mesmo sem entender dos processos técnicos de um museu, o presidente já delimitava o que seria coletado. Logo após esta fala, no art. 1

⁴⁷ Grifo nosso.

aparece a finalidade do museu – recolher, classificar e expor ao público objetos de importância histórica, principalmente os que fossem relativos ao Brasil. Reforçando a fala anterior, mesmo que ainda vago este é o principal critério de aquisição de acervo deste documento, que foi utilizado até 1934. No entanto, até o momento a palavra aquisição não havia sido utilizada, só na página 6, no art. 12, que trata sobre as competências do diretor, é que o termo vai aparecer.

De acordo com o decreto qualquer ato relativo à entrada de um objeto era função da direção. Neste documento não existe nenhum item que fale sobre a formação de uma comissão para tratar os assuntos de aquisição. Todo o poder de decisão estava nas mãos do diretor, que se quisesse poderia consultar outras pessoas, mas a palavra final seria dele. Se partimos do princípio que a formação de uma coleção é motivada por uma paixão⁴⁸ e interesse⁴⁹ (seja artístico, científico, e outros), então o colecionador é quem mais sabe qual é o critério de seleção que deve ser empregado, ele sabe o que buscar, pois é dele o interesse e a paixão. Podemos dizer que essa concentração de decisão da aquisição na mão do diretor não foi meramente um ato autoritário. Gustavo Barroso simplesmente assumiu o papel de coletor oficial do MHN, pois ele era a pessoa que mais sabia o que deveria ou não ser coletado. Ele fez do museu o local de guarda dos objetos que evocavam memórias das glórias da Nação, tema de grande interesse de Barroso que permeou toda a narrativa inicial do museu.

Sobre os atos de aquisição: o 11º item do art. 12 apresenta as formas de entrada de um acervo. Segundo o texto o diretor deve promover a aquisição por transferência de estabelecimento oficial, por compra, por permuta ou por doação, de objetos de valor histórico, (moedas, medalhas, selos e espécies similares) que fossem necessário às respectivas coleções. Também menciona que a permuta só aconteceria se houvesse duplicata do objeto. De acordo com 13º item do art. 12: os chefes de seção deveriam ser ouvidos para atestar a autenticidade e a importância histórica dos objetos. No art. 13 – Compete aos chefes de seção encontramos as seguintes especificações: 4º menciona o inventário, e a sua importância para a instituição; 5º numeração dos objetos e sua relação com o controle. 6º a ordem, segurança e conservação do acervo e o 7º catalogação.

Além destes artigos o regulamento de 1922 possui uma peculiaridade no final, o art 83 – Disposições gerais e transitórias. Neste artigo são destacados cinco locais que transfeririam acervos específicos para o MHN:

⁴⁸Utilizamos a paixão entendendo o termo no sentido de ser um gosto muito vivo, uma acentuada predileção por alguma coisa.

⁴⁹ É certo que o interesse pelo objeto coletado existe, o que varia é o tipo de interesse.

1. Os objectos que constituem o museu historico do Archivo Nacional;
2. O acervo da secção de moedas e medalhas da Bibliotheca Nacional, inclusive as obras impressas que formam a bibliotheca especial da secção;
3. As collecções de moedas, medalhas, sellos e peças similares existentes na Casa da Moeda, que conservará apenas os exemplares que lhe forem necessarios dos trabalhos que houver executado e das peças que lhe servirem como modelos;
4. Os quadros historicos e mais objectos de caracter historico que formam o Museu da Marinha e o Museu Militar;
5. Os quadros historicos e quaesquer objectos de caracter historico existentes no Museu Nacional, na Escola Nacional de Bellas Artes e em outros estabelecimentos publicos federaes, nos quaes poderão, entretanto, ser conservados os objectos que particularmente disserem respeito aos fins ou á historia de cada um delles. (BRASIL, 1922, p. 19)

Mesmo não sendo uma política de aquisição de acervo estruturada, este documento estabelecia diretrizes que nortearam as aquisições dos anos iniciais do museu. No Regulamento de 1922, foram elencados diversos atos que tinham por objetivo nortear um processo de musealização bem embasado: formas de entrada do acervo, critérios para o aceite, preocupação em complementar coleções, documentação e conservação do acervo.

O Decreto de 1922 só foi revogado em 1934 com a publicação do Decreto 24.735 de 12 de julho, durante o segundo período de Gustavo Barroso no museu (de 1932 a 1959). Ele foi o único diretor que utilizou este decreto de 1934 (que vigorou até 1954). Desse período podemos destacar dois fatos importantes: a instituição esteve perto do seu fechamento por conta das baixas verbas destinadas, resultando numa quase ausência de objetos comprados até 1935; a volta das compras de acervo em antiquários e com colecionadores só foi retomada no governo de Getúlio Vargas. Sendo dessa época a compra da coleção de arte sacra indo-portuguesa de marfins (1940), num total de 526 peças, as doações de coleções significativas, de famílias importantes, como os Guinles, Calmon, Araújo Pinho, que doaram respectivamente 133 itens, 743 itens e 118 itens (BITTENCOURT, 1995, p. 67). Sobre este período podemos dizer que nos dois momentos em que esteve na direção do MHN (1922-1930 e 1932-1959) Barroso teve um papel de coletor ativo, pois, no primeiro momento como não tinha verbas ele buscou colaboradores para conseguir enriquecer as coleções e já no segundo momento, por ter Vargas como um grande contribuidor para o enriquecimento das coleções (DUMANS, 1947, p. 394), ele pode requisitar mais verbas para novas aquisições. Barroso buscou tanto as doações de acervo, quanto as doações de verbas para compra de coleções e objetos.

B - Decreto N^o. 24.735, de 12 de Julho de 1934 – REGULAMENTO DO MUSEU HISTORICO NACIONAL.

A única mudança mais significativa com relação aos critérios de aquisição que encontramos neste documento foi na descrição da finalidade do museu, art. 1^o. Agora além de recolher, classificar e expor ao publico objetos de importância histórica, principalmente os relativos ao Brasil, esses objetos também poderiam ter um valor artístico. No decreto de 1922, é exposto várias vezes o valor histórico dos objetos, mas em nenhum momento se fala do valor artístico.

Neste regulamento a responsabilidade por aprovar a entrada de um acervo ainda está vinculada às competências atribuídas ao diretor. E por fim, observamos que este documento não constava de disposições gerais e transitórias indicando possíveis locais que poderiam transferir acervos para o museu.

O decreto de 1934 foi revogado no ano de 1954, com a publicação do decreto 36.518 de 10 de dezembro ainda no período de Barroso. No período de 1950 a 1959 o museu sofreu um forte declínio e, por conseguinte perda de prestígio, que se agravou com a doença e morte de Barroso em 3 de dezembro de 1959. A museóloga Nair de Moraes Carvalho assumiu interinamente a direção do museu, mas ficou por muito pouco tempo.

Em 12 de dezembro de 1950, o escritor e também membro da ABL e do IHGB, Josué de Souza Montello (São Luiz do Maranhão, 1917 – Rio de Janeiro, 2006) assume a direção do MHN (1959 a 1967), mantendo uma prática de aquisição muito semelhante a gestão anterior, sendo que agradava por uma ausência de verbas. Do seu período o fato mais marcante foi à criação do Museu da República (MR) em 1960⁵⁰, vinculado ao MHN. Esse fato fez com que em 1961 fosse publicado no decreto ministerial n^o 109 um outro regimento, agora constando a parte organizacional do novo museu. Porém, esse novo órgão da estrutura do MHN ajudou a piorar a crise, pois grande parte dos recursos financeiros eram destinados ao MR.

C - Decreto N^o. 36.518, de 01 de Dezembro de 1954 – REGIMENTO INTERNO DO MUSEU HISTORICO NACIONAL.

Comparado ao de 1934, este documento traz grandes mudanças na estrutura organizacional do museu. Até o decreto de 1934 o museu era dividido em duas seções:

⁵⁰ Decreto n^o. 47.883 de 8 de Março de 1960.

dos objetos históricos em geral e a segunda de moedas, medalhas, selos e peças similares. Já no ano de 1954 a estrutura é completamente transformada, passam a existir as seguintes seções:

I - Divisão de História e Arte Retrospectiva (D.H.A.).

a) Seção de História (S.H).

b) Seção de História (S.R), (S.Ar).

II - Divisão de Numismática , Sigilografia Condecoração e Filatelia. (D.N.C.).

a) Seção de Numismática (S.N.).

b) Seção de Sigilografia, Condecorações e Filatelia (S.N.).

III - Divisão de Documento (D.D).

a) - Seção de Arquivo (S.Aq).

b) - Seção de Biblioteca e Mapoteca (B.).

c) - Gabinete de fotografia (G.F).

IV - Divisão de Cursos de Museus (D.C.M).

V) - Serviço de administração - (S.A).

VI) - Gabinete de Restauração - (GR).

Consta também no documento, que os chefes das divisões de história e arte retrospectiva e da divisão de numismática deveriam ser conservadores. Esta exigência demonstrava a preocupação em selecionar profissionais especializadas para cuidar do acervo, desde duas condições físicas como sua relevância para incorporação ao acervo do museu.

Sobre a responsabilidade do ato de aquisição o art. 12º. §11º. do decreto de 1934 dizia que era competência do diretor promover esse ato, já no texto de 1954 essa competência não existe mais, e não é deixado claro em nenhum artigo do texto de quem é a responsabilidade agora. Nas atribuições das divisões só aparece que deveria receber, classificar, colecionar, catalogar, expor e conservar os objetos adquiridos, doados ou transferidos. A palavra aquisição praticamente some do documento, só aparece em dois momentos, um para falar das normas de compra de materiais para o uso dos funcionários e o outro para orientar o que era da competência do serviço de administração a documentação dos objetos que foram coletados. Vale dizer que nessa época era permitido efetuar permuta de exemplar em duplicata que pudesse ser dispensado, o que demonstra uma possível prática de descarte de acervo.

Os critérios também ficaram mais vagos neste documento, seriam eles: objetos ligados direta ou indiretamente à História do Brasil e à Arte Retrospectiva; e moedas, medalhas condecorações, selos e peças similares, do país, e do estrangeiro.

Vale apontar que a forma de intitular o documento, também passou por mudança, ele deixa de ser um regulamento e passa a ser chamado de regimento⁵¹. No entanto, as duas expressões ainda são usadas ao longo do texto.

Concluimos que esse documento estabelece uma inovação na organização do museu, no entanto, não encontramos referências que pudessem nortear os critérios de aquisição do museu. Talvez por já ter realizado a tarefa de formar importantes coleções, e como naquele momento o museu passava por problemas de verbas, Barroso tenha preferido investir na estrutura funcional do museu. Poderíamos também concluir que, por já ter 32 anos de funcionamento, um corpo funcional estabelecido, práticas consolidadas e em grande parte deste período Gustavo Barroso à frente da direção, não consideraram relevante a inclusão de artigos relacionados a aquisição de acervo, pois esta já era uma questão resolvida.

Josué Montello só utilizou o regimento de 1954 por dois anos, em 1961 foi redigido e publicado um novo documento, só que agora não mais como decreto presidencial. O decreto nº 109, de 3 de novembro, era ministerial, pois em 1961 foi instaurado no Brasil o regime parlamentarista, sendo Tancredo Neves nomeado primeiro-ministro, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros.

D – Decreto Ministerial Nº. 109, de 3 de Novembro de 1961 – REGIMENTO INTERNO DO MUSEU HISTORICO NACIONAL.

Foram quatro os diretores que geriram o museu utilizando este regimento, sendo Josué de Souza Montello o primeiro. Ele ficou na direção até 1967, após sua saída é iniciado um período de diretores que se formaram no Curso de Museus.

Em 1967 assume o Capitão de Fragata, historiador, geógrafo e museólogo Léo Fonseca e Silva (São Leopoldo, 1927 – Rio de Janeiro, 1997) que fica na direção até 1970. A palavra que pode definir sua gestão é mudança, mesmo que elas não tenham sido bem aceitas em um determinado momento pelo corpo técnico do museu. Após a entrada do Cap. Fr. Léo Fonseca, o museu fechou suas portas à visitação, para passar por um período de reforma de todo o conjunto arquitetônico e das exposições. A ideia de um museu que reunia objetos dos grandes feitos e heróis nacionais perdeu espaço para uma narrativa cronológica da história. Segundo Regina Abreu (1996a., p. 206-207) pouca atenção era dada a procedência do objeto, agora ele passara a ser uma ilustração da narrativa histórica apresentada nas exposições. Por problemas relativos à aceitação de

⁵¹ Entendemos que o regimento é um regulamento que foi aprovado para ter um uso interno.

suas novas visões museológicas por parte dos funcionários, Léo Fonseca deixa a direção em 1970. Sendo substituído interinamente por quase um ano pela museóloga e professora da cadeira de técnicas de museu⁵² Octávia Correa dos Santos Oliveira (1908-1998). Sobre a aquisição de acervos não encontramos nenhuma mudança no período em que ela esteve no cargo. Nos documentos relativos aos regulamentos e regimentos do MHN, que estão arquivados no Arquivo Institucional do museu⁵³, descobrimos uma cópia do regimento de 1961, com comentários escritos a mão por Octávia, solicitando alguns documentos para o futuro regimento e outras observações⁵⁴. Na figura 6 podemos ler a seguinte mensagem: D. Auta⁵⁵. Peço o obséquio de me entregar hoje a pasta dos convênios do M.H.N. e tudo que foi feito para o futuro Regimento do museu, por mim pedido no mês próximo passado. Assinatura – Diretora. 10/12/70

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA

D. Auta,

Peço o obsequio de me entregar
hoje a pasta dos convênios do
M.H.N. e tudo que foi feito
para o futuro Regimento do museu
por mim já pedido no mês próximo
passado

Octávia
Diretora

10/12/70

Mauo Paulo.
Falei com a Sra. Gláucia
para providenciar
a pasta dos convênios já separada.

Figura 4 - Foto da solicitação feita por Profa. Octávia Correa em 1970. (Fonte: Pasta 010.1 / Arquivo Institucional do MHN)

⁵² Prof^a. Octávia Correa se formou no Curso de Museus em 1938, e em 1951 substituiu Gustavo Barroso no ensino das técnicas de museu.

⁵³ Pasta 010.1 – Regimentos, Regulamentos: Decretos, Portarias, Leis que alteraram a estrutura do MHN.

⁵⁴ O novo regimento só foi publicado em 1975.

⁵⁵ Auta Rojas Barreto era museóloga do MHN e nesta época trabalhava no Setor de Previsão e Planejamento.

Em 1971 o museólogo, professor e conservador Gerardo Britto Raposo da Câmara (1921–2009) assume a direção do MHN e lá permaneceu por 14 anos (até 1984). Ele assumiu uma instituição que já estava a um longo período sofrendo com repetidas crises e faltas de verbas. Solicita, por ofício, a intervenção do Programa Nacional de Museus no MHN⁵⁶, pedido que foi aceito e, em 1981, o museu foi incorporado à Fundação Nacional Pró-memória (FNPM)⁵⁷. Essa atitude tornou possível dentre outras coisas a criação em 1984, da reserva técnica para guarda do acervo. Apesar de seus esforços, os Anais do Museu Histórico Nacional deixaram de ser publicados em 1975⁵⁸.

Foram esses os quatro diretores que usaram o regimento de 1961. Com relação à aquisição de acervo – formas e critérios, contidos neste documento podemos pontuar os seguintes comentário e análises:

O discurso dos feitos heróicos e da glória do passado é amenizado, mas se mantém inalterado: recolher, classificar, catalogar e expor ao público objetos e documentos manuscritos de importância histórica e valor artístico, principalmente os relativos ao Brasil.

Dentre as divisões/seções que existiam no documento de 1954, agora consta também o Museu da República (criado em 1959) que possuía a seguinte estrutura: Seção de Pesquisa, Seção de Documentação e Zeladoria. Era de sua competência, receber, classificar, colecionar, catalogar, expor e conservar os objetos adquiridos, doados ou transferidos, ligados direta ou indiretamente à história da república brasileira. É criada também a divisão de história artística e literária com as seções de história artística e de história literária; a divisão de documentação e divulgação, com as seções de arquivo, biblioteca e mapoteca, seção de divulgação e gabinete de fotografia; divisão de cursos de museus, com sua secretaria; serviço de administração, que cuidava da portaria; e por fim o gabinete de restauração.

A palavra aquisição que ainda era mencionada em 1954, não reaparece no documento. Este regimento não estabelecia nenhuma orientação que pudesse embasar uma possível aquisição de um objeto.

O Regimento é revogado com a publicação da Portaria Ministerial nº 485 de 7 de outubro de 1975, que aprova o novo regimento interno do Museu Histórico Nacional. Só

⁵⁶ O Programa Nacional de Museus foi instalado pela FNPM em 1983, tendo com proposta desenvolver projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros.

⁵⁷ Portaria Ministerial nº. 585 de 29 de outubro de 1981 (D.O. 30/11/1981 – p. 20592).

⁵⁸ Foram retomados só 20 anos depois em 1995.

Câmara utiliza este regimento que foi revogado em 1982 com a publicação da Determinação nº 62, de 13 de dezembro, do presidente da Fundação Pró-Memória, mas ela não ficou em vigor nem um ano, em 19 de setembro de 1983 foi publicada uma nova Determinação nº 82. Nos quatorze anos que ele ficou na direção foram publicados três diferentes regimentos internos para o museu.

E - Portaria Nº. 485, de 07 de Outubro de 1975 – REGIMENTO INTERNO DO MUSEU HISTORICO NACIONAL.

Neste regimento a finalidade da instituição sofreu algumas mudanças em comparação aos documentos anteriores. Agora o museu tinha por fim preservar, adquirir e expor testemunhos da evolução, formação e difusão da história e da cultura brasileira.

A estrutura do museu também mudou, foi criado o cargo de coordenador técnico. A competência do MR agora era de classificar, catalogar, conservar e expor objetos ou peças, direta ou indiretamente ligadas à evolução da história e a cultura brasileira a partir de 1889.

Em muitos momentos do documento aparecem os verbos pesquisar, preservar e inventariar, demonstrando a preocupação da instituição em sempre estar atualizada com as pesquisas científica, com a preservação e com o controle do acervo. No entanto, a palavra aquisição ainda está ausente do discurso.

F – Determinação Nº. 62, de 13 de Dezembro de 1982 – REGIMENTO INTERNO DO MUSEU HISTORICO NACIONAL.

Em 29 de outubro de 1981 o MHN foi incorporado a Fundação Nacional Pró-memória, segundo a Portaria nº. 1 de 24 de novembro de 1981, do presidente da fundação. Continuavam em vigor os regimentos internos das instituições que tinham se vinculado a Pró-memória, até a formulação e aprovação de um novo documento. A determinação de 1982 é o novo regimento do MHN.

Comparado aos anteriores, o Regimento de 1982 é mais sintético. No entanto, existem algumas mudanças na parte administrativa e organizacional do museu. Assim como no caso do documento anterior de 1975, este também não faz nenhuma menção ao tema aquisição de acervos.

No final do ano de 1982 o Museu da República é desvinculado do MHN através da Determinação nº 62 de 15 de dezembro. Com essa mudança se fez necessário reformular o Regimento Interno do MHN e a elaborar o Regimento Interno do MR⁵⁹.

G - Determinação Nº. 82, de 19 de Setembro de 1983 – REGIMENTO INTERNO DO MUSEU HISTORICO NACIONAL.

Esse regimento é o resultado da reformulação do documento de 1982, retirando os dados relativos ao Museu da República. Porém, mesmo tendo sido elaborado somente nove meses após, o documento apresenta um dado importante sobre a organização do acervo: a criação de uma coordenadoria de tratamento técnico do acervo que tinha as seguintes divisões:

- a) Divisão de Museologia e Museografia
 - a.1 – Seção de Exposições
 - a.2 – Laboratório de Conservação e Restauração
 - a.3 – Seção de Reserva Técnica
 - a.4 – Seção de Catalogação
- b) Divisão de Documentação
 - b.1 – Biblioteca
 - b.2 – Arquivo Histórico

Contudo, a competência desta coordenadoria, em relação à aquisição de acervos, não é clara. Segundo o documento, compete a ela coordenar a realização de pesquisas, a execução de atividades de caráter científico e técnico, o processamento técnico e a preservação do acervo.

Concluimos, após a análise desses dois Regulamentos e cinco Regimentos (1954, 1961, 1975, 1982 e 1983), que nenhum destes documentos conseguiu suprir a ausência de uma política de aquisição de acervo. Pois, em nenhum deles é definido o âmbito da coleta de objetos do museu, diferente do que ocorreu com os regulamentos de 1922 e 1934, ou seja, o modelo barrosiano de coleta se manteve inalterado. De acordo com Fernandes (2002, p. 143) durante cerca de 50 anos a metodologia estabelecida por Gustavo Barroso para adquirir objetos para o MHN não foi modificada.

⁵⁹ Essa solicitação foi feita através da determinação nº 74 de 11 de julho de 1983, e foi dado o prazo de 30 dias para a conclusão do trabalho.

Em 21 de dezembro de 1984 Gerardo Britto é licenciado e o museólogo Rui Mourão assume interinamente o museu, acumulando a função com a direção do Programa Nacional de Museu. Por conta dessa dupla jornada ele chama em dois de janeiro de 1985 (portaria nº. 03) a museóloga Solange Godoy para ser sua diretora adjunta e auxiliá-lo. Nessa mesma época é finalizado o relatório do Programa Nacional de Museus e o MHN inicia um processo de revitalização. Em 19 de agosto de 1985 (portaria nº. 65) Godoy assume a direção do museu, mas o seu primeiro ano de direção foi muito conturbado por conta de manobras políticas que visavam tirá-la do cargo, só que não tiveram sucesso (CHAGAS; GODOY, 1995, p. 52). Apesar deste cenário desfavorável, Godoy realiza o diagnóstico da situação do museu e elabora um plano de metas para os próximos anos. Organiza uma completa reestruturação, convidando pessoas de áreas diversas para montar uma equipe que pudesse construir um novo projeto conceitual para o MHN. O Plano de Diretrizes e Metas Trienais para o período de 1986 a 1988, publicado em 1986 privilegiava cinco diretrizes: Democratização da Informação; Formação de público para o MHN; Instrumentação Científico-Tecnológica; e Desenvolvimento da Instituição Museu.

Ao analisarmos o cenário que apontamos anteriormente, verificamos que a iniciativa de Gerardo Britto de vincular o MHN ao Programa Nacional de Museus e a Fundação Nacional Pró-memória foram cruciais para a revitalização do museu. Consideramos relevante destacar o papel da museóloga Solange Godoy nesta nova etapa, pois foi em sua administração que as transformações conceituais, mais profundas, ocorreram.

A museóloga Heloisa Duncan, que era diretora ajunta na gestão de Solange, assume a direção do museu em 1989, mas fica por pouco tempo. Em 1990 a também museóloga Ecylla Brandão é nomeada para a direção do MHN e chama Solange Godoy⁶⁰ para ser sua coordenadora técnica. Na entrevista⁶¹ que realizamos com Ecylla, percebemos que, pelo menos com relação à PAA que era o foco de nossas perguntas, quem estava mais envolvida com a comissão que iria elaborar o documento era Solange. O ano de 1990 não foi um bom ano político para a cultura, a FNPM foi extinta, funcionários foram demitidos, a Lei de incentivo à cultura foi revogada, dentre outras situações. No entanto, o museu não se deixou abalar por essa crise e continuou da forma que pode o seu processo de revitalização. Em 1994 Ecylla sai do cargo e a museóloga Vera Lúcia Bottrel Toste assume a direção, onde permanece até hoje (2013), sendo a segunda gestão mais longa de direção do MHN. Tostes dá continuidade ao processo de

⁶⁰ Vera Tostes era a chefe do departamento de acervo.

⁶¹ Entrevista 2

revitalização pelo qual o museu vinha passando, realizou importantes obras estruturais e de revitalização do circuito de exposições de longa duração⁶², melhorou a questão de acessibilidade do museu, retomou a publicação dos Anais e iniciam a realização de Seminários Internacionais (organizados pela própria instituição). A revitalização do MHN iniciada no final da década de 1980 trouxe vida e movimento ao museu, as iniciativas e trabalhos da gestão de Tostes só fizeram aumentar o prestígio da instituição. A análise das questões sobre aquisição dos períodos de Ecylla Brandão e Vera Tostes serão realizadas mais à frente, pois veremos que foi no período delas que se deu o gênesis da PAA de 1996.

Para concluir este tópico iremos analisar o último regimento interno do museu, datado de 16 de julho de 1987 – Determinação nº. 306, que foi utilizado por Solange Godoy, Heloisa Duncan e Ecylla Brandão, e ainda continua em vigor na administração de Vera Tostes.

H – Determinação N^o. 306, de 16 de Julho de 1987 – REGIMENTO INTERNO DO MUSEU HISTORICO NACIONAL.

Depois de 33 anos ausente nos Regimentos Internos, o termo aquisição volta a ser usado no documento de 1987. De acordo com o documento, a finalidade do museu é resgatar⁶³ a herança cultural brasileira, através da aquisição, preservação, pesquisa, exposição e difusão de evidências do processo histórico. A utilização do termo na finalidade do museu é um indício de que a revitalização do museu estava preocupada com a seleção, aquisição e registro de acervo. O conteúdo do documento corrobora nossa hipótese.

Além da mudança no conteúdo da finalidade do MHN, a titulação e as divisões da coordenadoria de tratamento técnico do acervo também mudaram, passaram a ser o Departamento de Acervo, tendo as seguintes divisões:

- a) Divisão de Acervos Museológicos
 - a.1) Seção de Reserva Técnica
- b) Divisão de Arquivo Histórico
- c) Divisão de Biblioteca
- d) Divisão de Aquisição, Registro e Movimentação de Acervo.
- e) Divisão de Restauração e Conservação.

⁶² Foi criado um Projeto de Modernização que teve apoio o DEMU/MINC.

⁶³ Esse termo é utilizado no Art. 1^o. do documento.

A competência deste departamento era dentre outras coisas, a de controlar atividades de seleção, aquisição, registro e movimentação do acervo. À Divisão de Acervos Museológicos competia selecionar, adquirir, registrar, armazenar, conservar e processar tecnicamente as coleções. Deve-se mencionar que não cabia a esta divisão o trabalho com os acervos de iconografia em suporte de papel e com a coleção do departamento de numismática e da divisão de biblioteca. Essa estruturação nos permite compreender a preocupação da equipe de Registro e Movimentação de Acervo na elaboração de um regimento que respeitasse as especificidades das diferentes coleções que formam a acervo do MHN. Para a organização de todas estas coleções foi criada a Divisão de Aquisição Registro e Movimentação de Acervo, que tem como responsabilidade controlar a aquisição, registro e movimentação de todo acervo.

O regimento de 1987 formaliza práticas técnicas que já estavam institucionalizadas e organizadas na estrutura do museu, por conta do projeto de revitalização que teve início em 1985 (BANDEIRA, et. al., 1995, p. 86). Até o ano de 2013⁶⁴, 26 anos depois de sua publicação, este ainda era o regimento oficial do MHN, além de ser o documento que ficou mais tempo em utilização.

2.2. AS PORTAS DE ENTRADA DO ACERVO: A TRAJETÓRIA DA AQUISIÇÃO ATÉ A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO DE 1996.

Como já mencionamos, o museu foi criado em 2 de agosto 1922 , sendo atualmente um dos maiores museus de história do Brasil, e tendo em seu acervo 277.490 itens⁶⁵. A criação de um museu para preservar a memória da história nacional no âmbito das comemorações do centenário da independência não foi um acontecimento desprovido de intenções. A celebração de uma data ou de um fato é um mecanismo utilizado como incentivo à recordação no esforço permanente de transmitir, através de meios simbólicos, a história do país. Em 1922, ao criar o museu, o Estado assumiu o papel de “coleccionador”, no propósito de salvaguardar os objetos testemunhos do engrandecimento das tradições e resgatar o passado da nação.

Gustavo Barroso terminou por atribuir valor histórico aos objetos preservados que procurou salvar do esquecimento. A seleção por si só implica em estabelecer a diferença entre o que é histórico e o que não é. Para Barroso, os critérios de aquisição, do que

⁶⁴ Ano final desta pesquisa.

⁶⁵ Segundo o Mapa de Distribuição de Acervo do MHN - Referência: 05/08/2013.

deveria ser preservado, estavam ligados aos grandes vultos da história, aos grandes acontecimentos militares, ao Estado, à Igreja, às elites locais e regionais.

De acordo com o que já discutimos no item 2.1, a expansão do acervo no período de 1924 a 1944 se deu através das doações, vindas de famílias tradicionais, de transferências de objetos a partir de outras instituições públicas, aquisições do governo federal e de algumas doações feitas por “cidadãos comuns”. O Museu Histórico Nacional em pouco modificou seu projeto de 1922 a 1959, mantendo assim, sua política de aquisição inalterada⁶⁶. Segundo Bittencourt, et. al. (1995, p. 70) essa ausência de mudança deu estabilidade à instituição, no entanto ajudou a provocar uma estagnação da aquisição. Essa estagnação foi prejudicial para o museu, pois contribuiu para que a coleta de acervo não acompanhasse as modificações que aconteceram nas ciências humanas e sociais no final da década de 1950 (idem).

Até a segunda metade da década de 1950, a dinâmica da aquisição de objetos se manteve inalterada. De 1956 a 1975, o número de itens adquiridos por compra é de 132 objetos, a única modificação sensível se dá com relação às doações individuais que continuam a acontecer. É significativo dizer que o caráter dos objetos doados continua o mesmo, ou seja, itens entendidos pelos doadores como históricos. De 1975 a 1984 a instituição viu o agravamento dos problemas que já se colocavam desde a década de 1960.

O discurso da Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972 (BRUNO, 2010 p. 43), reforçado em 1984 com a declaração de Quebec no Canadá (Ibibem, p. 58), aponta para a necessidade de uma mudança prática no papel social do museu. E com isso uma onda de críticas sobre o papel dos museus nacionais foi levantada. Sendo a principal relacionada à capacidade desses museus de preservar e representar de forma imparcial as diferentes memórias nacionais.

Segundo Tostes (2011, p. 7) a resposta a essa crítica veio através das ações de transformação (reformulação, modernização e revitalização) que indicaram a ânsia por mudanças. Com a vinculação do MHN ao Programa Nacional de Museus, foi produzido um diagnóstico da situação da instituição. O resultado deste documento provocou um movimento de reorganização de todos os setores da instituição. Foi neste momento que se optou por abandonar a noção de história como produto da ação de grandes personagens. Muito embora não tenhamos achado nenhum estudo específico, esta mudança de concepção aponta para uma reformulação na política de aquisição. De 1985 até 1990, podemos mencionar como sinal dessa possível transformação, duas grandes

⁶⁶ Grifo nosso.

doações: a coleção Cipré com 341 itens de caráter etnográfico e a coleção Farmácia Homeopática Teixeira Novaes, com 651 itens.

Em 1985 uma equipe de técnicos do museu, junto com a museóloga Solange Godoy, formula um documento que defendia conceitos museográficos e museológicos inovadores para as novas exposições de longa duração do MHN. A pesquisa sobre o acervo já coletado toma destaque como elemento essencial no entendimento da função do museu. Um museu de história deve ser um centro de investigação, coleta e exibição de objetos históricos pertinentes ao desenvolvimento social. A história é a ciência que o fundamenta, derivando daí o tratamento que constituirá sua identidade como museu (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1985).

Neste cenário gostaríamos de destacar duas iniciativas relacionadas ao trabalho com as coleções. A primeira, em 1987, ainda na gestão de Solange Godoy, que foi a produção do Thesaurus para Acervos Museológicos⁶⁷, que continha os critérios para tratamento de cada peça do museu. Foram elaboradas as classificações do acervo, ficando estipuladas 16 classes e 11 delas com subclasses. Com a adoção de novas classificações, alguns objetos ganharam novos sentidos, principalmente os coletados nos anos iniciais do museu, que com as mudanças teóricas do museu, perderam seu status de relíquia (FERNANDES, 2002, p. 132); e ao organizar o acervo em classes percebeu-se que existiam lacunas nas coleções, que acabaram por estimular a coleta de objetos.

A segunda iniciativa que irá impactar na formação das coleções do MHN, ocorre na gestão de Ecylla Brandão. No início da década de 1990 publicaram uma portaria⁶⁸, que teve como objetivo à constituição de uma comissão interna, composta por funcionários de diversos setores do museu, para debater a adoção de uma PAA. Os membros da comissão eram: 1- Angela Sumavielle- museóloga, Setor de Controle do Patrimônio; 2- Deize Domingues- museóloga, Laboratório de Conservação e Restauração; 3- Denise Portugal- documentalista, Setor de Arquivo Histórico; 4- Iara Madeira- museóloga, Setor de Museografia; 5- Jorge Cordeiro- museólogo, Setor de Reserva Técnica; 6- José Neves Bittencourt- historiador, Setor de Arquivo Histórico; 7- Lia Sílvia Peres- museóloga, Setor de controle do Patrimônio; 8- Lucila de Moraes Santos- museóloga, Setor de Pesquisas; 9- Maria de Jesus P. Alencar- museóloga, Setor de Reserva Técnica; 10 - Rejane Maria L. Vieira- museóloga, Divisão de Numismática. Todos coordenados pela museóloga e então chefe do departamento de acervos, Vera Lúcia B. Tostes. O grupo se reunia

⁶⁷ O ano de 1987 foi muito ativo no museu, além do Thesaurus, foi implantado o setor de informática e foi inaugurada a exposição de longa duração Colonização e Dependência (este módulo, que foi desmontado em 2010, procurava mostrar os desdobramentos econômicos e sociais por que passou o Brasil ao longo de sua história, desde a colônia até os dias atuais).

⁶⁸ Portaria no. 12 de 29 de setembro de 1992. Assinada pela então diretora Ecylla Brandão.

bimestralmente, onde tópicos (anteriormente estabelecidos) eram debatidos e analisados, ao fim de cada encontro era produzido um relatório. O relatório final da comissão apresentou a política de aquisição como sendo um instrumento essencial para o Museu cumprir sua função:

A formulação de uma política de aquisição é pré-requisito indispensável para que a Instituição assuma, novamente, o papel de recolher ativo, quer dizer, passe a determinar e buscar os itens que melhor se ajustem à expansão de seus objetivos (ANEXO A - p. 244).

Segundo este mesmo relatório⁶⁹ a comissão discutiu e definiu os conceitos de museu, museu histórico, nação e estado nacional para depois discutir o perfil institucional. Após o levantamento conceitual a comissão realizou diversas pesquisas e análises do acervo do museu, detectando principalmente as lacunas nas coleções. Num esforço para abandonar o modelo barroseano⁷⁰ do que deveria ser preservado, ocorre de fato uma mudança nos critérios de aquisição de acervo da instituição. A conclusão a que chegou a comissão, no ano de 1996, resultou na redação da política de aquisição de acervo. Nesta política é reconhecida a dificuldade da instituição em dar conta da história nacional como um todo, sem recortes, e a necessidade de rompimento com uma história gloriosa desempenhada pelos grandes personagens e acontecimentos.

O Museu passou a ser entendido como um lugar de memórias nacionais, onde se procurava corrigir distorções e pôr em cena elementos esquecidos na narrativa adotada por Gustavo Barroso. Com isso, objetos representativos de grupos e atividades sociais antes não inseridos no MHN passaram a ser coletados pelos técnicos da instituição. Dentre esses objetos destacam-se ferramentas de trabalho vinculadas às classes operárias e ao homem do campo, estilos típicos de móveis de decoração, utensílios e eletrodomésticos dos lares brasileiros de meados do século XX em diante e brinquedos característicos da infância brasileira. Nota-se uma abertura para objetos do cotidiano e não sendo a principal relacionada à capacidade do museu mais acontecimentos singulares na história, como as guerras e as mudanças de regimes.

⁶⁹ Política de Aquisição de acervo para o MHN – Relatório final de 26 de setembro de 1993.

⁷⁰ Vale ressaltar que o esforço para essa mudança teve seu início na gestão de Solange Godoy, mas só mudou de fato com a elaboração da política em 1996.

2.3. A POLÍTICA VIGENTE

(...) os objetos museológicos constituem a espinha dorsal das atividades desenvolvidas pelos museus. (BITTENCOURT, et. al.)

Qualquer objeto pode ser musealizado, não existe nenhum regulamento que impeça certos tipos de objetos materiais de serem retirados de seu contexto original e passarem a ser museológicos. Todavia, os museus possuem uma missão, nos modelos Clássicos (Me cobre a referência) ela está intimamente ligada às atividades de seleção, aquisição, documentação, informação e preservação de um (ou mais) determinado tipo de acervo. O ato de coletar sempre é seletivo, escolhas devem ser feitas. Um museu não pode ser tratado como uma enciclopédia que deve coletar tudo. E é nesta situação, de saber o que coletar ou não, que a política de aquisição vai atuar e auxiliar para que o processo de coleta seja bem embasado, para que a busca e identificação sejam ordenadas.

Sobre PAA já trabalhamos em outros momentos desta dissertação, agora é importante entender no que consiste a PAA do MHN, como é estruturada e o que contém.

O documento que é apresentado pela instituição como sendo a Política de Aquisição de Acervo do MHN, ou em outros momentos do texto como sendo um Manual, é, na nossa hipótese, a junção do relatório final da comissão interna de política de aquisição⁷¹, que elaborou a política, com o que seria de fato a PAA. Dois indícios nos levaram a essa conclusão, o primeiro é o título presente na primeira folha – Relatório final da comissão interna de política de aquisição, o segundo é a existência de duas diferentes apresentações. Acreditamos que ao relatório final, foi anexada a política de aquisição, e no final optaram por mantê-los agrupados, para garantir que o documento mantivesse o quadro conceitual que foi elaborado pela comissão nos quatro anos de construção da política. Apesar de concordarmos que neste formato o documento ficou muito mais embasado, pois uniu uma matriz teórica com a parte prática, entendemos que após a apreciação final deveria ter acontecido uma formatação da política, acoplando ao texto final o quadro conceitual e eliminando as duas apresentações. No entanto, isso não foi feito, ficando a organização da PAA de MHN assim:

Relatório Final da Comissão Interna de Política de Aquisição do Museu Histórico Nacional - Apresentação; 1. Quadro Conceitual; 2. Algumas observações sobre a Política da Aquisição de Acervos do Museu Histórico Nacional; 3. O Processo de Revitalização do Museu Histórico Nacional e a formulação de novos objetivos gerais; 4. Algumas questões

⁷¹ Apresentado em 1993.

relativas à incorporação de objetos às coleções do Museu Histórico Nacional; 5. Sugestão de uma nova política de aquisição de objetos para o Museu Histórico Nacional;

Apresentação; Parte I (Indicações normativas); 1. Considerações gerais; 2. O processo de aquisição; 3. O processo de incorporação de objetos); Parte II (Indicações gerais para a orientação da aquisição de objetos); 1. Aspectos gerais; 2. Aspectos conceituais gerais da política de aquisição; 3. Objetos de interesse para aquisição pelo Museu Histórico Nacional; Recomendações finais da Comissão Interna de Política de Aquisição do MHN; Anexos (Anexo 1 - Esboço de cronologia do período republicano brasileiro; Anexo 2 - Relação de objetos cuja localização e identificação deve ser considerada com atenção na pesquisa para aquisição; Anexo 3 - Modelo de formulário "Ficha de identificação de objetos para aquisição").

Comparada com o guia – *Concern at the Core: Managing Smithsonian Collections* - do Smithsonian Institute, a organização da PAA do MHN possui alguns pontos em comum. O guia norte americano também começa apresentando os conceitos, mas como é direcionado para os 19 museus do instituto, o número de termos e conceitos é bem amplo, com conteúdos sintéticos. No entanto, percebemos que o guia do Smithsonian é mais completo, pois traz os processos administrativos que devem acontecer, menciona os recursos financeiros, e traz a bibliografia que foi utilizada. O documento é sintético, os tópicos são curtos e diretos, o guia só possui 54 páginas, a política de aquisição do Museu Histórico Nacional tem 40 páginas e não aborda os aspectos administrativos⁷², os financeiros e nem a bibliografia consultada. O guia não é uma política de aquisição de acervo, mas sim um instrumento que orienta nos procedimentos para formulação de uma política. Os outros itens do guia são⁷³: Coleções Nacionais (Usos e acessos; Cuidados com as coleções); Aquisição e alienação (Orientação; Tomada de Decisão; Um antigo esforço de realinhamento); Recursos (Finanças; Recursos Humanos; Armazenamento; Tecnologia da Informação); Conclusões Gerais (Orientação Estratégica; Planejamento de longo prazo por Unidades; Tomada de Decisão; Estrutura Organizacional; Cultura Profissional; Responsabilidade); Recomendações (Papéis nacionais; Uso e acesso; Cuidados com as coleções; Aquisição e Alienação; Recursos; Gestão); Anexos (A. Lista

⁷² Processo administrativo não tem relação com os atos do processo de musealização. São atividades que extrapolam o campo da museologia e vão para a área jurídica, financeira e organizacional do museu.

⁷³ Texto Original: National Collections (Use and Access; Collections Care); Acquisition and Disposal (Guidance; Decision Making; A One-Time Realignment Effort); Resources (Finances; Human Resources; Storage; Information Technology); Overall Conclusions (Strategic Guidance; Long-Term Planning by the Units; Decision Making; Organizational Structure; Professional Culture; Accountability); Recommendations (National Roles; Use and Access; Collections Care; Acquisition and Disposal; Resources; Management); Appendices (A. List of Organizations Contacted; B. Bibliography); Photo Credits; List of Tables (1. Smithsonian Collecting Units Classified by Type).

de Contatados das Organizações; B. Bibliografia); Créditos das fotos; Lista de Tabelas (1. Unidades de Coleta do Smithsonian classificados por tipo).

Além da parte que fala exclusivamente da PAA, só existem mais três itens que possuem pontos em comum com a PAA do MHN, o primeiro, “Um antigo esforço de realinhamento”, traz uma interessante discussão sobre a importância de se preocupar com o descarte de acervo. No documento do MHN, encontramos a seguinte informação:

4- a existência de uma política de aquisição contribuí de maneira decisiva para discussões futuras em torno da questão da baixa de acervo e da determinação dos níveis de utilização do acervo. (ANEXO A - p. 245).

O segundo é o item, “Coleções Nacionais”, que é descrito como: Para as unidades de coleta do Smithsonian, identificarem seu núcleo nacional, com o objetivo de tanto fornecer uma base para avaliar a adequação das coleções atuais e como também orientar uma coleta futura, pois, segundo o documento ainda existe pouca clareza, seja dentro do Smithsonian ou de outros museus, sobre o que é ou envolve o ser "nacional". A comissão que elaborou a política do MHN também teve essa preocupação.

No caso avaliado, um terceiro dado acabou por determinar precisamente o campo temático institucional, bem como o problema com que grupo iria lidar: trata-se de um museu histórico nacional. Isto significa que é um museu cujo tema é uma formação social politicamente organizada, geograficamente situada, com historicidade datada e caracterizada, e colocada diante e em oposição à outras formações sociais com o mesmo caráter – ou seja – uma nação. (ANEXO A - p. 207).

O terceiro é a presença das recomendações finais, que nos dois casos são um reforço do que já foi tratado anteriormente nos tópicos, destacando os principais pontos que devem ser observados.

É interessante pontuar que os dois documentos que citamos têm uma diferença de nove anos, e principalmente que a política do Museu Histórico Nacional de 1996 não se inspirou neste documento de 2005. Porém, com relação à aquisição de acervo e seu temas correlatos, como o processo de baixa e o fato de se analisar e entender o que é nacional, os dois dialogam. Dessa forma, mesmo tendo sido pautada num documento mais antigo do Smithsonian, a PAA do MHN, do final da década de 1990, indica discussões de questões que ainda são atuais. Acreditamos que isso só é possível, por causa do esforço dos membros que compuseram a comissão, maioria pesquisadores, que estavam comprometidos em desenvolver uma PAA de qualidade. Observamos na política que a comissão teve por preocupação expor os caminhos teóricos que levaram

os membros a chegarem à conclusão de determinados conceitos. Junto a isso, percebemos através da existência de diversos apontamentos sobre a importância de se discutir os assuntos e conceitos tratados, a preocupação da comissão em não querer que o conteúdo da política fosse cristalizado.

Ao compararmos o Guia do Smithsonian e a PAA percebemos alguns pontos em comum: a estrutura organizacional do documento, os tópicos utilizados, e principalmente os pontos destacados pelo guia como sendo importantes para uma política de aquisição e que aparecem na política do MHN.

Partindo desta conclusão, a metodologia de trabalho que estabelecemos para estudar o resto da PAA do MHN foi dividir a sua análise em quatro tópicos, que consideramos estruturantes, são eles: Termos e conceitos; processo de aquisição e critérios; política de descarte e comissão de aquisição de acervo.

2.3.1. TERMOS E CONCEITOS

Como já mencionamos, a PAA do MHN, de 1996 é composta por dois documentos, a discussão sobre os termos e conceitos se encontra no primeiro. Entendemos esta parte do documento como sendo a matriz teórica que orienta a escolha dos critérios de aquisição, assim como nas outras atividades práticas relacionadas com o processo de aquisição de um objeto. Os conceitos trabalhados e operados, nas reuniões para elaboração da política, serviram para estabelecer os limites do campo dentro do qual foi construída a proposta (ANEXO A, p. 206). São eles: museu, nação, perfil institucional, política de aquisição e aquisição. Vale dizer que no escopo do documento é destacado que o estudo dos termos e conceitos não acabaria com a conclusão dos trabalhos da comissão, a dinâmica da sociedade é ativa, o que torna necessária uma revisão constante. Por conta disso, aproveitamos para comparar os conceitos tratados na política com os que estão presentes no guia do Smithsonian⁷⁴ para observar se eles ainda estão atuais.

Sobre o termo museu, a comissão de 1992 menciona que se embasou na definição do ICOM⁷⁵ e tendo esta definição por referência, estabeleceram o que entendiam por museu de história.

(...) uma instituição que coleta e preserva objetos tridimensionais do passado, e os utiliza para mostrar a perspectiva e a inspiração histórica,

⁷⁴ Museu e perfil institucional são conceitos que não foram trabalhados no guia do Smithsonian, só identificamos os de Nação, aquisição e política de aquisição.

⁷⁵ Museu é uma instituição pública, permanente, administrada sem fins lucrativos, no interesse geral, com a finalidade de preservar, estudar, potencializar por diversos meios, e divulgar, por intermédio de exposições e outros veículos, em benefício do público, objetos de valor cultural.

bem como uma idéia de como era a vida em outras épocas. (ALEXDANDER, apud TOSTES, et al. 1996 p. 2)

No mesmo tópico é esclarecido que a comissão entende que um museu histórico não é composto só de objetos tridimensionais, no entanto, naquele momento a PAA estava sendo construída direcionada para esse segmento de acervo.

O esclarecimento deste conceito é importante, pois um dos pontos aos quais a política de aquisição de acervo está diretamente ligada é à conjuntura do museu (BITTENCOURT, et. al., 1995, p. 64). Acreditamos que é através da apresentação do que a instituição entende como sendo um museu, que ela se mostra, apresenta quem é e o que pretende realizar, qual a sua missão, auxiliando assim na elaboração dos critérios do que deve ser coletado.

Segundo a comissão de 1992, para determinar o campo temático institucional definir somente o conceito de museu histórico seria incompleto, pois além de histórico, o museu também é nacional – Museu Histórico Nacional.

Hobsbawn (1990, p. 27), ao abordar o conceito de nação, afirma que ele não vem antes do Estado e do nacionalismo, estes é que geram a nação. Seguindo esta análise do historiador britânico, ser nacional para a PAA significa que o museu tem como tema a formação de uma sociedade politicamente organizada, geograficamente situada, com historicidade datada e caracterizada, e colocada diante e em oposição a outras formações sociais com o mesmo caráter – ou seja – uma nação. A PAA também afirma que Nação e Estado são instancias diferenciadas. Sendo os Estados Nacionais as formações que se caracterizam pela autonomia formal, e tem a sociedade como objeto.

Para o guia do Smithsonian, os museus que tem por perfil serem nacionais devem deter coleções que simbolicamente representam a história, a cultura e os valores de uma nação em particular e teriam por função apoiar a educação. É dado como exemplos o *Hungarian National Museum*, o *National Museum of Helsinki* e o *National Museum of Ireland*. O guia afirma que as coleções do Smithsonian, na sua totalidade fazem da Instituição (os 19 museus em conjunto), uma das maiores unidades de guarda de objetos materiais de cunho nacional. No entanto, o guia faz uma crítica apontando que certos museus do instituto, apesar de terem objetos representativos da nação, não articulam sua própria finalidade com a questão nacional. No caso do MHN essa articulação foi feita quando primeiro se definiu o que é um museu histórico e qual a sua finalidade, para depois discutir o que é nacional.

Só após a definição dos conceitos de museu histórico e de nação é que foi possível delinear o perfil institucional do MHN.

Perfil institucional é o conjunto das características que particularizam a instituição diante de suas congêneres, neste caso, os museus de história. (ANEXO A - p. 208).

Neste sentido, o MHN tem como característica ser uma instituição que busca preservar e representar a memória da Nação e do Estado Brasileiro, através do recolhimento, tratamento e estudo dos bens materiais, frutos das dinâmicas (política, econômica e cultural) da sociedade brasileira.

A comissão entende que a aquisição e a PAA estão estreitamente ligadas aos objetivos institucionais e por conta disso, deveriam ser amplamente debatidas. Foram precisos quatro tópicos para conseguir delinear o que são esses dois conceitos ligados aos objetivos do MHN. Para fazer a diferenciação entre aquisição e política de aquisição o documento apresenta os seguintes argumentos⁷⁶:

(...) cabe distinguir entre aquisição- a ação desenvolvida pelo museu no sentido de identificar e incorporar novos objetos museológicos às suas coleções. (BITTENCOURT, et al., 1995, p. 63).

E a política de aquisição seria:

(...) o conjunto de princípios que orientam a busca, identificação e seleção de objetos materiais de potencial interesse para incorporação ao acervo do Museu Histórico Nacional. Também será considerada como parte integrante da Política de Aquisição a baixa de objetos já incorporados ao acervo, muito embora esta deva ser tema de documento específico. (ANEXO A, p. 208)

Além de definir os conceitos, a comissão realizou uma análise do histórico da política de aquisição do museu desde sua criação até chegar à formulação do documento de 1996. Em resumo, o texto expõe que a primeira política estruturou-se em torno do objetivo geral do museu, o de ser um local onde se pudesse despertar nos cidadãos a paixão cívica⁷⁷. E com isso direcionou a instituição a uma coleta de objetos materiais que fossem verdadeiros “tesouros da nação” que testemunhassem o passado glorioso dos grandes personagens e fatos importantes da Nação. Essa forma de aquisição, que teve seus momentos de crescimento e de declínio, perdurou até a década de 1980, quando um processo de revitalização foi instaurado no museu. Percebeu-se que era preciso rever todo o procedimento de aquisição, estudar desde a capacidade de armazenamento que a instituição ainda possuía, as lacunas nas coleções, as ausências de segmentos de acervo e até a possibilidade de baixa em alguns objetos.

⁷⁶ No rodapé do documento é referenciado que trecho citado havia sido extraído de um texto que ainda não havia sido publicado, no entanto em 1995, ele foi publicado nos Anais do MHN.

A ação de aquisição, junto com a pesquisa e as exposições, forma o elo do museu com a sociedade. Com a implantação da política, com critérios bem estudados e elaborados o museu deixaria de coletar tesouros e relíquias para enfatizar objetos de uso do cotidiano. A comissão pretendia que a aquisição de objetos passasse a ser ativa, tanto pela busca de acervo, como pela aceitação ou não de uma doação.

Para o Smithsonian, a Política de Aquisição de Acervo (*Collections Management Policy*) – é uma declaração por escrito, detalhada, que identifica a finalidade, as metas e o objetivo de coleta. No guia é explicado como eles influenciam nas atividades de coleta de cada unidade, além de trazer uma descrição de como se dará as responsabilidades com os cuidados, o acesso, e outras funções relativas a um acervo. Segundo o guia, a política também deve tratar do processo de baixa do acervo.

Já a aquisição é entendida no guia como o ato de acrescentar a uma coleção um item que uma unidade de coleta obteve.

2.3.2. PROCESSO DE AQUISIÇÃO E CRITÉRIOS

O conjunto de determinações e ações que tornam possível um objeto ser entendido como objeto museológico constitui o que entendemos por processo de musealização, sendo o processo de aquisição de acervo uma etapa desse processo. Antes de analisarmos o processo de aquisição do MHN, vale destacar que o museu entende que esse é composto por dois momentos, o de incorporação e o de baixa de acervo. Nesta parte do trabalho iremos analisar somente a Parte I da PAA - o processo de incorporação.

Segundo Godoy (2010, p. 69) as políticas de aquisição devem estar relacionadas com o binômio: missão do museu⁷⁷ x procedência e origem do objeto⁷⁹. Por conta disso a política deve ser estruturada prevendo o uso do objeto adquirido, em exposição ou reserva técnica; garantindo o espaço de armazenamento que assegure a sua sobrevivência; e prevendo a reunião do maior número de informações em seu dossiê⁸⁰. No entanto, esses atos estão relacionados com a fase do processo de aquisição onde os objetos já estão no museu, mas antes desta etapa consideramos importante abordar os caminhos que levam um objeto a ser pretendente a acervo do museu.

⁷⁷ Grifo nosso.

⁷⁸ Que já foi tratada na matriz teórica da PAA.

⁷⁹ Procedência – Local de onde provém o objeto ou onde o objeto foi encontrado. Origem – Área geográfica, localidade onde o objeto foi confeccionado, construído.

⁸⁰ Para o enriquecimento de pesquisas futuras.

A PAA do MHN divide o processo de aquisição em quatro fases, que devem ser minuciosamente documentadas, são elas:

1ª - localização: é o momento de contato com a fonte do objeto, independente da característica do contato com a mesma; conforme é indicado na política esse contato pode se dar de forma ativa (o museu toma a iniciativa de coleta do objeto) ou passiva (o objeto ser levado até o museu). Concordamos que o contato pode ser encarado como passivo ou ativo, no entanto, acreditamos que a coleta sempre é ativa, não importando se a forma que o objeto chegou foi por compra, doação, ou outras. O documento traz duas informações importantes e pertinentes sobre essa fase, são elas: 1 - o contato, seja ativo ou passivo, deve obrigatoriamente acontecer no local onde o objeto se encontra; 2 - de forma alguma o museu pode ter a iniciativa de abortar⁸¹ o contato, ele pode existir independente da decisão do museu em aceitar ou não, na segunda e terceira fases do processo de aquisição é que pode haver uma negação do objeto e assim o fim do contato.

2ª - identificação: trata-se da determinação da pertinência do objeto com relação aos objetivos e ao acervo do Museu Histórico Nacional. Essa fase também, segundo as determinações da política, deve acontecer (sempre que possível) no local onde o objeto pretendido ou oferecido se encontra. A equipe do museu, responsável pela aquisição avaliará se o objeto condiz com os critérios estabelecidos na política e no fim dará um parecer favorável ou não. Se o parecer for negativo, ele será definitivo, por isso que na política se recomenda que a identificação seja feita por mais de uma pessoa. Caso a equipe considere necessário, por motivos de dúvidas, pode não dar o parecer no mesmo dia, uma segunda visita será marcada, e a equipe terá tempo para avaliar melhor, ou consultar outros técnicos. No documento não menciona se esse parecer deve ser dado por escrito, só determina que se favorável o objeto será levado ao museu para passar pela terceira fase, ou seja, ainda não existe a garantia de incorporação do objeto ao acervo da instituição.

3ª - seleção: nesta fase do processo é determinado se o objeto deverá ou não ser incorporado ao acervo da instituição, e o nível de utilização⁸² que ao mesmo será atribuído. Neste momento o objeto já estará no MHN, e a equipe de seleção, levando em conta as recomendações⁸³ da equipe de recolhedores⁸⁴, julgará se o objeto deverá ser

⁸¹ Termo usado na PAA.

⁸² Na PAA não encontramos quais eram os níveis, no entanto, em 2008 a DICOP anexou a política um documento (ANEXO C) onde eles são elencados. Nível 1 – Obras prioritárias, segundo parâmetros de raridade ou relevância histórica. Nível 2 – peças com número grande de exemplares. Nível 3 – peças com indicação para uma possível baixa.

⁸³ Durante a pesquisa no DICOP e no processo de entrada dos objetos, não encontramos nenhum documento escrito que correspondesse a essas recomendações da equipe de recolhedores, mesmo aparecendo na PAA, no anexo 3 um modelo de formulário que deveria ser preenchido.

incorporado ou não, sendo a resposta desta fase a posição final. Se apesar da constatação de relevância histórica ou informativa, o objeto não for recomendado para o MHN, o mesmo poderá ser indicado para outra instituição. Caso o Museu tenha interesse em sua incorporação, passamos para a quarta fase do processo.

4ª - aquisição / registro: fase do processo que torna o objeto item do acervo do Museu Histórico Nacional, de acordo com a legislação específica vigente no país, e conforme as normas administrativas de controle usadas pela instituição. Essa é a incorporação formal do objeto, onde ele passa a integrar legalmente o acervo sob a guarda da instituição. Ao chegar nessa fase, o procedimento só poderá ser revertido através de um processo de baixa de acervo.

Na parte II da PAA são delineadas três indicações gerais para a orientação da aquisição de objetos.

A primeira indicação são os aspectos gerais, que trata dos seguintes tópicos:

1. Os tipos de objetos que podem ser coletados: tridimensional, arquivístico ou bibliográfico;
2. A periodização histórica aos quais os objetos serão classificados, seguindo um aspecto da organização política da formação social, de caráter jurídico do Estado: 1500-1822 Período Colonial; 1822-1889 Período Monárquico; e 1889 em diante Período Republicano.

A segunda indicação são os aspectos conceituais gerais da política: questões de cronologia; da sociedade capitalista e os elementos que primeiramente estabelecerão o interesse do objeto para aquisição, sendo os três aspectos relacionados à dinâmica histórica da formação social brasileira (político, econômico e cultural).

Por Aspectos Políticos entendem-se os elementos relativos à estruturação, organização, objetivos e direção da formação social brasileira. Por Aspectos Econômicos entendem-se os elementos relativos à estrutura, organização e meios necessários à criação e aperfeiçoamento das condições de existência material da formação social brasileira, bem como tudo quanto possa ser considerado desdobramento dos referidos processos. Por Aspectos Culturais entendem-se os elementos relativos à produção intelectual, artística e científica da formação social brasileira, bem como aspectos ligados a tradição e a memória, independente de se classificar como eruditos ou populares (ai

⁸⁴ Nomenclatura utilizada na PAA.

incluídos crenças, hábitos, saberes e práticas), assim como seus possíveis desdobramentos.

Os acervos de interesse do museu deverão estar ligados, com pelo menos um dos três aspectos gerais relativos à dinâmica histórica da formação social brasileira. Se o objeto estiver ligado a mais de um aspecto, a equipe de coleta da fase 2 deve destacar o aspecto predominante. Eles deverão ser representados por objetos/documentos gerados por instituições e processos de caráter institucional, tendências, conjuntos de fatos, de personagens (considerados individual ou coletivamente, inclusive grupos sociais amplos) e eventos.

A terceira e última indicação são objetos de interesse para aquisição. Neste item um fato nos chamou a atenção: 3.1.2 – *Objetos identificados à uma personalidade, instituição ou evento de importância, devem ser considerados como de especial interesse para aquisição.* Desde o início deste trabalho percebemos, através das falas de alguns autores (GODOY, 2010; BITTENCOURT, 1995; FERNANDES, 2002), que na PAA de 1996 optou-se por abandonar a noção de história como produto da ação de grandes personagens, cristalizada em eventos destacados (FERNANDES, 2002, p. 145). Apesar de reconhecermos que este é um segmento do acervo que não pode desaparecer por completo, nos surpreendeu o destaque deste item na política. Acreditamos que no documento poderia ter sido só comentado que a aquisição desse segmento de acervo não deveria deixar de existir, mas não colocá-la como de especial interesse.

Os outros objetos de especial interesse para aquisição, mencionados na PAA são:

1 – Objetos de uso comum que podem atuar como signos representando por analogia o período e o aspecto da dinâmica histórica que lhe deu origem.

2 – Objetos da sociedade capitalista (pós Segunda Guerra Mundial), levando em conta os seguintes critérios: evitar objetos perecíveis; objetos de consumo de origem estrangeira. Os objetos que tem uma grande variedade de marcas e modelos, coletar poucos itens e os itens de indumentária, por conta da conservação, devem ser bem avaliados.

3 – Documentação civil regular, pois o MHN já tinha sobre sua guarda documentos civis referentes aos séculos XIX e início do XX, porém, periodicamente esses documentos mudam os seus modelos, e a aquisição de novos itens, pós início do século XX, ampliara a coleção, até o presente.

4 – Documentação iconográfica pós a década de 1930.

5 – Manter a dinâmica consolidada de itens bibliográficos, dando especial atenção aos periódicos e aos livros escolares.

A PAA termina com uma lista de recomendações finais que são o resultado de discussões que aconteceram no decorrer das sessões de trabalho da comissão que elaborou a política⁸⁵.

No final da PAA existem três anexos, o primeiro é um esboço de cronologia do período republicano brasileiro que pode ser consultado na página 230 do ANEXO A. O Anexo 2 é uma relação de itens de uso comum que, segundo a política, devem ser alvo de ações de incorporação. Godoy em seu texto (2010, p. 72) elencou os núcleos que a comissão definiu em 1993 como sendo de interesse para orientar a coleta ativa de acervo, esses núcleos foram repetidos no anexo da política de 1996⁸⁶. O anexo 3, que encerra a Política de Aquisição do MHN, é o modelo de formulário que deveria ser utilizados pela equipe de recolhedores⁸⁷ no ato em que foram abordadas as fontes dos objetos materiais oferecidos para aquisição. No capítulo 1 deste trabalho abordamos a documentação como um dos pilares do museu, o preenchimento deste formulário é um ato de documentação primordial para o objeto, para o museu e principalmente para os futuros técnicos e pesquisadores do museu. Este formulário é formado por um conjunto

⁸⁵ 1- Que, dentro dos planos de trabalho aprovados pela Direção Geral deste Museu Histórico Nacional, as ações relativas ao processo de aquisição tornem-se prioritárias e permanentes; 2- Que todos os procedimentos relativos à aquisição de objetos por este Museu Histórico Nacional sejam formalizados, segundo os procedimentos administrativo usuais pela instituição; 3- Que toda a documentação relativa à normas e procedimentos já adotados por este Museu Histórico Nacional seja reunida em um dossiê, cujo original deverá ficar sob responsabilidade da Seção de Controle do Patrimônio da Divisão de Acervos Museológicos; 4- Que todos os procedimentos não documentados o sejam, em prazo mais breve possível, com o objetivo de serem incorporados ao dossiê citado no item anterior; 5- Que seja constituída uma Comissão Permanente de Aquisição de Objetos, com 4 (quatro) membros permanentes (a saber - 1º. chefe do Departamento de Acervos Museológicos, presidente da Comissão; 2º. funcionário lotado no Setor de Controle do Patrimônio; 3º. funcionário lotado no Setor de Reserva Técnica; 4º. funcionário lotado no Laboratório de Conservação e Restauração). Deverá o presidente da Comissão proposta ter autoridade para convocar, para participar dos trabalhos, sempre que considerar necessário, outros funcionários técnicos e / ou administrativos; 6- Que as ações propostas neste documento comecem a ser testadas na prática, com a localização, identificação, seleção e incorporação de objetos de uso rotineiro existentes no próprio Museu Histórico Nacional; 7- Que sejam estabelecidos e formalizados os processos administrativos relativos a baixa de acervos, com o objetivo de tornar possível, por este Museu Histórico Nacional, o início de tais ações; 8- Que sejam estabelecidos graus de proteção dos acervos sob guarda deste Museu Histórico Nacional, com o objetivo de determinar níveis de utilização do mesmo nas diversas atividades realizadas pela instituição; 9- Que sejam, em momento oportuno, elaboradas ações visando conscientizar a sociedade civil, da qual o Museu Histórico Nacional é parte integrante, para a importância da preservação de objetos materiais, como testemunhos e documentos da dinâmica histórica da formação social brasileira. Tal campanha poderia ser elaborada em conjunto com o Departamento de Dinamização Cultural e Associação de Amigos do Museu Histórico Nacional; 10- Que seja, em momento oportuno, preparado um seminário que reúna especialistas de outras unidades museológicas, de instituições afins e de centros universitários, para, através do debate em torno das conclusões relatadas neste documento, aperfeiçoar os objetivos permanentes pelo mesmo determinados. Item 10 (ANEXO A – p. 229-230).

⁸⁶ 1. Mobiliário doméstico (anos 50, 60 e 70); 2. Mobiliário de escritório; 3. Mobiliário e equipamento escolar; 4. Rádios domésticos; 5. Televisores; 6. Toca-discos e aparelhos de som; 7. Aparelhos telefônicos; 8. Máquinas de escritório; 9. Equipamento de processamento de dados; 10. Canetas e outros instrumentos de escrita; 11. Relógios; 12. Ferramentas; 13. Objetos ligados à indústria automobilística; 14. Objetos ligados ao setor de transportes; 15. Objetos devocionais; 16. Aparelhos eletrodomésticos; 17. Utensílios de mesa e de cozinha; 18. Equipamentos de esporte; 19. Indumentária; 20. Brinquedos.

⁸⁷ Termo usado na política.

de campos⁸⁸ que quando preenchidos de forma adequada, contribuem de forma consistente na formação do acervo.

2.3.3. POLÍTICA DE DESCARTE

Sobre o processo de baixa de objetos já incorporados ao acervo, podemos dizer que ele é composto por um conjunto de determinações e ações institucionais que visam retirar de um objeto a característica de integrante do acervo sob responsabilidade da instituição, segundo as normas estabelecidas pela mesma, e de acordo com as leis vigentes no país.

A baixa de acervos é vista pela PAA como uma necessidade decorrente das atividades inerentes à instituição museológica. O processo deverá ser considerado especificamente, em momento apropriado. No entanto, em nenhuma parte do documento existe um item que fale sobre quais são os processos administrativos relativos a baixa. Na PAA só encontramos alguns itens que abordam a importância do processo de baixa, mas não mencionam como ele deve acontecer. A inexistência de procedimentos de baixa de acervo no documento é uma falha que pode comprometer a integridade das coleções. No item 7⁸⁹, das recomendações finais o documento menciona a importância da formalização do processo, porém não encontramos, na PAA de 1996, sua regulamentação.

⁸⁸ Campo 1 - Fonte: este campo deverá ser preenchido com a identificação da fonte potencial do objeto; caso pessoa física, o nome completo da mesma; caso instituição, o nome da mesma e, abaixo, a pessoa que tenha recebido os recolhedores; Campo 2 - Universo: 1- Tridimensional; 2- Arquivístico 3- Bibliográfico; Campo 3 - Localização original: a localização (endereço, o mais completo possível, e, no caso de uma instituição, localização interna) onde se encontra o objeto oferecido; Campo 4 - Objeto(s): o nome do objeto oferecido; sempre que possível, deverá ser usada a terminologia adotada pelo tratamento técnico do MHN (embora isto não seja obrigatório); o recolhedor encarregado do preenchimento do formulário pode, em concordância com a equipe de identificação, criar um grupo de objetos, caso os itens em consideração formem um conjunto, sejam iguais ou de uma mesma categoria; Campo 5 - Aspecto(s) com Que se relaciona: 1- Político; 2- Econômico; 3- Cultural; podem ser assinalados um ou mais aspectos, caso o recolhedor assim entenda; Campo 6 - Estado de conservação: deve ser relacionado o estado de conservação aparente do objeto; bom, regular, mau, restaurado; Campo 7 - Observações: neste campo devem ser relacionadas informações adicionais sobre o objeto, se estiverem disponíveis, como origem, data, materiais, informações fornecidas pela fonte, bem como todos os apontamentos considerados de interesse pelos recolhedores; no caso de objeto bibliográfico, devem ser relacionadas informações adicionais de caráter editorial (autor, editora, etc.); Campo 8 - Parecer dos recolhedores: 1- Positivo (identificação favorável, indicação para incorporação); 2- Negativo (não indicado para incorporação); 3- Recomendação para terceira opinião (neste caso, pode ser necessária uma segunda visita de pesquisa ou transporte para o MHN do objeto considerado).

⁸⁹ Item 7 - Que sejam estabelecidos e formalizados os processos administrativos relativos a baixa de acervos, com o objetivo de tornar possível, por este Museu Histórico Nacional, o início de tais ações. (ANEXO A, p. 31).

2.3.4. COMISSÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO

No item 3.2.2 da política, surge a primeira menção ao termo Comissão para citar o grupo de técnicos que trabalha com o processo de aquisição.

(...) recomenda-se que a identificação não seja feita por uma única pessoa, mas, preferencialmente, por comissão de técnicos capacitados não apenas a determinar a pertinência do(s) objeto(s) oferecido(s) com relação ao acervo (...) (ANEXO A, p. 222).

Nas recomendações finais encontramos a estruturação da Comissão. São quatro membros permanentes (1º. chefe do Departamento de Acervos Museológicos, presidente da Comissão; 2º. funcionário lotado no Setor de Controle do Patrimônio; 3º. funcionário lotado no Setor de Reserva Técnica; 4º. funcionário lotado no Laboratório de Conservação e Restauração). Sendo que o presidente da Comissão tem autoridade para convocar para participar dos trabalhos, sempre que considerar necessário, outros funcionários técnicos e / ou administrativos.

No ano de 2008 foi publicada a primeira portaria (ANEXO B), de autoria da então diretora Vera B. Tostes, para constituir a Comissão Interna de Política de Aquisição de Acervo, estabelecendo como responsabilidade dos membros que a compõem a deliberação sobre o acervo a ser incorporado ao MHN. Nesta portaria, a diretora informa que outros técnicos do quadro do MHN poderão ser convocados. A responsabilidade pela coordenação da comissão foi dada à museóloga Ruth Beatriz Caldeira de Andrada, Coordenadora Técnica do museu, tendo como suplente a também museóloga Norma Botelho Portugal, na época, responsável pela divisão de controle de patrimônio - DICOP. A comissão foi formada por: Eliane Rose Vaz Cabral Nery (Departamento de numismática); Jorge Cordeiro de Melo (Reserva Técnica); Lia Sílvia Peres Fernandes (Departamento de Acervos); Luiz Carlos Antonelli Lacerda (Museografia); Maria de Jesus Pires (Oficina de Livros / DICOP); e Rosângela de Almeida Costa Bandeira (Arquivo Institucional). Desses oito técnicos, atualmente cinco estão aposentados, somente a coordenadora da comissão e o técnico Luis Antonelli e Maria de Jesus Pires ainda trabalham no museu.

Após analisar a PAA e perceber a importância da comissão no processo de aquisição, ficamos surpresos por não ter ocorrido a publicação de uma nova portaria

indicando novos membros para substituir os aposentados. Como também achamos curioso não existir nenhum membro da área de pesquisa na comissão.

Além da Portaria que constituiu a Comissão existe outro documento, assinado pela museóloga Norma Botelho Portugal⁹⁰ e aprovado pela comissão interna de aquisição de acervo, que foi anexado à política de aquisição. É o estabelecimento de uma rotina para inclusão de objetos recebidos como presente ou prêmio⁹¹ pelo MHN (ANEXO E). Segundo o documento, era uma preocupação da equipe que cuida dos processos de aquisição a aceitação ou não de acervo, os prêmios ou presentes que o museu recebe. A metodologia adotada para esses casos foi: o objeto deve ser encaminhado a Divisão de Controle do Patrimônio (DICOP), que reunirá a comissão de aquisição para decidir se o objeto será entendido como objeto museológico, ou acervo patrimonial⁹². Se for entendido como objeto museológico, seguirá a rotina metodológica de aquisição, caso seja visto como um acervo patrimonial o objeto será encaminhada a Coordenadoria Administrativa, junto com todas as informações pertinentes, e acompanhado de uma solicitação para que o objeto seja encaminhado ao Setor de Patrimônio.

Não fica claro no documento, onde essas peças serão guardadas. Como expomos na introdução, um dos fatores que motivou o desenvolvimento desta pesquisa, foi à presença em exposição e sob a guarda da reserva técnica, de um acervo patrimonial. Na época não conseguimos entender o porquê do objeto em questão não ser acervo. Se o objeto estava acondicionado na reserva técnica e posteriormente em exposição por que não entendê-lo como objeto museológico? Compreendemos que a equipe teve preocupação em discutir essa questão, no entanto, acreditamos que após cinco de prática⁹³ seria interessante a revisão dessa rotina. Em nosso entender, não faz sentido ocupar um espaço qualificado de reserva técnica com um objeto que não possuísse o status de objeto museológico.

⁹⁰ Chefe da DICOP na época.

⁹¹ Grifo do autor.

⁹² Acervo Patrimonial, neste caso, é o conjunto de bens não musealizados do museu, são as mesas, cadeiras, computadores, objetos do dia a dia utilizados pelos funcionários da instituição.

⁹³ O documento é datado de 2008.

CAPÍTULO 3

A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO NA PRÁTICA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3 – A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO: LEVANTAMENTO DE DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No capítulo 2 observamos como a estrutura da política de aquisição de acervo do museu, como ela foi construída e quais são seus critérios e procedimentos que devem ser adotados durante e após o processo de aquisição de um objeto. Porém, ter critérios e procedimentos que norteiem e ordenem a busca, o registro e a documentação do acervo não quer dizer, necessariamente, que eles sejam seguidos. A questão central desta pesquisa busca ir além de simples análise dessa política de aquisição de acervo. Nosso objetivo é procurar entender como essa política é aplicada na prática no Museu Histórico Nacional. É nesta perspectiva que desenvolvemos este capítulo, com o intuito de discutir o funcionamento da política de aquisição no MHN.

No início da pesquisa, verificamos que seria inviável analisar todos os processos de aquisição que existem no museu, sendo necessária a escolha de um corte cronológico. Optamos por trabalhar com os dados dos objetos datados dos dez primeiros anos do século XXI. Queríamos compreender a prática de aquisição orientada pelo documento. Além de analisar se a política continua funcional na contemporaneidade ou se é um instrumento que precisa ser constantemente revisado. Duas questões surgiram: a política elaborada na década de 1990 ainda poderia ser utilizada para coleta de acervo no século XXI? A estrutura adotada na Política de Aquisição de Acervo atendia de forma adequada as necessidades do Museu Histórico Nacional. Apesar de próximas, as décadas de 1990 e 2000 possuem características bem diferenciadas. Segundo Sevchenko (2001, p.14) vivemos, no início do século XXI, um verdadeiro *loop* de montanha russa, aonde a multiplicidade, as várias identidades e a aceleração da vida vieram para mexer com a estabilidade das sociedades. Por conta disso, optamos por manter o corte cronológico entre 2001 e 2010, definindo, dentro desse corte, que os processos a serem pesquisados seriam os relativos a objetos materiais que estão sob a guarda da reserva técnica.

No levantamento de dados para realizamos a análise do que foi proposto acima, empregamos duas metodologias de pesquisa distintas: uma quantitativa e outra qualitativa.

3.1 - ANÁLISE QUANTITATIVA DO ACERVO DO SÉC. XXI COLETADO PELO MHN

Na primeira etapa desta pesquisa realizamos, na base de dados⁹⁴ da reserva técnica do MHN, levantamento quantitativo que teve por objetivo verificar o número geral de objetos confeccionados entre os anos de 2001 e 2010.

Encontramos os seguintes dados:

Tabela 1

Ano de Fabricação	Número de objetos no acervo do MHN
2001	128
2002	315
2003	72
2004	43
2005	20
2006	20
2007	79
2008	29
2009	7
2010	16

O total de objetos fabricados nos dez primeiros anos do século XXI foi de 729 itens. Após esse levantamento, verificamos, ano a ano, quais eram esses objetos. Elaboramos uma tabela, destacando: número de classificação do thesaurus, número SIGA⁹⁵, número do processo de aquisição, tipo de objeto, material de confecção, forma de aquisição – sendo doação, nome do doador⁹⁶ – e, por fim, o país de origem. Desse modo, obtivemos um panorama geral de todo o acervo com o qual estávamos trabalhando. A elaboração desta tabela possibilitou a elaboração de uma cópia das informações da base de dados do acervo do museu, eliminando a necessidade de irmos à instituição constantemente, agilizando, assim, o nosso trabalho. No Apêndice A, apresentamos um modelo dessa tabela a fim de exemplificar como organizamos nosso banco de dados, utilizado na pesquisa.

⁹⁴ Montada a partir do software Light Base for Windows (LBW).

⁹⁵ SIGA - Sistema Integrado de Gerenciamento de Acervo do Museu Histórico Nacional.

⁹⁶ Como veremos mais a frente essas informações nos ajudaram a perceber quem são os doadores do acervo do século XXI.

Por meio desse levantamento de dados para elaboração da tabela 1, conseguimos dar o nosso segundo passo: elaborar uma tabela geral (Apêndice B) do quantitativo de objetos⁹⁷, dividido por ano, que tem em cada classificação do Thesaurus.

De posse das listas organizadas (Apêndice A), levantamos em cada ano pesquisado, quais itens do Thesaurus foram coletados: do ano de 2010, existiam itens de: 12.5⁹⁸ - Objeto de Adorno; 12.8 - Peças de Indumentária; 15 - Embalagem/Recipientes, e outros. Com essa tabela geral (Apêndice B) foi possível verificar os segmentos de acervo relativos ao século XXI que foram coletados. Percebendo assim qual foi a imagem do século XXI que se constituiu na instituição, quais foram às ausências e as recorrências no acervo. Além disso, aproveitamos a tabela para colocar na coluna final o quantitativo geral de cada item do Thesaurus que existe no museu. Assim, teríamos uma noção completa do cenário do MHN⁹⁹, no período proposto.

A partir dos dados dessas duas tabelas, analisamos quais classificações¹⁰⁰ se destacaram em cada ano. Usamos como parâmetro, para considerar o que seria destaque, as classificações que tinham mais de dez itens. Já no caso dos anos onde o quantitativo de objetos nas classificações era inferior a dez, nosso parâmetro foi de quatro itens.

Observando a tabela do Apêndice B, descobrimos que:

- 2001 – dos 128 itens, 102 eram de lazer e desporto e 12 de indumentária;
- 2002 – dos 315 itens, 159 eram de indumentária, 55 de lazer e desporto, 42 de equipamentos de uso geral e 15 de material de propaganda;
- 2003 – dos 72 itens, 51 eram de indumentária;
- 2004 – dos 43 itens, 17 eram de lazer e desporto e 18 de indumentária;
- 2005 – dos 20 itens, 15 eram de indumentária;
- 2006 – dos 20 itens, 10 eram de indumentária;
- 2007 – dos 79 itens, 44 eram de indumentária e 13 de objetos de auxílio/conforto pessoal;
- 2008 – dos 29 itens, 13 eram objetos comemorativos;
- 2009 – dos 7 itens, 5 eram de indumentária;
- 2010 – dos 16 itens, 3 eram de lazer e desporto e 4 de indumentária.

⁹⁷ Fabricado de 2001 até 2010

⁹⁸ Numeração do Thesaurus para acervo museológico.

⁹⁹ Pesquisamos esses dados no Mapa de Distribuição de Acervo do sistema interno do museu que tinha a referência de 05/08/2013.

¹⁰⁰ Com base no Thesaurus.

Ao analisarmos esses dados constatamos que a coleta de acervo do século XXI teve seu foco direcionado para duas categorias: lazer e desporto (principalmente por causa dos brinquedos que foram coletados) e indumentária. Em torno de 70,5% do acervo do século XXI é composto de itens de Lazer / Desporto e Indumentária (dos 729, 514 são itens dessas classificações). Do quantitativo geral do acervo classificado como Lazer / Desporto no museu (1109 itens), 17,8% são objetos datados do século XXI, enquanto que de indumentária, do total de 2542 itens, 12,4% são objetos datados do século XXI.

A PAA apresenta 20 núcleos¹⁰¹ de interesse para orientar a coleta de acervo do MHN. De todos os núcleos listados na política, só dois tiveram uma aquisição mais significativa – brinquedos e indumentária. Foram coletados também canetas e outros instrumentos de escrita, e utensílios de mesa e de cozinha, os outros 15 núcleos não foram coletados. O item Mobiliário doméstico (anos 50, 60 e 70) não foi pesquisado porque estava fora do corte cronológico da pesquisa. No relato da entrevista 1 (Apêndice H) com a ex-diretora do museu Solange Godoy, descobrimos o que pode ter estimulado a coleta sistemática de brinquedos e indumentária. A coleta¹⁰² de brinquedos teve seu início após a doação, em 1986, de 135 soldadinhos de chumbo e se expandiu graças ao empenho de uma das funcionárias do museu, Ângela Guedes¹⁰³, que se especializou no assunto. Por conta disso, ela teve, ao longo dos anos, o cuidado de observar os objetos (brinquedos) que poderiam completar a coleção do museu. A indumentária teve o início de sua expansão depois da doação de uma coleção de chapéus¹⁰⁴ que somente foi incorporada ao acervo do museu graças ao empenho de Godoy. Foi depois da entrada desse acervo que a funcionária do museu Vera Lima¹⁰⁵ buscou se especializar em indumentária e, tal como Ângela, teve o cuidado de observar o que poderia complementar as coleções existentes no museu.

Na mesma entrevista, Solange aponta para um fato que nos chamou a atenção. Segundo ela, para a montagem dos módulos da exposição de longa duração, no final da década de 1980, ocorre, por parte da instituição, uma preocupação em buscar acervos

¹⁰¹ 1. Mobiliário doméstico (anos 50, 60 e 70); 2. Mobiliário de escritório; 3. Mobiliário e equipamento escolar; 4. Rádios domésticos; 5. Televisores; 6. Toca-discos e aparelhos de som; 7. Aparelhos telefônicos; 8. Máquinas de escritório; 9. Equipamento de processamento de dados; 10. Canetas e outros instrumentos de escrita; 11. Relógios; 12. Ferramentas; 13. Objetos ligados à indústria automobilística; 14. Objetos ligados ao setor de transportes; 15. Objetos devocionais; 16. Aparelhos eletrodomésticos; 17. Utensílios de mesa e de cozinha; 18. Equipamentos de esporte; 19. Indumentária; 20. Brinquedos.

¹⁰² A coleta sistemática, o museu já tinha brinquedos em seu acervo.

¹⁰³ Ângela Guedes é doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica, da ECO/UFRJ e atualmente é assessora de Comunicação do MHN.

¹⁰⁴ Segundo Solange Godoy anterior a esse momento o que o museu tinha de indumentária era muito pouca coisa e mal conservada. (Entrevista no.1, p. 163).

¹⁰⁵ Vera Lima é museóloga e era curadora da coleção de Indumentária do MHN, atualmente está aposentada.

que representassem o discurso conceitual que o museu desejava elaborar. A política de aquisição de acervo de 1996 mudou essa dinâmica ao afirmar que os objetos coletados a partir de sua formulação não se destinariam a nenhuma exposição em particular. A coleta desse acervo teria por objetivo “abrir novas coleções no Museu Histórico Nacional, ou complementar as existentes, de modo a expandir as possibilidades da instituição enquanto centro de preservação e divulgação do patrimônio histórico cultural brasileiro” (ANEXO A, p.216). No entanto, segundo a técnica do museu Maria de Jesus (Entrevista 6), nos períodos de montagem de exposições, que a coleta de acervo torna-se mais ativa, pois é quando todos os envolvidos ficam focados em completar as possíveis lacunas quanto ao tema e objetivos da exposição. Como nos anos iniciais do século XXI, os módulos da década de 1980 foram desmontados e um novo circuito expositivo de longa duração foi planejado e inaugurado. Percebemos que seria relevante para a pesquisa verificar qual ação de aquisição foi praticada no museu, nesse momento. Buscamos examinar nos dados levantados se nos anos que antecederam à inauguração dos módulos do novo circuito do museu, houve alguma coleta de acervo direcionada para as exposições, assim como aconteceu na década de 1980.

Os resultados que encontramos na análise foram:

1 - A exposição “Do móvel ao automóvel: transitando pela história”, inaugurada em 2005, tinha por objetivo expor ao público a coleção de meios de transportes terrestres do Museu Histórico Nacional. Dos objetos relativos ao século XXI, não existe nenhum item classificado como sendo “Transporte”¹⁰⁶.

2 - A exposição “Oreretama”, inaugurada em 2006, tinha por objetivo ser um espaço dedicado à terra e sua gente, anteriores à chegada do europeu. Dos objetos coletados, relativos ao século XXI, apenas encontramos um remo indígena em madeira da etnia Kalapalo (Processo de aquisição – 12/2006), referente ao item “Acessório de Transporte Marítimo”.

3 – A exposição “Portugueses no mundo”, inaugurada parte em 2009 e parte em 2010, tinha por objetivo apresentar ao público a expansão portuguesa a partir das grandes navegações, incluindo a colonização do território brasileiro e as características peculiares da formação econômica, política e social do Brasil. Dos objetos relativos ao século XXI

¹⁰⁶ Classificação Thesaurus.

coletados entre 2001 e 2010, 4 itens foram para essa exposição¹⁰⁷: três fotomontagens da série “3d São Miguel”, de autoria do artista plástico Carlos Vergara, datadas de 2008 e coletadas no mesmo ano (Processo de aquisição – 35/2008) e um prato comemorativo dos 200 anos da chegada da família real, coletado e datado de 2008 (Processo de Aquisição – 20/2008)¹⁰⁸.

4 – A exposição “Construção da Nação”, inaugurada em 2010, tinha por objetivo apresentar a história do Estado Imperial de 1822 até 1889, e possuía como enfoque a construção civilizatória. Dos objetos relativos ao século XXI coletados entre 2001 e 2010, não existe nenhum item que tenha sido coletado para essa exposição.

5 – A exposição “Cidadania em Construção”, inaugurada em 2010, tinha por intenção levar o visitante a refletir sobre o processo de construção da cidadania a partir dos direitos individuais, políticos e sociais. Dos objetos relativos ao século XXI coletados entre 2001 e 2010, encontramos um conjunto expressivo de itens nesta exposição. São 20 itens de indumentária, 58 itens de lazer / desporto, 17 itens de equipamento de uso geral e 1 item de acessório de indumentária, totalizando 96 itens¹⁰⁹.

Concluimos com essa análise que no caso da coleta de acervo do século XXI, ela não está ligada, como ocorreu na década de 1980 e como afirmou Maria de Jesus, com as exposições. Somente 13,8% do todo que foi coletado está em exposição no museu. Acreditamos que ainda existe uma coleta para as exposições, no entanto elas não são mais o foco da aquisição de acervo do museu.

O terceiro passo foi verificar as formas de entrada do acervo: compra, doação, empréstimo, incorporação¹¹⁰, legado, permuta, depósito, transferência ou desconhecida. Os dados gerados nesta etapa resultaram na seguinte tabela:

¹⁰⁷ Visitando a exposição observamos a existência de uma instalação artística intitulada Altar de Oxalá, no entanto, até o momento final desta pesquisa, esse objeto não estava relacionado no banco de dados do museu como sendo um acervo.

¹⁰⁸ Essa exposição tem dois itens datados de 2009, mas que foram coletados em 2011. Como este ano está fora do corte cronológico desta pesquisa, os seguintes objetos não foram contabilizados nesta análise: um modelo de Plataforma (Plataforma da Petrobrás - P52) e um macacão (utilizado pelos funcionários da Petrobrás em plataformas de Petróleo) - Processo de aquisição – 007/2011.

¹⁰⁹ Visitando a exposição observamos a existência de um grafite do grupo 'Rimas e Tintas', no entanto, até o momento final desta pesquisa, esse objeto não estava relacionado no banco de dados do museu como sendo um acervo.

¹¹⁰ São objetos que já se encontram no museu, sendo na maioria presentes dados à direção, e que são encaminhados a DICOP para imediata incorporação como acervo. O diferencial da incorporação é que não se constitui em uma doação direta, tanto que nos processos de aquisição de objetos incorporados não existe termo de compromisso, só, às vezes, uma carta de agradecimento.

Tabela 2

Ano de Fabricação	Doação	Incorporação
2001	128	0
2002	315	0
2003	67	5
2004	43	0
2005	19	1
2006	20	0
2007	78	1
2008	15	11
2009	2	8
2010	11	5

Total de Doação	698
------------------------	------------

Total de Incorporação	31
------------------------------	-----------

Total geral de acervo	729
------------------------------	------------

Do total de 729 itens, 698 foram por doação e 31 por incorporações (objetos que são dados de presente a Instituição e que por conta disso não passaram pelo processo de seleção e aquisição). Como base na análise dessa tabela 2 realizamos o levantamento das características dessas doações. Percebemos o alto número de doações que o museu recebeu, em comparação a incorporação, e a ausência de objetos adquiridos por compra. Essa ausência de objetos comprados pelo museu se dá, conforme Maria de Jesus (Entrevista 6) fala, porque atualmente a instituição passa por uma situação de falta de verba específica para essa forma de aquisição. Quando necessária à realização da compra de um objeto, ela é feita através da Associação de Amigos do Museu que posteriormente doa o que foi comprado para fazer parte do acervo do museu. Numa pesquisa feita no banco de dados do MHN, levantamos o quantitativo de 33 peças do século XXI que foram doadas pela Associação de Amigos.

Durante a busca por acervos doados pela Associação, percebemos o alto número de doações realizadas por funcionários do museu. Através da busca nas fontes bibliográficas, descobrimos que no final da década de 1990, segundo Bittencourt et. al., (1995, p.74), “no intuito de traçar as bases para uma ação ativa de coleta de acervo, sobre tudo do século XX, foi organizado um grupo de estudo”, e o resultado do trabalho deste grupo seria a ação de coleta ativa, por parte dos técnicos do museu visando complementar as coleções já existentes, além de inserir nelas objetos pertencentes aos diversos segmentos sociais. Bezerra (2010, p.162) afirma que essa coleta ativa foi praticada, ao falar que os “objetos representativos de grupos e atividades sociais antes não inseridos no MHN passaram a ser coletados pelos técnicos da instituição”.

Por conta da observação deste fato, notamos que era importante para a pesquisa, e para o entendimento das características das doações realizadas no museu, verificar se

os técnicos do museu ainda mantinham um perfil de coletores ativos com relação ao acervo do século XXI. Apuramos, dentre as doações, quantas foram feitas por pessoas ligadas ao museu e elaboramos a seguinte tabela:

Tabela 3

Ano	Doção de técnicos do museu	Demais doadores	Acervos incorporados		
2001	119	9			Técnicos do museu 262
2002	53	262			
2003	8	59	5		Demais doadores 436
2004	24	19			
2005	8	11	1		
2006	15	5			Acervos incorporados 31
2007	14	64	1		
2008	10	5	14		
2009	0	2	5		
2010	11	0	5		Total de Acervo 729

Observando os dados da tabela 3, dos 698 itens que foram doados para o museu, 262 são doações de funcionários ou ex-funcionários do museu, equivalendo a 37,5%. Entretanto, vale ressaltar que na análise dos processos de aquisição descobrimos que muitos dos doadores externos haviam sido procurados por técnicos do museu, que solicitaram a gentileza da doação apresentando a importância da musealização do objeto. O Anexo D é um exemplo dessas ações: um e-mail escrito pela assessora de comunicação do museu, Ângela Guedes, solicitando a gerente de pesquisas da empresa Brinquedos Estrela S/A, Célia Sassano, a doação de alguns brinquedos. Escolhemos esse documento como exemplo, pois, no final dele está escrita a lápis as justificativas para a entrada desses brinquedos no MHN.

O levantamento desses dados nos permitiu comprovar que ainda existe por parte dos funcionários um movimento de coleta ativa, porém ela não abrange todos os seguimentos de acervo do museu. Das coletas realizadas por técnicos, as mais sistemáticas, com um maior número de objetos coletados, como já mencionamos anteriormente, estão restritas a dois segmentos de acervo, Laze/Desporto (brinquedos) e Indumentária. Ao analisarmos estes dados, verificamos a inexistência de uma equipe de pesquisa que respaldasse a coleta de acervo. A relevância desta equipe foi ressaltada por Bittencourt et. al., (1995, p.74) um dos elaboradores da PAA. Durante a análise dos processos de aquisição não foi encontrado nenhuma documentação que apontasse ou

comprovasse a atuação do setor de pesquisa do museu na coleta de acervo do século XXI.

O quarto e último passo foi pesquisar, nos relatórios do museu dos anos de 2001 a 2010, o quantitativo geral de acervo que deu entrada na instituição, para verificar qual o percentual relativo ao acervo datado do século XXI. O que pode ser observado na seguinte tabela:

Tabela 4

Ano	Total*	Fabricado no século XXI**	Porcentagem***
2001	654	30	4,59%
2002	1100	332	30,18%
2003	717	123	17,15%
2004	1528	59	3,86%
2005	124	15	12,10%
2006	231	29	12,55%
2007	148	78	52,70%
2008	1305	27	2,07%
2009	139	15	10,79%
2010	233	21	9,01%
Total:	6179	729	11,80%

* Total de acervo que deu entrada nos anos de 2001 a 2010, com data de fabricação variada.

** Objetos fabricados no século XXI.

*** Porcentagem de objetos datados do século XXI.

Com a análise dessa tabela, percebemos que a entrada de acervo do século XXI equivale apenas a 11,80% do total de acervo que entrou no museu no período de 2001 a 2010. É uma porcentagem de coleta muito pequena do acervo relativo ao século XXI, e isso pode, no futuro, causar expressivas lacunas nas coleções da instituição. A PAA aponta que uma das características da sociedade capitalista é a geração de objetos de duração próxima ao efêmero. Acreditamos que se o museu não enfatizar a pesquisa e coleta de acervos da atualidade, no futuro quando for percebida a ausência de objetos, como aconteceu na época da elaboração da política, pode ser que não seja mais possível encontrar exemplares para serem coletados.

Esta foi nossa pesquisa quantitativa. Veremos agora a metodologia e análise da pesquisa qualitativa.

3.2 - ANÁLISE QUALITATIVA DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO E DAS ENTREVISTAS.

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA, 2001, p.20)

Conforme comentamos no início deste capítulo, o levantamento dos dados se deu por meio de pesquisas quantitativas, expostas acima, e de pesquisas qualitativas.

Para analisarmos se, no processo de aquisição, a PAA é mesmo utilizada e como ela funciona na prática, foi necessário recorrer a entrevistas com os agentes que participaram da elaboração do documento, como também com os membros da comissão de aquisição de acervo de 2008. Além deles, optamos por entrevistar as três diretoras que participaram do processo de elaboração e implantação da PAA, pois, durante a análise do documento de 1996, observamos a existência de algumas lacunas. São poucas as fontes escritas que discorram sobre a formação da PAA e as atividades da comissão de aquisição. Nesse sentido, as entrevistas se tornaram essenciais. Ao final da realização desse levantamento de dados, foi possível notar a complexidade da prática de aquisição, além de ter contribuído para a compreensão desse instrumento que norteia a aquisição de acervo do MHN.

Buscamos também entender o funcionamento da política de aquisição através da análise de onze processos de aquisição de objetos datados do século XXI. Antes de expor a metodologia de pesquisa desses processos, acreditamos ser pertinente esclarecer melhor sua natureza e onde são armazenados. Esses processos ficam arquivados na Divisão de Controle do Patrimônio – DICOP (a divisão pertence ao Departamento de Acervo). Essa divisão do museu é responsável pela classificação, conservação e guarda dos documentos relativos ao acervo em arquivo de metal (Figura 7). Todos os processos de aquisição do museu, desde sua criação, estão armazenados nesse arquivo e identificados por meio de suas datas (Figura 8). Vale ressaltar que esses processos não são separados por objeto, mas sim por doador. A dinâmica de identificação e arquivamento dos processos de aquisição é feita pelo nome do doador e o ano da doação, independente das especificidades dos objetos ou de terem sido doados em épocas diferentes, bastando ser no mesmo ano.



Figura 5 – Arquivos do DICOP



Figura 6 – Identificação das gavetas do arquivo



Figura 7 – Identificação da pasta do Processo de Aquisição.

Metodologia empregada na pesquisa qualitativa

Entendemos que é importante esclarecer mais detalhadamente a metodologia utilizada nas entrevistas e na seleção e descrição dos processos de aquisição. Com relação às entrevistas, elaboramos um roteiro para os membros da comissão (Apêndice C), um para as entrevistas das duas ex-diretoras (Apêndice D), e um para a atual diretora do museu (Apêndice E). Entramos em contato com todos os membros da comissão de aquisição, sendo que apenas dois, Lia Silvia Peres Fernandes¹¹¹ e Maria de Jesus Pires¹¹², se dispuseram a nos ajudar. Os outros alegaram já estar aposentados há muito tempo, não podendo, dessa forma, contribuir com a pesquisa e indicaram exatamente os

¹¹¹ Museóloga e ex-chefe do Departamento de Acervo do Museu Histórico Nacional.

¹¹² Museóloga e atual responsável pela divisão de controle de patrimônio – DICOP.

três entrevistados como as pessoas mais adequadas para falar sobre o assunto. Todas as três diretoras, Solange Godoy, Ecylla Brandão e Vera Tostes, foram solícitas e nos ajudaram dando seus depoimentos e respondendo a algumas perguntas. A entrevista com a Sra. Ecylla Brandão (Apêndice H – Entrevista 2) saiu do roteiro previsto e se tornou mais um relato da experiência da ex-diretora no MHN, no MR e no Museu de Belas Artes, em diversos momentos ela compara como era a aquisição nestes três museus, e afirma que no caso do MHN sempre foi mais complicado por conta do grande número de objeto, que dependendo do olhar do coletor, pode ser entendido como possível acervo do museu. O relato de dona Ecylla não nos auxiliou a esclarecer as dúvidas pertinentes à política de aquisição de acervo do MHN, ela até pontua isso num momento do relato, quando diz que não participou ativamente dos trabalhos de elaboração da política, pois estava envolvida com outras questões também importantes do museu. Optamos por colocar o seu relato no apêndice deste trabalho, pois entendemos ele como uma parte da memória da museologia no Brasil, como também da memória do MHN. Entrevistamos também um dos membros da elaboração da PAA, José Neves Bittencourt. Ele também foi indicado pelos membros, que optaram por não dar entrevista, como uma pessoa capaz de discorrer sobre o assunto. Bittencourt, além da entrevista, fez um relato detalhado do histórico da formação da PAA, que nos auxiliou a compor o tópico 2.2 do capítulo 2 deste trabalho.

Todas as sete entrevistas foram transcritas integralmente, o que possibilita ao leitor acesso a todas as informações. Os dados coletados a partir das entrevistas foram analisados, mas neste capítulo só foram utilizados os que tinham relação com a aplicação da PAA e seu contexto na atualidade, as informações sobre o histórico da política foram aproveitadas no capítulo 2. Os resultados das análises serão expostos ainda neste capítulo.

No caso da seleção e descrição dos processos de aquisição, empregamos a seguinte metodologia: primeiro, utilizamos as planilhas que fizemos com os dados do banco de dados do museu (Apêndice A), relacionamos os objetos (identificados por seu número SIGA) por ano de fabricação com seus respectivos processos (Apêndice F). Queríamos assim ter um controle de quais eram os processos de aquisição que tinham objetos fabricados nos anos de 2001 a 2010. São 137 processos que contém pelo menos um objeto datado do século XXI. Os processos foram fotografados e as imagens organizadas em pastas digitais identificadas pelo número do processo. Essa metodologia auxiliou no procedimento de análise dos conteúdos. Como já foi citado, as pastas dos processos não são individualizados por objeto, mas sim pelo ano de doação e nome do doador. Para analisar melhor o processo de aquisição de objetos do século XXI, optamos

por estudar as pastas que possuíssem somente acervos datados deste século, descartando as outras que tinham acervos de outros séculos. Seguindo esse critério, foram selecionados os onze processos, a seguir: Proc. 02/2002 (objetos datados de 2001); Proc. 49/2002 (objetos datados de 2002); Proc. 59/2003 (objetos datados de 2003); Proc. 62/2004 (objetos datados de 2004); Proc. 13/2005 (objetos datados de 2005); Proc. 25/2006 (objetos datados de 2006); Proc. 92/2007 (objetos datados de 2007); Proc. 55/2007 (objetos datados de 2007); Proc. 52/2008 (objetos datados de 2007); Proc. 21/2009 (objetos datados de 2008); Proc. 017/2010 (objetos datados de 2010). Para cada processo, construímos uma planilha descrevendo os dados de identificação da pasta e a relação de documentos contidos nela (Apêndice G).

Desse modo, fizemos o levantamento de todo os dados que serão trabalhados a seguir. Para a análise, escolhemos por fazer separadamente a da pesquisa quantitativa e a da pesquisa qualitativa.

Análise da pesquisa qualitativa

O principal objetivo do presente trabalho é estudar o processo de formação e a funcionalidade da política de aquisição do Museu Histórico Nacional, entender como ela é aplicada aos objetos produzidos no século XXI, além de pesquisar como e o que se elegeu para lembrar. Com o intuito de complementar as informações/dados obtidas na análise dos processos, recorreremos a entrevistas com os agentes que participaram da elaboração da política e aos que participaram de comissões de aquisição, para conseguir perceber melhor a dinâmica de coleta do MHN.

Antes do entendimento de como a política se dá na prática, achamos necessário descobrir com os agentes das comissões de elaboração da PAA e de aquisição, qual é o valor deste documento para um museu. Os entrevistados tiveram o mesmo padrão de resposta esclarecendo que a importância da política de aquisição para uma instituição museológica é total. Conforme falaram, *é a política que vai nortear e manter a instituição em movimento*. Para a diretora Vera Tostes (Entrevista 3) a importância reside no fato da política auxiliar na aquisição de objetos que realmente completam as coleções, ou podem ser pioneiros de novas.

No entanto, só saber qual o valor dado à política de aquisição por seus agentes não era suficiente para entender se para eles a PAA é ou não funcional. Pois, teoria e prática são coisas distintas, uma política pode ser construída de forma perfeita na teoria,

mas quando colocada em prática pode não ser funcional para a realidade do museu. Para os entrevistados a política de aquisição do MHN não é totalmente funcional. De acordo com Lia Fernandes (Entrevista 5), a política é funcional na medida em que tenta limitar o acervo que poderia dar entrada, pois as opções de objetos que podem ser adquiridos pelo museu é muito grande. Todos os entrevistados afirmaram que para ser totalmente funcional ela deve ser revista de tempos em tempos. Para Maria de Jesus (Entrevista 6), a política funcionou por um tempo, mas como o perfil do doador atual mudou e como museu passa por um problema de falta de verba específica para aquisição de acervo por compra, os procedimentos devem ser revistos. Já para José Neves Bittencourt o documento do MHN não funciona como uma política, pois, para ele o museu não conseguiu sair da postura de “recolhedor passivo”¹¹³, no entanto o mesmo ressaltou que está longe do MHN já tem dez anos. Do que observamos, o museu possui atualmente uma postura de coletor ativo, mas não para todos os segmentos do acervo. Nas informações obtidas, observamos que o museu mantém o posicionamento da não abertura de novas coleções, neste sentido a PAA ainda é funcional.

Todos os entrevistados apontaram para a importância da revisão periódica da PAA, no entanto desde sua última versão de 1996, não houve nenhuma atualização do documento, esta situação nos levou a questionar a sua funcionalidade para a coleta de acervo do século XXI. Questionada sobre isso Lia Fernandes (Entrevista 5) respondeu que o museu *continua o mesmo no século XXI, ainda é um museu histórico nacional, então a política ainda é bastante útil*. Mas segundo a diretora Vera Tostes desde o ano de 2013 se percebeu a necessidade de uma revisão da política, pois o museu, assim como a sociedade, é dinâmico, e com isso os conceitos de nação, memória, identidade não são sacralizados. O museu pretende com essa nova revisão fazer com que a PAA atenda melhor o séc. XXI. Maria de Jesus (Entrevista 6) foi além e destacou a importância da presença do setor de pesquisa juntamente com outros representantes dos setores envolvidos diretamente com acervo e a direção na revisão do documento. Bittencourt (Entrevista 4) apoia esse pensamento ao dizer que para fazer a revisão, *a instituição tem de se ver como “científica” e “laboratorial”, quer dizer, povoada por cientistas; tem de manter ativas linhas de pesquisa aplicada, que tenham como objeto o acervo*.

Durante a pesquisa, percebemos que nos dados levantados não havia nenhuma referência da presença do setor de pesquisa nas ações de aquisição. Sobre essa questão percebemos nas falas dos entrevistados que eles reconhecem a importância da presença do setor neste processo. No entanto, dentre os membros da comissão de

113

Termo usado pelo autor.

aquisição formada em 2008, nenhum é vinculado ao setor de pesquisa. Segundo Lia Fernandes (Entrevista 5) na época em que estava no museu a equipe de pesquisa só se envolvia quando havia uma exposição, e de preferencia permanente. Era um envolvimento visando à busca de objetos necessários para passar a mensagem da exposição. Bittencourt (Entrevista 4) confirmou este fato ao dizer que a pesquisa no museu sempre foi encarada como a elaboração e conceituação de exposições. Ele ainda ressalta o fato do Museu ter, atualmente, alguns pesquisadores muito bem titulados¹¹⁴. Como já foi comentado em outros momentos deste trabalho, compreendemos que a participação do setor é crucial no processo de aquisição, pois são as pessoas que estão mais atualizadas com as correntes teóricas. Concordamos com Bittencourt (Ibidem) que estabelecer normas e procedimentos de aquisição seja um dos objetivos estabelecidos para as diretrizes de pesquisa.

Além da questão da ausência de participação do setor de pesquisa, outro fato, encontrado durante a leitura analítica da PAA, nos intrigou. Nas recomendações finais da política item 1¹¹⁵ é exposto que ações relativas ao processo de aquisição tornam-se prioritárias e permanentes. No nosso entendimento dessa afirmativa é óbvia, e nos questionamos o porquê de sua presença no texto do documento. Segundo Lia Fernandes (Entrevista 5) este item teve que ser colocado na política para evitar que a qualquer momento a Divisão de Controle do Patrimônio (DICOP) pudesse ser extinta. Pois é nessa divisão do museu onde toda a documentação do processo de aquisição e registro do acervo é centralizada.

Um outro aspecto que analisamos na pesquisa qualitativa está relacionado ao processo de baixa de acervo. Nas recomendações finais da Política de Aquisição de Acervo (MHN) o item 7¹¹⁶ menciona a questão da baixa de acervos e a necessidade de

¹¹⁴ Foram apontados por Bittencourt os seguintes funcionários do museu: a doutora em história Aline Montenegro, o doutorando em história Rafael Zamorano e a museóloga e mestre em história Maria de Simoni.

¹¹⁵ 1- Que, dentro dos planos de trabalho aprovados pela Direção Geral deste Museu Histórico Nacional, as ações relativas ao processo de aquisição tornem-se prioritárias e permanentes.

¹¹⁶ (* 7 - Que sejam estabelecidos e formalizados os processos administrativos relativos a baixa de acervos, com o objetivo de tornar possível, por este Museu Histórico Nacional, o início de tais ações.)

se formalizar processos administrativos relativos a essa prática. Para o estudo desse processo, levantamos as seguintes questões: Essa ação teve início? Se sim: Ela foi formalizada num documento? Se não: Por que?

Existe no museu um documento que foi elaborado no setor jurídico do IBRAM que normaliza o processo de baixa, pois diferentemente do processo de aquisição, este é auditado. Esse processo é mais longo, não só por conta da parte jurídica, mas também por requerer uma análise mais apurada e a execução de diversas revisões na lista de baixa. Todo este procedimento tem por objetivo evitar o risco de descartar um acervo indevidamente. Segundo Bittencourt (Entrevista 4) nos anos 1980, aconteceram no museu ações de baixa que resultaram em aproximadamente 200 itens descartados. Os argumentos que embasaram esta ação apontaram para a total degradação dos objetos¹¹⁷. Vera Tostes (Entrevista 3) confirmou também que já aconteceram no museu diversas baixas de acervo, porém não tivemos acesso aos processos.

As entrevistas nos levaram a uma compreensão mais profunda sobre a PAA de 1996, no entanto, elas não nos auxiliaram no entendimento sobre os critérios e motivações que levam um objeto a ser musealizado, precisávamos achar outras fontes que pudessem esclarecer este ponto. Segundo o texto da política (ANEXO A, p.229), todos os procedimentos relativos à aquisição de objetos deveriam ser formalizados, mas não diz como e nem em que setor ou divisão do museu isso aconteceria. O esclarecimento de Lia Fernandes (Entrevista 5), sobre a concentração da documentação e do registro de acervo na DICOP, nos mostrou qual seria o local onde possivelmente encontraríamos as fontes documentais sobre aquisição e conseqüentemente, nelas os critérios e motivações que levam a musealização dos objetos, no caso, do século XXI.

Para a análise dos processos de aquisição arquivados na DICOP levantamos as seguintes perguntas: Os processos possuem a documentação dos critérios? Se sim, quais são? Esses critérios, se encontrados, estão em consonância com a PAA de 1996?

Além da vertente de análise sobre os critérios, buscamos também entender o funcionamento da comissão de aquisição de acervo. E para isso, procuramos saber os seguintes pontos: Eram feitas atas das reuniões da comissão? Se sim, dentro do texto dessas atas há alguma lista elencando o que foi aceito e o que foi recusado, e os motivos

¹¹⁵ Por exemplo, a mobília do hotel onde morreu D. Pedro II.

para tal? E por fim, como é a dinâmica da reunião da comissão? De quanto em quanto tempo ela é realizada?

Os processos de aquisição analisados (Apêndice G), para responder essas perguntas, foram os seguintes:

1 – Proc. nº 02/2002 – Jerry Fernando, doação de peças de indumentária (costume, saia, colar e óculos de sol), datadas de 2001. Na pasta encontramos sete documentos que não apresentam os motivos que levaram esses objetos a serem musealizados, informações sobre o doador, se a coleta foi ativa ou passiva¹¹⁸, e nem a ata da reunião da comissão que aprovou a aquisição deles.

2- Proc. nº 49/2002 – Ivo Pitanguy, doação de peças de indumentária (jaleco, calça, máscara e gorro), datadas de 2002. A pasta possui dez documentos que não apresentam os motivos que levaram esses objetos a serem musealizados, informações sobre o doador, se a coleta foi ativa ou passiva, e nem a ata da reunião da comissão que aprovou a aquisição deles.

3 - Proc. nº 59/2003 –, incorporação dos seguintes objetos: Botão de propaganda com o escudo do clube de regatas Vasco da gama / Espátula, Chaveiro, Porta cartões e relógio do Corpo de Fuzileiros Navais, todos datados de 2003. A pasta possui seis documentos, que não apresentam os motivos que levaram esses objetos a serem musealizados. Porém, na carta de encaminhamento do botton do clube de regatas Vasco da Gama, aparece a indicação do que pode ter motivado a musealização deste objeto: a peça seria incorporada a uma coleção. Essa informação apresenta um indício que a incorporação dessa peça estava em consonância com a PAA e a preocupação de se coletar objetos para completar as coleções já existentes, visto que museu possui uma coleção de botões de propaganda.

4 - Proc. nº 62/2004 – Brinquedos Estrela S/A, doação de dois brinquedos (Bonecas Susi “noivinha” e “ginástica olímpica”), datados de 2004. A pasta possui onze documentos, no meio deles estavam e-mails trocados entre a assessora de comunicação do MHN, Ângela Guedes e a gerente de pesquisas da empresa Brinquedos Estrela S/A, Célia Sassano, solicitando a doação da boneca Susi Noivinha. Sobre a boneca Susi ginástica olímpica

¹¹⁸ Na PAA a coleta ativa é a que o museu busca o objeto de seu interesse, para compra-lo ou para solicitar sua doação. E a coleta passiva é quando o doador quem busca o museu para propor uma doação.

não havia informação quanto à coleta, só o termo de compromisso e a carta de agradecimento. E nos dois casos não existia documento falando sobre as motivações da aquisição, só é dito que irão enriquecer o acervo do museu. Não existia na pasta nenhuma ata da reunião da comissão que aprovou a aquisição do acervo.

5 - Proc. nº 13/2005 – Sara Abreu, doação de peça de indumentária (bolsa com paisagem do RJ), datada de 2005. A pasta possui sete documentos, que não apresentam os motivos que levaram esse objeto a ser musealizado, se a coleta foi ativa ou passiva, informações sobre o doador, e nem a ata da reunião da comissão que aprovou a aquisição deles.

6 - Proc. nº 25/2006 – Fabrica Marisol S/A, doação de peças de indumentária (blusa, saia, meia $\frac{3}{4}$, botas), datadas de 2006. A pasta possui seis documentos, mas em apenas um identificamos os motivos que justificaram a musealização destes objetos: uma carta de agradecimento do museu, informando que as peças servirão para mostrar um excelente exemplar da moda infantil atual. Este critério está em consonância com a PAA, pois o acervo tem ligação com um dos aspectos gerais da formação social brasileira. Observamos também que a coleta foi ativa, pois no conteúdo da carta da empresa Marisol S/A para o museu, é citado que a ação de doação aconteceu após o contato que técnica Vera Lima fez com funcionários da empresa durante um evento de moda (Fashion Rio). Não havia na pasta nenhuma ata da reunião da comissão que aprovou a aquisição deles.

7 - Proc. nº 52/2008 – Osklen, doação de um vestido, datado de 2007. A pasta possui seis documentos que não apresentam os motivos que levaram esse objeto a ser musealizado, informações sobre o doador, nem a ata da reunião da comissão que aprovou a aquisição deles.

8 - Proc. nº 55/2007 – Sônia Epaminondas, doação de uma boneca com características da Síndrome de Down, datada de 2007. A pasta possui 13 documentos. Na análise deste material, identificamos que a coleta foi ativa, pois existe uma carta para a empresa Walbert Indústria Ltda. informando que o museu, através do jornal O Globo, soube do lançamento da boneca, e que gostaria de receber a doação de um exemplar. Existem documentos com conteúdo sobre a empresa e sobre a boneca, como também foi anexado à pasta o recorte de jornal que motivou o museu a buscar o acervo. Não existe nenhuma documentação que explique o porquê a doação saiu em nome da gerente de

vendas da Walbert , Sônia Epaminondas, ao invés de sair no nome da empresa. Neste processo existe a impressão de uma reportagem do jornal online O Globo sobre a doação da boneca para o museu e o depoimento de um funcionário do museu mencionando a motivação da coleta desse objeto. Segundo Anamaria Rego de Almeida (CLARK, 2008), técnica do museu na época da doação, a boneca com características de síndrome de Down foi um marco entre os brinquedos, pois apresentou de forma natural uma criança com características diferentes, contribuindo assim para a integração. Não havia no processo nenhuma ata da reunião da comissão que aprovou a aquisição deles.

9 - Proc. nº 92/2007 – Comitê Olímpico Brasileiro, doação de 60 itens de uso dos jogos Pan-americanos Rio de Janeiro / 2007, datados de 2007. A pasta possui sete documentos e dois deles apresentam uma informação interessante. Foi o museu que solicitou a doação para o Comitê Olímpico Brasileiro, essa afirmativa é comprovada pela carta de solicitação do museu e a carta de resposta do comitê. No entanto, não é abordado em nenhum momento o que motivou essa coleta. Mesmo que a motivação pareça implícita, consideramos importante ter essa informação num dos documentos do processo. Também não existia nenhuma ata da reunião da comissão que aprovou a aquisição. Procuramos por esse documento, pois achamos intrigante o fato dessa coleção possuir muitas repetições. Segundo a PAA, após a localização do acervo deveria haver uma identificação, seleção e depois a aquisição. Por conta da ausência de documentação, não sabemos se esses objetos passaram pelos processos anteriores à aquisição, ou se tudo foi musealizado sem nenhuma análise. No Apêndice I está à relação de tudo que foi doado ao museu.

10 - Proc. nº 021/2009 – Ângela Guedes, doação de 5 itens de campanha de educação para o trânsito do Detran, datados de 2008. A pasta possui dez documentos que não apresentam os motivos que levaram esses objetos a serem musealizados, só sabemos que o doador é um técnico do museu. Também não encontramos nenhuma ata da reunião da comissão que aprovou a aquisição deles.

11 - Proc. nº 17/2010 – Museu das Bandeiras, doação de peça de indumentária, datada de 2009. A pasta possui cinco documentos que não apresentam os motivos que levaram esse objeto a ser musealizado, a única informação relevante é que o acervo é uma camiseta comemorativa dos 60 anos do museu. Não foi possível identificar se a coleta foi ativa ou passiva e não existe nenhuma ata da reunião da comissão que aprovou a aquisição deles.

Na análise dos processos percebemos que em grande parte não existem as justificativas e nem os critérios de entrada dos objetos. Mesmo que as motivações para a aquisição estejam implícitas no objeto, consideramos estratégico para a instituição que na documentação do processo de musealização elas apareçam de forma explícita. Segundo Scheiner (2006, p.54), *“a apropriação de objetos depende sempre do olho percebido, seja este olho individual ou coletivo; ela seria, portanto, sempre arbitrária e histórica, relacionada a conceitos pré-existentes, a modos específicos de conceber e engajar o mundo”*. O item 3.5. da PAA (ANEXO A, p.223) recomenda que todo o processo de incorporação de um acervo deve ser minuciosamente documentado, no entanto, não foi com esse cenário que nos deparamos. Consideramos que esse panorama encontrado é prejudicial para a instituição, pois, a não documentação das razões que justificaram a musealização poderá comprometer a compreensão futura do por que determinado objeto é acervo do museu. Falando sobre os processos de baixa de acervo Bittencourt (Entrevista 4) afirmou que um dos motivos que levou o descarte de alguns objetos na década de 1980, foi exatamente o não entendimento do porque determinados objetos foram incorporados ao acervo.

Após a análise das tabelas e dos processos de aquisição, percebemos que mesmo existindo uma política bem estruturada e critérios bem definidos, a documentação do processo de aquisição não atende as diretrizes e orientações da PAA. O não cumprimento desta recomendação restringe o conteúdo informacional do objeto. E como afirmamos no capítulo 1 deste trabalho, a ausência de uma documentação pode causar a perda de signos e valores atribuídos aos objetos.

Sobre as reuniões da comissão de aquisição de acervo e a ausência de suas atas, a diretora Vera Tostes esclareceu que durante muito tempo as reuniões da comissão de aquisição aconteceram de maneira muito informal. Lia Fernandes (Entrevista 5) ratificou a exposição feita pela diretora Vera, ao afirmar que nunca foi feito nenhum documento formalizando os motivos da aceitação ou rejeição de um objeto. No entanto, as duas entrevistadas esclareceram que o procedimento de registro dos objetos que foram ou não aceitos e os motivos para tal é muito importante e que nunca se pensou o contrário disso na instituição. Segundo Tostes, nos encontros que estão acontecendo para a reformulação da PAA está sendo revista a forma como a comissão de aquisição atua. Na nova política será exigida a elaboração das atas de reuniões da comissão de aquisição, com os nomes dos participantes, as decisões, incluindo os objetos e os motivos de aceite ou de recusa deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo contemporâneo os estudos relacionados a formação e a construção de coleções museológicas crescem de forma acentuada. Várias teses e dissertações têm abordado esta questão. Por serem espaços de coleta, preservação e exposição de objetos das mais variadas tipologias, torna-se necessário compreender o papel dos museus modernos neste processo. Deve-se destacar que nesta perspectiva consideramos os aspectos sociais, políticos e culturais que podem estar refletidos nesta ação, ou seja, olhar para esta instituição como uma arena de disputas e negociações que apresentam uma estreita relação com as coleções.

Ao compreendermos que hoje, tudo pode ser musealizado, mas nem tudo deve ser musealizado, tornou-se crucial discutir a busca, a identificação e a decisão de incorporação de determinados objetos nas coleções. A presente pesquisa teve por objetivo analisar o papel da Política de aquisição de Acervos do Museu Histórico Nacional - MHN na aquisição de objetos do século XXI. A partir do momento que considerarmos a Política um instrumento norteador do Museu, procuramos, identificar, no período proposto, o seu impacto na construção da representação social brasileira. Tínhamos consciência das dificuldades que se apresentariam no recorte cronológico, pois ainda não possuímos o distanciamento do tempo histórico, mas simultaneamente sabíamos a potência de verificarmos no tempo presente, os critérios de aquisição utilizados por uma instituição paradigmática para o campo museológico brasileiro.

Estudos das ciências sociais apontam a sociedade do século XXI como uma sociedade de consumo, consumo esse apontado por Canclini (1999, p.28) como o conjunto de processos socioculturais nos quais se realizam a apropriação e os usos dos produtos. Queríamos entender como os museus estão trabalhando com o aspecto da rápida apropriação e desapropriação de objetos.

Para o entendimento desta questão nos apoiamos na afirmativa de Stuart Hall (2001.p.71) de que a identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Assim, a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas. Como mencionado anteriormente, o período de análise proposto era desafiante, mas também nos dava a possibilidade de trabalhar com a relação das identidades com o passado e a memória no tempo presente, ou seja, no momento em que os indivíduos que constroem e reconstroem essas identidades tanto pessoais quanto coletivas ainda estão vivos e em ação. E nesse sentido o ato de coletar pode ser visto como uma necessidade básica ou um instinto do homem de preservar sua história, suas memórias e suas identidades. Por conta disso,

precisávamos levantar questões sobre a especificidade dos contextos culturais e históricos, motivações e implicações, envolvidas na coleta museológica.

Os museus estão constantemente construindo conhecimento histórico e assim construindo memórias e identidades. Mas afinal, o que a comissão de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional está elegendo para lembrar e o que ficou no esquecimento dos dez primeiros anos do século XXI?

Atualmente, cabe à Divisão de Controle do Patrimônio (DICOP) viabilizar e documentar a entrada de acervo no museu, seguindo diversas etapas até chegar ao registro das peças e encaminhamento das mesmas ao seu local de armazenamento. É nesse setor, na primeira etapa, que acontece o processo de seleção. Quando uma comissão de aquisição, formada por técnicos do museu se reúne para avaliar, dentre os objetos propostos, aqueles que são passíveis de incorporação ao acervo.

A conclusão a que chegamos é que ainda existe uma valorização da coleta de acervo sobre o cotidiano da sociedade brasileira. Duas coleções se destacaram a princípio, por representar de forma clara a proposta da política de aquisição – as coleções de indumentária e de brinquedos. Percebemos a existência de dezenas de peças adquiridas por meio de aquisição ativa, com o objetivo de representar os mais diversos prestadores de serviços das mais variadas áreas de atuação, símbolos de uma complexa cadeia de atividades da sociedade. Podemos dizer que neste processo, o museu deixa de ser um local onde existe apenas a memória constituída e passa a ser também o lugar da memória que nos constitui.

No início da pesquisa identificamos um aspecto que já havia sido mencionado em 1992, num artigo sobre a política de aquisição de acervo do museu¹¹⁹: grande parte dos doadores, registrados nas fichas dos objetos, são de servidores do Museu Histórico Nacional ou pessoas relacionadas a eles. Segundo Chagas e Sepúlveda (2007, p. 12), a política de identidades se faz ao longo de um processo cujo curso não é possível de ser predeterminado, o que, no entanto não nos impede de procurar compreendê-la e contextualizá-la. Sendo assim, pretendemos examinar o papel da comissão de aquisição da perspectiva dos colecionadores. É interessante entender como funciona a relação entre esses especialistas, à doação, a política de aquisição e o processo de musealização do objeto. Pois, principalmente na seleção de objetos da cultura do século XXI, esses profissionais, não só selecionam, mas também são partícipes da produção de identidades desse período.

¹¹⁹BITTENCOURT, José Neve.; FERNANDES, Lia.; TOSTES, Vera Bottrel. Examinando a política de aquisição do Museu Histórico Nacional. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, V.27, 1995, p. 73

Os objetos museológicos contribuem para o fortalecimento da identidade das formações nacionais a que pertencem, e para o desenvolvimento científico e cultural da humanidade como um todo. Podemos dizer que a aquisição, sendo uma busca ordenada e com critérios, de objetos com potencial para serem musealizados, é um dos principais pilares dos museus. Essas instituições usam o processo de aquisição com o objetivo de preservarem para futuras gerações, os marcos que documentam o modo de pensar e viver das sociedades presentes e passadas. Mas como afirmamos acima, esse processo precisa ser ordenado, com critérios e o mais importante, sempre revisado.

Das conclusões a que chegamos neste trabalho podemos destacar os seguintes pontos:

Os objetos do século XXI que entraram no museu não foram coletados por suas qualidades físicas e materiais, mas sim por serem produtores de conhecimentos, serem documentos da história da formação social brasileira. No entanto, a documentação do processo de aquisição é falha, não são feitas atas das reuniões da comissão de aquisição, nem são expostos nos documentos dos processos os motivos para a aquisição dos objetos. Por conta disso, encontramos muita dificuldade em responder as perguntas formuladas durante a pesquisa.

No início da pesquisa identificamos um aspecto que já havia sido mencionado em 1992, num artigo sobre a política de aquisição de acervo do museu (BITTENCOURT, et. al., 1995, p.73): grande parte dos doadores, registrados nas fichas dos objetos, são de servidores do Museu Histórico Nacional ou pessoas relacionadas a eles. Percebemos que essa prática de coleta ativa de objetos por parte dos servidores existe desde a década de 1980 até hoje. Não acreditamos que ela seja nociva para o museu, porém, ela deve respeitar e saber equilibrar a coleta dos objetos materiais de potencial interesse presentes na PAA.

O que observamos na análise das fontes documentais, e dos dados levantados, foi o destaque da coleta de itens de indumentária e de Lazer/Desporto. Mesmo que a coleta desses dois segmentos de acervo siga as orientações da PAA de se adquirir objetos materiais sobre o cotidiano da sociedade brasileira, acreditamos que as outras classificações do acervo não podem ser descartadas ou esquecidas, precisa haver um equilíbrio na coleta dos itens.

Percebemos também que a coleta destes dois segmentos de acervo foi realizada, principalmente, por funcionários do museu. Este fato não seria um problema, já que a política prevê uma coleta ativa por parte dos técnicos da instituição. No entanto, por não existir uma ata que apresente como foi à aquisição dos objetos de lazer/desporto e de indumentária, cremos com base nas fontes documentais que pesquisamos, que estas

aquisições não respeitaram os tramites presentes na PAA. A pesquisa apontou para uma ação independente de funcionários do MHN. Este procedimento aponta a fragilidade da política de aquisição do museu, dentro do processo de musealização.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

FONTES

BRASIL. **Decreto nº 15.569, de 22 de julho de 1922.** Disponível em <www6.senado.gov.br/legislacao/USIBPublicacoes.action?id=46709&tipoOcorrido=DEC&tipolexlo>. Acesso em 30. Mar. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 24.735, de 12 de Julho de 1934.** Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=31712> Acesso em 30. Mar. 2012.

BRASIL. **Decreto Nº. 36.518, de 01 de Dezembro de 1954.** Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=168058&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB> Acesso em 30. Mar. 2012.

BRASIL. **Decreto Ministerial Nº. 109, de 31 de Novembro de 1961.** Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=181765&tipoDocumento=DCM&tipoTexto=PUB> Acesso em 30. Mar. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm Acesso em 02. Dez. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Gabinete do Ministro. **Portaria 485 de 7 de outubro de 1975.** Aprova o Regimento Interno do Museu Histórico Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de Outubro de 1975. p.14087-14092.

BRASIL, MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **A nova proposta para o Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro, 1985. (Mimeo).

BRASIL, MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – **Livro do tombo – MHN. Vol. 14.**

BRASIL, MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – **LBW (SIGA) - Banco de dados do acervo do MHN, 1989.**

BRASIL, MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – **Política de Aquisição para o MHN – Relatório Final.** Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 1996.

BRASIL, MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – **Relatório Anual – MHN. Anos 2001 a 2011. Arquivo Permanente.**

BRASIL, MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – **Regimento Interno** (aprovados pela Determinação Nº. 62 de 13 de setembro de 1982, da Presidência da Fundação Nacional Pró-Memória). Rio de Janeiro, 1982.

BRASIL, MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – **Regimento Interno** (aprovados pela Determinação Nº. 82 de 19 de setembro de 1983, da Presidência da Fundação Nacional Pró-Memória). Rio de Janeiro, 1983.

BRASIL, MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – **Regimento Interno** (aprovado pela Determinação Nº. 306 de 16 de julho de 1987, da Presidência da Fundação Nacional Pró-Memória). Rio de Janeiro, 1987.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco. 1996a. 225 pp.

_____. Memória, História e Coleção. In: **Anais do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro, V.28, 1996b, 200p.

_____. Tradição e Modernidade: O Museu Histórico Nacional e seu acervo. In: **Cadernos de Pesquisa.** Nº1, 1992. Rio de Janeiro, MHN, 1992. p.13-28.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus.** Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional. 1951.

BARBOSA, Ana Mae. Apresentação. In: BARBOSA, A. M.; CUNHA, F. P. da (Orgs). **A Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais.** São Paulo: Cortez, 2010, p.9-26, 464p.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos.** São Paulo: Perspectiva, 5ªed. 2008. 232p.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido - Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos.** Rio de Janeiro: Zahar. 2004. 192p.

_____. **Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar. 2005. 109p.

_____. **Modernidade e Ambivalência.** 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1999. 336p.

_____. **Modernidade Líquida.** 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2001. 260p.

_____. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade.** 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1998. 276p.

BEZERRA, Rafael Zamorano. Autoridade e tradição familiar na musealização de objetos das primeiras coleções do Museu Histórico Nacional. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (Org.) **Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. p.234-245. 312p.

_____. Valor Histórico, exposição e restauração de objetos do acervo do Museu Histórico Nacional.

BITTENCOURT, José Neve.; FERNANDES, Lia.; TOSTES, Vera Bottrel. Examinando a política de aquisição do Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro, V.27, 1995, 61p.

_____. **Sobre uma política de aquisição para o futuro.** Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura/IBPC, Cadernos Museológicos nº 3 (outubro de 1990), p. 29-38.

_____. Gabinetes de Curiosidades e museus: sobre tradição e rompimento. In: **Anais do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro, V.28, 1996. p.7-18

BLOM, Philipp. **Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções.** Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Recorde, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder do simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm Acesso em: 15. Dez. 2013.

BURCAW, G. Ellis. **Introduction to museum work**. Nashville (EUA), American Association for State and Local History, 3ªed., 1987. Disponível em: http://books.google.com/books?id=TKpVCWnnLYcC&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Acesso em: 20 jul. 2011.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu: Aquisição-Documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1996. 309p.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. (4a ed.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1999. 290p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra. vol.1. 2000. 617p.

CASTRO, Adler Homero F. Resgate de uma dívida. O tombamento do MHN, seu prédio e acervo. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, V.34, 2002, 21-36p.

CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A. Museu e identidade nacional: reflexões e propostas. In: **Anais Museu e Memória**, v. 1, p. 1-14, 2011.

CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso**, Gilberto Fleyre e Darcy Ribeiro. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003. 307p.

CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A linguagem de poder dos museus. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond. MINC/IPHAN/DEMU, 2007. p.12-19. 256p.

_____; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A vida social e política dos objetos de um museu. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, V.34, 2002, p.195. 424p.

CLARK, Daniella. **Boneca com síndrome de Down entra para acervo de museu**. Globo, Rio de Janeiro, 09 maio 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL463508-5606,00-BONECA+COM+SINDROME+DE+DOWN+ENTRA+PARA+ACERVO+DE+MUSEU.html>>. Acesso em: 30 janeiro 2014.

CONN, Steven. **Do Museums Still Need Objects?** Pennsylvania. University of Pennsylvania Press, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001, 282p.

Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio / IPHAN, 2006.

DECLARAÇÃO DE CARACAS - 1992. (trad. Maristela Braga) In: BRUNO, Maria C. O. (Org.). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Contemporâneo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: ICOM Brasil, 2010, v. 2, p. 67-83.

DECLARAÇÃO DE SANTIAGO. PRINCÍPIOS DE BASE DO MUSEU INTEGRAL. In: SCHEINER, Tereza (org.). **Caderno de Textos N.º. 01** - Museologia 03. RJ : UNIRIO, 1999. Pré-ed. 2a. Pré-ed. Revisada, nov. 2002.

DESVALLÉES, Andre. MAIRESSE, François. **Conceptos claves de la Museología**. Trad. Armida Códoba. Paris: ICOM, 2010. 87 p.

_____.; MAIRESSE, François. **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Ed:Armand Colin. Paris. 2011.

DUMANS, Adolpho. **A ideia de criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpia, 1947, p.103.

_____.O Museu Histórico Nacional através dos 19 anos de existência. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. V.1, 1940, Rio de Janeiro: O Museu/Imprensa Nacional. p.211-233.

FERNANDES, Lia. Acervo – um sentido a partir da classificação. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, V.34, 2002, 131-146p.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática. In: IPHAN. **Cadernos de ensaios 2: Estudos de Museologia**. Rio de Janeiro: 1994. p. 65-73.
_____.; BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória / Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987. 2v. (Série Técnica, 1).

FREYRE, G. **Ciência do homem e museologia**: sugestões em torno do museu do homem do nordeste do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: I JNPS, 1979.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. 2002. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 233 p.

GODOY, Solange. Política de Aquisição: Uma perspectiva crítica e social. In: O caráter político dos museus – **MAST Colloquia** Vol. 12. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2010. p.65 - 74.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: 2007. p. 251

_____.**A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

_____.Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro:FGV.vol.1, n.2, 1988. p.264-275.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza (org.) **Memória e patrimônio** – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.21-29.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**, vol.11, nº 23, Porto Alegre, Jan./Junho 2005, p.15-36.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004. 197p.

HALL, Stuart. A. **Identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 102p.

HAHN, Cynthia. What do the Reliquaries do for Relics? **Numem**, 57. 2010, p. 284-316.

Disponível em:

http://www.utexas.edu/cola/depts/rs/_files/pdf/MatterOfContention/Hahn.%202010.%20What%20Do%20Reliquaries%20Do%20for%20Relics.pdf

ICOFOM. "**Symposium 'Collecting Today for Tomorrow'**": Comments and Views, Leiden, October 1984. ed. Vinos Sofka; ICOM International Committee for Museology. - [Stockholm] : ICOFOM, 1984. - 32 p. - (ICOFOM Study Series, 7).

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Código de Deontología para Museos**. Paris: ICOM, 2006. 16 p.

_____. **Code of Ethics for Museums**.

Disponível em: http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Codes/code_ethics_2013_eng.pdf Acessado em: 03 de janeiro de 2014

JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. 146 p.

KOPTCKE, L. S.; Rangel, M. F. (debatedor). Coleções Que Foram Museus. Museus Sem Coleções, Afinal que Relações Possíveis? In: Museu: Instituição de Pesquisa – **MAST Colloquia** Vol. 7. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005. p.65-84.

LARA, Sílvia Hunold. História, Memória e Museu. In: **Revista do Arquivo Municipal** (Departamento do Patrimônio Histórico Municipal), São Paulo (SP), n.200. 1991, p.99-111. 149p.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **Memória e História**. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. São Paulo: Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003, p.419-476.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar**: informação em arte, um novo campo do saber. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) IBICT-UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Herança Cultural (Re)Interpretada ou a Memória Social e a Instituição Museu: Releitura e Reflexões. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS UNIRIO/MAST**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2008a. p.38. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/4/2>> Acesso em: 12 agosto 2012.

_____. Museologia, Informação, Comunicação e Terminologia: pesquisa Termos e Conceitos da Museologia. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins. (Org.). **MAST COLLOQUIA**. Vol.10. Rio de Janeiro: MAST., 2008b, p. 181-199.

_____. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeld. Ciências Humanas – Museologia e Patrimônio**, Belém, MPEG. v.7, n.1, p. 31-50, jan/abr. 2012.

_____. Museu, poder simbólico e diversidade cultural. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS UNIRIO/MAST**. Rio de Janeiro, v. 3, 2010, p. 16-26. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/167/161>> Acesso em: 12 agosto 2012.

_____. O que se pode designar como museu virtual segundo os museus que assim apresentam. In: **ENANCIB (10)** - Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Responsabilidade Social da Ciência da Informação. 25 a 28 outubro 2009. João Pessoa: UFPB, ANCIB. 2009. Disponível: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/531/1/GT%209%20T xt%2011%20LIMA%2c%20Diana%20Farjalla%20Correia.%20O%20que%20se%20pode %20designa.pdf>>. Acessado em 25 junho 2012.

LOPES, José Rogério. Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. In: ECKERT, Cornelia; STEIL, Carlos Alberto. Antropologia e Ciclos de Vida. **Revista Horizonte Antropológico**. Porto Alegre, ano 16, n. 34, jul./dez. 2010. p.377-404.

LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus acolhem o Moderno**. São Paulo: Edusp, 1999, p.13.

MAGALDI, Monique Batista. **Navegando no museu virtual**. Um olhar sobre formas criativas de manifestação do fenômeno Museu. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2010. 209p.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. Coleção e colecionadores: a polissemia das práticas. Introduzindo um debate. In: _____. (Org.) **Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. 312p.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Apresentação. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, V.39, 2007. p.416-420. 536p.

_____. **Colecionando relíquias**. Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais 1934 a 1937. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2004.152p.

_____. **Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959)**. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. 142p.

_____. Cultuando a saudade... Sobre antiquariado e escrita da história no Museu Histórico Nacional. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (ed.). **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. p.97-112, 2003, 320p.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A Crise da Memória, História e documentos reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. O museu na cidade x a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidades. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 5, nº 8/9, set. 1984/abr. 1985, p. 197-205.

_____. Os Museus na Era Virtual. In: BEZERRA, Rafael Z., MAGALHÃES, Aline M. **Museus, Ciência e Tecnologia**. (Livro do Seminário Internacional). Rio de Janeiro: MHN, 2007. p.49 -70.

MOUTINHO, Mário Canova. A construção do objeto museológico. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, V.34, 2002. p.227-244. 424p.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Catálogo Sedução do Oriente: A arte asiática na coleção do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, 2010. 116p.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Catálogo 90 anos de histórias – 1922-2012**. Rio de Janeiro, 2013, p.19.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados em história do departamento de história da PUC-SP**. São Paulo, Nº10, 1993, p.7-28, 178p.

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevan de. “De casa que guarda relíquias à instituição que cuida da memória: a trajetória o conceito de museu no Museu Histórico Nacional”. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 28, p. 65-89, 1996.

PEARCE, Susan M. Pensando sobre os Objetos. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins. (Org.). **MAST COLLOQUIA**. Vol7 – Museu: Instituição de Pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, 2005, p. 11-23.

PINHEIRO, L. V. R. **Informação esse obscuro objeto da Ciência da Informação**. Morpheus, Rio de Janeiro, v. 02, n.4, 2004.

POMIAN, Krzysztof. Coleções. In: RONANO, Ruggiero (Dir.) **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1994, v.I, p.52-86. Memória-História.

RANGEL, Marcio Ferreira. A cidade, o museu e a coleção. In: **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2011, p. 301-310. Disponível em:
< <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/415/304> >. Acesso em: 24 de março 2012.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. (Orgs.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.93-101. 277p.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Editora da UCG, 2006

RIVIÈRE, Georges Henri. **La Museología. Curso de Museología**. Textos y testimonios. Madrid: Akal, 1993.

RUIZ, Cristina. The Phantom of the Academy. **Forbes**, Nova York, 17 setembro 2003. Disponível em: <http://www.forbes.com/2003/09/17/cx_0917hot.html>. Acesso em: 27 novembro 2013.

RUSSIO, Waldisa.C.G. **Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. In: Cadernos Museológicos, n.3, 1990, p.7-12.

_____. **Museu**: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento. Dissertação (Mestrado). Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, 1977.

_____. Texto III. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **Produzindo o passado**. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.59-78. 225p.

SANTOS, Myrian Sepúlvida dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006, 144p.

_____. **Memória Coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHEINER, Tereza. **Apolo e Dionísio no templo das musas**; Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental. 1998. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Imagens do "não lugar"**: comunicação e os "novos patrimônios". Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 294 p.

_____. Museologia e interpretação da realidade: o discurso da História. In: **Symposium Museology as a field of study**: Museology and History. ICOM/ ICOFOM. ICOFOM STUDY SERIES – ISS 35. Alta Gracia, Cordoba: 2006. p. 53-60

_____. Museologia ou Patrimonologia? Reflexões. In: GRANATO, Marcus, SANTOS, Claudia Penha & LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (Orgs.) *Museu e museologia*: Interfaces e Perspectivas. **MAST Colloquia. Vol. 11**. Rio de Janeiro: MAST, 2009, p.43-59.

_____. **Museus, Espaço e Poder**. Museus, Espaço e Poder na América Latina e no Caribe. ICOM/ ICOFOM LAM. 1993.

_____. Objeto-documento. Objeto-argumento. Objeto-instrumento. In: **Raízes e Rumos**, ano2 nº4. RJ, UNIRIO, 1995. 11p.

SEVCENKO, Nicolau. **A Corrida para o Século XXI**: no Loop da Montanha Russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 140p.

SOLA, Tomislav. Identidade-Reflexão sobre um problema crucial para os museus, in: **Cadernos Museológicos**, nº 1 (est. 1989) MinC/SPHAN-própMemória.

SILVA, Edna L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. **Política corrente de aquisição e adaptação às necessidades de amanhã.** Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura/IBPC, Cadernos Museológicos n° 2 (dezembro de 1989), p. 94-98.

TORRES, M. T. M. **História de la documentacion museológica:** la gestión de la memória artística. Espanha : Ediciones TREA, 2002. 387p.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. Museu Histórico Nacional, A.D. 2002 Oito décadas de um projeto museológico em movimento. In: **História representada:** o dilema dos museu. Editora: Livros do Museu Histórico: Rio de Janeiro, 2003.

_____. Museus nacionais e os desafios do contemporâneo. In: BEZERRA, Rafael Z., MAGALHÃES, Aline M. **Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo.** (Livro do Seminário Internacional). Rio de Janeiro: MHN, 2011.

_____. et. al. **Relatório final da Comissão Interna de Política de Aquisição de Acervo.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1996 (mimeo).

APÊNDICES

APÊNDICE A

Modelo de tabela de dados

2009								
Data da Pesquisa:		15/11/2012			Estado de Conservação:	Bom:	10	
Nº de Itens:		10				Regular:		
						Restaurado:		
						Ruim:		
Forma de Aquisição:		Compra:			Obs - Os itens 9 e 10 foram doados pela Petrobrás, no entanto, segundo a responsável pelo setor DICOP, não existiu nenhum documento oficial da empresa, formalizando a doação, por conta disso esse acervo deu entrada no museu como uma incorporação.			
		Doação:	2					
		Empréstimo:						
		Incorporação:	8					
		Legado:						
		Permuta:						
		Depósito:						
		Transferência:						
		Desconhecido:						
Acervo								
Nº	Thesaurus	SIGA	Processo	Objeto	Material	Forma de Aquisição	Doador	País
1	12.8 - Peça Idumentária	127046	042/2009	Camisa (Comemorativa do ano da França no Brasil)	Malha de Algodão	Incorporação		Brasil
2	12.8 - Peça Idumentária	127047	043/2009	Camisa (Comemorativa dos 25 anos da Declaração de São Miguel Arcanjo - Patrimônio da Humanidade)	Malha de Algodão	Incorporação		Brasil
3	12.8 - Peça Idumentária	127049	056/2009	Camisa (Usada pelos monitores da exposição - Tesouros do Louvre - Esculturas de Houdon)	Malha de Algodão	Incorporação		Brasil

4	12.8 - Peça Idumentária	127050	056/2009	Avental (Usado pelos monitores da exposição - Tesouros do Louvre - Esculturas de Houdon)	Algodão, Sarja, Plástico	Incorporação		Brasil
5	15 - Embalagem/ Recipiente	152058	083/2009	Lata (Comemorativa dos 100anos de fundação do Teatro Municipal - Rio de Janeiro)	Alumínio	Doação	Fundação Teatro Municipal	Brasil
6	12.5 - Objeto de Adorno	155815	065/2009	Broche (Comemorativo do lançamento da medalha em Homenagem ao padre Bartolomeu Gusmão - Precursor da Aeronautica e patrono do INCAER, pelos 300 anos da Primeira demonstração de vôo aerostático 1709-2009)		Incorporação		Brasil
7	12.8 - Peça Idumentária	207283	017/2010	Camisa (Autor: Zomba - Comemorativa dos 60 anos do Museu das Bandeiras)	Algodão	Doação	Museu das Bandeiras	Goiás - BR
8	12.8 - Peça Idumentária	298731	007/2011	Camisa (Autor: CSL Confecções LTDA - Semana Nacional de Museus)	Malha de Algodão	Incorporação		Brasil
9	Sem Classe	298284	007/2012	Modelo de Plataforma (Plataforma da Petrobrás - P52 -.)	Metal	Incorporação		Brasil
10	12.8 - Peça Idumentária	298285	007/2013	Macacão (Utilizado pelos funcionários da Petrobrás em plataformas de Petróleo)	Tecido	Incorporação		Brasil

APÊNDICE B

QUANTITATIVO DE ACERVO DO SÉC. XXI POR CLASSIFICAÇÃO DO THESAURUS												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	Total do acervo**
01.1 - Acessório de Armaria		1									1	237
01.3 - Equipamento de Defesa		8									8	60
02.1 - Construção Artística								3			3	14
02.3 - Escultura		1					1			1	3	1068
02.6 - Pintura	1										1	493
05.1 - Acessório de Interiores		1				1		3			5	352
05.3 - Equipamento de serviço doméstico								1			1	20
05.6 - Utensílio de Cozinha/Mesa	5							1			6	3141
06 - Trabalho	1										1	4
06.2 - Equipamento de Artes do Espetáculo	5										5	11
06.8 - Equipamento de Uso Geral		42									42	93
07 - Lazer / Desporto	102	55	5	17		10	6			3	198	1109
08 - Insígnias		8	3	1			4	1		1	18	174
09.2 - Objetos Comemorativos								13			13	122
10 - Comunicação				2							2	6
10.2 - Equipamento de comunicação escrita		4	2		2	1					9	263
10.3 - Equipamento de comunicação sonora			1								1	79
10.4 - Equipamento de Telecomunicação				1							1	56
10.5 - Material de Propaganda		15	1	3	1	1	8	1		1	31	154
11.2 - Acessório de Transporte Marítimo					1						1	50
12 - Objetos pessoais		1									1	1
12.1 - Acessório de Indumentária		7	6	1	1					1	16	845
12.2 - Artigo de Tabagismo							1				1	899
12.3 - Artigo de Toalete		3					1	1		1	6	363
12.4 - Artigo de Viagem/Campanha			1					1			2	58
12.5 - Objeto de Adorno							1	1	1	2	5	611
12.6 - Objeto de Aúlio/Conforto Pessoais	2	7	1			2	13			2	27	444
12.8 - Peças de Indumentária	12	159	51	18	15	5	44	3	5	4	316	2542
14 - Medição/Registro/Observação/Processamento		3									3	4
14.1 - Instrumento de Precisão/Óptico			1								1	192
15 - Embalagem/Recipientes									1		1	144
TOTAL:	128	315	72	43	20	20	79	29	7	16	729	13609

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

Entrevista n°:

Entrevistado:

Data:

Objetivo: Buscar, através dos relatos de agentes que trabalharam diretamente com a constituição da Política de Aquisição de Acervo, como também de membro da comissão de aquisição, respostas algumas lacunas, como por exemplo: de que forma esses agentes contribuíram para uma representação do século XXI no MHN, e que séc. XXI se constituiu na instituição; o que motivou a criação da PAA; porque nos processos de aquisição não encontramos as motivações para justificar a entrada do acervo; porque não existem atas das reuniões de aquisição de acervo.

1 – Do seu ponto de vista, qual a importância de uma política de aquisição para uma instituição museológica?

2 – A forma como a política de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional foi estruturada era/é funcional para a realidade operacional do museu? Ela alcança seus objetivos e metas?

3 – Uma política de aquisição de acervo que foi elaborada na década de 1990 ainda pode ser utilizada no século XXI, ou é necessária uma revisão constante?

4 – De acordo com o item 1.1 da Parte II da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional: De acordo com os objetivos do Museu Histórico Nacional (ver Parte I itens 1 e seguintes deste "Manual"), deverão ser buscados objetos materiais de interesse histórico-informativo para o estudo e divulgação da história da formação social brasileira. Que objeto do século XXI você elegeria para apresentar a comissão de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional como representante dos objetivos do museu?

5 – Na apresentação da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional (pág. 16) são destacados dois pontos que foram observados no exame realizado pela comissão de elaboração da política:

1- as ações de aquisição são, junto com as de pesquisa e de dinamização cultural (aí incluídas as exposições), o elo que liga, estreitamente, o museu à sociedade;

2- a política de aquisição, como, de resto, todas as atividades da instituição, somente chegará a bom termo caso amplamente debatida, não apenas com o público interno, mas com todos os segmentos da sociedade que manifestarem interesse.

Sobre o segundo ponto: Esse debate ocorreu em algum momento? Se sim, como foi? Teve alguma forma de registro? Qual? / Se não, por que?

6 – Nas recomendações finais da Política de Aquisição de Acervo (MHN) item 1 (página 31) é levantado que ações relativas ao processo de aquisição tornam-se prioritárias e permanentes. Por que são ações prioritárias e permanentes?

*(*1- Que, dentro dos planos de trabalho aprovados pela Direção Geral deste Museu Histórico Nacional, as ações relativas ao processo de aquisição tornem-se prioritárias e permanentes.)*

7 – Por que a comissão de aquisição de acervo não formaliza os procedimentos relacionados às reuniões de aquisição, registrando os objetos que foram adquiridos ou rejeitados, e os motivos para tais ações?

*(*Página 31 – Política de Aquisição de Acervo/MHN Recomendações finais da Comissão Interna de Política de Aquisição do MHN. 2- Que todos os procedimentos relativos à aquisição de objetos por este Museu Histórico Nacional sejam formalizados, segundo os procedimentos administrativo usuais pela instituição.)*

8 - Nas recomendações finais da Política de Aquisição de Acervo (MHN) o item 7 (página 31) fala sobre baixa de acervos e a necessidade de se formalizar processos administrativos relativos a essa prática. Essa ação teve início? Se sim: Ela foi formalizada num documento? Se não: Por que?

(7 - Que sejam estabelecidos e formalizados os processos administrativos relativos abaixo de acervos, com o objetivo de tornar possível, por este Museu Histórico Nacional, o início de tais ações.)*

9 – De que forma o setor de pesquisa vem atuando no processo de coleta (seleção e aquisição) de acervo?

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA 2

Entrevista n°

Entrevistado:

Data:

Objetivo: Buscar entender através dos relatos das ex-diretoras com se deu a constituição da Política de Aquisição de Acervo.

1 – Foi no seu período como Diretora do Museu Histórico Nacional que começou o processo de revitalização do museu, e se iniciou as discussões sobre a formulação de uma Política de Aquisição de Acervo, mas antes desse processo como era a aquisição de acervo? Como se chegou a PAA?

2 – De acordo com o item 1.1 da Parte II da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional: De acordo com os objetivos do Museu Histórico Nacional (ver Parte I itens 1 e seguintes deste "Manual"), deverão ser buscados objetos materiais de interesse histórico-informativo para o estudo e divulgação da história da formação social brasileira. Que objeto do século XXI você elegeria para apresentar a comissão de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional como representante dos objetivos do museu?

3 – A quarta fase do processo de incorporação de acervo, descrita nos itens 3.4/3.4.1 (página 22) da Política de Aquisição de Acervo, está vinculada a Direção do museu, sendo responsabilidade da mesma a deliberação formal da incorporação. Observando estes itens podemos dizer que a incorporação, mesmo depois da análise da comissão de aquisição, pode sofrer a influência do perfil do diretor?

**3.4. O resultado da terceira fase do processo de incorporação é definitivo. Tal recomendação faz com que o processo de incorporação entre em sua quarta fase.*

3.4.1. Na quarta fase acontece a incorporação formal, deliberação de responsabilidade da Direção Geral da instituição. Uma vez tomada tal decisão, conduzida de acordo a legislação específica e com as normas de controle usuais pelo Museu Histórico Nacional, o objeto passa a integrar o acervo sob guarda da instituição.

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTA 3

Entrevista n°

Entrevistado:

Data:

Objetivo: Buscar, através dos relatos da direção do museu, respostas algumas lacunas, como por exemplo: de que forma esses agentes contribuíram para uma representação do século XXI no MHN, e que séc. XXI se constituiu na instituição; o que motivou a criação da PAA; porque nos processos de aquisição não encontramos as motivações para justificar a entrada do acervo; porque não existem atas das reuniões de aquisição de acervo.

1- Do seu ponto de vista, qual a importância de uma política de aquisição para uma instituição museológica?

2 – A forma como a política de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional foi estruturada era/é funcional para a realidade operacional do museu? Ela alcança seus objetivos e metas? Uma política de aquisição de acervo que foi elaborada na década de 1990 ainda pode ser utilizada no século XXI, ou é necessária uma revisão constante?

3 – De acordo com o item 1.1 da Parte II da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional: De acordo com os objetivos do Museu Histórico Nacional (ver Parte I itens 1 e seguintes deste "Manual"), deverão ser buscados objetos materiais de interesse histórico-informativo para o estudo e divulgação da história da formação social brasileira. Que objeto do século XXI você elegeria para apresentar a comissão de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional como representante dos objetivos do museu?

4 – A quarta fase do processo de incorporação de acervo, descrita nos itens 3.4/3.4.1 (página 22) da Política de Aquisição de Acervo, está vinculada a Direção do museu, sendo responsabilidade da mesma a deliberação formal da incorporação. Observando

estes itens podemos dizer que a incorporação, mesmo depois da análise da comissão de aquisição, pode sofrer a influência do perfil do diretor?

**3.4. O resultado da terceira fase do processo de incorporação é definitivo. Tal recomendação faz com que o processo de incorporação entre em sua quarta fase.*

3.4.1. Na quarta fase acontece a incorporação formal, deliberação de responsabilidade da Direção Geral da instituição. Uma vez tomada tal decisão, conduzida de acordo a legislação específica e com as normas de controle usuais pelo Museu Histórico Nacional, o objeto passa a integrar o acervo sob guarda da instituição.

5 – Por que a comissão de aquisição de acervo não formaliza os procedimentos relacionados às reuniões de aquisição, registrando os objetos que foram adquiridos ou rejeitados, e os motivos para tais ações?

*(*Página 31 – Política de Aquisição de Acervo/MHN. Recomendações finais da Comissão Interna de Política de Aquisição do MHN. 2- Que todos os procedimentos relativos à aquisição de objetos por este Museu Histórico Nacional sejam formalizados, segundo os procedimentos administrativo usuais pela instituição.)*

6 – Nas recomendações finais da Política de Aquisição de Acervo (MHN) o item 7 (página 31) fala sobre baixa de acervos e a necessidade de se formalizar processos administrativos relativos a essa prática. Essa ação teve início? Se sim: Ela foi formalizada num documento? Se não: Por que?

(7 - Que sejam estabelecidos e formalizados os processos administrativos relativos abaixo de acervos, com o objetivo de tornar possível, por este Museu Histórico Nacional, o início de tais ações.)*

APÊNDICE F

RELAÇÃO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE OBJETOS DO SÉC. XXI.**2001**

Proc. 013/2001
N:Angela Guedes
SIGAS: 45087/45089/45090/45091/45092/
45093/45100/45102/45105/45107/45109/45110/45111/45112/45113/45114/45115/45116/
45117/45118/45119/45120/45121/45122/45123/45124/45125/45103
Proc. 017/2001
N:Vera L.B. Tostes
SIGAS: 49638

Proc. 019/2001
N:Anamaria Almeida
SIGAS: 45140

Proc. 02/2002
N:Jerry Fernando
SIGAS: 49677/49678/49679/49680

Proc. 03/2002
N:Daniella Martins
SIGAS: 49681

Proc. 011/2002
N:Ángela Guedes
SIGAS: 49695/49696/49697/49698/49699/ 49700/49701/49702/49703/49704/49705/
49706/49707/49708/49709/49710/49711/ 49712/49794/49795/49796/49797/49798/
49799/49800/49801/49802/49803/49804/ 49805/49806/49807/49808/49809/49810/
49812/49813/49814/49815/49816/49817/ 49818/49819/49820/49821/49822/49823/
49824/49825/49844/49845/49848/49849/ 49850/49851/49852/49853/49854/49855/
49856/49857/49858/49859/49860/49861/ 49862/49863/49864/49865/49866/49867/
49868/49869/49870/49871/50132/50133/ 50139/51610

Proc. 026/2002
N:Vera Tostes
SIGAS: 50155/50157/50158/50159/50160/50161/50156

Proc. 035/2002
N:Isabel S. Henriques
SIGAS: 50712

Proc. 048/2002
N:Loja Novamente
SIGAS: 51550

Proc. 084/2002
N:Eletronuclear
SIGAS:51797

Proc. 061/2003
N:Min. Da Defesa (DAC)
SIGAS: 52849/52836/52836

Proc. 060/2010
N:Vera Lúcia Lima
SIGAS: 298084

2002

Proc. 011/2002
Ângela Guedes
SIGAS:50134/50135/50136/50142/50143/
50144/50145/50146/50147/51604/51605/51606/51607/51608/51609/51644/51645/51646/
51648/51649/51650

Proc. 012/2002
Fábrica Estrela
SIGAS: 51436/51437/51438

Proc. 025/2002
Eugenio M. Costa
SIGAS: 50.131

Proc. 036/2002
Transegur Vigilância
SIGAS: 51161/51162/51167/51168/51165/51166/51163/51164

Proc. 039/2002
Ascom - Comlurb
SIGAS: 51.154/51155/51156/51157/51158/51159/51160

Proc. 040/2002
Marcelo Martins
SIGAS: 51059

Proc. 049/2002
Ivo Pitanguy
SIGAS: 51551/51552/51553/51554

Proc. 61/2002
GUILHERME CALDEIRA
SIGAS:52833/52834/52835/52837/52841/52851/52855/52857/52858

Proc. 062/2002
CORREIOS EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS DO RIO DE
JANEIRO
SIGAS:51695

Proc. 065/2002
Varig
SIGAS:51673/51674/51675/51676/51677/51678/51679/51680/51681/51682/51683/51684
/51686/51687/51688/51689/51690/51691/51692/51693/51696/51697/51698/51699/51700
/51701

Proc. 066/2002

Cedae

SIGAS:51748/51749/51751/51752/51753/51754/51758/51760/51761/51762/51764/51770
/51784/51750/51767/51757/51759/51766/51768/51769/5172/51773/51774/51775/51776/
51777/51778/51778/51779/51780/51781/51783/51785/51755/51788/51789/51790/51792/
51793/51794/51795/51791

Proc. 080/2002

Marcia Mor

SIGAS:51740

Proc. 084/2002

Eletronuclear

SIGAS:51654/51655/51656/51658/51659/51660/51661/51796/51798/51799/51800/51801

Proc. 085/2002

Instituto Telemar

SIGAS: 51803/51802/51804/51805/51806/51807/51807/51808

Proc. 087/2002

Corpo de Bombeiros do RJ

SIGAS:

51809/51810/51811/51812/49855/49856/49857/51818/49859/49860/49860/49861/49862/
51813/51814/51819/51820/51824/51825/51823

Proc. 090/2002

Casa da Moeda

SIGAS:49864/49865/49866/49867/49868/49869/49870/49871/50132/50133/50139/50155
/50157/50158/50159/50160/50161/50712/51550/51610/51797/52849/50156 /51841

Proc. 091/2002

Fuzileiros Navais

SIGAS:52836/52856/45103/45109/20207

Proc. 092/2002

Ligth

SIGAS:51866/51867/51868/51870/51871

Proc. 093/2002

H. Stern

SIGAS: 298084/51873/51874/51875

Proc. 094/2002
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
SIGAS:51964/51974/51975/51976/51958

Proc. 096/2002
Arsenal de Guerra do RJ
SIGAS: 49863

Proc. 101/2002
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL CBF
SIGAS:51965/51967/51968/51969/51970/51972/51973

Proc. 0102/2002
AAMHN
SIGAS: 51981/51982/51983/51984/51986/51987/51988/51989/51990/51991
OBS: A pasta estava vazia.

Proc. 103/2002
CSN – Cia Siderúrgica Nacional
SIGAS:51999/52000/52001/52002/52003/52004/52007/52008/52009/52010/52011/52012
/52013/52014/52005/52006

Proc. 05/2003
MHN - Direção
SIGAS: 51992/51994
Proc. 06/2003
Escola Superior de Agricultura USP
SIGAS: 51997/51998

Proc. 09/2003
Marcelo Cocco Barçante
SIGAS: 52024/52025/52026

Proc. 17/2003
Cesar Wilson Coelho Gomes
SIGAS: 52061

Proc. 18/2003
Maria Manuela Carreira Gomes
SIGAS: 52062/52063/52064/52065/52066/52067

Proc. 24/2003
Fernando Antonio Pires
SIGAS: 2084/52085

Proc. 25/2003
LINO VILLAVENTURA
SIGAS:52086

Proc. 29/2003
VERA LUCIA LIMA
SIGAS:52103/52104

Proc. 32/2003
MARIO QUEIROZ
SIGAS:52153/52154

Proc. 33/2003
LEVI STRAUSS DO BRASIL
SIGAS:52155

Proc. 34/2003
DAVID AZULAY
SIGAS:52156/52158/52159

Proc. 35/2003
LUCIANO AUGUSTO CANALE
SIGAS:52160

Proc. 36/2003
RONALDO FRAGA
SIGAS:52175/52176/52177

Proc. 37/2003
PROPAGANDA POLÍTICA, ENCAMINHADA AO DEPARTAMENTO DE ACERVO DO
MHN
SIGAS:52223/52224/52225/52230/52231/52232/52234/52235/52238/52244/52245/52246
/52247/52248/52249/52250/52281/52252/52253/52254/52237/52255/52243/52242/52241
/52240/52239/52256/52236

Proc. 40/2003
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS:52258/52260/52261/52262/52263/52264/522645/52266/52267/52268/52269/5227
0/52271/52272/52273/52274/52275/52276

Proc. 34/2008
LOREDANA ROCCASALVA
SIGAS:107711

Proc. 123/2009
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS:187813

2003

Proc. 07/2003
EBCT
SIGAS:52015/52016/52017/52018/52019/ 52020/52021/52022

Proc. 034/2003
DAVID AZULAY
SIGAS:52157

Proc. 040/2003
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS:52259/52939/53181/53182/53183/
53184

Proc. 059/2003
CLUBE RECREATIVO VASCO DA GAMA
SIGAS:52414/53012/53013/53014/?

Proc. 060/2003
FABRICA DE BRINQUEDOS ESTRELA
SIGAS:52415

Proc. 071/2003
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
SIGAS:52941/52942

Proc. 085/2003
GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
SIGAS:53056/53057/53058/53060/53069/ 53070/53071/53073/53074/53075/53059/
53061/53062/53063/53064/53065/53066/
53067/53073/53077/53078/53076

Proc. 023/2004
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, RJ
SIGAS:53793/53794/53795

Proc. 067/2004
GLAUCIA SOARES DE MOURA
SIGAS:54408/54409/54410/54411/54412/ 54413/54414/54415/54416/54417/54418/
54419/54420/54421/54422/54423/54424/ 54425/54426/54427/54428/54429/54430/
54431

2004

Proc. 033/2004
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS:55645

Proc. 034/2004
RUTH BEATRIZ SILVA CALDEIRA DE ANDRADA
SIGAS:54403/54402/54401/54400/54399/ 54398/54397

Proc. 054/2004
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU HISTÓRICO - BANK BOSTON
SIGAS:55637/55636/55635/55634/55633/ 55632/55631/55630/55629/55628

Proc. 055/2004
BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO
SIGAS: 54395/54394/54393/54392

Proc. 062/2004
FABRICA DE BRINQUEDOS ESTRELA
SIGAS: 54396/55667

Proc. 073/2004
VERA LUCIA BOTTREL TOSTES
SIGAS: 54407

Proc. 074/2004
PETROBRÁS
SIGAS:54432/54433/54434

Proc. 122/2004
ROSANGELA DE ALMEIDA COSTA BANDEIRA
SIGAS: 59802/59799/59800/59801

Proc. 07/2005
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS: 59846/59847/59848/59850

Proc. 08/2005
FABRICA DE BRINQUEDOS ESTRELA
SIGAS:59860/59861

Proc. 019/2005
VERA LUCIA BOTTREL TOSTES
SIGAS:64743/64744

Proc. 024/2005
CELIA GOULART SIMÕES
SIGAS: 64749

Proc. 058/2008
JORGE CORDEIRO DE MELO
SIGAS:107832

Proc. 097/2010
MINISTÉRIO DA DEFESA, PRIMEIRO DEPÓSITO DE SUPRIMENTO DO EXÉRCITO
SIGAS:298179

2005

Proc. 07/2005
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS:64825

Proc. 013/2005
SARA ABREU
SIGAS: 64733

Proc. 019/2005
VERA LUCIA BOTTREL TOSTES
SIGAS:64741/64742

Proc. 070/2005
ANAMARIA REGO DE ALMEIDA
SIGAS:70658/70659

Proc. 02/2006
MARIO M. S. PINTO
SIGAS:70707/70708/?/70711/70712/70713/ 70714/70715/ 70703/70704/70706

Proc. 012/2006
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
SIGAS:70734

Proc. 021/2006
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS:71051

Proc. 034/2008
LOREDANA ROCCASALVA
SIGAS:112820

2006

Proc. 024/2006
NORMA BOTELHO PORTUGAL
SIGAS:71064

Proc. 025/2006
FABRICA MARISOL S.A.
SIGAS:71068/71069/71070/71071/71702

Proc. 084/2006
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
SIGAS:71166/71167/71168/71169/71170/ 71171/71172/71173/71174/71175

Proc. 056/2007
BANCO CENTRAL DO BRASIL
SIGAS:76877/76878

Proc. 028/2008
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS:107270

Proc. 033/2010
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS:187835

2007

Proc. 013/2007
SARAH FASSA BENCHETRIT
SIGAS:73907

Proc. 017/2007
ELMO MONTEIRO
SIGAS:107065

Proc. 033/2007
N:?
SIGAS:107274

Proc. 055/2007
SONIA EPAMINONDAS
SIGAS:76875

Proc. 056/2007
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS:76876/76881/76884/76885/76886/ 76887/76888

Proc. 061/2007
INCORPORÇÃO DE ACERVO
SIGAS:96757

Proc. 084/2007
NORMA BOTELHO PORTUGAL
SIGAS:96875/96876/96878

Proc. 091/2007
AMSTERDAM SAUER JOALHEIROS GEMÓLOGOS
SIGAS:96897

Proc. 092/2007
COMITE OLIMPICO
SIGAS:96908/96909/96910/96911/96912/96913/96914/96915/96916/96917/96926/96925
/96924/96923/96922/96919/96918/96907/96906/96905/96904/96903/96902/96901/96900
/101917/101918/101919/101920/101921/101922/101923/101924/101925/101926/101927
/101928/101929/101930/101931/101932/101933/101934/101935/101936/101937/101938
/101939/101940/101942/101943/101944/101945/101946/101947/101948/101949/101950
/101951/101957

Proc. 028/2008
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS:107272

Proc. 052/2008
OSKLEN, EMPRESA TERRAS DE AVENTURA, INDÚSTRIA DE ARTIGOS
ESPORTIVOS LTDA.
SIGAS:107809

Proc. 057/2008
NORMA BOTELHO PORTUGAL
SIGAS:107821

2008

Proc. 020/2008
200 ANOS DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA NO BRASIL
SIGAS:107075/107077/107078/107079/ 107810/107811/107812/107813/107814/
107815/107816/107817/107818/

Proc. 034/2008
LOREDANA ROCCASALVA
SIGAS:107752

Proc. 035/2008
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
SIGAS:126480/126481/126482

Proc. 04/2009
VERA LUCIA BOTTREL TOSTES
SIGAS:126489

Proc. 021/2009
ANGELA CARDOSO GUEDES
SIGAS:127038/127039/127040/127041/
127042

Proc. 051/2009
INCORPORAÇÃO DE ACERVO
SIGAS:127048

Proc. 082/2009
INCORPORAÇÃO DE ACERVO
SIGAS:152091/152092/152093

Proc. 0137/2009
LUCIANA SILVA CAMARA DA SILVA
SIGAS:187881

Proc. 04/2010
RUTH BEATRIZ SILVA CALDEIRA DE ANDRADA
SIGAS:187876

2009

Proc. 042/2009
N: Incorporação de Camiseta
SIGAS:127046

Proc. 043/2009
N: Incorporação de Camiseta Sítio Arqueológico
SIGAS:127047

Proc. 056/2009
N: Incorporação de Acervo
SIGAS:127049/127050

Proc. 065/2009
N: Incorporação de Material Bibliográfico
SIGAS:155815

Proc. 083/2009
N: Teatro Municipal
SIGAS:152058

Proc. 017/2010
N: Museu das Bandeiras
SIGAS:207283

2010

Proc. 033/2010
N: Ângela Cardoso Guedes
SIGAS:298007/298008/298010

Proc. 034/2010
N: Incorporação de Acervo ano 2010
SIGAS:298083/298068/294931/294930/
294932

Proc. 060/2010
N: Vera Lúcia Lima
SIGAS:207326/298158/298069/298070/
298071/298072

Proc. 92/2010
N: Jussara Faria Cestari
SIGAS:298159

OBS: O SIGA No298206 – Colar, doação Jussara Cestari não tem o número do processo, nem consta no processo de doação No. 092.2010

APÊNDICE G

No. do Proc: 02/2002			
Objeto:	Costume, saia, colar e óculos de sol	Data: 2001	SIGA: 049.677 a 049.680
Termo Thesaurus: 12.8 - Peças de Indumentária		Estado de Conservação:	Bom: x
			Regular:
Forma de Aquisição:	Compra:		Restaurado:
	Doação:	x	Ruim:
	Empréstimo:		Doador: Jerry Fernando
	Incorporação:		
	Legado:		
	Permuta:		
	Depósito:		Funcionário/Ex-funcionário do museu: Não
	Transferência:		
Desconhecido:			
Conteúdo do Processo:			
No. de páginas: 7		Imagens: Não	
<p>1 – Capa do protocolo com o assunto: Doação de Indumentária.</p> <p>2 – Guia para formação do processo que consta com: a procedência – Jerry Fernando; o assunto - Doação Mat. indumentária; a espécie – Doação; e a data – 23/11/2001.</p> <p>3 – Carta de Agradecimento do Museu para o doador, com o seguinte texto: Expressamos nossos agradecimentos pela gentileza da sua doação ao MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, que com certeza, contribuiu para o enriquecimento do nosso acervo. Na oportunidade, encaminhamos três vias do Termo de Doação solicitando que nos devolva duas, assinadas, e que mantenha a terceira em seu poder, como comprovação da doação feita.</p> <p>4-5 – Termo de doação.</p> <p>6 – Indicação do Livro Tombo em que os objetos foram inscritos no Livro 13, números 02.03.01 a 02.03.04. E os números siga que os objetos receberam: 049.677 a 049.680.</p> <p>7 – Dados do doador.</p>			
Observações:			

No. do Proc: 49/2002				
Objeto:	Jaleco, Calça, Máscara e Gorro.	Data: 2002	SIGA: 51551/ 51552/ 51553/ 51554	
Termo Thesaurus: 12.8 - Peças de Indumentária		Estado de Conservação	Bom:	x
			Regular:	
Forma de Aquisição:	Compra:		Restaurado:	
	Doação:	x	Ruim:	
	Empréstimo:		Doador: Prof. Ivo Pitanguy	
	Incorporação:			
	Legado:			
	Permuta:		Funcionário/Ex-funcionário do museu: Não	
	Depósito:			
	Transferência:			
Desconhecido:				
Conteúdo do Processo:				
No. de páginas: 10		Imagens: Não		
<p>1 – Capa do protocolo com o assunto: Doação de um conjunto completo de roupa de centro cirúrgico que usa atualmente.</p> <p>2 – Guia para formação do processo que consta com: a procedência – Prof. Ivo Pitanguy; o assunto - Doação; e a data – 16/06/2002.</p> <p>3-4 – Carta do Prof. Ivo Pitanguy descrevendo a satisfação de realizar esta doação ao MHN em 19/06/2002 com o seguinte texto: Tenho a satisfação de fazer uma doação para o MHN, de um conjunto completo de roupa de centro cirúrgico, que uso atualmente quando opero.</p> <p>5 – Carta de agradecimento da Sra. Vera T ostes ao Prof. Ivo Pitanguy em 18/07/2002 com o seguinte texto: Expressamos nossos agradecimentos pela gentileza de sua doação ao MHN, que com certeza contribuiu para o enriquecimento de nosso acervo de indumentária. Na oportunidade, encaminhamos três vias do Termo de Doação solicitando que nos devolva duas, assinadas, e que mantenha a terceira em seu poder, como comprovação da doação feita.</p> <p>6-9 – Carta de resposta do Prof. Ivo Pitanguy com o termo de doação em anexo.</p> <p>10 - Indicação do Livro Tombo em que os objetos foram inscritos no Livro 13, números 02.27.01 a 02.27.04. E os números siga que os objetos receberam: 051.551 a 554.</p>				
Observações:				

No. do Proc: 59/2003				
Objeto:	Botão de propaganda (escudo Vasco da gama)/ Espátula, Chaveiro, Porta cartões e relógio. (Corpo de Fuzileiros Navais)	Data: 2003	SIGA: 52414/ 053.012, 053.013, 053.014 e 053.015.	
Termo Thesaurus: 10.5 - Material de Propaganda/ 10.2 - Equipamento de Comunicação Escrita, 12.6 - Objeto de Auxílio/Conforto Pessoais, 10.2 e 14.1 - Instrumento de Precisão óptico.		Estado de Conservação	Bom:	x
			Regular:	
Forma de Aquisição:	Compra:		Restaurado:	
	Doação:		Ruim:	
	Empréstimo:		Incorporação	
	Incorporação:	x		
	Legado:			
	Permuta:			
	Depósito:			
	Transferência:			
Desconhecido:				
Conteúdo do Processo:				
No. de páginas: 06		Imagens: Não		
<p>1 – Capa do protocolo com o assunto: Solicita incorporação ao acervo do MHN botton do Clube de Regatas Vasco da Gama.</p> <p>2 – Guia para formação do processo que consta com: a procedência – MHN - Coordenadoria Técnica; o assunto - Incorporação ao acervo do MHN de um botton do CR Vasco da Gama; a espécie – CI; e a data – 25/04/2003.</p> <p>3 – Comunicado Interno da coordenadoria Técnica ao Departamento de Acervo solicitando a incorporação do botton do CR Vasco da Gama em 25/04/2003.</p> <p>4 – Comunicado Interno da coordenadoria Técnica ao Departamento de Acervo solicitando a incorporação de um relógio, um chaveiro, uma faca para abrir envelopes, e um porta cartões doado pelo Corpo de Fuzileiros Navais em 29/07/03.</p> <p>5 – Carta de Agradecimento da Sr. Vera Lúcia, diretora do MHN, ao Sr. Marcelo Gaya Cardoso Tosta, Almirante de Esquadra em 01/08/03, com o texto: Vimos em nome do MHN, agradecer o belo estojo comemorativo do Corpo de Fuzileiros Navais, ofertado por V.Sa e que será, com muita honra, incorporado ao nosso acervo histórico.</p> <p>6 – Indicação do Livro Tombo em que o botton do CR Vasco da gama foi inscrito - Livro 13, número 03.48.01. E o número siga que o objeto recebeu: 052.414. Indicação do Livro tomo em que os objetos do Corpo de Fuzileiros Navais foram inscritos - Livro 13, números 03.68.01/04. e os números siga que os objetos receberam: 053.012, 053.013, 053.014 e 053.015.</p>				
Observações:				

No. do Proc: 62/2004			
Objeto:	Boneca "noivinha" da Estrela; boneca Susi Ginástica Olímpica	Data: 2004	SIGA: 54396; 55667
Termo Thesaurus: 07 - lazer e desporto		Estado de Conservação	Bom: X
			Regular:
Forma de Aquisição:	Compra:		Restaurado:
	Doação:	X	Ruim:
	Empréstimo:		Doador: Estrela
	Incorporação:		
	Legado:		
	Permuta:		
	Depósito:		Funcionário/Ex-funcionário do museu: Não
	Transferência:		
Desconhecido:			
Conteúdo do Processo:			
No. de páginas: 11		Imagens: Não	
<p>1 – Capa do protocolo com o assunto: Doação de uma boneca "noivinha" pela Estrela.</p> <p>2 – Guia para formação do processo que consta com: a procedência – MHN - Assessoria de Comunicação; o assunto - Doação pela Estrela de uma boneca noivinha; a espécie – Memo; e a data – 03/06/2004</p> <p>3 – Carta da ASCOM para a DICOP referente ao encaminhamento da boneca "Noivinha", doada pela Estrela através da funcionária Célia de Fátima Sassano.</p> <p>4-5-7-8 – Troca de mensagens entre o MHN e a Estrela.</p> <p>6 – Carta de agradecimento da Sra. Vera Tostes à Sra. Célia Sassano em 21/06/2004 com o seguinte texto: Expressamos nossos agradecimentos pela gentileza de sua doação ao MHN, da boneca "Noivinha", o que com certeza, contribuiu para o enriquecimento de nosso acervo. Tendo em vista que o museu se empenha no sentido de ampliar sua coleção de brinquedos, a doação para nós tem valor inestimável.</p> <p>9 – Carta da Assessoria de Comunicação à DEDAC referente ao encaminhamento da boneca Susi Ginástica (inspirada na Daiane dos Santos) para incorporação no museu.</p> <p>10 – Carta de agradecimento da Sra. Vera Tostes ao Sr. Aires José Leal Fernandes em 20/09/2004 com o seguinte texto: Expressamos nossos agradecimentos pela gentileza de sua doação ao MHN, da boneca Susi Ginástica Olímpica, o que com certeza, contribuiu para o enriquecimento de nosso acervo. Tendo em vista que o museu se empenha no sentido de ampliar sua coleção de brinquedos, a doação para nós tem valor inestimável.</p> <p>11 – Indicação do Livro Tombo em que a boneca "noivinha" foi inscrita no - Livro 13, número 04.25.01. E o número siga que o objeto recebeu: 054.396. Indicação do Livro tomo em que a boneca "Susi Ginástica Olímpica" foi inscrita no - Livro 13, números 04.39.01. e o número siga que o objeto recebeu: 055.667.</p>			

No. do Proc: 13/2005			
Objeto:	Bolsa com paisagem do R.J.	Data: 2005	SIGA: 064.733
Termo Thesaurus: 12.8 - Peças de Indumentária		Estado de Conservação:	Bom: x
			Regular:
Forma de Aquisição:	Compra:		Restaurado:
	Doação:	x	Ruim:
	Empréstimo:		Doador: Sara Abreu
	Incorporação:		
	Legado:		
	Permuta:		
	Depósito:		Funcionário/Ex-funcionário do museu: Não
	Transferência:		
Desconhecido:			
Conteúdo do Processo:			
No. de páginas: 6		Imagens: Não	
<p>1 – Capa do protocolo com o assunto: Doação de Acervo</p> <p>2 – Guia para formação do processo que consta com: a procedência – Sara Abreu; o assunto - Doação de uma bolsa com paisagem do RJ; a espécie – Doação; e a data – 31/01/2005.</p> <p>3 – Carta de Agradecimento do Museu para o doador, com o seguinte texto: Expressamos nossos agradecimentos pela gentileza da sua doação ao MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, que com certeza, contribuiu para o enriquecimento do nosso acervo. Na oportunidade, encaminhamos três vias do Termo de Doação solicitando que nos devolva duas, assinadas, e que mantenha a terceira em seu poder, como comprovação da doação feita.</p> <p>4-5 – Termo de doação.</p> <p>6 – Indicação do Livro Tombo em que o objeto foi inscrito no Livro 13, número 05.08.01. E o número siga que o objeto recebeu: 064.733.</p>			
Observações:			

No. do Proc: 25/2006			
Objeto:	Blusa/ Saia/ Meia 3/4/ Bota direita/ Bota esquerda	Data: 2006	SIGA: 71068/ 71069/ 71070/ 71071/ 71072
Termo Thesaurus: 12.8 - Peças Indumentária		Estado de Conservação	Bom: x
			Regular:
Forma de Aquisição:	Compra:		Restaurado:
	Doação:	x	Ruim:
	Empréstimo:		Doador: Fábrica Marisol SA
	Incorporação:		
	Legado:		
	Permuta:		
	Depósito:		Funcionário/Ex-funcionário do museu: Não
	Transferência:		
Desconhecido:			
Conteúdo do Processo:			
No. de páginas: 6		Imagens: Não	
<p>1 – Capa do protocolo com o assunto: Doação de peças de Indumentária</p> <p>2 – Guia para formação do processo que consta com: a procedência – Fábrica Marisol S.A.; o assunto - Doação de Objetos de Indumentária; a espécie – Memo; e a data – 27/03/2006.</p> <p>3 – Memorando da Reserva Técnica para a DICOP, Assunto: Doação de acervo, com o seguinte texto: Encaminhamento, para o acervo do Museu Histórico nacional, doação do Depto. de marketing da Fábrica Marisol S.A. composta dos seguintes itens de indumentária infantil da marca "Lilica Ripilica": Uma saia, uma blusa, um par de meias, uma faixa para cabelo e um par de botas.</p> <p>4 – Carta do Departamento de Marketing da Marisol S.A. para a funcionária Vera Lima. Com o seguinte conteúdo: Após contato no evento de moda Fashion Rio, onde a marca Lilica Ripilica se fez presente, estamos encaminhando conforme o combinado um look completo da marca para ser exposto no Museu Histórico Nacional. Juntamente, seguem algumas informações da empresa Marisol S.A. para conhecimento, bem como da marca Lilica Ripilica.</p> <p>5 – Carta da Diretora Vera Tostes para a Sra. Salesia Borinelli do Departamento de Marketing da Marisol S.A. com o seguinte conteúdo: Expressamos nossos agradecimentos pela gentileza de sua doação ao MHN, que com certeza contribuiu para o agradecimento de nosso acervo de indumentária infantil. No momento que o MHN está preocupado em ampliar suas coleções até a produção do século XXI, a indumentária da "Lilica Ripilica" servirá para mostrar um excelente exemplar da moda infantil atual.</p> <p>6 – Indicação do Livro Tombo em que ele foi inscrito – Livro 13, números 06.10.01 a 06.10.06. E os números sigas que os objetos receberam: 071.068 a 071.073.</p>			
Observações:			

No. do Proc: 55/2007				
Objeto:	boneca com síndrome de Down - Turma da Clarinha (inspirada na novela da rede Globo "Viver a Vida")	Data: 2007	SIGA: 76875	
Termo Thesaurus: 07 - lazer e desporto		Estado de Conservação	Bom: x	
			Regular:	
Forma de Aquisição:	Compra:		Restaurado:	
	Doação:	x	Ruim:	
	Empréstimo:		Doador: Sônia Epaminondas	
	Incorporação:			
	Legado:			
	Permuta:		Funcionário/Ex-funcionário do museu: Não	
	Depósito:			
	Transferência:			
	Desconhecido:			
Conteúdo do Processo:				
No. de páginas: 13		Imagens: Não		
<p>1 – Capa do protocolo com o assunto: Doação de uma boneca Síndrome de Down</p> <p>2 – Guia para formação do processo que consta com: a procedência – Sônia Epiminondas; o assunto - Doação de uma boneca Síndrome de Down; a espécie – Doação; e a data – 09/08/2007.</p> <p>3 – Carta da direção do MHN solicitando um exemplar da boneca à direção da Walbert Industria e Comercio Ltda, em 22/03/2007.</p> <p>4 – Carta de encaminhamento da Assessoria de Comunicação para a Dicop referente a doação da boneca Síndrome de Down em 09/08/2007.</p> <p>3 – Carta de agradecimento da Sra. Vera Tostes à gerente de vendas da Walbert, Sra. Sônia Epaminondas, em 19/05/2008 com o seguinte texto: Expressamos nossos agradecimentos pela gentileza de sua doação ao MHN, de uma boneca "Turma da Clarinha", o que com certeza contribuiu para o enriquecimento de nossa coleção de brinquedos.</p> <p>4 – Documentos com dados da empresa e da boneca.</p> <p>5 – Indicação do Livro Tombo em que ele foi inscrito - número 07.28.01. E o número siga que o objeto recebeu: 076.875.</p> <p>6-13 – Matéria Veiculada no site Globo.com sobre a boneca</p>				
Observações:				

No. do Proc: 92/2007			
Objeto:	Itens dos uniformes de uso dos jogos Pan-americanos Rio de Janeiro - 2007	Datas: 2007	SIGA: 096.900 a 096.919, 096.922 a 096.926, 101.917 a 101.940 e 101.942 a 101.952.
Termo Thesaurus: 12.8 - peça indumentária; 12.6 Objeto de auxílio/conforto pessoais; 10.5 - material de propaganda; 07 - lazer e desporto		Estado de Conservação	Bom: X
			Regular:
Forma de Aquisição:	Compra:		Restaurado:
	Doação:	X	Ruim:
	Empréstimo:		Doador: Comitê Olímpico Brasileiro
	Incorporação:		
	Legado:		
	Permuta:		
	Depósito:		Funcionário/Ex-funcionário do museu: Não
	Transferência:		
Desconhecido:			
Conteúdo do Processo:			
No. de páginas: 7		Imagens: Não	
<p>1 – Capa do protocolo com o assunto: Doação de Materiais esportivos.</p> <p>2 – Guia para formação do processo que consta com: a procedência – Comitê Olímpico Brasileiro; o assunto - Doação de materiais esportivos; a espécie – ofício; e a data – 16/10/2007.</p> <p>3 – Carta de encaminhamento dos objetos para o MHN em 16 de outubro de 2007, como o seguinte texto: O comitê Olímpico Brasileiro vem, pelo presente, em atendimento à sua solicitação feita através da carta no. 088/D/2007/MHN, datada de 29 de março de 2007, encaminha os materiais esportivos abaixo relacionados: 03 uniformes de voluntário; 01 uniforme de Vila; 01 uniforme Podium; 05 uniformes treino (5 camisetas e 5 bermudas); 63 pins; 03 cordinhas crachá; 01 tênis; 01 chinelo; 01 Cauê de vinil; 01 Cauê de pelúcia.</p> <p>4 – Carta de agradecimento do MHN ao Comitê Olímpico Brasileiro em 29/10/2007.</p> <p>5 – Carta de encaminhamento dos uniformes utilizados no Pan para o MHN em 18/10/2007.</p> <p>6 – Carta de solicitação dos uniformes de treino e passeio que serão utilizados pelos atletas da delegação brasileira que participaram do PAN no Rio de Janeiro.</p> <p>7 – Indicação do Livro Tombo em que os objetos foram inscritos no - Livro 13, número 07.33.01 a 07.33.60. E o número siga que os objetos receberam: 096.900 a 101.952.</p>			
Observações:			

No. do Proc: 52/2008			
Objeto:	Vestido	Data: 2007	SIGA: 107821
Termo Thesaurus: 12.8 - Peças de Indumentária		Estado de Conservação	Bom: x
			Regular:
Forma de Aquisição:	Compra:		Restaurado:
	Doação:	x	Ruim:
	Empréstimo:		Doador: Osklen - Terra de aventura ind. Art
	Incorporação:		
	Legado:		
	Permuta:		
	Depósito:		Funcionário/Ex-funcionário do museu: Não
	Transferência:		
Desconhecido:			
Conteúdo do Processo:			
No. de páginas: 06		Imagens: Não	
<p>1 – Capa do protocolo com o assunto: Doação de um vestido paraquedas - coleção Osklen Neotropical, verão 2007.</p> <p>2 – Guia para formação do processo que consta com: a procedência – Osklen - Empresa Terras de Aventura de Artigos Esportivos Ltda.; o assunto - Doação de um vestido paraquedas; a espécie – Doação; e a data – 16/06/2008.</p> <p>3 – Carta de agradecimento da Sra. Vera T ostes à empresa Osklen em 19/05/2008 com o seguinte texto: Expressamos nossos agradecimentos pela gentileza de sua doação ao MHN, que com certeza contribuiu para o enriquecimento de nosso acervo. Na oportunidade, encaminhamos três vias do Termo de Doação solicitando que nos devolva duas, assinadas, e que mantenha a terceira em seu poder, como comprovação da doação feita.</p> <p>4-5 – Termo de doação.</p> <p>6 – indicação do Livro Tombo em que ele foi inscrito - número 08.23.01. E o número siga que o objeto recebeu: 107.809.</p>			
Observações:			

No. do Proc: 021/2009			
Objeto:	Camiseta; Pano de pó; Saco de lixo para carro; Espelho de bolso; Abridor de garrafas	Data: 2008	SIGA: 127.038; 127.039; 127.040; 127.041; 127.042
Termo Thesaurus: 05.6 - Utensílio de Mesa e Cozinha		Estado de Conservação:	Bom: X Regular: Restaurado: Ruim:
Forma de Aquisição:	Compra:		
	Doação:	X	
	Empréstimo:		
	Incorporação:		
	Legado:		
	Permuta:		
	Depósito:		
	Transferência:		
Desconhecido:			
Doador: Ângela Guedes			
		Funcionário/Ex-funcionário do museu: Sim	
Conteúdo do Processo:			
No. de páginas: 7		Imagens: Não	
<p>1 – Capa do protocolo com o assunto: Doação de objetos.</p> <p>2 – Guia para formação do processo que consta com: a procedência – Ângela Cardoso Guedes; o assunto - Doação de objetos diversos; a espécie – Doação; e a data – 26/03/2009.</p> <p>3 – Carta de encaminhamento do material doado pelo Detran ao museu em 19/08/08.</p> <p>4 – Carta de Agradecimento do Museu para o doador, com o seguinte texto: Expressamos nossos agradecimentos pela gentileza da sua doação ao MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, que com certeza, contribuiu para o enriquecimento do nosso acervo. Na oportunidade, encaminhamos três vias do Termo de Doação solicitando que nos devolva duas, assinadas, e que mantenha a terceira em seu poder, como comprovação da doação feita.</p> <p>5-6 – Termo de doação.</p> <p>7 – Indicação do dos número siga que os objetos receberam: 127.038; 127.039; 127.040; 127.041; 127.042</p>			
Observações:			

No. do Proc: 17/2010			
Objeto:	Camisa (comemorativa dos 60 anos do Museu da bandeira)	Data: 2009	SIGA: 064.733
Termo Thesaurus: 12.8 - Peças de Indumentária		Estado de Conservação:	Bom: x
			Regular:
Forma de Aquisição:	Compra:		Restaurado:
	Doação:	x	Ruim:
	Empréstimo:		Doador: Museu das Bandeiras
	Incorporação:		
	Legado:		
	Permuta:		
	Depósito:		Funcionário/Ex-funcionário do museu: Não
	Transferência:		
Desconhecido:			
Conteúdo do Processo:			
No. de páginas: 5		Imagens: Não	
<p>1 – Capa do protocolo com o assunto: Doação de uma camisa 60 anos do museu</p> <p>2 – Guia para formação do processo que consta com: a procedência – IBRAM Museu das Bandeiras; o assunto - Doação de uma camisa comemorativa 60 anos do Museu; a espécie – Doação; e a data – 01/02/2010</p> <p>3 – Papeleta de encaminhamento.</p> <p>4 – Memorando circular do Museu das Bandeiras para o MHN referente ao encaminhamento da camisa comemorativa de 60 anos.</p> <p>5 – Indicação do número siga que o objeto recebeu: 207.283.</p>			
Observações:			

APÊNDICE H

Entrevista nº1

Entrevistado: Solange Godoy – Diretora do MHN no período de 1985-1989.

Data: 18. Out. 2013

Objetivo: Buscar entender através dos relatos das ex-diretoras com se deu a constituição da Política de Aquisição de Acervo.

1 – Foi no seu período como Diretora do Museu Histórico Nacional que começou o processo de revitalização do museu, e se iniciaram as discussões sobre a formulação de uma Política de Aquisição de Acervo, mas antes desse processo como era a aquisição de acervo? Como se chegou a PAA?

R: Quando nós chegamos lá em 1984, foi um período muito difícil, o museu estava realmente numa crise institucional. E a aquisição por doação está diretamente atrelada ao sucesso e a credibilidade que o museu tem. Se o museu está indo muito bem, com uma visibilidade muito boa as doações aparecem sem ninguém se mover e às vezes aparecem até coisas que você não vai poder aceitar. Se o museu está em crise, como nós encontramos, muito fechado, no sentido de salas fechadas, de acervo mal conservado, de notícias que só saíam para cursos, nesse período a aquisição por doação é quase inexistente.

Observando a época do Dr. Barroso há muita aquisição, ele foi buscar, e lutou muito para conseguir as doações, depois o Leo teve um período, que foi curto, mas que ele tinha muita disposição era uma administração dinâmica. Ele conseguiu o acervo da Dona Sofia Magno de Carvalho, que foi colega de turma dele.

As doações sempre tiveram atreladas a credibilidade da instituição e a disposição do diretor em trabalhar neste sentido, mas a credibilidade vem em primeiro. Agora, na atualidade o museu tem recebido muitas doações, doações até de famílias que não são daqui, por exemplo, uma família de Belo Horizonte que doou uma coleção (uma casa inteira) para o museu. Quando eu cheguei ao museu, junto com o grupo que chegou comigo, nós não tínhamos problema de aceitar ou não, pois não estava entrando nada. Era um momento em que a reserva técnica estava terminando a primeira parte das obras, mas ainda não estava transferida efetivamente. E não havia um movimento de doações para o museu. Então nós começamos a fazer uma avaliação do acervo junto com a proposta da exposição de longa duração. A partir do momento em que estabelecemos o

conceito da exposição fomos até o acervo para ver o que tínhamos e descobrimos que, por exemplo, sobre os índios não tinha nada. Foi preciso ir atrás de coleções, com a do Cipré, que entrou inteira no museu em 1986. Com relação a essa coleção tínhamos discussões bizantinas se a coleção do Cipré era ambiciosa para o MHN, com seria a conservação, e outras situações. Pois é, sempre é bem mais fácil problematizar do que agir. A Marília Duarte Nunes fez a classificação dos objetos e decidimos aceitar toda a coleção, só depois veríamos o que seria aproveitado ou não, pois estávamos na estaca zero. Neste momento nós vimos à importância de se ter um Karup e através de contatos que a Marília Duarte Nunes tinha com o Ministério dos Interiores nós conseguimos o Karup e a terra para arrumar a vitrine.

Com essas ações começamos a dimensionar a aquisição para as áreas que eram absolutamente carentes de acervo no museu. Muitas áreas nasceram neste momento e se desenvolveram graças, por exemplo, ao trabalho da Vera Lima. O que tínhamos de indumentária era muito pouca coisa, indumentária de trajes militares, já a parte de trajes civis do séc. XIX era muito pouca e mal conservada. A Vera Lima tomou-se de amor por este seguimento de acervo, se especializou, e passou a correr atrás de completar a coleção. Vale dizer que tudo começou por conta de uma coleção de chapéus de uma amiga da minha tia, que morreu e a família não tinha o que fazer com esses chapéus, foi então que eu perguntei se eles não queriam doar para o museu, e assim se deu a doação. Foi neste momento que decidimos que essa seria uma vertente do museu, um seguimento do acervo, que precisaria de investimento, de doações, de pesquisas, de tudo. A Vera Lima seguiu por esse caminho e hoje tudo que o museu tem de indumentária de acervo importante devemos ao trabalho dela.

Eu estive muito empenhada com os segmentos de brinquedos e os instrumentos de trabalho, a busca deste acervo foi atrelada a elaboração do Thesaurus por Helena Dodd Ferrez e Maria Helena Bianchini. Nós vimos que algumas categorias (segmentos) eram totalmente desprovidas de acervo. Tínhamos, por exemplo, muita coisa de símbolos do poder, armas, a parte emblemática do poder e não tínhamos nada de trabalho e nada de lazer. O thesaurus abriu muito a nossa percepção dessas lacunas no acervo. No momento que se começa a classificar por função, você vai vendo lacunas que o museu tem. Uma vez feita essa radiografia, pela Helena e pela Maria Helena começou a se pensar nas coisas que deveríamos ir atrás, brinquedos, ferramentas de trabalho e outras. No caso das ferramentas de trabalho eu me lembro de ter comprado na Bahia uma caixa de madeira de ferramentas. Lembro também a história da botica que foi adquirida durante uma viagem que eu fiz, junto com a equipe do museu, a São João da Boa Vista para montar o Museu de Arte Sacra, num determinando lugar da cidade que paramos para

visitar, vimos essa botica num desmonte (lixo) e resolvemos perguntar se o dono não nos venderia, ele disse que poderíamos pegá-la sem custo, só pegar e levar e foi o que fizemos. E assim nós a trouxemos. Raramente apareceu alguma coisa de ferramenta para doação.

O museu, nessa época, tinha uma busca mais ativa por objetos por causa da construção do módulo. Primeiro trabalhamos o conceito da exposição e depois buscamos o acervo e isso não tinha sido feito até então. As exposições eram organizadas com o acervo que o museu já possuía, se tinha muita louça, se montava, por exemplo, uma exposição – O mundo da louça. E nessa situação o museu não tinha mais uma identidade de Museu Histórico Nacional. Por exemplo, não existia no museu nenhum acervo relativo aos imigrantes que vieram para o Brasil. Dos negros só tínhamos os instrumentos de martírio. Não havia nada que pudesse falar do negro de outra forma. Nós fomos construindo esse acervo, ora comprando, ora indo atrás, buscando, porque queríamos falar dessa parte da história do Brasil e não tínhamos acervo.

Nos idos de 1987 percebemos que precisávamos de um instrumento que norteasse a aquisição, pois os critérios de aquisição que tínhamos na época eram muito vagos. Reunimos um grupo de museólogos e historiadores que debateu exaustivamente o que seria adequado para ser acervo do museu, como seria aceito, se aceitaríamos ou não imposições dos doadores, como tinha havido uma proposta de doação que tinha a imposição que era para todo o acervo ficar junto, na casa do trem, sem modificações, e isso não poderíamos mais aceitar. Então a PAA foi sendo construída do ponto de vista teórico. A Maria Helena foi para os estados unidos através de uma bolsa do Smithsonian Institute, para trabalhar com catalogação, através do Thesaurus, e isso auxiliou muito na construção da PAA. As coisas tomaram um ar mais profissional, mais científico, havia um Thesaurus para classificação, havia uma proposta do museu escrita, havia um conceito das exposições e uma política de aquisição voltada para ele. Foi nessa política voltada para as exposições que convidamos o Clécio Penedo para fazer o painel. Escolhemos ele porque era um artista conceituado, que trabalhava com o figurativo, e nós achávamos que ele tinha o estilo de representar o que queríamos passar, tivemos muitas reuniões de debate com ele. Da mesma maneira convidamos o artista popular Antônio de Oliveira para fazer a maquete do engenho de cana.

Alguns objetos não chegaram para nós de forma fácil, não chegou para nós o acervo pronto, tivemos um trabalho muito grande para trazê-los. Dessa maneira foi à chegada da farmácia Teixeira de Novaes, pois a Globo escolheu o museu só para servir de depósito temporário da farmácia e foi muita luta para se conseguir trazer todo o acervo e conseguir a doação dele. Nós fomos construindo esse acervo, ora comprando, ora indo

atrás, buscando doações, porque queríamos falar dessa parte histórica do Brasil e não tínhamos com o que. Nos anos 1980 a aquisição era direcionada sim, para completar as lacunas existentes no museu, com base no conceito da exposição de longa duração. Outras situações aconteceram como o caso dos chapéus. A coleção dos brinquedos começou com a doação de uma coleção de soldadinhos de chumbo.

A partir da PAA, existia um documento normativo que orienta no sentido de aquisição, num momento que o museu passou a voltar a receber doações, que hoje é muito mais forte esse movimento de doações.

2 – De acordo com o item 1.1 da Parte II da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional: De acordo com os objetivos do Museu Histórico Nacional (ver Parte I itens 1 e seguintes deste "Manual"), deverão ser buscados objetos materiais de interesse histórico-informativo para o estudo e divulgação da história da formação social brasileira. Que objeto do século XXI você elegeria para apresentar a comissão de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional como representante dos objetivos do museu?

R: Eu acho, de cara, um Ipad, pois esses aparelhos eletrônicos mudaram muito o comportamento das pessoas e o acesso às coisas. É para qualquer idade e qualquer capacidade de manejo, além de ser portátil (pode ser levado para qualquer lugar). Ou um telefone bem sofisticado,

3 – A quarta fase do processo de incorporação de acervo, descrita nos itens 3.4/3.4.1 (página 22) da Política de Aquisição de Acervo, está vinculada a Direção do museu, sendo responsabilidade da mesma a deliberação formal da incorporação. Observando estes itens podemos dizer que a incorporação, mesmo depois da análise da comissão de aquisição, pode sofrer a influência do perfil do diretor?

**3.4. O resultado da terceira fase do processo de incorporação é definitivo. Tal recomendação faz com que o processo de incorporação entre em sua quarta fase.*

3.4.1. Na quarta fase acontece a incorporação formal, deliberação de responsabilidade da Direção Geral da instituição. Uma vez tomada tal decisão, conduzida de acordo a legislação específica e com as normas de controle usuais pelo Museu Histórico Nacional, o objeto passa a integrar o acervo sob guarda da instituição.

R: Teoricamente sim, mas na prática vai depender do perfil do diretor, como também do lado político. O diretor (na teoria dele ter o poder final da decisão) com base na PAA, vai ter que ter um motivo muito bem argumentado para a decisão do aceite ou a rejeição, diferente da decisão da comissão.

Entrevista nº 2**Entrevistado:** Ecylla Brandão**Data:** 18/10/2013**Objetivo:** Buscar entender através dos relatos das ex-diretoras com se deu a constituição da Política de Aquisição de Acervo.

1 – Na sua gestão como diretora do Museu Histórico Nacional, ainda não existia uma Política de Aquisição de Acervo formulada oficialmente, nesta época como se dava a entrada de objetos no museu? Como era a seleção do que poderia ser acervo?

Resp: Eu não sei se sei muita coisa sobre aquisição, porque no meu tempo nós não podíamos interferir em muito. Eu estou aqui com meu currículo para lembrar das datas, eu entrei no MHN na década de 1950, em 1953 ou 1955, acho q foi 1953. Eu peguei o museu antigo, com aqueles professores antigos que eu gostava e que foram meus amigos. Fiquei de 1955 a 1967 no MHN e depois passei para o Museu de Belas Artes onde fui chefe da seção técnica. A questão de aquisição é bem diferente nestes dois museus. No MNBA os prêmios dos salões ficavam por lei no museu, por isso que ele possui um acervo bom de época, e isso perdurou até o fim dos salões. Já no MHN eu encontrei aquele acervo enorme que precisava de cuidado e conservação. Barroso realmente reuniu muita coisa, ele teve uma habilidade muito grande para poder reunir o acervo do museu. Depois foi preciso ir largando algumas coisas, por exemplo, eu me lembro de que foi no meu tempo que o museu teve que entregar aquelas peças da guerra do Paraguai. Eu me lembro de uma vez, os paraguaios revoltados diante de uma vitrine que tinha peças do soldado Lopes, a revolta deles era uma coisa incrível e aquilo realmente repercutiu politicamente e o MHN teve que devolver aquelas peças.

Gustavo Barroso em 1940 foi a Portugal, para uma exposição, e Nair de Carvalho foi também, e ele trouxe muita coisa, dessa viagem ele trouxe as carruagens que foram doadas para ele pelos portugueses. Toda vez que eu entro no MHN e vejo aqueles escudos brasonados com as armas douradas, eu digo: *meu Deus do céu, Gustavo Barroso trouxe aquilo em 1940*. Ele tinha visão para encontrar essas coisas para o museu e deixou o acervo imenso.

Aquela coleção do Miguel Calmon que ficava lá no segundo andar, tinha mobiliário, muitas peças de porcelana e ourivesaria, tudo é mérito do Gustavo Barroso em acumular aqueles objetos. Depois disso deu uma parada só no museu da República que as coisas peças entraram. Tudo que Getúlio Vargas recebia de presente ele mandava para o MHN, e por causa disso, lá no começo existia uma grande sala com a coleção de Getúlio Vargas.

Depois houve a criação do Museu da República, Gustavo Barroso já tinha morrido, o MR foi criado como uma divisão do Museu Histórico. No MHN ficava guardada a colônia e o império, e tudo que fosse república ia para o MR. Eu também trabalhei no MR de 1973 a 1977, ele era uma divisão do MHN, lá recebíamos coisas dos presidentes. Tem um episódio que eu lembro bem, Castelo Branco morreu, e seu filho foi oferecer as coisas do pai para o MR, dentre os objetos tinha condecorações novinhas, e com fitas novinhas. Arrumamos uma exposição com estes objetos, mas depois de um tempo, ele pediu de volta, pois no Ceará fizeram um museu e ele queria colocar tudo que fosse do pai lá. Eu achei aquilo muito esquisito, mas era tudo resolvido pelo IPHAN, foi decidido que as peças iriam para o Ceará. Quando eu fiz uma viagem para Fortaleza resolvi ir ver o museu, ele ficava todo cercado de vidro, com sol direto nas vitrines, as fitas estavam desbotadas. Fiquei muito aborrecida e triste de ter pesquisado e tratado aquela coleção toda e quem as arrumou lá não teve o menor cuidado com a preservação. Então aquilo me marcou muito naquela viagem.

Quando regressei para o MHN, voltei para a área educativa, pois tinha acabado de ter uma boa experiência nesta área MR. Criei até uma biblioteca infantil, que depois foi desmontada. Ai aconteceu algo muito bom para os museus, o Programa Nacional de Museus, onde foram desenvolvidos diversos projetos, viajávamos para dar ajudas técnicas a museus em todo o Brasil. Nessa época foi quando eu como museóloga senti que estava fazendo algo inovador.

Sobre aquisição no meu período na direção do Museu Histórico Nacional, recebíamos muita coisa impostas do Governo, o IPHAN não negava. A opinião do técnico não importava e com isso nós tínhamos problemas de ausência de espaço na Reserva Técnica do MHN. Eu não me envolvi com as reuniões da comissão de política de aquisição de 1992. No final da minha gestão eu estava muito preocupada e envolvida com os problemas das associações, o MHN lutou

muito para manter a sua associação, porque o IPHAN achava que aquilo era caixa dois. Nesta ocasião eu já não estava muito bem de saúde e me aposentei.

Entrevista nº 3

Entrevistado: Vera Lúcia Bottrel Tostes – Diretora do MHN desde 1994.

Data: 22. Nov. 2013

Objetivo: Buscar através dos relatos de agentes que trabalharam diretamente com a constituição da Política de aquisição de acervo, como também de membro da comissão de aquisição, respostas para algumas lacunas, como por exemplo: de que forma esses agentes contribuíram para uma representação do século XXI no MHN, e que séc. XXI se constituiu na instituição; o que motivou a criação da PAA; porque nos processos de aquisição não encontramos as motivações para justificar a entrada do acervo; porque não existem atas das reuniões de aquisição de acervo.

1- Do seu ponto de vista, qual a importância de uma política de aquisição para uma instituição museológica?

R: A importância é porque ela permite a instituição selecionar os objetos que realmente complementarão as coleções, ou que poderão abrir novos véis de coleções. Porque se você não tem uma política interna, você é incapaz de ir para uma atitude mais ativa de procurar, como também você é incapaz de dar um parecer junto a um objeto quando este não é pertinente a uma coleção. Isso é o que acontece em muitos museus, principalmente em museus municipais e museus de cidades menores. Neste casos, as pessoas com a maior boa vontade, querem doar coisas que acham importantes para aquele museu e quando a instituição não tem uma política com critérios adotada, inclusive critérios técnicos, fica muito mais difícil negar. No nosso caso, com a dimensão do MHN e com a coleção que o museu tem, ela também serve exatamente para isso, para você poder dimensionar o que você precisa para complementar as suas coleções.

2 – A forma como a política de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional foi estruturada era/é funcional para a realidade operacional do museu? Ela alcança seus objetivos e metas? Uma política de aquisição de acervo que foi elaborada na década de 1990 ainda pode ser utilizada no século XXI, ou é necessária uma revisão constante?

R: Em museus há determinados assuntos e procedimentos que devem ser sempre revisados, e um deles é a PAA. Na época do Gustavo Barroso se coletava acervos relacionados a grandes fatos e vultos históricos, com o passar do tempo o museu percebeu que precisa revisar esse tipo de coleta. Precisávamos olhar para a história social, como também precisávamos ter um instrumento onde se estabelecesse critérios de aquisição, o que foi feito nas décadas de 1980 e 1990 com a criação da PAA. Desde o ano passado se percebeu a necessidade de se revisar a PAA do MHN, pois o museu, assim como a sociedade, é uma dinâmica, e com isso os conceitos de nação, memória, identidade e outros, não são sacralizados. Hoje, com essa nova revisão, a PAA vai sim atender ao séc. XXI, mas não sabemos se daqui a 20 anos a equipe do museu não terá que revisar de novo.

3 – De acordo com o item 1.1 da Parte II da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional: De acordo com os objetivos do Museu Histórico Nacional (ver Parte I itens 1 e seguintes deste "Manual"), deverão ser buscados objetos materiais de interesse histórico-informativo para o estudo e divulgação da história da formação social brasileira. Que objeto do século XXI você elegeria para apresentar a comissão de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional como representante dos objetivos do museu?

R: Eu acho que nessa primeira década do séc. XXI os objetos continuam os mesmos do séc. XX, objetos relacionados aos trabalhadores e ao lazer. Mas, além disso, existem situações que fogem desses seguimentos. Por exemplo, o que foi uma política da direção e que acabou virando acervo, foi quando nós elaboramos a exposição de longa duração, nós fizemos questão de convidar artistas contemporâneos para que na visão contemporânea produzisse a obra de arte daquele período histórico. Isso talvez não tenha sido uma novidade, pois o Clécio Penedo no final dos anos 1980 já foi uma procura disso. Mas é interessante, aí ela surge, não por causa da política de aquisição, mais um conceito da exposição que sentimos a necessidade de ampliar essa visão. Então com isso atualmente temos o Emanuel que realizou uma instalação de um altar de Orixá, esse

tipo de fazer artístico é extremamente novo no museu histórico. Vale lembrar que a Instalação é um objeto museológico/artístico complicado até na sua manutenção. A mesma coisa que foi já chegando no século XX nós convidarmos os meninos grafiteiros da comunidade do Pavão-Pavãozinho para fazerem ali como eles se sentem e qual o sonho deles de direito como cidadãos. Isso é o que buscou algo diferenciado. Mas assim o objeto eu acho que continua por hora essa mesma vertente. Acredito que em mais alguns anos essa questão da sustentabilidade que é inevitável, que terá que ser mais ampliada na sociedade, venha trazer novas contribuições. Assim como eu acho que os movimentos sociais hoje trarão daqui mais uns dez anos, não sei também uma nova vertente de acervo. Como ele será e qual ele será, eu confesso que hoje eu não sei dizer. Mas eu não tenho dúvida que toda a questão da comunicação e informatização, das redes sociais, desses novos ambientes sociais, dessas novas manifestações irão, no futuro ser objeto de uma nova análise, pois eu acho que ele extrapolará o objeto material.

4 – A quarta fase do processo de incorporação de acervo, descrita nos itens 3.4/3.4.1 (página 22) da Política de Aquisição de Acervo, está vinculada a Direção do museu, sendo responsabilidade da mesma a deliberação formal da incorporação. Observando estes itens podemos dizer que a incorporação, mesmo depois da análise da comissão de aquisição, pode sofrer a influência do perfil do diretor?

**3.4. O resultado da terceira fase do processo de incorporação é definitivo. Tal recomendação faz com que o processo de incorporação entre em sua quarta fase.*

3.4.1. Na quarta fase acontece a incorporação formal, deliberação de responsabilidade da Direção Geral da instituição. Uma vez tomada tal decisão, conduzida de acordo a legislação específica e com as normas de controle usuais pelo Museu Histórico Nacional, o objeto passa a integrar o acervo sob guarda da instituição.

R: Sem dúvida, o diretor pode ter a última palavra sim. E eu acho isso positivo, com da mesma forma tem mão e contramão, depende da direção, se o museu histórico continuar a ter a felicidade, como vem tendo nos últimos 20, quase trinta anos, de ter na sua direção pessoas técnicas, é até uma forma de se salvaguardar qualquer deslize. Porque aí é o caso de uma direção que tem as noções técnicas, museográficas, e eu espero que assim seja no futuro. Mas isso permite muitas vezes, como já vivenciamos, que você veja importância em acervos que a comissão julga não serem importantes. Não falo só o objeto tridimensional, falo do objeto documental. Recentemente, eu tive que intervir numa coleção documental importantíssima do período republicano. É importante para o diretor estar atento ao que está acontecendo no hoje, pois isso será história amanhã. As vezes

vc coleta, e ouve comentários de que não é importante, mas é importante. As vezes passa até a nós mesmos, que esquecemos de coletar coisas importantes. O setor de pesquisa, museológico, de educação, todos tem que estar ativo nas pesquisas, pois cada um tem um olhar diferenciado para poder perceber. Um exemplo, quando aconteceu a manifestação na praia, contra a corrupção, que instalaram diversas vassouras na areia, eu estava em casa, liguei para alguns funcionários, e a Denise, que é da área de comunicação, foi até o local e pediu um exemplar de vassoura. Pois, esta vassoura, foi o símbolo de que pela primeira vez foi a sociedade civil que se organizou contra um deslize do governo. A vassoura tem uma carga simbólica/política.

4.1 – Mas essas motivações para aquisição de acervo, como no caso da vassoura, são relatadas nos processos de aquisição?

R: Eu pelo menos toda vez que trago um objeto, trago com toda informação e passo para o setor responsável. Por exemplo houve aqui um certa resistência em coletar os objetos que foram da Rio +20, pois segundo a empresa organizadora os resultados não foram positivos. No entanto, já tínhamos acervo da Eco92, mesmo não tendo resultados positivos a Rio+20 aconteceu e deve ser documentada. E quando coletei esse material eu passei todas as informações, acho que muitas já estão sendo inseridas, outras, infelizmente na ocasião passaram.

5- Por que a comissão de aquisição de acervo não formaliza os procedimentos relacionados às reuniões de aquisição, registrando os objetos que foram adquiridos ou rejeitados, e os motivos para tais ações?

*(*Página 31 – Política de Aquisição de Acervo/MHN. Recomendações finais da Comissão Interna de Política de Aquisição do MHN.)*

2- Que todos os procedimentos relativos à aquisição de objetos por este Museu Histórico Nacional sejam formalizados, segundo os procedimentos administrativo usuais pela instituição.)

R: Ter atas das reuniões da comissão de aquisição de acervo é importantíssimo e exatamente, nessas ultimas reuniões da reformulação da PAA, essa é uma das atitudes que o museu passará a ter, não só coletar toda informação, mas saber colocar a comissão. A pouco tempo eu refiz a portaria elegendo essa comissão. Anteriormente, infelizmente, durante muito tempo as comissões aconteceram de maneira muito informal e agora queremos mudar essa situação. Isso prova que a PAA é um instrumento que

deve sempre ser revisto, pois percebemos que essa questão das comissões estava informal de mais. Nessa nova política já fala isso, que deve ser feita uma ata colocando os nomes dos participantes, as decisões, incluindo os objetos e motivos de recusa, além de fotografia desse momento.

6 – Nas recomendações finais da Política de Aquisição de Acervo (MHN) o item 7 (página 31) fala sobre baixa de acervos e a necessidade de se formalizar processos administrativos relativos a essa prática. Essa ação teve início? Se sim: Ela foi formalizada num documento? Se não: Por que?(* 7 - *Que sejam estabelecidos e formalizados os processos administrativos relativos a baixa de acervos, com o objetivo de tornar possível, por este Museu Histórico Nacional, o início de tais ações.*)

R: Sim, ai é um documento legal que foi elaborado no setor jurídico. A baixa tem todo um procedimento legal, porque ela é auditada. A aquisição por compra também segue o mesmo caminho, ela é auditada e tem todo um processo que deve ser seguido. Já tiveram diversas baixas de acervo no museu. Esse processo de baixa desse ser mais longo, não só por conta da parte jurídica, mas deve-se analisar e fazer diversas revisões de tudo que está na lista de baixa, para que não caiamos no risco de dar baixa num acervo importante.

Esclarecimentos sobre o artigo – O problema das reservas técnicas: como enfrentar o apego devorador? – Pública na Revista do IPHAN n. 31 / 2005.

Naquela ocasião alguns museus estavam vendendo suas coleções, ou transferindo para outros lugares. A minha questão era como seria a visão, acho que o museu tem que estar mais aberto a questão do que já existe, as pessoas tem esse apego que o acervo é do museu, no entanto, ele é do Brasil. Nós temos esse instinto de proteger o acervo do museu como se fosse nosso. Eu mesmo agora defendi o canhão El Christiano. Mas nós temos que ter um desapego, pois por vezes ficamos com reservas lotadas que não permite a manutenção nem a conservação e continua coletando sem critério, ampliando coleções que não tem relação com o museu. No texto eu não digo que sou contra que os museus quem possuem uma PAA ampliem suas coleções, o MHN, por exemplo, nunca deixou de coletar acervo. O que eu queria naquela ocasião era não ter uma coleta desordenada. Tanto que eu me lembro que quando eu ainda chefe de acervo e junto com o José Neves começamos a discutir a construção de uma política, nosso primeiro

questionamento foi entender o que é nacional, qual era os sentido de nação. Nós não éramos capazes de responder e convidamos uma professora da FGV, especialista no assunto que veio falar com o grupo comissão que estava elaborando a PAA. Então, com relação à afirmação do texto, eu continuo falando que o museu que não tem um PAA não deve continuar ampliando suas coleções.

Entrevista nº4

Entrevistado: José Neves Bittencourt – Membro da Comissão Interna de 1992

Data: 11. Dez. 2013

Objetivo: Buscar através dos relatos de agentes que trabalharam diretamente com a constituição da Política de Aquisição de Acervo, como também de membro da comissão de aquisição, respostas para algumas lacunas, como por exemplo: de que forma esses agentes contribuíram para uma representação do século XXI no MHN, e que séc. XXI se constituiu na instituição; o que motivou a criação da PAA; porque nos processos de aquisição não encontramos as motivações para justificar a entrada do acervo; porque não existem atas das reuniões de aquisição de acervo.

1 – Do seu ponto de vista, qual a importância de uma política de aquisição para uma instituição museológica?

R: A política de aquisição é a possibilidade de uma instituição museal manter-se em movimento. Se pensarmos os museus como “centros de grandes sistemas de informação”, cujas bases de dados apoiam-se em documentos materiais, vale dizer que uma política de recolhimento de itens, bem como uma norma de movimentação e descarte, tendo esta, anexa, uma norma de documentação administrativa (aí incluído o inventário de acervo) significarão a real possibilidade do museu manter em funcionamento seus outros serviços. É interessante observar como as novas tendências museais pensam pouco nessas questões. Acho que, desde o início dos anos 1970, o campo museal tem feito uma tentativa de justapor-se à sociedade que, ao fim e ao cabo, fez com que instituições e quadros técnicos esquecessem da identidade da instituição.

2 – A forma como a política de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional foi estruturada era/é funcional para a realidade operacional do museu? Ela alcança seus objetivos e metas?

R: Não diria que o MHN tenha uma “política de aquisição”, no sentido colocado acima. Não existem documentos que expressem os conceitos e orientem as práticas, não existe uma pesquisa ativa que oriente ações de busca e recolhimento de itens, e tampouco existe uma experiência de movimentação controlada de acervos (empréstimo, permuta e baixa de itens museais). Por minha experiência (isto pode ter mudado, admito, pois estou

fora do MHN já faz dez anos...), existem ações que não são articuladas a um conjunto de conceitos sobre a instituição. Não me parece que o MHN tenha, nos últimos anos, saído da posição de “recolhedor passivo”.

3 – Uma política de aquisição de acervo que foi elaborada na década de 1990 ainda pode ser utilizada no século XIX, ou é necessária uma revisão constante?

R: Suponho q vc queira dizer “século XXI”... :c) Mas a “política de aquisição” está mesmo mais articulada ao século XIX. No século XIX, os museus tinham políticas que eram reguladas por uma expressão da memória histórica, ou seja, como as elites políticas organizavam e dinamizavam sua própria leitura dos acervos que informavam a escrita da história – arquivos, bibliotecas, monumentos e museus. Gustavo Barroso enxergava o passado de uma dada maneira e organizava o acervo – que ele mesmo recolheu – segundo os parâmetros que ele estabelecia. Daí o MHN ter, por exemplo, um excelente acervo sobre o século XIX e particularmente sobre a nobreza brasileira, dentre outros – por sinal, este é um tema que tem de ser abordado para que possamos entender a trajetória do museus e suas escolhas. É claro que é necessário uma revisão constante, principalmente se o museu tem mesmo como temática a “história do Brasil”. O problema é que para fazer tal revisão, a instituição tem de se ver como “científica” e “laboratorial”, quer dizer, povoada por cientistas; tem de manter ativas linhas de pesquisa aplicada, que tenham como objeto o acervo. Outro problema é como os museus públicos tem sido operados, ultimamente, e como as entidades mantenedoras – os estados ou instituições voltadas para ele, no que tange aos recursos – se veem com relação aos museus.

4 – De acordo com o item 1.1 da Parte II da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional: De acordo com os objetivos do Museu Histórico Nacional (ver Parte I itens 1 e seguintes deste "Manual"), deverão ser buscados objetos materiais de interesse histórico-informativo para o estudo e divulgação da história da formação social brasileira. Que objeto do século XXI você elegeria para apresentar a comissão de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional como representante dos objetivos do museu?

R: Sem modéstia – fui eu que escrevi esse trecho, e hoje o escreveria da mesma maneira. De modo q eu não vejo um “objeto” (atualmente, por diversos motivos, prefiro o conceito “artefato”), mas um fluxo de “documentos materiais” que pudessem expressar a moderna sociedade brasileira. O curioso é que o MHN já tem mtos desses “documentos

materiais” em reserva técnica e nas exposições: itens da vida cotidiana – por ex. tralha doméstica e vestuário –, eletrodomésticos, brinquedos, objetos de trabalho. O problema é que, por terem sido todos adquiridos em ações descoordenadas e por não haver uma pesquisa constante sobre tais itens, as informações retiradas deles, que deveriam também ter um fluxo constante, acabam deixando a desejar, e muito. Se o MHN se visse como um grande laboratório, as principais equipes deveriam ser as de pesquisa, e as exposições temporárias deveriam ser sobre temas originais que resultassem dessas pesquisas. Os temas consagrados “históricos” (no entender das últimas administrações – coisas como D. João VI, a transferência da Corte, dona Leopoldina e por aí vai...) deveriam estar organizados nas exposições de longa duração, que, assim atuariam como uma espécie “linha de base” para as ações de identificação e recolhimento, para as pesquisas sobre o acervo, para a determinação de exposições de curta e média duração. Nessa estrutura, as possibilidades são infinitas e instigantes – é assim que a Smithsonian funciona.

5 – A quarta fase do processo de incorporação de acervo, descrita nos itens 3.4/3.4.1 (página 22) da Política de Aquisição de Acervo, está vinculada a Direção do museu, sendo responsabilidade da mesma a deliberação formal da incorporação. Observando estes itens podemos dizer que a incorporação, mesmo depois da análise da comissão de aquisição, pode sofrer a influência do perfil do diretor? *3.4. O resultado da terceira fase do processo de incorporação é definitivo. Tal recomendação faz com que o processo de incorporação entre em sua quarta fase.

3.4.1. Na quarta fase acontece a incorporação formal, deliberação de responsabilidade da Direção Geral da instituição. Uma vez tomada tal decisão, conduzida de acordo a legislação específica e com as normas de controle usuais pelo Museu Histórico Nacional, o objeto passa a integrar o acervo sob guarda da instituição.

R: A norma 3.4 é necessária na medida em que a autoridade final da instituição é o diretor, e sobre ele recairão as responsabilidades que advêm de uma decisão de incorporação – enfim, os custos diretos e indiretos decorrentes, financeiros e políticos, e que serão arcados pelo contribuinte e interpretados pela opinião pública, ainda que de forma muito restrita (sugiro o exame do caso de uma bandeira do Movimento dos Sem-terra, incorporada pelo MHN nos anos 1990, se bem me lembro). Assim, certamente o diretor, como instância final, tem de ter a prerrogativa de discordar do corpo técnico. Mas claro que essa reflexão nem passa pela cabeça de qualquer direção. O problema é que, no formato usado aqui, o diretor não tem nenhum órgão superior, tipo board of trustees, e

nem nenhuma outra instância consultiva que o oriente - o conselho de história (acho q o nome é este) do MHN é uma falácia decorativa. Diante dessas fragilidades, o item 3.4, ao fim e ao cabo, é visto como o direito do diretor de aparecer com qualquer item na mão e exigir a incorporação.

6 – Na apresentação da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional (pág. 16) são destacados dois pontos que foram observados no exame realizado pela comissão de elaboração da política:

1- as ações de aquisição são, junto com as de pesquisa e de dinamização cultural (aí incluídas as exposições), o elo que liga, estreitamente, o museu à sociedade;

2- a política de aquisição, como, de resto, todas as atividades da instituição, somente chegará a bom termo caso amplamente debatida, não apenas com o público interno, mas com todos os segmentos da sociedade que manifestarem interesse.

Sobre o segundo ponto: Esse debate ocorreu em algum momento? Se sim, como foi? Teve alguma forma de registro? Qual? / Se não, por que?

R: Não há muito o que falar sobre este tema. O problema é que a estrutura e a dinâmica da política de aquisição de acervos deveria ser constantemente debatidas e, em intervalos regulares (algo em torno de quatro ou cinco anos), modificada. É de se supor que, periodicamente, as linhas de força da sociedade mudem, e essas linhas de força se traduzem em demandas e as demandas deveriam se refletir na política de aquisição, em todos os seus aspectos. É como a estrutura curricular de um curso universitário – tem de ser periodicamente adequada às demandas da sociedade e dos agentes específicos. “Debater com todos os interessados” é uma falácia, se considerarmos objetivamente, mas poderia ser pelo menos tentado, pois admite-se que alguns desses interessados estariam dispostos a interagir – por exemplo, as universidades. Só que estas nunca manifestaram interesse em associar-se ao museu. Os contatos sempre foram esporádicos, determinados ou por interesses específicos de pesquisadores, e normalmente não resultam em algum retorno útil para o museu, ou por interesses pontuais de professores universitários, interessados em apresentar a seus alunos as tais “fontes alternativas para o estudo de história”, o que, particularmente, sempre me pareceu uma visão muito estreita da função dos museus por parte dos acadêmicos. Não sei dizer porque não houve registro – suponho que por não terem havido contatos sistemáticos.

7 – Nas recomendações finais da Política de Aquisição de Acervo (MHN) item 1 (página 31) é levantado que ações relativas ao processo de aquisição tornam-se prioritárias e permanentes. Por que são ações prioritárias e permanentes?

(*1- Que, dentro dos planos de trabalho aprovados pela Direção Geral deste Museu Histórico Nacional, as ações relativas ao processo de aquisição tornem-se prioritárias e permanentes.)

R: Não sei explicar este item, mas me parece semelhante a dizer que “água é molhada”. Entretanto, o motivo é evidente (me disponho a dizer que “água é molhada”...) – o acervo, entendido como corpo dinâmico, que se expande, se retrai, responde e suscita perguntas, precisa ser discutido, e a Comissão de Política de Aquisição seria o espaço para isso, por excelência. É pressuposto que tenha uma ampla visão sobre a instituição, e que seja institucionalmente aberta a todo o quadro de especialistas capazes de falar sobre o assunto (ou seja, em princípio, quase todo mundo dentro do Museu...). Outro espaço privilegiado q nunca foi devidamente explorado é o Conselho de História do MHN (que nem sei se ainda existe), pois é (ou deveria ser) formado por agentes ligados ao campo, que poderiam, em função de suas especialidades de pesquisa. Mas, de fato, tal proposta nunca encontrou eco dentro do Museu.

Uma observação que acho imprescindível: tenho a impressão que a questão está imbricada em outras, inclusive uma que acho crucial – a direção do(s) museu(s) deveria ser periodicamente mudada. Talvez em períodos de seis anos, e o diretor deveria ser assessorado por um coordenador técnico que realmente fosse coordenador técnico, e não um disfarce para “factótum para todas as horas”. Este cargo também deveria mudar, pois pressupõe-se que seja de estrita confiança do diretor. Os outros cargos (chefe do acervo, chefe de programas educativos, chefe da museografia) deveriam ser necessariamente escolhidos entre os funcionários de carreira da instituição, mas aí topamos com o problema de que o quadro técnico permanente de um museu como o MHN deveria ser de pelo menos 100 funcionários de alta especialização técnica (ou seja – cientistas-pesquisadores qualificados) e duvido que, nos últimos 50 anos tenha chegado sequer próximo disso. Não há massa crítica para uma renovação periódica interna – que, na minha opinião, seria altamente benéfica em todos os sentidos.

8 – Por que a comissão de aquisição de acervo não formaliza os procedimentos relacionados às reuniões de aquisição, registrando os objetos que foram adquiridos ou rejeitados, e os motivos para tais ações?

(*Página 31 – Política de Aquisição de Acervo/MHN Recomendações finais da Comissão Interna de Política de Aquisição do MHN. 2- Que todos os procedimentos relativos à aquisição de objetos por este Museu Histórico Nacional sejam formalizados, segundo os procedimentos administrativo usuais pela instituição.)

R: “Formalizar os procedimentos” significa estabelecer regras claras, e estas existem – são operadas pela área de Controle do Patrimônio, e a simples prática, ao longo de 30 anos é, acredito, um avanço. O que resta saber é se essas “regras claras” ainda são adequadas, passadas três décadas (elas começaram a ser aplicadas em 1984, se não me engano). Quanto aos objetos rejeitados, eles são devolvidos aos doadores, e me parece que fica só nisso. Como se pode ver, o problema é que a regra foi estabelecida mas não foi desenvolvida. Um inventário de objetos recusados seria – junto com os inventários regulares – uma tremenda “ferramenta de consulta” que permitiria inclusive abordar a sociedade com relação ao que ela considera serem as demandas do museu. Também imagino que os “procedimentos usuais” devem corresponder aqueles chancelados pela instituição mantenedora, o IBRAM. Não sei se a lei de museus fala nisto – penso que não – mas talvez os técnicos do IBRAM tenham a ideia de abordar essa questão, oportunamente.

9 - Nas recomendações finais da Política de Aquisição de Acervo (MHN) o item 7 (página 31) fala sobre baixa de acervos e a necessidade de se formalizar processos administrativos relativos a essa prática. Essa ação teve início? Se sim: Ela foi formalizada num documento? Se não: Por que?

(* 7 - Que sejam estabelecidos e formalizados os processos administrativos relativos a baixa de acervos, com o objetivo de tornar possível, por este Museu Histórico Nacional, o início de tais ações.)

R: Já houveram, nos anos 1980, ações de baixa que resultaram em uns 200 itens descartados. O motivo levantado na época foi o fato de que o acervo incorporava itens que já estavam totalmente degradados (por exemplo, a mobília do hotel onde morreu D. Pedro II), bem como outros que não se sabia por que estariam incorporados ao acervo (lembro particularmente de itens que eram compras de alguém que teria visitado os EUA como turista, no século XIX). Como o acervo do museu (de qualquer museu) é patrimônio da União, o descarte tem de ser registrado. Imagino que o arquivo

administrativo tenha documentação a respeito. Participei de um processo desses acontecido em 1988 (acho...), mas não lembro os parâmetros – e se não lembro, talvez não tenham existido. Também houve, nos anos 1990, uma tentativa de estabelecer níveis de uso do acervo, o que foi uma ação muito interessante. Boa parte dos móveis usados nas salas do MHN resultaram desse estudo, que foi feito por Jorge Cordeiro de Melo, em função de uma doação imensa feita de modo descoordenado por uma figura que era descendente (ou talvez viúva) do ministro que trouxe Barroso de volta ao Museu, em 1932. Lembro também de um processo interessante, pela originalidade, em que foi conservado em acervo um fragmento de um carro fúnebre, porque dar baixa do carro todo seria extremamente problemático – o que leva a outro aspecto da coisa: a complexidade do processo, do ponto de vista administrativo. Fora esses, não me ocorre nenhum outro.

10 – De que forma o setor de pesquisa vem atuando no processo de coleta (seleção e aquisição) de acervo?

R: Não faço ideia, mas pressuponho que a atuação não tenha mudado muito com relação ao que sempre foi encarado como “pesquisa” no MHN: a elaboração e conceituação de exposições. Embora o Museu tenha, atualmente, alguns pesquisadores muito bem titulados (Aline, Rafael e Maria de Simoni, dentre os que me lembro), não creio que estabelecer normas e procedimentos de aquisição seja um dos objetivos estabelecidos para as diretrizes de pesquisa.

Algumas observações sobre a trajetória do processo

Até a reestruturação de 1984, a pesquisa no MHN (e em todos os outros museus daquela natureza) era feita por eruditos generalistas, boa parte deles formada na Escola de Museus, e que trabalhavam pesquisando o acervo diretamente, com base em normas das “disciplinas auxiliares da história” e retiradas de livros e outras fontes, usando um método na Escola Alemã, no qual a principal diretiva era a construção da “crítica interna da fonte”, esta baseada principalmente nos sinais apostos ao objeto e às “informações de procedência”. Não havia pesquisa científica propriamente dita, e nenhuma tentativa de apropriação da materialidade do objeto, a não ser quando esta indicasse o valor do objeto (político, social, artístico e por aí vai). O museu daí resultante por sua vez remetia-se aos “museus vitorianos”, indicava o recolhimento apenas de itens onde se pudesse

encontrar “a pátina do tempo” e o “hálito dos heróis e dos líderes”, que remetia às elites do estado nacional.

As normas de aquisição daí decorrentes eram informais, mas existiam, embora provavelmente nunca escritas. A principal linha era a hierarquia interna, qual seja: qualquer conservador podia indicar acervos para incorporação, mas a palavra final era de Barroso. Essa norma persistiu ao longo dos anos 1960 e 1970, após a morte de Barroso, porque a equipe do MHN continuou sendo a mesma, formada rigorosamente dentro da EM/MHN. A persistência da formação bacharelística, ainda nos anos 1970, é notável. Está indicada pelo currículo do CM, que continuava basicamente o mesmo daquele adotado nos anos 1950, quando da obtenção do “mandato universitário”. A estagnação dos acervos, que reflete a falta de políticas para a cultura ao longo do regime militar, reflete-se no deslocamento do MHN para a posição de recolhedor passivo, que é indiscutível ao longo dos anos 1970.

A reestruturação do MHN tornou-se possível a partir da aposentadoria dos “conservadores”, em meados dos anos 1970, da contratação de novos técnicos, dentre os quais muitos eram formados em universidades públicas, dentro de linhas disciplinares que não existiam em 1950, e da criação do “Programa Nacional de Museus”, mais tarde incorporado à Fundação Nacional PróMemória. Em 1981 a FNPM incorporou a força os museus da extinta Divisão de Assuntos Culturais do MEC, e foi feito um inventário que chamou a atenção, por um lado, para o valor dos acervos e, por outro, para a estagnação das instituições, cuja identidade estava apenas latente e a integridade, periclitante. Em 1983 a FNPM interviu no MHN e uma outra direção foi nomeada, com a promessa de poder contratar técnicos para ocupar os postos vagos, inclusive alguns historiadores e antropólogos que deveriam propor uma nova exposição, baseada em “princípios científicos da moderna historiografia”. A reestruturação do MHN, de fato, já estava em curso deste 1981, quando cerca de dez técnicos altamente especializados foram contratados, mas tomou folego a partir de 1985, quando a direção interina foi confirmada. Esta aproveitou, basicamente, o ambiente interno criado a partir de 1981, com as propostas de reestruturação metodológica e de “revitalização institucional”. A “o processo de revitalização do MHN” foi, em linhas gerais, a soma da proposta de reformulação do tratamento técnico do acervo com o projeto de “revitalização do MHN”.

A proposta de reformulação do tratamento técnico do acervo foi introduzida em 1981, ainda na gestão Raposo da Camara, por Helena Dodd Ferrez e sua equipe. Na época, havia um grande entusiasmo com a Ciência da Informação, e, sem dúvida, essa disciplina ofereceria um caminho bastante sólido para a operação de museus, embora não propriamente para a afirmação dos museus como instituições da sociedade civil.

Este caminho foi encontrado, politicamente, na ambiência da “Nova República” e, especificamente, pelas então recentíssimas diretrizes do Ateliê de Québec e pela decorrente “Nova Museologia”. Havia uma insistência muito forte em “trazer a comunidade de volta ao museu”, bem como em reler a história do país do ponto de vista das “populações excluídas” – sem que ninguém tivesse noção exata das variáveis que informavam os movimentos internos. É interessante observar que este projeto não trouxe nenhuma discussão consistente sobre acervos, embora tenha resultado na incorporação de alguns objetos que atualmente poderiam ser considerados icônicos, como por exemplo, uma caixa de ferramentas de carpinteiro e um quadro pintado para a exposição. Neste ambiente, em 1985 foi proposta e em 1986, criada, uma “Divisão de Estudos e Pesquisas” (chamada internamente de DIDEP), mas cuja função nunca foi exatamente estabelecida claramente. Em 1988, a DIDEP incorporava cinco pesquisadores: José Bittencourt, Adler Homero Castro (desligou-se em 1994), Regina Abreu (desligou-se em 1990), Norma Fairbanks (desligou-se em 1988) e Edgard Leite (desligou-se em 1990). Em 1990 juntou-se à DIDEP a museóloga Ruth Caldera.

O trabalho da DIDEP era, basicamente, a formatação de exposições, do ponto de vista chamado de “conceitual”. Pelo jargão atual, este trabalho estaria integrado na “museografia”, que na época era outra coisa, voltada exclusivamente para o desenho de exposições. Não havia nenhuma espécie de discussão conceitual sobre museus, e a própria DIDEP via seu trabalho como “produção de história no ambiente de museus”. No final dos anos 1980 apareceu pela primeira vez de maneira sistematizada a demanda relativa aos acervos, desligada das exposições. A montagem da exposição de 1987 tinha sido muito complicada pela falta, então constatada, de acervos posteriores aos anos 1960 – basta dizer que o Museu não tinha sequer um eletrodoméstico no acervo e objetos de uso popular tiveram de ser obtidos por empréstimo. O problema constatado em pesquisas que tomaram, pela primeira vez, o Museu como objeto e lançaram mão das fontes existentes no MHN sobre o próprio MHN (por exemplo, os “Anais” e os relatórios anuais), era o fato de que a norma estabelecida por Barroso mesmo não estando vigente, ainda condicionava fortemente tanto o acervo quanto as ações de recolhimento, que, na época, tinham decididamente se transformado em “recolhimento passivo”.

Foram feitas algumas discussões internas, mas não foi possível estabelecer uma linha de trabalho consistente. Não havia ideia de que existiam normas específicas chamadas “política de aquisição”, e como a influência dos “consultores” era ainda muito grande, foi tentado um método de estabelecer “linhas de acervos”, com base na proposta feita por uma historiadora próxima da direção do MHN. Estas eram orientações para a

identificação baseadas em uma espécie de cronologia histórica da formação social. Essas linhas sempre resultavam em propostas inexecutáveis, visto que não diziam propriamente o que devia ser recolhido, mas estabeleciam grupos de objetos “de que o Museu precisava”. A quantidade de itens era enorme e não se fazia ideia de como consegui-los, na medida em que não havia informação sobre procedimentos de identificação e recolhimento. A própria incorporação, embora existisse formalmente, era um procedimento administrativo passivo.

A ideia de estabelecer uma política de aquisição decorreu de uma visita técnica a Smithsonian Institution, em 1990, na qual um técnico explorou o National Museum of American History durante duas semanas. A indicação do NMAH foi de uma técnica chamada Maria Helena Saide Bianchini, que lá tinha permanecido por um ano. A forma de trabalho do NMAH resultou na sugestão, encaminhada a então chefe do acervo, Helena Ferrez, que fosse criado um grupo de discussão para tentar elaborar uma norma para orientar a formação do acervo. A ideia de “política de aquisição” que orientou a discussão era baseada fortemente no documento Policy on Museum Acquisitions, então vigente no NMAH, e em um documento chamado Museums for a New Century, resultante de um congresso realizado em 1986 pela AAM.

As discussões duraram uns dois anos, de forma intermitente. O que ficou então claro é que o problema do MHN não era propriamente a norma de aquisição, mas o fato de que a norma só funciona se o museu tiver muito clara qual sua função social e científica, coisa que em absoluto estava fixada. Outra questão crucial: a falta de consistência nas discussões internas indicava que os servidores não sabiam dizer exatamente “o que é um museu” e “para quê serve um museu”, e pior ainda, os menos consistentes eram os museólogos. Institucionalmente, o museu era visto como instituição complementar ao sistema educacional local – o que criava distorções notáveis – e como uma espécie de centro de lazer de pessoas cultas – conceito que, em si mesmo, era uma distorção. A política de aquisição era vista como mero recolhimento de “objetos históricos”, mas sem um conceito que definisse exatamente “objeto histórico”.

O estabelecimento de uma “política de acervos” (que os museólogos insistiam em chamar de “política museológica”, embora possa ser um equívoco confundir a disciplina dos museus com o museu) como núcleo duro da instituição, e daí desdobrar uma “política de aquisição” como geradora de normas e ações para os acervos era a base do projeto apresentado. O documento de trabalho elaborado tinha umas quinze páginas e não chegou a produzir grandes resultados.

Entrevista nº5

Entrevistado: Lia Sílvia Peres Fernandes – Membro da Comissão Interna de 1992 e da Comissão de Aquisição de 2008

Data: 18. Out. 2013

Objetivo: Buscar através dos relatos de agentes que trabalharam diretamente com a constituição da Política de Aquisição de Acervo, como também de membro da comissão de aquisição, respostas para algumas lacunas, como por exemplo: de que forma esses agentes contribuíram para uma representação do século XXI no MHN, e que séc. XXI se constituiu na instituição; o que motivou a criação da PAA; porque nos processos de aquisição não encontramos as motivações para justificar a entrada do acervo; porque não existem atas das reuniões de aquisição de acervo.

1 – Do seu ponto de vista, qual a importância de uma política de aquisição para uma instituição museológica?

R: Numa só palavra pode-se dizer que a importância é total. Principalmente no caso do Museu Histórico Nacional, que recebe muitas propostas de doação de acervo e para dar conta desta situação precisa ter um norte, para não se aceitar ou recusar tudo que é oferecido. Sem uma Política de Aquisição de Acervo definida você não tem como ter ideia do que pode dar entrada nas coleções do museu.

Até onde eu tive conhecimento, antes de me aposentar, eram poucos os museus que tinham uma PAA. Já no caso do MHN precisava ter uma política por ser um museu atípico na questão do volume de ofertas de objeto. Não acredito que são todos os museus que tem um volume por volta de 500 objetos sem oferecidos para doação por ano.

2 – A forma como a política de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional foi estruturada era/é funcional para a realidade operacional do museu? Ela alcança seus objetivos e metas?

R: Ela atende em boa parte as necessidades do museu, mas não totalmente. O leque de possibilidades de possíveis coleções do museu histórico nacional é muito grande, ao formular a PAA tentaram limitar o acervo que poderia dar entrada, com base nas coleções já existentes no museu, evitando qualquer objeto que se fizesse necessária a

abertura de uma nova coleção. Um exemplo é o disco de vinil, o museu não aceita discos de vinil, pois não possui uma coleção específica para esse tipo de acervo.

3 – Uma política de aquisição de acervo que foi elaborada na década de 1990 ainda pode ser utilizada no século XIX, ou é necessária uma revisão constante?

R: Sim, pode ser utilizada, no entanto é necessária uma revisão constante, até para verificar se o objetivo da Política de Aquisição de Acervo está sendo alcançado. O museu continua o mesmo no século XXI, ainda é um museu histórico nacional, então a política ainda é bastante útil, mas precisa ser revisada de períodos em períodos.

4 – De acordo com o item 1.1 da Parte II da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional: De acordo com os objetivos do Museu Histórico Nacional (ver Parte I itens 1 e seguintes deste "Manual"), deverão ser buscados objetos materiais de interesse histórico-informativo para o estudo e divulgação da história da formação social brasileira.

Que objeto do século XXI você elegeria para apresentar a comissão de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional como representante dos objetivos do museu?

R: Qualquer um, pois essa definição é ampla. Qualquer objeto pode ser representativo, basta que eu tenha bom um discurso que convença que ele é de interesse histórico – informativo para o museu. Por exemplo, o museu histórico nacional tem uma coleção de louça, e recebe de doação um copo de geleia, esse copo pode vir a fazer parte dessa coleção. Agora um especificamente representativo, no momento eu não saberia responder.

5 – Na apresentação da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional (pág. 16) são destacados dois pontos que foram observados no exame realizado pela comissão de elaboração da política:

1- as ações de aquisição são, junto com as de pesquisa e de dinamização cultural (aí incluídas as exposições), o elo que liga, estreitamente, o museu à sociedade;

2- a política de aquisição, como, de resto, todas as atividades da instituição, somente chegará a bom termo caso amplamente debatida, não apenas com o público interno, mas com todos os segmentos da sociedade que manifestarem interesse.

Sobre o segundo ponto: Esse debate ocorreu em algum momento? Se sim, como foi? Teve alguma forma de registro? Qual? / Se não, por que?

R: Que eu saiba esse debate nunca ocorreu, e acredito que seria inviável uma abertura para um debate com a sociedade comum. Qualquer pessoa sempre vai ter uma opinião sobre tudo, no entanto, quem for de fora da instituição não vai saber opinar baseado no contexto do museu. Diferente do caso de um especialista que pode ser solicitado para avaliar um objeto, ele pode não estar envolvido com a realidade do museu, porém tem embasamento teórico para opinar sobre a peça. Ocorreram sim casos em que foi solicitada a opinião de um especialista, no entanto nunca foi feito um registro dessas opiniões, nem o acervo para o qual foi solicitada a consultado do especialista. O Adler Homero foi um especialista que sempre dava apoio ao acervo de armaria.

6 – Nas recomendações finais da Política de Aquisição de Acervo (MHN) item 1 (página 31) é levantado que ações relativas ao processo de aquisição tornam-se prioritárias e permanentes. Por que são ações prioritárias e permanentes?

(*1- Que, dentro dos planos de trabalho aprovados pela Direção Geral deste Museu Histórico Nacional, as ações relativas ao processo de aquisição tornem-se prioritárias e permanentes.)

R: Acredito que este item é óbvio, no entanto, entendo que ele deve ter sido colocado na política para evitar que a qualquer momento a Divisão de Controle do Patrimônio (DICOP) pudesse ser extinta. O DICOP é a divisão do museu onde todo o processo de aquisição e registro do acervo é centralizado. e para que essas ações aconteçam foi elaborada toda uma metodologia de documentação. Para que informações não se percam é necessário que as ações realizadas na DICOP sejam prioritárias e permanentes.

7 – Por que a comissão de aquisição de acervo não formaliza os procedimentos relacionados às reuniões de aquisição, registrando os objetos que foram adquiridos ou rejeitados, e os motivos para tais ações?

(*Página 31 – Política de Aquisição de Acervo/MHN Recomendações finais da Comissão Interna de Política de Aquisição do MHN. 2- Que todos os procedimentos relativos à aquisição de objetos por este Museu Histórico Nacional sejam formalizados, segundo os procedimentos administrativo usuais pela instituição.)

R: Nunca foi feito nenhum documento formalizando os motivos da aceitação ou rejeição de um objeto, até se pensou em fazer, no entanto, a equipe era muito reduzida e isso inviabilizava algumas ações, tendo em vista que o volume de objetos que são encaminhados para uma possível doação para o museu é muito grande, chegando a 500 peças por ano. É importante esclarecer que o procedimento de registro dos objetos que foram ou não aceitos e os motivos para tal é muito importante e nunca se pensou o contrário disso.

8 - Nas recomendações finais da Política de Aquisição de Acervo (MHN) o item 7 (página 31) fala sobre baixa de acervos e a necessidade de se formalizar processos administrativos relativos a essa prática. Essa ação teve início? Se sim: Ela foi formalizada num documento? Se não: Por que?

(* 7 - Que sejam estabelecidos e formalizados os processos administrativos relativos abaixo de acervos, com o objetivo de tornar possível, por este Museu Histórico Nacional, o início de tais ações.)

R: Já teve início o processo para formalizar ações de baixa, no entanto ainda não foi concluído.

9 – De que forma o setor de pesquisa vem atuando no processo de coleta (seleção e aquisição) de acervo?

R: Na época em que eu estava no museu a equipe de pesquisa só se envolvia quando havia uma exposição, e de preferencia uma permanente. Quando havia uma exposição permanente a vista a equipe tanto de pesquisa, como de museografia e o DICOP, se envolviam para buscar objetos necessários para passar a mensagem da exposição.

Entrevista nº6

Entrevistado: Maria de Jesus Pires – Membro da Comissão Interna de 1992 e da Comissão de Aquisição de 2008

Data: 08. Nov. 2013

Objetivo: Buscar através dos relatos de agentes que trabalharam diretamente com a constituição da Política de Aquisição de Acervo, como também de membro da comissão de aquisição, respostas para algumas lacunas, como por exemplo: de que forma esses agentes contribuíram para uma representação do século XXI no MHN, e que séc. XXI se constituiu na instituição; o que motivou a criação da PAA; porque nos processos de aquisição não encontramos as motivações para justificar a entrada do acervo; porque não existem atas das reuniões de aquisição de acervo.

1 – Do seu ponto de vista, qual a importância de uma política de aquisição para uma instituição museológica?

R – Norteia a seleção do acervo que será coletado e posteriormente submetido à Comissão de Aquisição, tendo sempre em vista o objetivo do museu, e considerando também o acervo já existente.

2 – A forma como a política de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional foi estruturada era/é funcional para a realidade operacional do museu? Ela alcança seus objetivos e metas?

R – Funcionou por um tempo, mas, no momento, está sendo revista justamente pela mudança de perfil do doador atual e pela falta de verba específica para aquisição de acervo por compra. As eventuais compras são realizadas pela Associação de Amigos do Museu e posteriormente doadas para fazerem parte do acervo.

3 – Uma política de aquisição de acervo que foi elaborada na década de 1990 ainda pode ser utilizada no século XIX, ou é necessária uma revisão constante?

R – Em minha opinião é o tipo de instrumento que deve sempre ser revisto pelo setor de pesquisa do museu juntamente com outros representantes dos setores envolvidos diretamente com acervo e a direção.

4 – De acordo com o item 1.1 da Parte II da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional: *De acordo com os objetivos do Museu Histórico Nacional (ver Parte I itens 1 e seguintes deste "Manual"), deverão ser buscados objetos materiais de interesse histórico-informativo para o estudo e divulgação da história da formação social brasileira.*

Que objeto do século XXI você elegeria para apresentar a comissão de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional como representante dos objetivos do museu?

R – Em todos os segmentos de acervo fica muito difícil indicar. Já na área de indumentária e acessórios eu sugeriria a *sapatilha*, que, pela minha observação, vem sendo utilizada por todas as classes sociais e são produzidas desde as mais simples até as mais sofisticadas.

5 – Na apresentação da Política de Aquisição de Acervo do Museu Histórico Nacional (pág. 16) são destacados dois pontos que foram observados no exame realizado pela comissão de elaboração da política:

1- as ações de aquisição são, junto com as de pesquisa e de dinamização cultural (aí incluídas as exposições), o elo que liga, estreitamente, o museu à sociedade;

2- a política de aquisição, como, de resto, todas as atividades da instituição, somente chegará a bom termo caso amplamente debatida, não apenas com o público interno, mas com todos os segmentos da sociedade que manifestarem interesse.

Sobre o segundo ponto: Esse debate ocorreu em algum momento? Se sim, como foi? Teve alguma forma de registro? Qual? / Se não, por quê?

R – Esta pergunta deve ser formulada para a direção do MHN.

6 – Nas recomendações finais da Política de Aquisição de Acervo (MHN) item 1 (página 31) é levantado que ações relativas ao processo de aquisição tornam-se prioritárias e permanentes. Por que são ações prioritárias e permanentes?

*(*1- Que, dentro dos planos de trabalho aprovados pela Direção Geral deste Museu Histórico Nacional, as ações relativas ao processo de aquisição tornem-se prioritárias e permanentes.)*

R – O museu existe em função de seu público, que o visita para ver o seu acervo e este, por sua vez, deve estar sempre sendo ampliado.

A aquisição de peças deve acompanhar as mudanças que ocorrem ao longo do tempo, atualizando seu acervo para proporcionar ao público uma visão sempre atualizada de nossa história.

Nos últimos anos o Museu tem ampliado seu acervo através de doações que chegam de pessoas que guardaram objetos (muitas vezes absolutamente pertinentes) e que gostariam que fossem eternizados fazendo parte da coleção do MHN.

A coleta de acervo torna-se mais ativa em períodos de montagem de exposições, quando todos os envolvidos ficam focados em completar os possíveis vazios quanto ao tema e objetivos da exposição.

7 – Por que a comissão de aquisição de acervo não formaliza os procedimentos relacionados às reuniões de aquisição, registrando os objetos que foram adquiridos ou rejeitados, e os motivos para tais ações?

*(*Página 31 – Política de Aquisição de Acervo/MHN Recomendações finais da Comissão Interna de Política de Aquisição do MHN 2- Que todos os procedimentos relativos à aquisição de objetos por este Museu Histórico Nacional sejam formalizados, segundo os procedimentos administrativo usuais pela instituição.)*

R – Vc esta se referindo a registro em ata ou a toda documentação de entrada de acervo no MHN?

Se a 1ª opção - sempre ficaram registrados em documento da DICOP os objetos selecionados para integrarem o acervo do museu e os que não foram aceitos. Recentemente a chefia do Departamento de Acervo passou a fazer uma ata formal das reuniões da Comissão.

Se a 2ª opção - os procedimentos administrativos sempre foram formalizados pela DICOP - Divisão de Controle do Patrimônio (termo de doação, abertura de processo, atribuição de número de registro, catalogação da peça, etc.).

8 - Nas recomendações finais da Política de Aquisição de Acervo (MHN) o item 7 (página 31) fala sobre baixa de acervos e a necessidade de se formalizar processos administrativos relativos a essa prática. Essa ação teve início? Se sim: Ela foi formalizada num documento? Se não: Por quê?

(7 - Que sejam estabelecidos e formalizados os processos administrativos relativos abaixo de acervos, com o objetivo de tornar possível, por este Museu Histórico Nacional, o início de tais ações.)*

R – Esta pergunta deve ser formulada para a direção do MHN.

9 – De que forma o setor de pesquisa vem atuando no processo de coleta (seleção e aquisição) de acervo?

R – Está pergunta deve ser formulada para o setor de Pesquisa do MHN.

APÊNDICE I

Nº	Thesaurus	SIGA	Processo	Objeto	Material	Forma de Aquisição	Doador
1	12.8 - peça idumentária	96908	92/2007	Camisa Masculina (Uniforme de uso na vila olímpica dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007)	Algodão 63% Poliester 37%	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
2	12.8 - peça idumentária	96909	92/2007	Camisa Feminina (Uniforme de uso na vila olímpica dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007)	Algodão 63% Poliester 37%	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
3	12.8 - peça idumentária	96910	92/2007	Casaco (Uniforme de uso na vila olímpica dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007)	Algodão 63% Poliester 37%	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
4	12.8 - peça idumentária	96911	92/2007	Calça (Cor Azul - Uniforme de uso na vila olímpica dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007)	Malha, Poliester	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
5	12.8 - peça idumentária	96912	92/2007	Casaco (Uniforme de uso na vila olímpica dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007)	Algodão 63% Poliester 37%	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
6	12.8 - peça idumentária	96913	92/2007	Calça (Cor azul - Autor: Olympikus. Agasalho de Podium de uso na vila olímpica dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007. Unisex tam-M)	Malha, Poliester	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
7	12.8 - peça idumentária	96914	92/2007	Par de Meias (Autor: Olympikus.Meia de uniforme de uso dos atletas dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007. Tam: 33-38)	Malha 73% Algodão 20% Poliamida 7% Elastano	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
8	12.8 - peça idumentária	96915	92/2007	Boné (Autor: Olympikus.De uniforme de uso dos atletas dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007. Tam: U)		Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
9	12.8 - peça idumentária	96916	92/2007	Chinelo (Autor: Olympikus.De uniforme de uso dos atletas dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007. Pé direito, no. 45/46)		Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
10	12.8 - peça idumentária	96917	92/2007	Chinelo (Autor: Olympikus.De uniforme de uso dos atletas dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007. Pé esquerdo, no. 45/46)		Doação	Comitê Olímpico Brasileiro

11	12.8 - peça idumentária	96926	92/2007	Calça (Autor: Diana Paolucci.Calça de uniforme de uso dos atletas dos Jogos ParaPanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Cor Cinza)	100% Poliamida	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
12	12.8 - peça idumentária	96925	92/2007	Calça (Autor: Diana Paolucci.Calça de uniforme de uso dos atletas dos Jogos ParaPanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Cor Branca)	100% Poliamida	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
13	12.8 - peça idumentária	96924	92/2007	Casaco (Casaco de uniforme de uso dos atletas dos Jogos ParaPanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Cor Azul)	100% Poliamida	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
14	12.8 - peça idumentária	96923	92/2007	Casaco (Casaco de uniforme de uso dos atletas dos Jogos ParaPanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Cor Azul)	100% Poliamida	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
15	12.8 - peça idumentária	96922	92/2007	Casaco (Casaco de uniforme de uso dos atletas dos Jogos ParaPanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Cor Azul)	100% Poliamida	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
16	12.8 - peça idumentária	96919	92/2007	Tênis (Autor: Olympikus.De uniforme de uso dos atletas dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007. Pé esquerdo)	Tecido, Couro, Borracha, Cadarço	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
17	12.8 - peça idumentária	96918	92/2007	Tênis (Autor: Olympikus.De uniforme de uso dos atletas dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007. Pé direito)	Tecido, Couro, Borracha, Cadarço	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
18	12.8 - peça idumentária	96907	92/2007	Camisa Masculina (Autor: Olympikus. De uso na vila olímpica dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Algodão 63% Poliéster 37%	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
19	12.8 - peça idumentária	96906	92/2007	Camisa (Autor: Olympikus. Camisa de treino dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Cor: Verde)	100% Poliéster	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
20	12.8 - peça idumentária	96905	92/2007	Camisa (Autor: Olympikus. Camisa de treino dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Cor: Amarela)	100% Poliéster	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro

21	12.8 - peça idumentária	96904	92/2007	Bermuda (Autor: Olympikus. Bermuda de aquecimento dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Unisex)	84% Poliester 13% Elastano - Forro: 100% Poliamida	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
22	12.8 - peça idumentária	96903	92/2007	Bermuda (Autor: Olympikus. Bermuda de aquecimento dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Unisex)	84% Poliester 13% Elastano - Forro: 100% Poliamida	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
23	12.8 - peça idumentária	96902	92/2007	Calção (Autor: Olympikus. Short Masculino de treino dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Tamanho: M)	100% Poliester	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
24	12.8 - peça idumentária	96901	92/2007	Bermuda Masculina (Autor: Olympikus. Bermuda de treino dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Tam:M)	100% Algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
25	12.8 - peça idumentária	96900	92/2007	Bermuda Feminina (Autor: Olympikus. Bermuda de treino dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Tam:M)	100% Algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
26	12.8 - peça idumentária	101917	92/2007	Calça (Calça de uniforme de uso dos atletas dos Jogos ParaPanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.Cor Cinza)	100% Poliamida	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
27	12.8 - peça idumentária	101918	92/2007	Camisa (Autor: FIBRASIL E COMÉRCIO LTDA. Camisa dos Atletas dos Jogos Parapanamericano - Rio de Janeiro, 2007. Tam: G. Cor: Branca)	Malha 50% Poliester 50% algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
28	12.8 - peça idumentária	101919	92/2007	Camisa (Autor: FIBRASIL E COMÉRCIO LTDA. Camisa dos Atletas dos Jogos Parapanamericano - Rio de Janeiro, 2007. Tam: G. Cor: Branca)	Malha 50% Poliester 50% algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro

29	12.8 - peça idumentária	101920	92/2007	Camisa (Autor: FIBRASIL E COMÉRCIO LTDA. Camisa dos Atletas dos Jogos Parapanamericano - Rio de Janeiro, 2007. Tam: G. Cor: Branca)	Malha 50% Poliester 50% algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
30	12.8 - peça idumentária	101921	92/2007	Camisa (Autor: FIBRASIL E COMÉRCIO LTDA. Camisa dos Atletas dos Jogos Parapanamericano - Rio de Janeiro, 2007. Tam: GG. Cor: Branca)	Malha 50% Poliester 50% algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
31	12.8 - peça idumentária	101922	92/2007	Camisa (Autor: FIBRASIL E COMÉRCIO LTDA. Camisa dos Atletas dos Jogos Parapanamericano - Rio de Janeiro, 2007. Tam:?. Cor: Branca)	Malha 50% Poliester 50% algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
32	12.8 - peça idumentária	101923	92/2007	Camisa (Autor: FIBRASIL E COMÉRCIO LTDA. Camisa dos Atletas dos Jogos Parapanamericano - Rio de Janeiro, 2007. Tam: M. Cor: ?)	Malha 50% Poliester 50% algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
33	12.8 - peça idumentária	101924	92/2007	Camisa (Autor: FIBRASIL E COMÉRCIO LTDA. Camisa dos Atletas dos Jogos Parapanamericano - Rio de Janeiro, 2007. Tam: M. Cor: ?)	Malha 50% Poliester 50% algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
34	12.8 - peça idumentária	101925	92/2007	Camisa (Autor: FIBRASIL E COMÉRCIO LTDA. Camisa dos Atletas dos Jogos Parapanamericano - Rio de Janeiro, 2007. Tam: G. Cor: ?)	Malha 50% Poliester 50% algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
35	12.8 - peça idumentária	101926	92/2007	Camisa (Autor: FIBRASIL E COMÉRCIO LTDA. Camisa dos Atletas dos Jogos Parapanamericano - Rio de Janeiro, 2007. Tam: G. Cor: ?)	Malha 50% Poliester 50% algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro

36	12.8 - peça idumentária	101927	92/2007	Camisa (Autor: FIBRASIL E COMÉRCIO LTDA. Camisa dos Atletas dos Jogos Parapanamericano - Rio de Janeiro, 2007. Tam: GG. Cor: Verde)	Malha 50% Poliester 50% algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
37	12.8 - peça idumentária	101928	92/2007	Camisa (Autor: FIBRASIL E COMÉRCIO LTDA. Camisa dos Atletas dos Jogos Parapanamericano - Rio de Janeiro, 2007. Tam: ? Cor: ?)	Malha 50% Poliester 50% algodão	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
38	12.8 - peça idumentária	101929	92/2007	Boné (Autor: Evellay. De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Tecido de Poliester	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
39	12.8 - peça idumentária	101930	92/2007	Boné (Autor: Evellay. De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Tecido de Poliester	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
40	12.8 - peça idumentária	101931	92/2007	Boné (Autor: Evellay. De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Tecido de Poliester	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
41	12.6 - Objeto de Auxilio/ Conforto Pessoais	101932	92/2007	Bolsa (Estilo Pochete. De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Tecido Impermeável	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
42	12.6 - Objeto de Auxilio/ Conforto Pessoais	101933	92/2007	Bolsa (Estilo Pochete. De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Tecido Impermeável	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
43	12.6 - Objeto de Auxilio/ Conforto Pessoais	101934	92/2007	Bolsa (Estilo Pochete. De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Tecido Impermeável	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
44	12.6 - Objeto de Auxilio/ Conforto Pessoais	101935	92/2007	Garrafa (De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Plástico	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
45	12.6 - Objeto de Auxilio/ Conforto Pessoais	101936	92/2007	Garrafa (De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Plástico	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro

46	12.6 - Objeto de Auxilio/ Conforto Pessoais	101937	92/2007	Garrafa (De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Plástico	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
47	12.6 - Objeto de Auxilio/ Conforto Pessoais	101938	92/2007	Bolsa (De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007. Cor: Verde)	Tela, Tecido Emborrachado	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
48	12.6 - Objeto de Auxilio/ Conforto Pessoais	101939	92/2007	Bolsa (De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007. Cor: Verde)	Tela, Lona	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
49	12.6 - Objeto de Auxilio/ Conforto Pessoais	101940	92/2007	Bolsa (De uso dos atletas dos Jogos Parapanamericanos - Rio de Janeiro, 2007. Cor: Verde)	Tela, Lona	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
50	10.5-material depropaganda	101942	92/2007	Botão Propaganda (Colorido e com o Rosto do Cauê - Mascote dos Jogos Panamericanos, Rio de Janeiro 2007. Escrito: Rio 2007)	Metal Dourado e Esmalte	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
51	10.5-material depropaganda	101943	92/2007	Botão Propaganda (Colorido e com o Rosto do Cauê - Mascote dos Jogos Panamericanos, Rio de Janeiro 2007. Escrito: Rio 2007)	Metal Dourado e Esmalte	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
52	10.5-material depropaganda	101944	92/2007	Botão Propaganda (Colorido e com o Rosto do Cauê - Mascote dos Jogos Panamericanos, Rio de Janeiro 2007. Escrito: Rio 2007)	Metal Dourado e Esmalte	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
53	10.5-material depropaganda	101945	92/2007	Botão Propaganda (Colorido e com o Rosto do Cauê - Mascote dos Jogos Panamericanos, Rio de Janeiro 2007. Escrito: Rio 2007)	Metal Dourado e Esmalte	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
54	10.5-material depropaganda	101946	92/2007	Botão Propaganda (Dourado e com o Rosto do Cauê - Mascote dos Jogos Panamericanos, Rio de Janeiro 2007. Escrito: Rio 2007)	Metal Dourado e Esmalte	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
55	10.5-material depropaganda	101947	92/2007	Botão Propaganda (Dourado e com o Rosto do Cauê - Mascote dos Jogos Panamericanos, Rio de Janeiro 2007. Escrito: Rio 2007)	Metal Dourado e Esmalte	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
56	08- Insignias	101948	92/2007	Presilha de Crachá (De uso dos atletas dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Metal, Fita	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro

57	08- Insignias	101949	92/2007	Presilha de Crachá (De uso dos atletas dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Metal, Fita	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
58	08- Insignias	101950	92/2007	Presilha de Crachá (De uso dos atletas dos Jogos Panamericanos - Rio de Janeiro, 2007.)	Metal, Fita	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
59	07 - lazer e desporto	101951	92/2007	Boneco Cauê (Autor: GROWN - Formato do Macote Cauê - Comemorativo dos Jogos Panamericanos Rio de Janeiro 2007)	Plástico	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro
60	07 - lazer e desporto	101957	92/2007	Boneco Cauê (Autor: GROWN - Formato do Macote Cauê - Comemorativo dos Jogos Panamericanos Rio de Janeiro 2007)	Pelúcia e Malha	Doação	Comitê Olímpico Brasileiro

ANEXOS

ANEXO A

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO INTERNA DE POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar as discussões conduzidas no Museu Histórico Nacional visando a formalizar uma política de aquisição de objetos.

A redação baseou-se no trabalho da Comissão Interna de Política de Aquisição, constituída por sugestão da Divisão de Acervos do Museu Histórico Nacional, e sancionada pela Direção Geral da Instituição no segundo semestre de 1992. O estabelecimento da Comissão aconteceu como resposta a preocupações de diversas espécies, manifestadas há algum tempo pelos técnicos lotados no Museu.

A composição da Comissão foi estabelecida em 10 (dez) membros, representando todas as áreas técnicas da Instituição, mais um coordenação, ocupada pela Chefe da Divisão de Acervos. Foram membros designados:

- 1-Angela Sumavielle- museóloga, Setor de Controle do Patrimônio;
- 2- Deize Domingues- museóloga, Laboratório de Conservação e Restauração;
- 3- Denise Portugal- documentalista, Setor de Arquivo Histórico;
- 4- Iara Madeira- museóloga, Setor de Museografia;
- 5-Jorge Cordeiro- museólogo, Setor de Reserva Técnica;
- 6- José Neves Bittencourt- historiador, Setor de Arquivo Histórico;
- 7- Lia Sílvia Peres- museóloga, Setor de controle do Patrimônio;
- 8- Lucila de Moraes Santos- museóloga, Setor de Pesquisas;
- 9- Maria de Jesus P. Alencar- museóloga, Setor de Reserva Técnica;
- 10 - Rejane Maria L. Vieira- museóloga, Divisão de Numismática.
e Vera Lúcia B. Tostes, museóloga, coordenadora da Comissão.

A metodologia de trabalho consistiu na realização de reuniões bimensais, ao longo das quais tópicos previamente estabelecidos passaram por exame e debate. O grupo produziu relatórios pormenorizados de cada uma das reuniões realizadas, e propôs a feitura de diversos outros, dentro os quais este Relatório Final. Nas paginas seguintes estão sistematizadas as principais conclusões dos trabalhos.

1. Quadro conceitual:

Os principais conceitos com os quais a Comissão operou para conduzir seus trabalhos foram os de *museu*, *perfil institucional*, *política de aquisição e aquisição*. Os conceitos estabeleceram os limites do campo dentro do qual foi construída a proposta.

No caso do primeiro conceito, houve acordo por parte dos participantes, visto existir uma definição amplamente aceita entre a comunidade de profissionais da área. A Comissão entende que *museu é uma instituição pública, permanente, administrada sem fins lucrativos, no interesse geral, com a finalidade de preservar, estudar, potencializar por diversos meios, e divulgar, por intermédio de exposições e outros veículos, em benefício do público, objetos de valor cultural*¹²⁰. Esta enunciação apresenta certas características da instituição museológica que devem ser encontradas sempre que se esteja diante de uma instituição cultural que se identifique como museu. Por outro lado, na atualidade, os museus estruturam-se como instituições especializadas, no que diz respeito ao campo temático abrangido. Existe uma divisão que define os tipos de museus quanto a grande campos temáticos: museus de ciência e museus de arte. Sem aprofundar esta questão, parece inequívoco que o objeto dos trabalhos da Comissão pode ser definido como museu de história, quer dizer, “uma instituição que coleta e preserva objetos tridimensionais do passado, e os utiliza para mostrar a perspectiva e a inspiração histórica, bem como uma idéia de como era a vida em outras épocas”¹²¹. A Comissão admite que esta definição de museu de história pode ser ampliada e potencializada, visto que atualmente, esse tipo de museu recolhe, preserva e estuda uma gama muito mais ampla de bens culturais do que os objetos tridimensionais. Entretanto, também admite a Comissão que seu principal foco de atenção, no momento, são os objetos tridimensionais, visto que as atividades dos museus baseiam-se, pelo menos em princípio, nesses itens (objetos materiais, gerados pela dinâmica das sociedades, dotados de três eixos dimensionais: altura, largura e profundidade). Outros objetos, como por exemplo, documentos sobre suporte papel e livros também poderão ser recolhidos, mas não deverão ser alvo principal das ações de aquisição da instituição.

No caso avaliado, um terceiro dado acabou por determinar precisamente o campo temático institucional, bem como o problema com que grupo iria lidar: trata-se de um museu histórico *nacional*. Isto significa que é um museu cujo tema é uma formação social politicamente organizada, geograficamente situada, com historicidade datada e

¹²⁰ Definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), apud. BURCAW, G. E. - *Introduction to museum work*. Nashville, AASLH, 2ª ed., 1983, p. 9.

¹²¹ V.ALEXANDER, P. *Museums in motion*. Nashville, AASLH, 1979, p. 79

caracterizada, e colocada diante e em oposição à outras formações sociais com o mesmo caráter – ou seja – uma nação.

O conceito de nação não é uma criação moderna, já sendo de uso corrente no início do século XIX. Diz-se, tradicionalmente, que uma nação é constituída por um povo e um território, com todas as decorrências que disto pode inferir, como a existência de uma cultura relativamente particular. Esta noção, bastante antiga, difere um pouco da que hoje é usualmente adotada¹²².

No final do século XVIII a questão da autonomia das ações, principalmente no que tange os aspectos formal e jurídico, começou a ser colocada. Isto porque na época, haviam diversas nacionalidades que não eram autônomas, por serem subordinadas à nações já estruturadas, e colônias que se encontravam em processo de transição para nações. Muito superficialmente, se pode dizer que o movimento de formação dos Estados nacionais, no decorrer de todo o século XIX, foi consequência deste “despertar das nações”, segundo uma expressão de Eric Hobsbawn¹²³. O surgimento do Estado nacional brasileiro também foi tributário desse processo.

Os Estados nacionais são formações que se caracterizam pela autonomia formal, inclusive diante do direito internacional, e pela existência de uma complexa rede de instituições que têm a sociedade como objeto. Entre as comunidades nacionais que não dispõem de um Estado, a organização política ou é imposta por algum tipo de dominação, ou existe informalmente, por consenso entre os membros. No caso do Estado nacional, também existe, pelo menos parcial, mas a organização é formal e apoia-se na existência de instituições permanentes dotadas de um nível mínimo de concretude, que implementam os objetivos buscados pelo Estado. Embora o conceito de Estado seja freqüentemente confundido com o de Nação, ambos devem se dados como instancias diferenciadas.

Esta curta definição de Estado nacional nos permite abordar a seguir a questão perfil institucional. Perfil institucional é o conjunto das características que particularizam a instituição diante de suas congêneres, neste caso, os museus de historia. Sendo um museu, MHN busca os objetivos básicos já discriminados acima, sabidamente, objetivos perseguidos por todos os museus. Mas estes junta-se e justapõe-se o de preservar e representar a memória de uma Nação, e do Estado que lhe corresponde. Isto será feito pela via do recolhimento, tratamento e estudo dos bens materiais produzidos pela

¹²² “... o estado, através da mediação política, torna-se nação quando a comunidade se organiza num determinado espaço territorial, econômico e social ... torna consciência da própria identidade histórica ... cultural ..e lingüística, como civilização de fronteiras ... bem definidas. (GIL, J. – Nação. In ROMANO,R (dir.)- Enciclopédia Einaudi (vol.14). Lisboa, Imp. Nacional/Casa da Moeda, 1989, p. 305).

¹²³ HOBBSBAWN, E. – *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 46 e seguintes.

dinâmica política, econômica e cultural da Nação brasileira, ou seja, pela constituição e aperfeiçoamento de um acervo de objetos materiais. Tal acervo tem sua origem e expansão na *política de aquisição* e na *aquisição de objetos*¹²⁴. Não é objetivo da Comissão discutir a aquisição, visto que já existem procedimentos que orientam o processo de incorporação de objetos ao acervo da instituição. O que cabe, pelo momento, é discutir a política de aquisição, quer dizer, *o princípio que orienta a busca e identificação de objetos possíveis de incorporação*, e a tentativa de formulação deste princípio aplicado ao Museu Histórico Nacional nortearam o trabalho do grupo.

2. Algumas observações sobre a Política da Aquisição de Acervos do Museu Histórico Nacional.

A política de aquisição adotada no Museu Histórico Nacional esteve em vigor desde sua fundação, em 1922, até os dias atuais. Nunca foi formalizada, mas estava subentendida na conceituação geral da instituição e em suas linhas gerais de ação¹²⁵. Essa política de aquisição é hoje bem conhecida e existem estudos aprofundados sobre o assunto. Como diretriz para a coleta, teve seu apogeu nos anos 40, passou a declinar na década de 50 e entrou em colapso como forma de renovação de acervo em meados dos anos 70. Enquanto foi plenamente praticada, formou um universo representativo de algumas instituições políticas de peso na história da formação do Estado nacional brasileiro como o Exército, a Marinha e a Igreja, de alguns órgãos da burocracia estatal e da vida das elites detentoras do poder político. Deve-se notar que os aspectos econômicos mereciam pouca atenção dos funcionários do Museu e, uma vez que os doadores também pareciam pouco preocupados com o assunto, os itens representativos da organização da produção na sociedade brasileira são, no conjunto do acervo, muito poucos.

Também é importante observar a forte influência da historiografia do século XIX, romântica, nacionalista, e da cientificidade positivista. Estes aspectos teóricos refletiam-se não apenas na proposta conceitual expressa pela instituição e em sua metodologia, como também na política de aquisição. Praticamente inexitem no acervo objetos

¹²⁴ "...cabe distinguir entre aquisição- a ação desenvolvida pelo museu no sentido de identificar e incorporar novos objetos museológicos às suas coleções-, e política de aquisição- se trata do princípio doutrinário que caracteriza e ordena a busca e identificação de objetos museológicos potenciais, com relação ao campo temático e proposta de trabalho do museu." (BITTENCOURT, J., PERES, L. S. e TOSTES, V. L. B.- *Examinando a política de aquisição do Museu Histórico Nacional, 1922-1992*. Rio de Janeiro, 1992, monografia não publicada, p. 1).

¹²⁵ V., por exemplo, DUMANS, A.- A idéia da criação do Museu Histórico Nacional in *Anais do Museu Histórico Nacional* (vol.3, 1942). Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1943. Este artigo é referencial para a compreensão do conjunto de idéias que orientou a criação e a atuação do MHN ao longo de 50 anos de existência.

datados do século XX e verifica-se uma forte concentração de itens relativos ao século XIX. Segundo o que se pode depreender dos textos encontrados nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, os conservadores tinham uma forte preocupação como o “testemunho” dos fatos históricos, e consideravam os objetos materiais como documentos capazes de provar a “veracidade” da versão oficial da história nacional¹²⁶. Os objetos do século XX ainda não eram, na época, considerados “históricos”, por não terem ainda a chancela da “idade”, um dos elementos que poderia vir a atestar sua legalidade. Assim, o MHN buscava objetos que, em geral, datavam de pelo menos 30 ou 40 anos da época do recolhimento. Dentro da formulação conceitual da instituição, este um dos princípios mais fortes. Ainda era praticado na década de 70, quando a política de aquisição deixou de funcionar sistematicamente, embora os conservadores (então já denominados *museólogos*) demonstrassem desconhecer a questão¹²⁷.

Outro dado importante para a legalização do objeto museológico em potencial eram sua origem e procedência, isto é, quem foi seu fabricante ou usuário. Se fosse possível atestar os dois aspectos, tanto melhor. Esta questão deu origem ao mais importante dado de sentido com relação às coleções do MHN- a reunião e registro de objetos por possuidor. O possuidor- indivíduo detentor da posse do objeto quando ainda contextualizado- não chegava a ser definido de maneira clara. Poda ser uma pessoa ou instituição, mas podia ser também um colecionador, e muitas vezes, as definições de “origem” (o indivíduo ou instituição que gerou ou teve a posse enquanto objeto enquanto contextualizado) e “procedência” (o indivíduo ou instituição a partir do qual o objeto chegou ao museu) apareciam justapostas. Em certos casos, as definições estavam justapostas de maneira hierarquizadas, ou seja, o possuidor aparecia em primeiro lugar, seguida pela origem do objeto (entendida como o possuidor original). Isto ocorreu com objetos de grande parte das coleções e mesmo com objetos individuais doados ao MHN ou por ele adquiridos¹²⁸. Assim, como freqüência, a identidade do objeto, ou grupo de

¹²⁶ “As carruagens utilizadas por nossos imperadores *atestam* o que vimos afirmando. E não é imaginação enriquecida por uma fantasia exaltada. São *documentos coesos...*” (RUSINS, A . T.- As carruagens imperiais no Brasil. In *Anais do Museu Histórico Nacional* (vol. 2, 1941). Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1942, p. 290. Os grifos são nossos.

¹²⁷ O catálogo do Museu da República (fundado em 1960, como divisão do MHN) não relaciona objetos da época contemporânea, aberta exceção para Juscelino Kubitschek, talvez pelo fato de ter sido o construtor de Brasília e presidente da República quando da inauguração do MR. Sobre Brasília ela mesma, não há referência na publicação. (MEC/MHN- *Museu da República*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1966)

¹²⁸ São exemplares os casos da *Coleção Miguel Calmon* e da *Coleção Souza Lima*, imaginária religiosa. Em ambas, a identidade do sub-universo é determinada pelo possuidor, mais do que a origem. Em outros casos, o possuidor acaba por diluir-se, como no caso de certos acervos adquiridos pelo MHN por compra. No caso, verifica-se que o interesse da instituição concentrava-se na origem do objeto, tendo o possuidor importância secundária. É o caso, por exemplo, da *Coleção Fonseca Hermes*, adquirida em leilão, pelo Governo Federal, e da *Coleção J. J. Raposo*, primeira grande aquisição por compra. Ao contrário das outras duas, essas coleções sequer mantiveram a unidade, depois de incorporadas ao acervo da instituição.

objetos, construiu-se a partir do possuidor original. Desta maneira, alguns grupos bastante significativos de objetos aglutinaram-se em torno do possuidor original, ainda que não tivessem sido encaminhados por estes. Com relação aos objetos tridimensionais, são ainda hoje, geralmente identificados pelos técnicos como pertencentes à “Família Imperial”, ou a “D. Pedro II”, ou a “Caxias”, e assim por diante, embora não existam coleções compostas oficialmente desta maneira.

A formação das coleções, quando considerado o Arquivo Histórico, é diversa, visto que este setor do MHN passou por uma grande reorganização, ao longo dos anos 80. Algumas das coleções atualmente sob sua guarda são consideradas “artificiais”, pois foram formadas com objetos de diversas procedências (por exemplo, a *Coleção Família Imperial*, a *Coleção de Iconografia Avulsa* e a *Coleção Sisson*). Entretanto, outras coleções mantêm, apesar da reorganização, a matriz de possuidor como elemento de aglutinação: é, por exemplo, o caso da *Coleção Miguel Calmon* e da *Coleção Carlos Gomes*.

A Divisão de Numismática organiza suas coleções por sub-universos, dentro de universos maiores: *Moedas Brasileiras*, dentro do universo *Moedas*, *Medalhas Militares*, dentro do universo *Medalhas*, e *Precursores*, dentro do universo *Filatelia*.

Uma das explicações possíveis para a origem deste procedimento reside na proposta conceitual que embasou o Museu Histórico Nacional desde sua origem: a importância conferida pela historiografia positivista do século XIX ao papel do indivíduo na história¹²⁹. No Museu, esta relevância da atuação do indivíduo era justaposta aos “fatos históricos”, outro aspecto fundamental da historiografia positivista, cuja veracidade e alcance cabia aos documentos delimitar. Dado o papel político subjacente à Instituição, concebida, em seus primórdios, como casa de memória e monumento à classe dominante da ordem republicana em crise, o papel do indivíduo ampliou-se, e passou a determinar a lógica da busca e incorporação de novos objetos.

Mesmo se o universo examinado for o acervo sobre suporte papel, sob guarda, atualmente, do Arquivo Histórico, fica constatada a grande quantidade de objetos que se

¹²⁹ “... atos típicos coletivos estão bem longe de apresentar, na história, a importância dos atos puramente individuais. Atos individuais ... são o ato de um artista, de um homem político, de um general ou de um operário, de um comprador ou de um especulador. No passado, o conhecimento destes atos constitui a história individual. Ela é sempre difícil de determinar, dada a falta de documentos, mas é de compreensão mais fácil. Trata-se da história das criações intelectuais ..., da história das direções políticas (revoluções, reformas, guerras, o que forma uma grande parte da história política)”. Charles Seignobos, apud. GLENISSON, J.-Introdução aos estudos históricos. São Paulo, DIFEL, 4a. ed., 1983, p. 210.

relacionam com indivíduos¹³⁰. É, por outro lado interessante observar que o Arquivo Histórico do MHN estrutura-se não como um arquivo convencional, mas como uma espécie de *museu de documentos*, capaz de abarcar a personalidade pública e civil das diversas personagens históricas tratadas pela Instituição, aspecto este que o acervo tridimensional dificilmente poderia dar conta¹³¹.

A conclusão a que se pode chegar é que o acervo do Museu Histórico Nacional estruturou-se em torno de três grandes matrizes conceituais:

- 1- de um ponto de vista amplo, o Museu representava a história do Estado nacional brasileiro, instituição cuja função seria organizar a sociedade brasileira, dotada de historicidade própria;
- 2- a historicidade do Estado nacional corporificava-se em indivíduos destacados e em fatos históricos, os quais tivessem eles não apenas participado, mas aos quais tivessem dado origem;
- 3- a dinâmica histórica do Estado nacional é apreensível através de documentos materiais, que testemunham sua existência no passado; a função do Museu é, neste sentido, recolher e preservar estes testemunhos do passado.

As três matrizes referidas acima são gerais. Não é este o espaço para um estudo sobre a lógica discursiva do acervo enquanto universo de sentido. O que podemos dizer, a título de conclusão, é que sua função última estava plenamente articulada com o objetivo geral do Museu, que era, despertar, nos cidadãos, a paixão cívica, colocando-os em contacto com as relíquias legadas pelo passado¹³². Este é um objetivo político, para além de educativo. A política de aquisição estruturou-se em torno deste objetivo geral.

3- O Processo de Revitalização do Museu Histórico Nacional e a formulação de novos objetivos gerais.

O Museu Histórico Nacional funcionou, ao longo de 40 anos, segundo as linhas brevemente descritas acima. Por uma série de motivos que aqui não cabe ser discutir, tais objetivos foram se perdendo lentamente, particularmente na segunda metade da década de 60. Deve-se dizer que o MHN foi apenas personagem secundário num drama de maiores proporções, qual seja, o descaso geral para com a cultura. Toda a área de preservação do Patrimônio Histórico teve um período no qual a degradação foi sempre ameaça constante.

¹³⁰ V. BANDEIRA, R., BITENCOURT, J. e PORTUGAL, D.- *Tradição sobre suporte papel- as metamorfoses do Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional, 1992 (monografia não-publicada).

¹³¹ Idem, ibidem, p. 2

¹³² DUMANS, A. - *Op. cit.*, p. 242

Os grandes museus brasileiros, via de regra, sempre tinham se estruturado como unidades independentes, vinculadas a algum ministério, aos governos estaduais e municipais, ou, em casos mais raros, a instituições privadas, como o do Museu de Arte de São Paulo e do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. O Museu Histórico Nacional, depois de surgir vinculado ao Ministério da Justiça, foi, em 1938, incorporado ao Ministério da Educação, recém criado pelo Estado Novo varguista. Vargas reformulou alguns museus, criou outros, vinculando todos ao Ministério da Educação e Saúde. Mas todos mantiveram a independência, o que lhes dava grande autonomia teórica e conceitual. Na prática, o trabalho dos museus manteve-se, até quase os anos 80, aferrado aos padrões legados pela ciência positivista que, 30 anos antes, já estavam ultrapassados.

O ritmo de entrada de objetos que começou a decrescer nos anos 50 declinou de maneira notável na década seguinte, muito embora continuasse, em linhas gerais, ajustado às matrizes discriminadas acima. Em 1984, a mudança de direção, aliada à situação criada pela inserção, do MHN, em 1981, na então recém criada Fundação Nacional Pró-Memória, criou condições para a implantação do chamado "Processo de Revitalização". Este processo criou condições para que as matrizes teóricas institucionais fossem, afinal, repensadas. A discussão atual em tomo da Política de Aquisição de Objetos é, em última análise, talvez o produto mais tardio do "Processo de Revitalização"¹³³

O "Processo de Revitalização" não colocou em questão o universo de objetos formado desde 1922, universo constituído principalmente, como já vimos, por objetos do século XIX, muito embora também seja observável certa massa de itens do século XVIII. O que pode se apontar como notável é a mudança de método, no que tange, principalmente, à concepção de exposições. Em primeiro lugar, procurou-se adotar matrizes conceituais mais modernas. A concepção positivista foi abandonada. A distribuição dos objetos, ilustrando períodos históricos rigidamente marcados foi substituída pela contextualização dos itens relativamente ao tema abordado pela exposição. Isto significa que cada exposição passou a consistir num discurso, no qual os objetos museológicos constituem unidades de sentido, articuladas por elementos como os textos e a própria museografia que, desde então, adquiriu grande importância no contexto particular do Museu Histórico Nacional.

¹³³ Para maiores informações, podem ser consultados o *Relatório da diretoria para o ano de 1985* (Rio de Janeiro, MHN/Cia. Ypiranga de Petróleo, 1985) e o *Relatório para o Congresso Museus Nacionais- Perfis e Perspectivas* (Rio de Janeiro, SPHAN/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1987-mimeo). Ambos os documentos estão disponíveis no Setor de Apoio Administrativo /Arquivo Permanente do Museu Histórico Nacional.

É importante chamar atenção para o fato de que todas essas exposições foram, sem exceção, feitas a partir do universo de objetos existentes no MHN. Os itens passaram a ser reinterpretados, deixando de ser considerados exclusivamente pelo parâmetro de objeto singular, determinado pelo valor artístico-estético, valor histórico, ou mesmo por características de exotismo.

4- Algumas questões relativas à incorporação de objetos às coleções do Museu Histórico Nacional.

Entretanto, entre 1985 e o momento em que este texto foi escrito 4.350 novos objetos foram incorporados ao acervo do MHN. Embora tenham acontecido, em épocas recentes, algumas discussões sob o tema política de aquisição, seus resultados concretos foram os procedimentos atualmente em uso no que tange à incorporação de objetos. Não existe uma política de aquisição que oriente a busca de objetos materiais que complementem e expandam as coleções do MHN.

A formulação da política de aquisição levanta, de imediato, algumas questões mais amplas que a incorporação e acaba por se mostrar uma ação de grande complexidade.

A primeira de tais questões remete-se ao fato de que, por um lado a incorporação de objetos foi intensa nos anos 20, 30 e 40, por outro, esses objetos incorporados eram sempre do século XIX, ou anteriores. O acervo do MHN possui apenas algumas dezenas de itens datados do século XX, sendo eles, quase sempre, relativos às três primeiras décadas do século. Encontram-se objetos gerados nos anos 50, 60 e 70, mas são poucos, e sem organicidade¹³⁴. Entretanto, o completo lapso nas séries, no que tange aos objetos mais recentes, limita drasticamente a capacidade da instituição de representar e problematizar a história da formação social brasileira.

U ma segunda questão diz respeito ao fato de que, sendo um museu *histórico* e *nacional*, o MHN deveria, pelo menos em teoria, buscar recolher itens representativos dos aspectos mais relevantes da história brasileira. Tal objetivo pode ser considerado, desde sempre, como quase impossível de ser cumprido, devido à vastidão e imprecisão

¹³⁴ O automóvel Protos, alguns modelos navais e itens da coleção de anuas (sendo esta a única onde se pode observar alguma organicidade cronológica) são os principais itens relativos às primeiras décadas do século. Também existe alguma indumentária (doada em épocas recentes) e objetos esparsos, como um aparelho de rádio e máquinas de costura. Mais recentemente, doações encaminhadas principalmente por servidores introduziram itens como brinquedos dos anos 60, um aparelho de telefone da mesma época, um barbeador e frascos de cosméticos. Uma tentativa de constituir uma coleção de embalagens de produtos de consumo fracassou, por falta de embasamento conceitual. O Arquivo Histórico tentou constituir uma série de propaganda política, mas o projeto encontra-se interrompido. A Divisão de Numismática mantém suas coleções atualizadas graças a doações particulares e a depósitos feitos pelo Governo Federal, no que tange a exemplares de moedas e notas recentes.

do campo. Sem dúvida é necessário que sejam estabelecidos recortes, que funcionem como indicadores dos grupos de objetos de interesse potencial para a instituição.

A outra questão relaciona-se com a capacidade, atualmente limitada, que o MHN limitada de tratar e manter objetos, considerados tanto o aspecto técnico quanto o administrativo. Existem, por exemplo, dificuldades para conservação, e as áreas de armazenamento encontram-se próximas de seu limite máximo. Este aspecto torna duplamente relevante a questão levantada acima.

Essa três questões, consideradas em conjunto, levantam os seguintes problemas:

1- a formulação de uma política de aquisição é uma questão de planejamento, tanto quanto é teórica e conceitual; sua existência possibilita que a instituição formule objetivos, quanto ao recolhimento, dentro de suas capacidades reais de tratamento técnico;

2- a formulação de uma política de aquisição é pré-requisito indispensável para que a instituição assuma, novamente, o papel de recolhedor ativo, quer dizer, passe a determinar e buscar os itens que melhor se ajustem à expansão de seus objetivos;

3- o papel de recolhedor ativo modificará a relação com os doadores, possibilitando à instituição relacionar, entre os objetos eventualmente oferecidos para doação, aqueles que realmente se ajustam a seus objetivos gerais;

4- a existência de uma política de aquisição contribuí de maneira decisiva para discussões futuras em tomo da questão da baixa de acervo e da determinação dos níveis de utilização do acervo.

Com base nos diversos aspectos levantados nas páginas anteriores, articulam-se os lineamentos gerais de uma política de aquisição, como se segue:

5- Sugestão de uma nova política de aquisição de objetos para o Museu Histórico Nacional.

1- O Museu Histórico Nacional, ao longo de seus 70 anos de existência formou uma forte tradição, no que tange às suas atividades museológicas. Essa tradição pode ser observada no acervo reunido algumas peças já são conhecidas, inclusive do público, como “do Museu Histórico”¹³⁵, no método de trabalho dos conservadores- que pode ser examinado através dos artigos publicados nos " Anais"-, na documentação existente na instituição e nas exposições. Tal tradição, que passa, indubitavelmente, pelas questões conceituais e historiográficas examinadas acima, moldou o acervo enquanto um conjunto

¹³⁵ É, por exemplo, o caso de um *Brinquedo*, que pertenceu ao Imperador D. Pedro I, e das *Traves de força*, na qual teria sido executado o Tiradentes.

de sentido- um universo de itens materiais cuja finalidade última era testemunhar a história da formação do Estado nacional brasileiro. Esta tradição não deve ser abandonada, pois possibilita aos atuais técnicos- e, eventualmente, aos pesquisadores interessados no MHN em particular ou nos museus em geral- entender a formação da instituição. Neste sentido, *sugerimos que as coleções existentes, por já reunirem número significativo de objetos, não mais sejam centro da ação de coleta*¹³⁶. Em suma, a equipe do MHN não mais se empenhará na busca de objetos anteriores ao início do século XX, se bem que *eventuais aquisições, obtidas através de doação ou coleta específicas, e que complementem as coleções, nunca deixarão de ser consideradas*.

2- *Os objetos a serem adquiridos não se destinam a nenhuma exposição em particular, permanente ou temporária, e nem a nenhum projeto especificado, mas a abrir novas coleções no Museu Histórico Nacional, ou complementar as existentes, de modo a expandir as possibilidades da instituição enquanto centro de preservação e divulgação do patrimônio histórico cultural brasileiro, sistema de informações suportadas por objetos materiais e instituição educativa*. Esta segunda sugestão articula-se com o método discutido acima, que tem sido adotado pelo Museu Histórico Nacional, a partir do "Processo de Revitalização". Neste sentido, a adoção e implementação de uma política de aquisição visa, exclusivamente, garantir um fluxo regular e sistemático de objetos e a conseqüente formação de novas coleções, bem como complementação das existentes.

3- Um dos pontos seguramente estabelecidos na discussão das páginas anteriores é o que determina ser o Museu Histórico Nacional um museu voltado para a preservação e divulgação da história da formação, consolidação e expansão da Nação brasileira, e do Estado que lhe corresponde. *O recolhimento de itens materiais deverá, assim, privilegiar esse aspecto amplo, deixando de lado, sempre que não for de interesse para a instituição, aspectos muito particulares ou especializados da dinâmica da referida formação social*. O Museu Histórico Nacional deverá privilegiar, em sua ação de recolhimento, aspectos amplos e que permitam uma percepção geral da história da sociedade brasileira.

4- *Quando os objetos museológicos potenciais forem focalizados, mas não se articularem ao projeto institucional, deverá o MHN indica-los à outras instituições, para recolhimento; deve-se esperar que outras instituições procedam da mesma forma*.

5- *A incorporação de objetos deve ser orientada por algum tipo de matriz conceitual. Todas as indicações até agora levantadas apontam na direção da noção de possuidor,*

¹³⁶ V. MENEZES, U. T. R. de- Parecer sobre o tombamento de bens móveis. CONDEPHAAT, São Paulo, SP, 04 de julho de 1980. apud. BITTENCOURT, J.- Sobre uma política de aquisição para o futuro. in Cadernos museológicos 3(out. 1990). Rio de Janeiro, SPHAN / Fundação Nacional Pró-Memória, 1990, pp. 29-38.

entendido este como o gerador dos objetos componentes da coleção no momento de sua incorporação pelo Museu. A adoção desta noção apresenta diversas vantagens, a primeira delas o fato de que seriam respeitados os limites estabelecidos pela tradição do Museu Histórico Nacional, no que tange à lógica da formação de coleções.

6- *Em segundo lugar, a manutenção do conceito de coleção por possuidor fornece um elemento que possibilita o controle do objeto desde sua entrada no museu; ainda que fisicamente separados, os objetos mantêm uma identidade facilmente recuperável por meio da documentação de aquisição. Tal possibilidade permite, sempre que necessário, o desdobramento das coleções: por possuidor e por subclasses, segundo a norma de registro e catalogação atualmente vigente¹³⁷.*

7- *A noção de possuidor não se aplica apenas a indivíduos, mas também a instituições. Seriam considerados assim objetos gerados pela dinâmica de atuação de uma instituição pública ou privada, desde que estas sejam consideradas como significativas com relação à dinâmica mais geral da formação social brasileira.*

8- *A adoção da noção de possuidor facilita a localização e contacto de doadores potenciais, assim como a abertura de novas coleções. Caberia ao Setor de Pesquisa identificar os indivíduos ou instituições a serem contactados. Deve-se observar que a lógica que leva à identificação de doadores potenciais é diversa daquela até agora discutida, e não cabe ser estabelecida ou sugerida por esta Comissão. Pode-se indicar, entretanto, que tenha suas fontes nos conceitos estabelecidos na seção 1 desta monografia.*

9- *O relacionamento com doadores ativos (aqueles que procuram o Museu por iniciativa pessoal) deverá estar em sintonia com as sugestões colocadas acima.*

¹³⁷ A norma de catalogação é decorrente da adoção, desde 1987, das proposições contidas no Thesaurus para acervos museológicos (V. FERREZ, H. D. e BIANCHINNI, M. H.- *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro, SPHAN / Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, 2v.), mas não existem coleções compostas segundo tal lógica. A indicação acima trata apenas de uma possibilidade.

Apresentação

A preservação de objetos gerados pela dinâmica das sociedades humanas é a função central de todos os museus, a partir da qual se articulam todas as outras normalmente desenvolvidas por estas instituições.

Sendo assim, a aquisição, qual seja, a busca ordenada e sistemática de objetos, está dentre as principais ações doutrinárias dos museus. A partir da aquisição de objetos, os museus preservam, em benefício das gerações presentes e futuras, documentos que expressam o modo de pensar e viver das gerações presentes e passadas. Em combinação com outros tipos de documentos, os objetos museológicos, devidamente conservados, estudados e expostos -preservados, enfim -contribuem para o fortalecimento da identidade das formações nacionais a que pertencem, e para o desenvolvimento científico e cultural da humanidade como um todo.

O Museu Histórico Nacional vem exercendo papel de vanguarda, no que diz respeito à preservação da história e da cultura da formação social brasileira. Fundado em 1922, ao longo de sua trajetória, sempre sintonizado às tendências mais modernas das disciplinas históricas e da museologia, tem atuado decisivamente para tirar do esquecimento, salvar da dissolução e preservar para o futuro milhões de itens de todos os tipos. A produção científica do Museu Histórico Nacional, em certas áreas absolutamente pioneira e completamente consolidada, é testemunho do trabalho desenvolvido por três gerações de pesquisadores que por aqui passaram. Deve-se frisar que tal trabalho é inteiramente desenvolvido com base nos objetos materiais conservados em suas reservas técnicas e exposições.

Como todas as instituições dinâmicas, o Museu Histórico Nacional procura manter atualizado seu trabalho por meio de constante reflexão crítica sobre suas próprias atividades. Assim, desde 1992, os pesquisadores das diversas áreas da Instituição vêm produzindo uma série de trabalhos que examinam, em profundidade, a política de aquisição praticada desde a fundação até os dias atuais.

Desde 1989, grupos de técnicos, coordenados pela então Departamento de Acervos Museológicos, chegaram a realizar algumas reuniões, processo ao longo do qual foram elaboradas normas internas para aquisição de acervos*. Na época foram também iniciadas discussões visando estabelecer uma nova política de aquisição para o Museu. Tais iniciativas, entretanto, não tiveram prosseguimento.

* V. "Anexos" das Circulares Internas números 70/88 e 04/89, -Setor de Apoio Administrativo do Museu Histórico Nacional.

Em 1992, o por ocasião da passagem do septuagésimo aniversário do Museu Histórico Nacional, foram produzidas duas monografias em torno da política de aquisição praticada pelas áreas técnicas de acervo e arquivo**. A partir de então, foi constatada a obsolescência da política de aquisição existente, e a necessidade de voltar a discutir o assunto. Ainda nesse ano, a portaria número 12, de 28 de setembro, determinou a formação de um grupo de trabalho cuja função foi elaborar um relatório sobre a situação da aquisição de objetos pelo Museu Histórico Nacional, bem como apresentar sugestões sobre o assunto. Em 26 de setembro de 1993, o grupo apresentou o "Relatório final"***.

O trabalho agora apresentado é a continuação desse citado acima. O grupo de trabalho foi reconstituído por determinação da Direção do Museu Histórico Nacional, em 7 de junho de 1994, agora denominado "Comissão Interna de Política de Aquisição".

O objetivo estabelecido era discutir procedimentos que embasassem as ações de aquisição de objetos pelo Museu Histórico Nacional, com base nas sugestões apresentadas no "Relatório final" e criar condições concretas, para a retomada das ações de aquisição por parte da instituição. A Comissão também considerou oportuno discutir procedimentos de baixa de acervos, problema recorrente dentro do conjunto de atividades desenvolvidas pelo Museu.

Como poderá ser constatado, o trabalho desenvolvido pela Comissão desdobrou-se em várias direções, e seu exame deixará claros dois pontos:

- 1- as ações de aquisição são, junto com as de pesquisa e de dinamização cultural (aí incluídas as exposições), o elo que liga, estreitamente, o museu à sociedade;
- 2- a política de aquisição, como, de resto, todas as atividades da instituição, somente chegará a bom termo caso amplamente debatida, não apenas com o público interno, mas com todos os segmentos da sociedade que manifestarem interesse.

As páginas que se seguem não podem, pois, serem tidas como uma conclusão, visto que se complementarão com ações concretas, de recolhimento e baixa de acervos, bem como com amplo debate com todos os interessados.

Pode-se, assim, considerar o que se segue como um conjunto de "conclusões parciais", que podem, inclusive, sofrer modificações, caso as aplicações de suas diretrizes, testadas pela realidade do trabalho de campo, revelem-se mal-dimensionadas, ineficazes ou mesmo inaplicáveis.

** BITTENCOURT, I. N., PERES, L. S. e TOSTES, V. L.- *Examinando a política e aquisição do Museu Histórico Nacional -1911-1992*; BANDEIRA, R. de A. C., BITTENCOURT, J. N., PORTUGAL, D. L.- *O Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional - metamorfoses*. Para os dois textos: Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 1992 - monografias não publicadas.

*** Museu Histórico Nacional - *Política de Aquisição para o MHN -Relatório Final*. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 1993, pp. 16-17.

Um outro ponto a frisar é o fato de que todo trabalho do tipo do que foi executado pela Comissão resulta da combinação de uma matriz de caráter teórico com a explicitação de experiências de campo. No caso, a matriz teórica pouco se destaca uma vez que tal trabalho já foi feito no "Relatório final". Assim, com relação a quaisquer dúvidas relativas a esse aspecto do processo, recomendamos que o interessado se remeta ao texto citado*. As considerações consolidadas neste texto pretendem ter um caráter mais objetivo, servindo para orientar as equipes de pesquisa do Museu Histórico Nacional no decorrer do trabalho de localização, identificação e seleção de objetos potenciais (aqueles oferecidos ao Museu). Também são estabelecidos alguns marcos conceituais, que poderão ser examinados no corpo principal do texto.

É preciso deixar claro de que não se trata de um trabalho acadêmico, e que seus objetivos são limitados às questões práticas decorrentes da problemática objetiva da aquisição de objetos. Não existe impedimento a que qualquer interessado, dentro ou fora do Museu Histórico Nacional, aperfeiçoe, do ponto de vista teórico e metodológico, seu conteúdo.

Parte I.

Indicações normativas

1. Considerações gerais

1.1. Entende-se por "Política de Aquisição" o conjunto de princípios que orientam a busca, identificação e seleção de objetos materiais de potencial interesse para incorporação ao acervo do Museu Histórico Nacional. Também será considerada como parte integrante da Política de Aquisição a baixa de objetos já incorporados ao acervo, muito embora esta deva ser tema de documento específico.

A Política de Aquisição está estreitamente ligada aos objetivos institucionais. No caso do Museu Histórico Nacional, tais objetivos são articulados com aqueles estabelecidos pelo ICOM-Unesco (Conselho Internacional de Museus), bem como a característica específica de instituição cultural voltada para a preservação e divulgação da história da formação social brasileira. Trata-se, em resumo, de um museu de história brasileira.

1.2. O Museu Histórico Nacional deve estar capacitado a fornecer informações sobre a história da formação social brasileira, tendo por base objetos materiais tratados e

* V. Relatório final... Op. Cit., pp. 2-11

armazenados adequadamente. Considera-se que todas as atividades que devem ser exercidas pela instituição dependem dessa capacidade.

1.2.1. Os objetos sob guarda do Museu Histórico Nacional serão considerados como *documentos*, ou seja, como suporte de informações. O tratamento técnico, quer dizer, o registro e posterior extração e sistematização, por meio de estudo e pesquisa, das informações contidas nos objetos materiais, dá origem ao *objeto / documento*, quer dizer, o objeto material incorporado ao acervo, tratado tecnicamente e adequadamente conservado.

1.3. O acervo do Museu Histórico Nacional será entendido, doravante, como o *conjunto dos objetos / documentos preservados pela instituição*, de acordo com a legislação específica vigente no país.

2. O processo de aquisição

O processo de aquisição é o conjunto de determinações e ações institucionais que concretizam a Política de Aquisição. Sua finalidade é localizar e incorporar objetos materiais de interesse para a realização dos objetivos institucionais.

2.1. Considerando que “processo” constitui um conjunto dinâmico de ações relacionadas umas às outras, o “processo de aquisição” deverá ser constituído de dois aspectos: a incorporação e a baixa.

2.2. O “processo de incorporação” é um conjunto de determinações e ações institucionais visando tornar um objeto material parte do acervo sob guarda da instituição, segundo as normas estabelecidas pela mesma, e de acordo com a legislação específica vigente no país.

2.3. O “processo de baixa” é um conjunto de determinações e ações institucionais que retiram de um objeto a característica de integrante do acervo sob responsabilidade da instituição, segundo as normas estabelecidas pela mesma, e de acordo com as leis vigentes no país.

2.3.1. A baixa de acervos é uma necessidade decorrente das atividades inerentes à instituição museológica*. Este processo deverá ser considerado especificamente, em momento apropriado.

* É sabido que, ao longo de sua existência, os objetos materiais deterioram-se fisicamente, em razão do atrito com o meio ambiente. Tal “vida” de um objeto pode ser prolongada por processos, adequados de conservação. Estes, embora diminuam o atrito, não o interrompem. Em muitos casos, o objeto atinge, por vezes, estados de deterioração que fazem necessários processos de restauração, quase sempre complexos e dispendiosos. Por vezes, a importância do objeto como suporte de informações pode vir a não justificar o dispêndio de recursos com processos de restauração. Em outros casos, a instituição museológica pode dispor de diversas duplicatas de um mesmo objeto; no caso, este pode ser relacionado em um processo de

3. O processo de incorporação de objetos.

Foi especificado que o “processo incorporação” é o conjunto de determinações e ações institucionais que tomam um objeto material parte do acervo sob guarda do Museu Histórico Nacional. As determinações institucionais dizem respeito ao conjunto de normas estabelecidas e sancionadas pela Direção Geral da instituição, no uso de suas atribuições legais, que regulam o processo. As equipes de técnicos envolvidos no processo deverão tomar conhecimento de tais determinações institucionais.

Esta seção diz respeito apenas aos aspectos relativos à ação institucional, quer dizer, ao conjunto de atitudes que trazem o objeto ao Museu Histórico Nacional e o indicam incorporação.

3.1. Considera-se o processo de incorporação de objetos como dividido em quatro fases, na seguinte ordem:

1ª - localização: é o momento de contato com a fonte do objeto, independente da característica do contato com a mesma;

2ª - identificação: trata-se da determinação da pertinência do objeto com relação aos objetivos e ao acervo do Museu Histórico Nacional;

3ª - seleção: nesta fase do processo determina-se se o objeto deverá ou não ser incorporado ao acervo da instituição, e o nível de utilização que ao mesmo será atribuído;

4ª - aquisição / registro: fase do processo que toma o objeto item do acervo do Museu Histórico Nacional, de acordo com a legislação específica vigente no país, e conforme as normas administrativas de controle usuais pela instituição.

3.1.1. A 1ª fase implica no contato com a fonte do objeto potencial. Tal contato pode ser iniciativa do MHN (doravante denominado “contato ativo”), ou iniciativa da fonte potencial (doravante denominado “contato passivo”). Independente do caráter do contato, este nunca deverá ser abortado por iniciativa do Museu Histórico Nacional.

3.1.2. As indicações que se seguem aplicam-se a partir da 2ª fase do processo de incorporação; é também nas fases 2ª ou terceira que o processo poderá ser abortado.

3.1.3. A incorporação do objeto, última fase do processo descrito, deverá sempre seguir as determinações institucionais de controle do acervo usuais pelo Museu Histórico Nacional.

permuta. Um objeto cuja importância tenha sido superestimada pode ter seu grau de proteção modificado, sem que o museu abra mão de sua posse. São algumas das diversas possibilidades capazes de justificar a baixa de um objeto / documento.

3.1.3.1. As fases terceira e quarta do processo em tela pressupõem que as equipes do Museu Histórico Nacional envolvidas no processo (doravante chamadas de “recolhedores”) tenham conhecimento das determinações institucionais de interesse.

3.2. A primeira fase do processo de incorporação deve, obrigatoriamente, acontecer no local onde o objeto se encontra, pressupondo-se que, na maior parte dos casos, o contato com a fonte, seja ativo ou passivo, implicará na visita de uma equipe de recolhedores ao local onde o objeto se encontra (o que é, inclusive, preferível). A 2ª fase do processo também deverá, sempre que possível, ocorrer no local onde o(s) objeto(s) oferecido(s) se encontra(m).

3.2.1. É dado que os recolhedores estão capacitados a identificar o(s) objeto(s) localizado(s), determinando sua pertinência com relação ao acervo do Museu Histórico Nacional. O parecer positivo do recolhedor, que implica no transporte do(s) objeto(s) oferecido(s) para as dependências do Museu Histórico Nacional não é, entretanto, definitivo, pois poderá ser confrontado com outros dados, levantados por outros técnicos da instituição.

3.2.2. O parecer negativo do recolhedor é definitivo. Por este motivo, recomenda-se que a identificação não seja feita por uma única pessoa, mas, preferencialmente, por comissão de técnicos capacitados não apenas a determinar a pertinência do(s) objeto(s) oferecido(s) com relação ao acervo, mas também o estado físico do(s) mesmo(s), bem como a capacidade do Museu Histórico Nacional em preservá-lo(s) adequadamente.

3.2.1.1. Em caso de dúvida com relação à pertinência do objeto, a equipe de recolhedores poderá sugerir uma outra visita, para que, no intervalo de tempo decorrente, estabeleça contacto com outros técnicos, e determine com precisão a pertinência.

3.2.1.2. O objeto, ou grupo de objetos, que desperte dúvida deverá, sempre que possível, permanecer no local onde foi localizado. O transporte do mesmo para as dependências do Museu Histórico Nacional deve ser desaconselhado.

2.3. A localização pode ser procedida, como já foi visto, por iniciativa da fonte (contato passivo); a identificação é de exclusiva responsabilidade dos recolhedores do Museu Histórico Nacional, não cabendo qualquer interferência por parte da fonte.

3.2.4. Os recolhedores envolvidos nas fases primeira e 2ª do processo devem não apenas ter em mente, mas (principalmente) esclarecer a fonte potencial do objeto que Museu Histórico Nacional reserva-se, de maneira inquestionável, o direito de selecionar e recusar objetos localizados, e que o possível transporte para as dependências do Museu Histórico Nacional não implica em qualquer compromisso, por parte da instituição, de incorporar o objeto oferecido.

3.3. A seleção do objeto, qual seja a terceira fase do processo de incorporação, deverá ser feita no Museu Histórico Nacional, levando-se em consideração a recomendação da equipe de recolhedores, e também os possíveis fatores positivos e impeditivos não estabelecidos nas fases primeira e 2ª do processo. Caso restem dúvidas, a palavra final caberá ao chefe da Divisão de Acervos.

3.3.1. A seleção do objeto pode recomendar sua incorporação dentro de um nível de utilização do acervo diferente do nível que implica em total proteção (Ver Anexo 3). Neste caso é recomendável o esclarecimento da fonte.

3.4. O resultado da terceira fase do processo de incorporação é definitivo. Tal recomendação faz com que o processo de incorporação entre em sua quarta fase.

3.4.1. Na quarta fase acontece a incorporação formal, deliberação de responsabilidade da Direção Geral da instituição. Uma vez tomada tal decisão, conduzida de acordo a legislação específica e com as normas de controle usuais pelo Museu Histórico Nacional, o objeto passa a integrar o acervo sob guarda da instituição.

3.4.2. Esta decisão não pode ser revertida, a não ser por processo conduzido de acordo com a legislação específica vigente no país e com as normas usuais pela instituição, estabelecidas pelo “processo de baixa de acervos”.

3.5. É recomendável que todo o processo, desde sua primeira fase, seja minuciosamente documentado.

3.6. Sempre que um objeto for considerado de interesse histórico / informativo, segundo as indicações dos recolhedores, ou da terceira fase do processo de incorporação, mas incorporação, por quaisquer motivos, não seja recomendada. o Museu Histórico Nacional, quando possível, e caso houver interesse da fonte potencial, indicará outra instituição de preservação.

Parte II

Indicações gerais para a orientação da aquisição de objetos

1. Aspectos gerais

1.1. De acordo com os objetivos do Museu Histórico Nacional (ver Parte I itens 1 e seguintes deste "Manual"), deverão ser buscados objetos materiais de interesse histórico-informativo para o estudo e divulgação da história da formação social brasileira.

1.1.1. Tais objetos poderão ser tridimensionais, arquivísticos ou bibliográficos.

1.2. Visto ser a história um processo cuja consideração dá-se antes de tudo a partir de um ponto de vista temporal (“ciência dos homens no tempo”, segundo Fernand Braudel), os objetos de potencial interesse para aquisição pelo MHN serão sempre identificados em relação à um período histórico. O objeto deverá, logo de início, ser situado cronologicamente. Isto não significa que a relevância do objeto potencial tenha seu interesse determinado, ou mesmo potencializado por qualquer critério de “antiguidade” ou “modernidade”, mas simplesmente que o recolhedor deverá ter na cronologia uma de suas ferramentas de trabalho.

1.2.1. A periodização da história da formação social brasileira mostra, nitidamente, três grandes períodos:

1500-1822- Período colonial;

1822-1889- Período monárquico;

1889 em diante - Período republicano.

Fica bastante claro que a periodização geral apresentada acima é baseada no caráter jurídico do Estado - o que é um aspecto da organização política da formação social. No caso do Período colonial, a não-existência de um Estado define o caráter jurídico da formação social.

1.2.1.1. Até agora, a periodização adotada pelo MHN tem refletido essa exposta acima. O critério não era, entretanto, muito rigoroso; era também mais perceptível nas exposições do que na seleção para aquisição.

1.3.1. Por diversas razões, o maior volume de acervo sob guarda do MHN concentra-se, do ponto de vista cronológico, no século XIX, e, dentro deste, no período monárquico. Levando-se em consideração fontes como o "Catálogo da 1ª Seção", de 1924, por volta de 60% do acervo pertencem a este período.

1.3.2. O período republicano, até pelo menos os anos 50, era tratado quase como desdobramento do período monárquico. No início dos anos 60, a criação do Museu da República não chegou a resolver esse problema, visto que o referido museu foi estruturado, conceitualmente, como uma espécie de "museu das presidências da República". A dinâmica política, econômica e cultural do período só aparecia nas entrelinhas das biografias dos presidentes, estas predominantes nas exposições.

1.3.3. A noção de “fato histórico” aceita pelo MHN até pelo menos os meados dos anos 60 baseava-se fortemente nas indicações teóricas do positivismo. Esta foi uma das principais razões para a limitação cronológica do acervo ao início do século XX. Não

eram considerados históricos fatos e eventos muito recentes e, em alguns casos, eram necessárias três ou quatro décadas para avaliar o fato como “histórico”.

Também se observa uma rígida divisão entre “histórico” e “não-histórico”, igualmente decorrente das formulações positivistas. “Históricos” eram, por exemplo, objetos ligados à figuras de renome, fosse político (aí incluídos os expoentes militares), fosse econômico (como o barão de Mauá ou Delmiro Gouvêa), ou cultural (como Carlos Gomes ou José Alencar), e também a fatos históricos. Fatos “não-históricos” eram todos situados fora da abrangência pessoal das grandes elites, aqueles “ligados à memória dos povos”, no dizer de Gustavo Barroso (1942).

2. Aspectos conceituais da gerais da política de aquisição.

2.1. A cronologia a ser observada nas fases de identificação e seleção dos objetos de interesse potencial para aquisição para aquisição pelo MHN é aquela citada no item 1.2.1. deste manual.

2.2. A cronologia do período republicano é de particular importância para a política de aquisição que está sendo proposta, visto que, conforme já foi bem especificado, as maiores carências situam-se neste período (para uma proposta de cronologia do período republicano, ver anexo 1.)

2.2.1. A importância da cronologia reside no fato de que será o primeiro elemento identificador do objeto, embora, como já foi colocado, não determine seu interesse para a instituição.

2.3. A sociedade capitalista, ou seja, as formações sociais que do ponto de vista produtivo, organizam-se nos moldes do modo de produção capitalista (também chamado “modo de produção de mercadorias”) tem como principal característica o fato de gerarem enorme quantidade de objetos materiais que, produzidos das mais diversas formas, tem por principal finalidade serem colocados no mercado.

Visto que, tanto mais se desenvolve o sistema produtivo como um todo, maior é o fluxo de objetos materiais que alcançam a esfera da circulação de mercadorias, a complexidade e diversificação de uma sociedade podem ser medidas pelos objetos que geram; por outro lado, os processos sociais gerais desta mesma sociedade poderão ser estudados, representados e entendidos por intermédio de tais universos de objetos (ver itens 1.2.1. e 1.2.2. da 1ª parte deste “Manual”). Entretanto, é virtualmente impossível, para um museu com as características do MHN, recolher e preservar todos os itens gerados pela cultura material do século XX. Esta questão já guarda grande importância

museológica, visto que coloca a ação de seleção como parte crucial do processo de aquisição (ver item 3.2. da 1ª parte deste “Manual”).

2.3.1. É um dado que o acervo de interesse para aquisição pelo MHN deverá ser capaz de refletir a dinâmica histórica da formação social brasileira em pelo menos um dos seguintes três aspectos gerais: político, econômico ou / e cultural.

Deverão ser estes os elementos que primeiramente estabelecem o interesse do objeto para aquisição pelo MHN.

2.3.1.1. Por “aspecto político” entende-se os elementos relativos à estruturação, organização, objetivos e direção da formação social brasileira. Os “aspectos políticos” deverão ser representados por objetos / documentos gerados por instituições, permanentes ou não (aí incluídos Nação, Estado e governo) bem como pelos processos de caráter institucional, tendências, conjuntos de fatos, de personagens (considerados individual ou coletivamente, inclusive grupos sociais amplos) e eventos.

2.3.1.2. Por “aspectos econômicos” entende-se os elementos relativos à estrutura, organização e meios necessários à criação e aperfeiçoamento das condições de existência material da formação social brasileira, bem como tudo quanto possa ser considerado desdobramento dos referidos processos. Os “aspectos econômicos” deverão ser representados por objetos/documentos gerados por instituições e processos de caráter institucional, tendências, conjuntos de fatos, de personagens (considerados individual ou coletivamente, inclusive grupos sociais amplos) e eventos.

2.3.1.3. Por “aspecto cultural” entende-se os elementos relativos à produção intelectual, artística e científica da formação social brasileira, bem como aspectos ligados a tradição e a memória, independente de se classificar como eruditos ou populares (aí incluídos crenças, hábitos, saberes e práticas), assim como seus possíveis desdobramentos. Os “aspectos culturais” deverão ser representados por objetos/documentos gerados por instituições e processos de caráter institucional, tendência, conjuntos de fatos, de personagens (considerados individual ou coletivamente, inclusive grupos sociais amplos) e eventos.

2.3.2. Em muitos casos, talvez na maioria deles, o recolhedor poderá identificar no objeto/documento, mais do que um dos três aspectos apresentados nos itens antecedentes. O aspecto político, provavelmente, poderá ser observado em quase todos os objetos/documentos passíveis de incorporação, justaposto aos aspectos econômicos e/ou cultural. Nestes casos, caberá aos recolhedores encarregados da fase 2 do processo de incorporação de objetos estabelecer um aspecto considerado predominante.

3. Objetos de interesse para aquisição pelo Museu Histórico Nacional.

A primeira observação a ser feita é que em princípio, todo e qualquer objeto pode ser de interesse para aquisição pelo Museu Histórico Nacional. No entanto, e como já foi discutido (ver item 2.3), é virtualmente impossível para qualquer museu incorporar todos os objetos materiais gerados pela dinâmica política, econômica e cultural de uma sociedade.

3.1 A identificação de objetos materiais de potencial interesse para aquisição deve levar em conta alguns fatores que, ao longo do processo, determinarão uma hierarquia de interesse, no sentido do parecer, positivo ou negativo, do recolhedor (ver Parte I, itens 3.2.1 e 3.2.2).

3.1.1. O primeiro fator a ser levado em consideração pelo recolhedor é a capacidade do objeto avaliado para aquisição é a ligação do objeto com um ou mais dos aspectos gerais da dinâmica histórica da formação social brasileira (ver itens 2.3.1 e seguintes).

3.1.2. Objetos identificados à uma personalidade, instituição ou evento de importância, devem ser considerados como de especial interesse para aquisição.

3.1.3 Objetos de uso comum, sem ligação direta com personagens ou eventos, mas passíveis de serem diretamente associados a algum período cronológico ou época, devem ser considerados como de especial interesse para aquisição. Isto deve ao fato de que tais objetos atuam como signos, sendo capazes de representar, por analogias, o período e o aspecto da dinâmica histórica que lhe deu origem. Esse tipo de objeto é de grande interesse para exposição, bem como para pesquisa acadêmica (ver Anexo 5).

3.1.3.1 A sociedade capitalista, particularmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, tem por característica gerar objetos de duração próxima ao efêmero, em grande parte descartáveis, e em enorme quantidade, voltados para mercado interno e para exportação. Esta tem sido a característica da produção para consumo particularmente nos últimos 20 anos, inclusive no Brasil. A identificação de tais tipos de itens pode ser tarefa complexa, e os recolhedores deverão levar em conta certos critérios que tornem o objeto de interesse para aquisição, a saber:

- objetos perecíveis ou de fácil deterioração devem ser evitados, a não ser que sua importância seja inesquecível;
- objetos de consumo de origem estrangeira, que tenham similar produzido no Brasil, só devem ser considerados se forem muito representativos de alguma tendência de consumo, (por exemplo);
- certos itens possuem uma variedade muito grande de marcas e modelos; em certos casos, é possível considerar a incorporação de poucos exemplos;

- itens de indumentária, pelos problemas que costumam a gerar, quanto à conservação, devem ser avaliados muito cuidadosamente.

3.1.4.1. A documentação civil regular (certidões dos mais diversos tipos, cédulas de identidade, títulos eleitorais, passaportes, certificados, documentos trabalhistas, etc.) é obrigatória na vida de todos os cidadãos. Seus modelos, entretanto, modificam-se ao final de certo período, incorporando novos dados e mesmo certas sofisticacões tecnológicas. As séries sob guarda do MHN referem-se ao século XIX e ao início do século XX, e devem ser ampliadas.

3.1.4.2. A documentação iconográfica sob guarda do MHN é extensa e representativa, principalmente no que tange ao Rio de Janeiro. Seus limites cronológicos, entretanto, alcançam apenas a década de 30. as series devem, portanto, ser ampliadas até o presente.

3.1.5. O universo bibliográfico é, dentre os existentes no MHN, o que tem a dinâmica de formação e expansão mais consolidada. O recolhedor deve, por outro lado, levar em conta que os acervos bibliográficos são importante item relativo aos aspectos político, econômico e cultural da dinâmica histórica da formação social brasileira, no que tange a circulação de idéias, difusão de usos, costumes, técnicas, etc. A incorporação de itens bibliográficos deve ser considerada sempre que sejam localizados itens desse universo.

3.5.1.1. Os periódicos são importante parte da vida diária das pessoas, bem como itens representativos dos aspectos político e cultural da dinâmica histórica da formação social brasileira. É de interesse para o MHN, no que tange, principalmente, às exposições, a formação de series de periódicos. Estes não devem ser considerados, no caso específico, pelas informações que suportam, mas como itens representativos da vida política e cultural da sociedade brasileira.

Poderiam ser criadas séries de periódicos (coleção de exemplares de diversos jornais, por exemplo, ou de títulos de revistas de histórias em quadrinho).

3.5.1.2. Livros escolares são itens extremamente representativos do imaginário e da ideologia, disseminados entre todas as classes da formação social brasileira Tornam possível uma percepção quase imediata da visão que os brasileiros têm, de si mesmos e das outras sociedades, bem como sua visão de mundo e suas aspirações. Uma coleção de livros didáticos poderia ser um importante item de pesquisa para a Biblioteca do Museu Histórico Nacional.

Recomendações finais da Comissão Interna de Política de Aquisição do MHN.

Com base nas discussões levadas a cabo no decorrer das sessões de trabalho, a Comissão Interna de Política de Aquisição resolve encaminhar as seguintes recomendações:

1- Que, dentro dos planos de trabalho aprovados pela Direção Geral deste Museu Histórico Nacional, as ações relativas ao processo de aquisição tornem-se prioritárias e permanentes,.

2- Que todos os procedimentos relativos à aquisição de objetos por este Museu Histórico Nacional sejam formalizados, segundo os procedimentos administrativo usuais pela instituição.

3- Que toda a documentação relativa à normas e procedimentos já adotados por este Museu Histórico Nacional seja reunida em um dossiê, cujo original deverá ficar sob responsabilidade da Seção de Controle do Patrimônio da Divisão de Acervos Museológicos.

4- Que todos os procedimentos não documentados o sejam, em prazo mais breve possível, com o objetivo de serem incorporados ao dossiê citado no item anterior.

5- Que seja constituída uma *Comissão Permanente de Aquisição de Objetos*, com 4 (quatro) membros permanentes (a saber -1º. chefe do Departamento de Acervos Museológicos, presidente da Comissão; 2º. funcionário lotado no Setor de Controle do Patrimônio; 3º. funcionário lotado no Setor de Reserva Técnica; 4º. funcionário lotado no Laboratório de Conservação e Restauração). Deverá o presidente da Comissão proposta ter autoridade para convocar, para participar dos trabalhos, sempre que considerar necessário, outros funcionários técnicos e / ou administrativos.

6- Que as ações propostas neste documento comecem a ser testadas na prática, com a localização, identificação, seleção e incorporação de objetos de uso rotineiro existentes no próprio Museu Histórico Nacional.

7- Que sejam estabelecidos e formalizados os processos administrativos relativos a baixa de acervos, com o objetivo de tornar possível, por este Museu Histórico Nacional, o início de tais ações.

8- Que sejam estabelecidos graus de proteção dos acervos sob guarda deste Museu Histórico Nacional, com o objetivo de determinar níveis de utilização do mesmo nas diversas atividades realizadas pela instituição.

9- Que sejam, em momento oportuno, elaboradas ações visando conscientizar a sociedade civil, da qual o Museu Histórico Nacional é parte integrante, para a importância da preservação de objetos materiais, como testemunhos e documentos da dinâmica histórica da formação social brasileira. Tal campanha poderia ser elaborada em conjunto

com o Departamento de Dinamização Cultural e Associação de Amigos do Museu Histórico Nacional.

10- Que seja, em momento oportuno, preparado um seminário que reúna especialistas de outras unidades museológicas, de instituições afins e de centros universitários, para, através do debate em torno das conclusões relatadas neste documento, aperfeiçoar os objetivos permanentes pelo mesmo determinados.

Anexos

Anexo 1.

Esboço de cronologia do período republicano brasileiro.

Abaixo é relacionada uma proposta de cronologia geral, no interior da qual podem situar-se os principais movimentos e fatos históricos relativos à dinâmica da formação social brasileira no período republicano.

Seu objetivo principal é permitir que objetos materiais localizados sejam situados.

Deverão ser observados as seguintes subdivisões:

1889-1930- República Velha (observados os diversos períodos presidenciais)

1930-1945- Período Vargas, observados os seguintes marcos:

1930- Revolução de 30

1932- Revolução Constitucionalista de São Paulo

1934- Constituição e presidência legal de Vargas

1937- Estado Novo e período ditatorial

1942- Entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial

1945- Queda de Vargas e fim do Estado Novo

1946-1964- Período constitucional (observados os diversos períodos presidenciais, a transferência da capital para Brasília e o período parlamentarista)

1964- Golpe de estado militar

1964-1985- Governos militares, observados os seguintes marcos:

1969 e 1973- "milagre brasileiro"

1974-1985- transição política e crise econômica

1985 até a atualidade- normalização política e retomo do governo ao controle civil

Anexo 2

Relação de objetos cuja localização e identificação deve ser considerada com atenção na pesquisa para aquisição.

Abaixo foram relacionados alguns exemplos de itens de uso comum que deverão ser alvo de ações de incorporação. Muitos outros poderiam ser acrescentados à esta lista, e tal tarefa pode ser facilitada, por exemplo, pela consulta ao Thesaurus para acervos museológicos, de Ferrez e Bianchini (Xerox-FNPM, 1987), obra de referência já bastante consolidada no que tange às atividades técnicas do MHN; ações de pesquisa também podem gerar novas listas de objetos de interesse para aquisição.

- mobiliário doméstico -dos anos 50 aos anos 70; este tipo de objeto virtualmente inexistente no acervo do MHN; de particular importância são os chamados "pés-de-palito", que equipavam quase todas as residências urbanas, de todas as classes sociais, entre o final dos anos 50 e início dos 70, tendo gerado todo um estilo de acessórios utilitários e decorativos;
- mobiliário de escritório -estes itens são importantes ícones de diversas atividades profissionais e intelectuais; no caso da representação do Estado brasileiro, tais equipamentos são bastante significativos, além de, tanto quanto o equipamento doméstico, refletirem o gosto vigente na sociedade em um dado momento; incluem escrivaninhas, arquivos de madeira e de aço, fichários, estantes, cadeiras, diversos tipos de mesas (de reunião, de datilografia, de telefone, p/ex.), cinzeiros, cabideiros;
- mobiliário e equipamento escolar -a composição de algumas séries deste tipo de equipamento pode demonstrar a evolução de conceitos pedagógicos e de projetos para a incorporação dos futuros adultos à sociedade; incluem carteiras escolares, quadros-negros, armários e estantes, bem como instrumentos pedagógicos.
- rádios domésticos à válvula (chamados "rabo-quente") -a partir dos anos 30, até o final dos 60, quase toda residência dispunha de um, bem como certos locais públicos, como bares, restaurantes e pequenas casas comerciais; podem também representar, por contigüidade, o desenvolvimento tecnológico; são importantes para o estudo e representação do avanço das comunicações;
- televisores à válvula (chamados "caixote") e televisores em geral -os importados foram introduzidos em 1950, e eram equipamento acessível apenas à classe média alta; no final dos anos 50, passaram a ser fabricados no país, e se difundiram; também podem representar o desenvolvimento tecnológico; são importantes para o estudo e representação do avanço das comunicações, bem como a diversificação da produção de

itens de consumo de massa, característica do capitalismo, além de poder referir toda um importante setor da produção cultural e do lazer de massas;

- toca-discos e aparelhos de som -são itens de grande importância no lazer da população, e que, estabelecida uma série, pode representar diversas questões econômicas culturais e tecnológicas, e a diversificação da produção de itens de consumo de massa, característica do capitalismo; (também é interessante formar uma coleção de discos dos diversos tipos);

- aparelhos telefônicos -uma série destes itens pode representar diversas questões relativas ao desenvolvimento econômico, visto o papel que as comunicações representam nesse processo; os aparelhos, em si, indicam estilos arquitetônicos e de *design* das diversas épocas, bem como o desenvolvimento tecnológico em geral, e industrial do país, em particular; recomendável a localização de listas telefônicas antigas e suprimentos como agendas telefônicas (p/ex.);

- máquinas de escritório mecânicas (de escrever, de somar, registradoras, perfuradoras, grampeadores, etc.) -são itens ligados a vários setores da atividade econômica, que também têm presença em atividades culturais; podem representar o desenvolvimento tecnológico;

- equipamento de processamento de dados - não é preciso frisar a importância da informática no mundo moderno; no caso do Brasil, a fabricação de computadores pode representar o esforço para alcançar certo patamar de independência tecnológica, bem como a disputa ideológica entre nacionalistas e internacionalistas; deve-se apontar o fato de que o MHN deveria buscar computadores de médio e pequeno porte, bem como computadores pessoais (cujo tamanho permite seu armazenamento em reserva sem maiores problemas) e periféricos e suprimentos de diversos tipos;

- canetas e outros instrumentos de escrita - o MHN já possui certa quantidade destes objetos no acervo, mas seria interessante expandir as séries, visto que podem representar, dentre outras questões, a expansão da cultura literária (alfabetização) e a diversificação da produção de itens de consumo de massa, característica do capitalismo;

- relógios - o MHN já possui certa quantidade destes objetos no acervo, mas são itens do século XIX; a importância da medição na criação de uma sociedade disciplinaria e para a normalização do trabalho pode ser representada através desses objetos; relógios de pulso, relógios de mesa, de cabeceira, despertadores, bem como as versões mais modernas digitais e descartáveis;

- ferramentas - itens de ferramentaria manual, tais como pás, picaretas, enxadas, alicates, serrotes, martelos, chaves em geral, foices, etc., são representativos de incontáveis atividades profissionais, além de evocarem temas como desenvolvimento

econômico, atividade industrial ou rural e especialização profissional, por exemplo. O MHN deve formar séries desta classe de objetos:

- objetos ligados à indústria automobilística - a indústria automobilística representou um marco no processo de industrialização nacional e na formulação de políticas de transporte e de infra-estrutura; é fato que, nas condições atuais, o MHN não possui meios de adquirir e armazenar itens completos desse tipo, mas é possível representá-los, por meio de partes: por exemplo, um carro pode ser representado pelo volante, ou pela calota, a parte mecânica pode ser representada por peças-chaves, como o carburador ou os pistões, ou até mesmo o bloco do motor;

- objetos ligados ao setor de transportes (transportes aéreos, marítimos e ferroviários) -a aquisição e armazenamento desses itens é impossível para o MHN, mas como sua importância também é indiscutível, podem ser representado por peças (a hélice ou o manche de um avião, por exemplo), e por miniaturas; seria interessante obter uma série de modelos dos aviões já fabricados no Brasil, no sentido que representam toda uma tendência política e tecnológica característica dos governos militares e da década de 70; modelos de navios, bem como itens que os representem (bandeiras, pequenas peças como bússolas, roldanas, vigias, etc.); alguns itens que possam representar as vias rodoviárias e ferroviárias também podem tornar-se interessantes;

- objetos devocionais -a prática das diversas religiões gera uma série de objetos de culto, que, mesmo não sendo considerados de valor artístico (pelo menos na atualidade), representam importante compartimento da dinâmica histórica da formação social brasileira;

- aparelhos eletrodomésticos -a utilização de tais itens (refrigeradores domésticos, fogões a gás, aparelhos elétricos de cozinha, aparelhos elétricos de tocador, etc.), além de constituir indicativo de tendências sociais e culturais, representaram, a partir dos anos 50, importante item da pauta de "substituição de importações", a partir do governo de Juscelino Kubstichek;

- utensílios de mesa e cozinha -a importância destes objetos, que abrangem uma grande variedade de tipos, utilidades, materiais e fabricantes, liga-se ao fato de que estão presentes em quase todas as atividades relacionadas com os três aspectos gerais da dinâmica histórica da formação social brasileira; o MHN já possui grandes séries de tais objetos no acervo, e estas devem ser ampliadas e estendidas em todos os sentidos; nesta classe, deve ser dada ênfase aos itens descartáveis de baixo custo que caracterizam os usos e costumes, à mesa, da sociedade brasileira depois da 2ª Guerra Mundial; também devem ser localizados itens relativos a restaurantes, clubes e hotéis;

- equipamentos de esporte -podem constituir importantes séries museológicas, visto que o esporte tem importante participação na dinâmica da formação social brasileira; devem ser localizados equipamentos de futebol, como camisas de times, camisas do selecionado nacional em diversas épocas (particularmente das Seleções 1950, 1958, 1962 e de 1970), do selecionado de voleibol, de basquete, e de outros esportes nos quais o país tenha se destacado, bem como bolas, chuteiras, equipamentos de campo (bandeirinhas e redes, por exemplo);
- indumentária - o MHN possui importantes séries de indumentária civil e militar , algumas chegando, embora incompletas, aos meados do século XX; a indumentária é importantes índice do universo mental de uma sociedade, bem como da organização econômica e das tendências políticas; devem ser localizados itens de pronto- uso, indumentária profissional, indumentária militar moderna (inclusive insígnias e distintivos); é interessante que também sejam localizados calçados dos mais diversos tipos;
- brinquedos - constituem, indiscutivelmente, item presente na vida cotidiana de todas as classes da sociedade brasileira, em todo os períodos históricos. O MHN não possui, em seu acervo, séries significativas desses objetos, devendo ser feito esforço de localização relativamente a todas as épocas do período republicano;

Anexo 3

Modelo de formulário "Ficha de identificação de objetos para aquisição".

Instruções de preenchimento.

Esta ficha deverá ser levada pela equipe de recolhedores, no momento em que for abordada a fonte de objetos materiais oferecidos para aquisição pelo MHN. Seu preenchimento é obrigatório para todos os itens oferecidos, uma vez que a ficha servirá como primeira referência para o controle interno de acervo, caso o objeto seja selecionado, e, caso contrário, como documento de valor estatístico e de pesquisa.

Usar sempre letra de forma, de maneira a não dificultar As fichas, preenchidas, deverão ser entregues à Divisão de Controle de Patrimônio do MHN.

Campo 1 - Fonte: este campo deverá ser preenchido com a identificação da fonte potencial do objeto; caso pessoa física, o nome completo da mesma; caso instituição, o nome da mesma e, abaixo, a pessoa que tenha recebido os recolhedores.

Campo 2 - Universo: 1- Tridimensional; 2- Arquivístico 3- Bibliográfico

Campo 3 - Localização original: a localização (endereço, o mais completo possível, e, no caso de uma instituição, localização interna) onde se encontra o objeto oferecido.

Campo 4 - Objeto(s): o nome do objeto oferecido; sempre que possível, deverá ser usada a terminologia adotada pelo tratamento técnico do MHN (embora isto não seja obrigatório); o recolhedor encarregado do preenchimento do formulário pode, em concordância com a equipe de identificação, criar um grupo de objetos, caso os itens em consideração formem um conjunto, sejam iguais ou de uma mesma categoria.

Campo 5 - Aspecto(s) com Que se relaciona: 1- Político; 2- Econômico; 3- Cultural; podem ser assinalados um ou mais aspectos, caso o recolhedor assim entenda.

Campo 6 - Estado de conservação: deve ser relacionado o estado de conservação aparente do objeto; bom, regular, mau, restaurado.

Campo 7 - Observações: neste campo devem ser relacionadas informações adicionais sobre o objeto, se estiverem disponíveis, como origem, data, materiais, informações fornecidas pela fonte, bem como todos os apontamentos considerados de interesse pelos recolhedores; no caso de objeto bibliográfico, devem ser relacionadas informações adicionais de caráter editorial (autor, editora, etc.).

Campo 8 - Parecer dos recolhedores: 1- Positivo (identificação favorável, indicação para incorporação); 2- Negativo (não indicado para incorporação); 3- Recomendação para terceira opinião (neste caso, pode ser necessária uma segunda visita de pesquisa ou transporte para o MHN do objeto considerado).

ANEXO B

Atos das Unidades Especiais

a comissão não deve ter o nome das pessoas e sim o setor. Pessoas acima no outro mês ou se aposentaram. Suprimo. Manter a que está na página

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
PORTARIA Nº. 22008 de 17 de julho de 2008

31
deste texto

A DIRETORA do Museu Histórico Nacional, no uso das suas atribuições, que lhe confere a Portaria nº. 301 de 07/07/2004 da Presidência do IPHAN;

RESOLVE:

I - Constituir a Comissão Interna de Política de Aquisição de Acervo no âmbito do Museu Histórico Nacional, composta pelos servidores:

- Ruth Beatriz Caldeira de Andrada, matrícula SIAPE 223721;
- Eliane Rose Vaz Cabral Nery, matrícula SIAPE 222635;
- Jorge Cordeiro de Melo, matrícula SIAPE 222986;
- ~~Lia Silvia Peres Fernandes, matrícula SIAPE 223320;~~ *apresentada*
- Luiz Carlos Antonelli Lacerda, matrícula SIAPE
- Maria de Jesus Pires, matrícula SIAPE 223915;
- ~~Norma Botelho Portugal, matrícula SIAPE 223872;~~ *apresentada*
- Rosângela de Almeida Costa-Bandeira, matrícula SIAPE 222647;

II - Cabe à Comissão ora constituída, a finalidade de deliberar sobre o acervo a ser incorporado ao já existente no MHN.

III - Dependendo da natureza do acervo a ser incorporado, outros técnicos do quadro do MHN poderão ser convocados.

[Assinatura]

IV - A Coordenação da Comissão será exercida pela museóloga Ruth Beatriz Caldeira de Andrada e no caso de seu impedimento, pela servidora Norma Botelho Portugal.

V - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERA LÚCIA BOTTREL TOSTES
DIRETORA

Handwritten signature

ANEXO C

→ o que parece que será adotado vai permitir tal conteúdo - JONATD?
(de níveis de acervo).

→ juridicamente é correto.

POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO

A DICOP vem realizando periodicamente, há alguns anos, reuniões com técnicos dos diversos setores que lidam com acervo, com a finalidade de deliberar sobre a aceitação ou não, de objetos e/ou documentos que irão fazer parte do acervo do MHN através de doações, incorporação ou compra.

Cabe aqui lembrar que sempre são levadas em consideração as conclusões a que chegou a Comissão Interna de Política de Aquisição instituída em 1992 e que trabalhou por dois anos até chegar ao documento final com algumas recomendações, entre elas que o MHN deveria ter permanentemente uma Comissão Interna de Aquisição de Acervo.

Apesar de tentarmos sempre nos adequar às recomendações do documento elaborado pela primeira comissão, temos ao longo dos anos incorporado alguns itens que politicamente não temos como recusar.

Desde 2007 o grupo tem se reunido com maior frequência, com a finalidade de discutir alguns pontos que consideramos relevantes. Nesse sentido, foi proposta para discussão uma série de procedimentos a serem adotados no caso de presentes ou prêmios que o Museu recebe: serão acervo ou não? Era a nossa questão. (em anexo as normas aprovadas e atualmente adotadas)

No momento, a questão em discussão é a necessidade que sentimos de atribuir níveis de importância às peças do acervo. A primeira experiência nesse sentido começa a ser feita com a "pintura", utilizando o campo "observações" da ficha técnica, que é recuperável pelo sistema. A sugestão é avançar com este trabalho por "classes" do Thesaurus.

Estão sendo atribuídos níveis de 1 a 3, como se segue:

- nível 1 - obras prioritárias, segundo parâmetros de raridade ou relevância histórica.
- nível 2 - peças com número grande de exemplares.
- nível 3 - peças com indicação para uma possível baixa.

Ressaltamos aqui que estes níveis deverão ser levados em conta no caso de empréstimo para terceiros e valor para seguro.

- esperar novo no futuro no Museu.
- os níveis deverão ser colocados em campo específico na ficha.

Aparentemente de campo não é adequado pois devemos pensar em ...

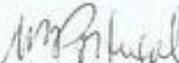
→ De para museu das peças que estão entrando ou também das peças do acervo que já está no M.H.N.

Por número

Uma observação relevante: os museus franceses fazem mais ou menos isto no seu banco de dados: classificam suas obras em prioritárias e secundárias; em caso de enchentes, incêndios ou catástrofes, as prioritárias são resgatadas primeiro.

Atualmente há em vigor no MHN uma Portaria (nº 02/2008 de 17/07/2008) que constitui oficialmente a nova Comissão Interna de Política de Aquisição de Acervo. (ver em anexo)

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2008


NORMA BOTELHO PORTUGAL
MUSEÓLOGA
COREM/RJ 130-1

**ROTINAS PARA INCLUSÃO DE OBJETOS RECEBIDOS COMO
"PRESENTES OU PREMIOS" PELO MUSEU HISTÓRICO
NACIONAL**

Metodologia adotada informalmente pela DICOP e oficializada em reunião da Comissão Interna de Aquisição de Acervo.

1 – O objeto em questão é encaminhado à Divisão de Controle – DICOP, com toda e qualquer documentação que o acompanhe.

2 – A Comissão Interna de Política de Aquisição de Acervo, nomeada pela Direção, é consultada para deliberar se a peça fará parte do acervo museológico ou patrimonial.

3 – No caso de acervo museológico, os procedimentos são os de rotina, com metodologia já estabelecida.

4 – No caso de acervo patrimonial os procedimentos são os seguintes:

4.1 – A peça é encaminhada, pela DICOP, à Coordenadoria Administrativa, com todas as informações a ela pertinentes, solicitando que a mesma seja encaminhada ao Setor de Patrimônio – Sepat, que incluirá o bem no patrimônio do Museu, com o respectivo código ("presente")

4.2 – Toda a documentação resultante deverá ficar a cargo do Arquivo Institucional.

Rio de Janeiro, março de 2007

M. Portugal

NORMA BOTELHO PORTUGAL
MUSEÓLOGA
COREM/RJ 130-1

*onde fica a
peça? em estantes
nas salas?
mas ficou claro.
onde fica a peça
fisicamente.*

ANEXO D

Célia Sassano, 11:11 25/06/02 -0, SUSI

To: Célia Sassano <sassano@estrela.com.br>
 From: Museu Histórico Nacional <mhn02@visualnet.com.br>
 Subject: SUSI
 Cc:
 Bcc:
 Attached:

Prezada Célia,

Gostaria de consultá-la sobre a possibilidade da ESTRELA doar ao Museu Histórico Nacional três importantes produtos, que estão diretamente relacionados à nossa realidade, para incorporação à nossa coleção de brinquedos: a SUSI Varig 500 Anos, a SUSI campanha contra o cancer de mama e o BETO campanha pela tartaruga marinha (PROJETO TAMAR).

Agradecendo desde já a atenção dispensada,

Um abraço,
 Angela Cardoso Guedes
 Assessoria de Comunicação
 Museu Histórico Nacional

Sra. Lia,
 Consultei a RT (Sra. Vera Lima). Acho que
 estes três brinquedos têm caráter nacional e
 estão diretamente relacionados à nossa história.
 Os brinquedos entram e saem do mercado muito
 rapidamente, se não solicitarmos logo, corremos o risco
 de não obtê-los mais... A Sra. Célia foi me
 agradecer dizendo que os brinquedos estão sendo
 enviados ao MHN.

Angela
 27/08/02

norma →